



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Rafael Oda

O arquivo pessoal de Noboru Oda: uma proposta de contextualização

Florianópolis
2025

Rafael Oda

O arquivo pessoal de Noboru Oda: uma proposta de contextualização

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho.

Linha de Pesquisa: Informação, Comunicação Científica e Competência.

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Oda, Rafael

O arquivo pessoal de Noboru Oda : uma proposta de contextualização / Rafael Oda ; orientadora, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, 2025.

288 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Imigração japonesa. 3. Arquivo pessoal. 4. Contexto arquivístico. 5. Cerco fixo flutuante. I. Jacintho, Eliana Maria dos Santos Bahia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Rafael Oda

O arquivo pessoal de Noboru Oda: uma proposta de contextualização

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 22 de setembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

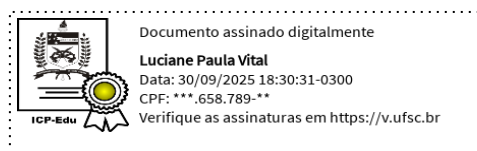
Prof.^a Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcos Fábio Freire Montysuma, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

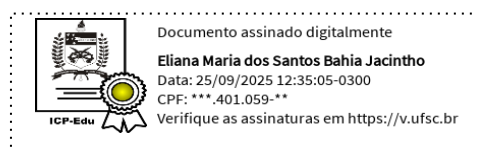
Prof.^a Maria Teresa Santos Cunha, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.^a Marli Dias de Souza Pinto, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.^a Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2025.

Dedico este trabalho a todos aqueles que levo nas fotografias, pois minha memória
não é suficiente para guardar todos os momentos de carinho.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos de uma pesquisa são o espaço para reconhecer aqueles que tornaram o trabalho possível e, conseqüentemente, contribuíram para as conquistas alcançadas. Assim como outras jornadas, a pós-graduação é um período de vivências, realizações e aprovações, mas também de frustrações, ansiedades e medos. Iniciar esta pesquisa após uma pandemia global potencializou os aspectos negativos desta caminhada, principalmente diante da incerteza sobre o futuro, com aulas e práticas ainda em meio remoto. Por isso, agradecer ganha um peso ainda maior, pois, mesmo diante das incertezas, houve pessoas que acreditaram que seria possível e se faz necessário agradecê-las.

Aos meus pais, Claudete Benta Oda e Nelson Massami Oda, por sempre enxergarem a educação como um caminho para o crescimento pessoal e para uma vida melhor, repleta de conhecimento. Aos meus irmãos, Lílían Claudete Oda Ferreira e Rodrigo Oda, e aos meus cunhados, Nayara Limas de Pinho e Rodrigo Ferreira, por sempre terem apoiado minhas escolhas. A minha avó, Valdeci Maria Oda, e a minha tia, Nereide Valdeci Oda de Souza, pelo incentivo. Aos meus sobrinhos, Gabriel Limas Oda, Laura Limas Oda e Rodrigo Oda Ferreira, por terem deixado esses quatro anos mais leves através das brincadeiras, das sessões de cinema e das competições nos videogames.

A minha grande amiga, Simone Martins, pelos momentos de felicidade compartilhados nos últimos anos, pelas incontáveis conversas que serviram como distração para os momentos de aflição e por ter encontrado alternativas quando tudo parecia difícil. Uma das maiores alegrias que a Universidade Federal de Santa Catarina proporcionou na minha vida foi te conhecer.

Aos amigos, Elys Rayanne Porfirio de Oliveira Mendes, Mariana Tami Sugimoto Satomi, Genilson Geraldo, Edna Karina da Silva Lira, Laura Tuyama, Vanessa Aline Schweitzer Souza, Priscila Rosa Martins e Murilo Billig Schäfer, por acompanharem este percurso de perto, dividirem inúmeras vezes o seu tempo e proporcionarem novas ideias e motivações.

A minha orientadora, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, por desde que nos conhecemos ter me ajudado, incentivado e feito companhia nos momentos de alegria da pesquisa e também nos de frustração. Obrigado por tudo, sempre levarei com carinho os momentos que compartilhamos juntos durante esta jornada.

Aos professores, Marcos Fábio Freire Montysuma, Maria Teresa Santos Cunha e Marli Dias de Souza Pinto, pelas diversas contribuições para a tese e pelos conhecimentos compartilhados através de suas aulas e pesquisas.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para essa pesquisa, em especial, Aldo Corrêa de Souza, João Dorval Teixeira, Esperândio João dos Santos, Roseli Maria da Silva Pereira, Mary Cunha, Ana Tuyama e Leyla Spada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo auxílio financeiro foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Que possamos continuar buscando melhorias para a pesquisa e a educação no Brasil¹.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A imigração japonesa é considerada um dos fluxos migratórios mais significativos que ocorreram no Brasil no século XX, tendo se tornado objeto de pesquisas com abordagens que se modificaram ao longo do tempo. Uma das mais recentes é a exploração da temática por meio de arquivos pessoais e relatos orais de imigrantes e seus descendentes. A preocupação com os arquivos pessoais no universo arquivístico surgiu na década de 1970 e, apesar de tardia, desde então tem sido discutida por diversas pesquisas em nível internacional. Entre os estudos desenvolvidos, destacam-se aqueles voltados às técnicas de tratamento, às questões teóricas que envolvem esses conjuntos documentais e à análise de arquivos de personalidades. Esta pesquisa teve como foco o arquivo pessoal de Noboru Oda, pescador e imigrante japonês responsável por introduzir a pesca com cerco fixo flutuante na cidade de Florianópolis, litoral de Santa Catarina, Brasil. O objetivo geral consistiu em analisar o contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda. No campo arquivístico, essa contextualização refere-se a um minucioso trabalho de pesquisa que tem como objetivos centrais a identificação do titular e de seus documentos. A pesquisa foi proposta diante da escassez de informações sobre sua história e seu arquivo, situação que tendia a favorecer a perda física e lógica do acervo. Diante disso, esta investigação foi desenvolvida, com o intuito de garantir a longevidade desses documentos, frente à possibilidade de serem utilizados em futuros trabalhos ou pela sua família. Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se como de natureza básica e de abordagem qualitativa. Conforme seus objetivos, foi uma investigação exploratória e descritiva. No que tange aos procedimentos adotados, classificou-se como bibliográfica, documental e um estudo de caso, com utilização da história oral. A partir da análise do contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda, o estudo buscou evidenciar suas contribuições socioculturais e oferecer subsídios para a estruturação de uma posterior proposta de organização dos seus documentos. Por meio das fontes utilizadas, foi possível apresentar a trajetória de vida de Noboru, descrever sua inserção na comunidade da Armação do Pântano do Sul e identificar características dos documentos do seu arquivo pessoal. O estudo do seu arquivo pessoal revelou que algumas discussões presentes na literatura não são exclusivas dos arquivos de personalidades, entre elas: a problemática da ordem original, a intervenção de terceiros, a dificuldade de identificar a atividade geradora e a carência de metadados nos documentos. Assim, constatou-se que as discussões sobre os arquivos de personalidades também são relevantes para os arquivos de pessoas comuns, ressaltando a necessidade de pesquisas contínuas sobre o tema que incorporem contribuições de outras áreas e se estendam para além dos cânones tradicionais da Arquivologia. Destacou-se ainda o potencial que a área tem de contribuir para a sociedade através do fornecimento de informações confiáveis sobre arquivos pessoais, promovendo uma comunicação mais eficaz de sua missão e incentivando a criação de novos espaços de atuação.

Palavras-chave: Noboru Oda; Imigração japonesa; Arquivo pessoal; Contexto arquivístico; Cerco fixo flutuante.

ABSTRACT

Japanese immigration is considered one of the most significant migratory flows to have occurred in Brazil at the 20th century, and it has become the subject of research with approaches that have changed over time. One of the most recent approaches is the exploration of the subject through personal archives and oral accounts of immigrants and their descendants. The concern with personal archives in archival studies emerged in the 1970s and, despite being late, has since been discussed in several studies at the international level. Among the studies developed, those that focus on treatment techniques, theoretical issues related to these archives and the analysis of personal archives of notable individuals stand out. This research focused on the personal archive of Noboru Oda, a fisherman and Japanese immigrant who was responsible for introducing an artisanal fish-trapping technique called “cerco fixo flutuante” in the city of Florianópolis, on the coast of the State of Santa Catarina, Brazil. The overall objective was to analyze the archival context of Noboru Oda’s personal archive. In archival studies, this contextualization refers to meticulous research work whose central objectives are the identification of the owner and his documents. The research was proposed due to the scarcity of information about his history and archive, a situation that tended to favor the physical and logical loss of the records. This research was conducted to ensure the preservation and longevity of these documents, considering their potential use in future work or by the family. Methodologically, the research was characterized as basic in nature and employed a qualitative approach. According to its objectives, it was an exploratory and descriptive investigation. Regarding the procedures adopted, it was classified as bibliographic, documentary, and a case study, using oral history methods. Based on an analysis of the archival context of Noboru Oda’s personal archive, this study aimed to highlight his sociocultural contributions and provide a foundation for developing a future proposal to organize his documents. Through the sources used, it was possible to present Noboru’s life trajectory, describe his involvement in the Armação do Pântano do Sul community, and identify key characteristics of the documents within his personal archive. The study of his personal archive revealed that several issues discussed in the literature are not exclusive to the archives of notable individuals. These include the problem of maintaining original order, the intervention of third parties, difficulties in identifying the generating activity, and the lack of metadata in the documents. Thus, it was found that discussions concerning the archives of notable individuals are also relevant to the archives of ordinary people, underscoring the need for continued research that incorporates contributions from other fields and extends beyond the traditional canons of Archival Science. We also highlighted the potential of the field to contribute to society through the provision of reliable information on personal archives, thereby promoting more effective communication of its mission and encouraging the development of new areas of activity.

Keywords: Noboru Oda; Japanese immigration; Personal archive; Archival context; Artisanal fish-trapping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Pergunta e objetivos da pesquisa.....	18
Figura 2 — Esquematização da fundamentação teórica.....	21
Figura 3 — Municípios com colonização japonesa na década de 1960 e 1970 em Santa Catarina	61
Figura 4 — Síntese da caracterização da pesquisa	129
Figura 5 — Página da lista geral de passageiros do navio Buenos Aires Maru	141
Figura 6 — Retrato de Noboru Oda na década de 1930 em São Paulo.....	142
Figura 7 — Ficha de Noboru Oda da Delegacia de Ordem Política e Social.....	145
Figura 8 — Registro de Noboru Oda da Delegacia Especializada de Estrangeiros	146
Figura 9 — Solicitação de naturalização de Noboru Oda	148
Figura 10 — Registro do deferimento da naturalização de Noboru Oda	148
Figura 11 — Esquema de cerco fixo flutuante	154
Figura 12 — Retratos de pescadores na Armação e no Pântano do Sul na década de 1960 ..	179
Figura 13 — Retrato de imigrantes japoneses limpando lula na praia da Armação	182
Figura 14 — Retrato de moradores limpando lula na praia da Armação	183
Figura 15 — Retrato de Noboru Oda na praia da Armação na década de 1970	187
Figura 16 — Registro civil de óbito de Noboru Oda	188
Figura 17 — Carteira de Identidade de Noboru Oda.....	196
Figura 18 — Cartão de Identificação do Contribuinte de Noboru Oda.....	198
Figura 19 — Carteira Nacional de Habilitação de Noboru Oda.....	199
Figura 20 — Título eleitoral de Noboru Oda	200
Figura 21 — Santinho religioso de Noboru Oda	204
Figura 22 — Fotografia de identidade de Noboru Oda	219
Figura 23 — Retratos e retratos de família de Noboru Oda.....	220
Figura 24 — Vistas do arquivo pessoal de Noboru Oda	223
Figura 25 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em matéria jornalística	249
Figura 26 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em documentário	250
Figura 27 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em livro ilustrado	250
Figura 28 — Contação de história no lançamento do livro	251
Figura 29 — Samba-enredo sobre Noboru Oda	252

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Pesquisa bibliográfica nas bases Scopus e Web of Science	126
Quadro 2 — Etapas da pesquisa em história oral.....	134
Quadro 3 — Opiniões sobre a diminuição da produtividade dos cercos.....	177
Quadro 4 — Documentos fotográficos no Glossário da Fundação Fernando Henrique Cardoso	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BRATAC	Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIC	Cartão de Identificação do Contribuinte
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRASC	Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
KKKK	Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.
OATD	Open Access Theses and Dissertations
PGCIN	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
RG	Registro Geral
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS	17
1.3	JUSTIFICATIVA	18
2	ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS	21
2.1	A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	22
2.1.1	Os antecedentes da imigração japonesa	23
2.1.2	A imigração experimental (1908-1924).....	31
2.1.3	A imigração tutelada (1924-1941)	36
2.1.4	A imigração em tempos de guerra (1941-1945)	45
2.1.5	A imigração pós-guerra (1945-1973).....	52
2.1.6	Os <i>nikkeis</i> em Santa Catarina.....	57
2.2	OS ARQUIVOS PESSOAIS	63
2.2.1	A origem e a evolução.....	64
2.2.2	As definições e as abordagens	79
2.2.3	A organização e a representação da informação	101
2.2.4	A identificação arquivística	109
2.2.4.1	<i>A identificação do titular</i>	<i>112</i>
2.2.4.2	<i>A identificação dos documentos</i>	<i>114</i>
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	122
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	122
3.2	ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL.....	129
4	RESULTADOS	139
4.1	NOBORU ODA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA	139
4.1.1	A trajetória de Kagoshima a Florianópolis	139

4.1.2	O cerco fixo flutuante no Brasil.....	149
4.1.3	A chegada do cerco na Ilha de Santa Catarina.....	155
4.1.4	A vida em Florianópolis	179
4.2	O ARQUIVO PESSOAL DE NOBORU ODA.....	189
4.2.1	Os documentos textuais.....	194
4.2.2	Os documentos iconográficos.....	207
4.2.3	A relação entre arquivo pessoal e memória	226
4.2.4	A relevância do arquivo pessoal da pessoa comum	237
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254
	REFERÊNCIAS.....	257
	APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO	284

1 INTRODUÇÃO

Entre os fluxos migratórios discutidos na produção científica nacional estão aqueles que aconteceram entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionados pelo desenvolvimento da indústria cafeeira e pela necessidade por mão de obra não escravizada. Nesse período, uma série de imigrantes de diferentes nacionalidades desembarcou no país em busca de melhores condições de vida, entre os quais os japoneses, responsáveis por diversas contribuições ao cenário nacional (Ueno; Luiz, 2021; Sakurai, 2002).

A vinda desse grupo de estrangeiros teve como marco o dia 18 de junho de 1908, quando, no porto de Santos, desembarcaram 781 japoneses do navio Kasato Maru (Saito, 2011; Takeuchi, 2010). Antes mesmo de sua chegada, essa imigração foi permeada por diversos debates internacionais, pautados, sobretudo, por questões raciais relacionadas à miscigenação e ao branqueamento. Essas discussões se estenderam pelo século XX e a esses imigrantes foram impostas diversas barreiras culturais e sociais no país (Dezem, 2005, 2011; Sakurai, 2004; Takeuchi, 2009b, 2016).

No Brasil, as primeiras produções focadas na imigração japonesa tiveram início com a chegada dos primeiros imigrantes, em 1908, por meio de materiais jornalísticos e publicitários² (Dezem, 2008). Essas publicações abordavam os impactos da assimilação desses imigrantes, sendo pautadas por questões alheias ao caráter científico e tendo como objetivo fundamentar discursos contrários à presença de japoneses no país — muitas vezes assumindo uma retórica estereotipada e preconceituosa, relacionada ao projeto nacional de homogeneização da população através de políticas eugenistas (Dezem, 2008). Na década de 1930, esse mesmo discurso foi difundido por políticos e intelectuais da época, contribuindo para a aprovação de leis discriminatórias (Takeuchi, 2008a, 2008c).

Foi somente na década de 1940 que surgiram as primeiras pesquisas sobre a imigração japonesa no país, impulsionadas pelas teorias tradicionais de assimilação e aculturação. Entre os pesquisadores que se destacaram nessa época estavam Emilio Willems, Herbert Baldus e Hiroshi Saito, este último responsável pela consolidação desses estudos. A partir da década de 1950, o tema ganhou força com as contribuições de Seichi Izumi e Teiti Suzuki, e, mais tarde,

² A veiculação, pela imprensa nacional, de imagens e artigos relacionados ao Japão e aos japoneses teve início com a Guerra Russo-Japonesa, em 1904. Naquele período, embora a ideia de “perigo amarelo” estivesse sendo difundida mundialmente, no Brasil ela se restringiu, inicialmente, aos debates políticos e diplomáticos. Esse mito político começou a ser divulgado no país em 1907 e passou a ganhar força a partir de 1937 (Dezem, 2008; Sakurai, 2004).

com a adesão de outros estudiosos como Ruth Cardoso, Francisca Vieira e Célia Sakurai (Ueno; Luiz, 2021).

No século XXI, novas abordagens teóricas e metodológicas passaram a incidir sobre o tema da imigração japonesa, entre elas a do brasilianista Jeffrey Lesser, a partir de conceitos como a teoria da negociação da identidade nacional e a construção de identidade hifenizada e situacional. Marcia Yumi Takeuchi e Rogério Dezem também passaram a explorar a imigração japonesa a partir da utilização de outras abordagens e fontes (Ueno; Luiz, 2021).

No que diz respeito a esses estudos na atualidade, entende-se que a imigração japonesa no Brasil é parte da história nacional, o que tem motivado o surgimento de diversas pesquisas acadêmicas com enfoque nesse tema. Além disso, elas deixaram de se restringir àquelas realizadas por antropólogos, sociólogos e historiadores, passando a contar com a participação de pesquisadores de outras áreas do conhecimento³.

No entanto, no que se refere às contribuições da Arquivologia e da Ciência da Informação aos estudos migratórios e, mais especificamente, à imigração japonesa, observa-se uma escassez de produções. Em 2008, impulsionados especialmente pelo centenário da imigração japonesa no país, ocorreu um aumento dos estudos voltados para o tema, com predominância de publicações nas áreas de História, Letras, Educação, Geografia e Sociologia. Essas produções possuem correspondência com alguns dos assuntos que são tratados nesta pesquisa, entre eles: as contribuições dos imigrantes através do trabalho e as experiências desses imigrantes na sociedade brasileira.

Os registros da vinda e da vivência desses imigrantes no Brasil fazem parte do acervo⁴ de várias instituições como o Museu da Imigração Japonesa, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo e, principalmente, dos arquivos pessoais⁵ dos *nikkeis*⁶. Conforme Carneiro (2010, p. 63), “além dos documentos sob a guarda de instituições públicas, inúmeras são as coleções particulares que extrapolam o conceito de simples ‘lembranças de família’”, podendo ser

³ Mais recentemente, emergiram pesquisas como as realizadas pelo Núcleo de Estudos Japoneses — considerado um subgrupo do Laboratório de Estudos Migratórios da Universidade Federal de São Carlos — que passaram a abordar o fluxo migratório a partir do conceito de *japonesidades*, ou ainda *japonesidades múltiplas*, com o objetivo de destacar as diferentes experiências vividas no Brasil (Machado, 2011). Acredita-se que os arquivos pessoais possam contribuir para essas discussões.

⁴ O Arquivo Nacional (2005, p. 19) define acervo como “documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”. Assim, nesta pesquisa, o termo é utilizado como sinônimo de arquivo.

⁵ Os imigrantes não europeus foram, por muito tempo, ignorados pela historiografia, sendo que as pesquisas sobre asiáticos ocorreram, principalmente, fora dos principais arquivos (Lesser, 2001).

⁶ O termo *nikkei* é atualmente utilizado por pesquisadores para designar o grupo composto por imigrantes japoneses e seus descendentes (nipo-brasileiros) (Lesser, 2015; Ueno, 2020). Sendo assim, adota-se nesta pesquisa a terminologia *nikkeis* para se referir às pessoas que integram esse grupo.

convertidas em novos saberes sobre a imigração japonesa. A preocupação com essa categoria de arquivo⁷ iniciou-se no século XX, sendo a partir da década de 1960 que os arquivos pessoais se tornaram objetos de interesse e, posteriormente, de pesquisa. Atualmente, os documentos que compõem esses arquivos são considerados registros que servem de amparo à memória e como fontes para pesquisas nas mais diversas áreas.

As discussões acerca desses arquivos são recentes nos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação e, diante de sua complexidade, caracterizam-se como desafiadoras para os profissionais da informação. Assim, esta pesquisa busca contribuir tanto com os estudos sobre migrações quanto com aqueles que se referem a arquivos pessoais. Para Sobral e Macêdo (2017), a realização de pesquisas sobre arquivos pessoais contribui para a Arquivologia ao promover problematizações e possibilitar novas reflexões quanto ao desenvolvimento da área e ao uso desses conjuntos documentais.

Ainda no que diz respeito à imigração japonesa, embora esse fluxo tenha ocorrido majoritariamente nos Estados do Paraná e de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1970 houve a chegada de imigrantes também no Estado de Santa Catarina. Entre as mudanças culturais e sociais promovidas por esse grupo, destacam-se, principalmente, as contribuições para a agricultura e a pesca no Estado.

Entre esses imigrantes estava Noboru Oda, que chegou em Florianópolis na década de 1950 e foi responsável por introduzir na cidade a pesca com cerco fixo flutuante. Essa forma diferenciada de pesca, aliada às condições favoráveis da geografia local, contribuiu para que o aparato promovesse geração de renda e benefícios à região da Armação do Pântano do Sul (Associação Nipo-Catarinense, 2022; Florianópolis, 2020a). Após esse período, a técnica se espalhou pela ilha. Passados aproximadamente 70 anos desde sua chegada, ela ainda é utilizada atualmente. Esse feito fez com que, em 2013, Dinho — como ficou conhecido na região — recebesse uma homenagem póstuma da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

A partir da sua fixação em Florianópolis é que seu arquivo pessoal foi essencialmente constituído, sendo composto por documentos textuais e, principalmente, iconográficos, contendo fotografias suas, de sua família e da comunidade da Armação. Contudo, ainda que

⁷ Para evitar conflitos terminológicos, nesta pesquisa utiliza-se o termo “categoria” para se referir à natureza dos arquivos quanto ao seu produtor, como, por exemplo, arquivos pessoais, públicos, empresariais, entre outros. Isso porque os termos “gênero”, “espécie” e “tipo” são adotados, na teoria arquivística, para classificar os documentos segundo características específicas. Ver mais sobre em Arquivo Nacional (2005).

tenha sido mencionado em pesquisas e homenageado pela ALESC, sua história e seu arquivo pessoal nunca foram privilegiados como objetos de pesquisa científica — lacunas que o presente estudo busca suprir.

1.1 PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA

A escassez de informações estruturadas sobre a história e o arquivo pessoal tende, a longo prazo, a favorecer a sua perda — seja física, pela falta de preservação adequada, ou lógica, pela carência de informações sobre seus registros. É nesse contexto que se realiza a presente pesquisa, com o intuito de garantir a longevidade dos documentos de Noboru Oda e possibilitar seu uso em futuros trabalhos. Essa iniciativa se justifica considerando que, conforme Kossoy (2010), a iconografia da imigração japonesa é fundamental não apenas para os estudos históricos e sociais, mas também para a história da família e do trabalho.

Na Arquivologia, a contextualização de um arquivo diz respeito a um minucioso trabalho de pesquisa que faz parte do programa descritivo. No caso dos arquivos pessoais, a reconstrução do contexto arquivístico envolve não apenas a identificação dos documentos, mas também a identificação do seu titular (Oliveira, 2010). Nesse sentido, a identificação do contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda possibilita evidenciar suas contribuições para a atividade pesqueira em Florianópolis, bem como oferecer subsídios para a estruturação de uma proposta futura de organização de seus documentos, a partir do cruzamento entre seu arquivo pessoal e fontes bibliográficas, documentais e orais.

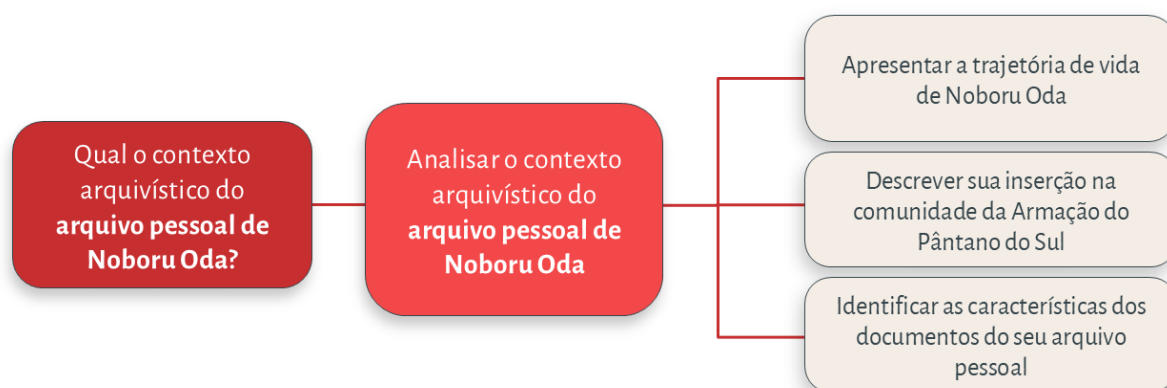
Assim, considerando o papel social que exerceu em nível local e o fato de que seu acervo jamais recebeu tratamento arquivístico, definiu-se como pergunta de pesquisa: qual o contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda?

1.2 OBJETIVOS

Com o intuito de solucionar essa problemática, tem-se como objetivo geral: analisar o contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda. Para alcançar este objetivo, estabeleceu-se como objetivos específicos: apresentar a trajetória de vida de Noboru Oda; descrever sua inserção na comunidade da Armação do Pântano do Sul e; identificar as características dos documentos do seu arquivo pessoal.

A falta de informações sistematizadas sobre o titular e seu arquivo impede que uma organização coerente seja realizada. Assim, os objetivos foram definidos com o intuito de oferecer subsídios para um posterior tratamento do acervo⁸ e para outras produções que venham a ser desenvolvidas sobre o tema⁹. A seguir, a Figura 1 apresenta o resumo dos pontos supracitados:

Figura 1 — Pergunta e objetivos da pesquisa



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza básica e abordagem qualitativa. Conforme seus objetivos, é exploratória e descritiva e, no que tange aos procedimentos adotados, é bibliográfica, documental e um estudo de caso, com utilização da metodologia da história oral.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ainda que se trate de um estudo de caso, o que até certo ponto dificulta a generalização dos resultados para a área em sua totalidade, almeja-se que esta pesquisa possa contribuir para os estudos sobre arquivos pessoais, considerando a possibilidade de identificação de similaridades com outros arquivos para a aplicação do método utilizado. Esses estudos são

⁸ Os objetivos desta pesquisa foram propostos com base na literatura arquivística apresentada na fundamentação teórica. Entre as publicações que descrevem um caso de aplicação prática na organização de um arquivo pessoal, destaca-se o Manual de Organização de Arquivos Pessoais, desenvolvido pelo Departamento de Arquivo e Documentação, Casa de Oswaldo Cruz e Fundação Oswaldo Cruz (2015) — que estabelece, entre outras diretrizes, que a organização de um acervo deve ser precedida pela identificação do titular do arquivo e de seus documentos.

⁹ Entre elas está o livro infantil sobre a história de Noboru Oda, desenvolvido pela Nipocultura, para o qual a presente pesquisa contribuiu com informações. A produção do livro foi viabilizada com recursos do Edital de Apoio às Culturas nº 623/SMA/DSLC/2021, do Fundo Municipal de Cultura 2021, vinculado à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

relativamente recentes na Arquivologia e, embora tenham ganhado adeptos nos últimos anos, ainda são, de certa forma, marginalizados dentro da produção científica. Esse aspecto está em conformidade com a situação identificada por Oliveira (2012, p. 71),

Reconheço cada arquivo como único, na medida em que cada organização, indivíduo ou família possui identidades próprias marcadas pelos seus respectivos papéis sociais, suas atividades e suas relações. É necessário frisar que essa individualidade presente no universo dos arquivos não inviabiliza sua abordagem científica. Muito ao contrário, coloca a área num patamar de dificuldade que exige um rigor extremo no protocolo e na conduta científica com vistas a produzir conhecimento sobre os arquivos.

Tampouco são identificadas contribuições expressivas da área aos estudos sobre migrações. Considerando que os arquivos pessoais têm relação direta com esses debates, a identificação, descrição e discussão do acervo de Noboru emergem como potencialidades para essa contribuição, além de estarem alinhadas com a missão da Ciência da Informação de promover o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural.

Cabe destacar que esta pesquisa não ignora as discussões e manifestações dos *nikkeis*, uma vez que preconceito, racismo e xenofobia ainda são problemas enfrentados por esse coletivo no século XXI. Essa situação tornou-se ainda mais complexa em decorrência da pandemia de SARS-CoV-2 (causadora da doença Covid-19). O vírus, que teve origem na China, propiciou a generalização sobre grupos de origem asiática, tornando-os alvos ainda maiores de preconceito.

Somado a isso, em julho de 2024, o Governo Brasileiro deferiu o pedido de anistia a imigrantes japoneses e seus descendentes, reconhecendo as perseguições políticas sofridas por esse grupo durante a Segunda Guerra Mundial. Durante a 10ª sessão da Comissão de Anistia, a presidenta da Comissão, Eneá de Stutz e Almeida, pediu desculpas, em nome do país, pelos atos de crueldade, preconceito, xenofobia e racismo aos quais esse grupo foi submetido. Ela também destacou a relevância de que suas histórias sejam contadas, para que episódios semelhantes não voltem a acontecer (Brasil, 2024a).

É fato que uma única pesquisa é incapaz de sanar essas problemáticas. Entretanto, entende-se que, ao colocar pessoas e seus problemas em evidência, pode-se contribuir para essas discussões e para a busca de soluções. A falta de representatividade, que também é uma das reivindicações desse grupo, pode, com o somatório de pesquisas e produções dos mais

diversos tipos, vir a ser minimizada¹⁰. É nesse sentido que esta tese tem como um dos seus propósitos somar-se a algumas das pautas defendidas por esse coletivo.

Localmente, a história de Noboru Oda e de seu arquivo está intimamente ligada à história da Armação do Pântano do Sul e, em uma perspectiva mais ampla, à de Florianópolis, visto que a pesca é parte da cultura da cidade e o cerco fixo flutuante uma das técnicas que compõem essa atividade tradicional. Nessa perspectiva, esta pesquisa também pretende contribuir para a preservação da história local.

Ademais, de acordo com Cox (2017, p. 58), “nossos próprios arquivos oferecem os meios mais íntimos de compreender o passado, visto pelos olhos de membros distantes das famílias [...]”, e “os documentos de família podem ser testemunhos incrivelmente vigorosos do passado e do lugar que alguém ocupa no mundo” (Cox, 2017, p. 186). Considerando esses contextos e possibilidades, pede-se licença para encerrar esta introdução a partir de uma perspectiva pessoal.

Enquanto descendente de imigrantes japoneses, uma das motivações para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu durante a pandemia, a partir do desejo de conhecer mais sobre minha própria história e aprender mais sobre minha origem — questões que estão relacionadas à construção da identidade e à maneira de enxergar o mundo e como ser parte dele.

¹⁰ As vivências e experiências de pessoas amarelas no Brasil vêm ganhando espaço em diversas produções, entre elas o quadrinho “Vozes Amarelas”, de Monge Han; o documentário “O Perigo Amarelo Nos Dias Atuais”, dirigido por Hugo Katsuo; e o curta-metragem “Amarela”, dirigido por André Hayato Saito — produção que concorreu à Palma de Ouro na 77ª edição do Festival de Cannes, realizada em 2024.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

A presente seção consiste na fundamentação teórica dos temas abordados nesta tese. A seguir, a Figura 2 apresenta a esquematização dos conteúdos abordados nas subseções seguintes.

Figura 2 — Esquematização da fundamentação teórica



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

2.1 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Segundo Shizuno (2008, p. 73), “atualmente a exploração do trabalho, o preconceito e o racismo afetam as populações migrantes do mundo todo”, sendo costumeiro que o imigrante seja visto apenas como recurso humano para o trabalho. Nesse contexto, as discussões sobre migrações permanecem atuais¹¹ e demandam contribuições de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de compreender tanto os fluxos migratórios ocorridos quanto os que ainda estão em ocorrência no país.

São diversas as razões pelas quais esses fluxos ocorrem. De maneira geral, as péssimas condições de vida, a falta de emprego, a imposição de governos autoritários e a ocorrência de conflitos dos mais diversos tipos são alguns dos fatores que levam pessoas a migrarem (Shizuno, 2008). Contudo, cada caso tem suas próprias características e particularidades, e a Arquivologia e a Ciência da Informação podem oferecer subsídios para a compreensão desses fluxos ao refletirem sobre quem são esses imigrantes. Uma das formas de contribuir para os estudos migratórios é através da discussão e do tratamento de arquivos pessoais que, por contarem com informações sobre pessoas e grupos, servem como fontes para diferentes tipos de produções.

No Brasil, entre os fluxos migratórios que ganharam destaque, estão aqueles ocorridos entre o final do século XIX e o início do século XX — impulsionados principalmente pela necessidade de mão de obra para a cafeicultura. Nesse período, imigrantes de diferentes nacionalidades desembarcaram no país em busca de melhores condições de vida, entre eles os japoneses (Sakurai, 2002).

A partir disso, a imigração japonesa no Brasil passou a ser um assunto discutido na produção nacional, inclusive com contribuições de pesquisadores de outros países, sobretudo no campo das Ciências Humanas (Martins, 2017; Ueno; Luiz, 2021). De acordo com Martins (2017, p. 360), esses estudos,

Na sua maioria, trabalham e analisam estereótipos que associam os nipônicos à propaganda fabricada para seu ingresso no Brasil — em momento de forte culto eugênico — quando a ‘raça amarela’ era vista fisicamente como imprópria à construção do novo homem brasileiro então previsto pelo Estado: loiro, alto e forte.

¹¹ Em 2012, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) teve como tema da redação “O movimento migratório para o Brasil no século XXI”, demonstrando o caráter contínuo dessas discussões no país.

As primeiras pesquisas científicas sobre o tema surgiram a partir da década de 1940 e, desde então, aumentaram significativamente. Passados mais de oitenta anos desde os primeiros estudos, o campo historiográfico sobre esse fluxo migratório cresceu e vem sendo construído pelos discursos de diversos pesquisadores, que buscaram e buscam entender o tema através de conceitos como aculturação, assimilação e identidade negociada — conforme apresentado nesta seção (Ueno; Luiz, 2021).

2.1.1 Os antecedentes da imigração japonesa

O primeiro registro da presença de japoneses no país data de quase um século antes de Brasil e Japão estreitarem seus laços diplomáticos com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1895. Foi em 1803 que, na Ilha de Santa Catarina¹², aportaram os primeiros japoneses, não como imigrantes, mas como náufragos voltando para o Japão nos navios russos *Nadeshda* e *Neva* (Gaudioso, 2003; Krusenstern, 1996; Lisiansky, 1996).

Era final do século XVIII quando pescadores japoneses, a bordo do barco a vela *Wakamiya Maru*, ficaram à deriva no mar japonês. Conforme Gaudioso (2003), o livro mais antigo que registra esse fato é o “*Kankai Ibun: informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo*”, organizado por Otsuki Gentaku e Shimura Hiroyuki, em 1807. A coletânea relata a trajetória desses japoneses em mais de quinze volumes; os primeiros discorrem sobre os acontecimentos do naufrágio até serem salvos por nativos das Ilhas Aleutas (região do Alasca), bem como a passagem deles pela Rússia, enquanto o volume doze¹³ descreve o primeiro contato dos japoneses com o Brasil.

Entre outros relatos sobre o ocorrido estão os trabalhos de Adam Johann von Krusenstern (Ivan Fedorovich Kruzenshtern¹⁴), chefe da expedição, publicado em 1811; do naturalista Georg Heinrich von Langsdorff, de 1812; e do capitão do navio *Neva*, Urey Lisiansky (Yuri Lisyansky¹⁵), de 1814. No Brasil, as partes das obras que tratam da passagem por Santa Catarina foram traduzidas e fazem parte do livro “*Ilha de Santa Catarina: relato de*

¹² Optou-se por incluir esse ocorrido na fundamentação teórica para mostrar que a história entre a cidade de Florianópolis e o Japão antecede em mais de um século o fluxo migratório iniciado no século XX.

¹³ O volume 12 do livro foi traduzido por Tomoko Kimura Gaudioso e está disponível no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183184>.

¹⁴ Também aparece na literatura pelo nome em russo.

¹⁵ *Idem* ao anterior.

viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX”, organizado por Martim Afonso Palma de Haro, em 1979, e nas edições subsequentes (Haro, 1979).

Gaudioso (2003) afirma que o barco Wakamiya Maru partiu de Ishinomaki, Sendai (região norte do Japão), no dia 27 de novembro de 1793, com destino a Edo (atual Tóquio), transportando sacas de arroz e toras de madeira, e tripulado por dezesseis homens. Contudo, a embarcação perdeu o curso durante uma tempestade e, após ficar à deriva por mais de seis meses, chegou às Ilhas Aleutas. No local, os japoneses foram resgatados por nativos colonizados pelos russos (Gaudioso, 2003).

Após alguns anos e mudanças de cidades decorrentes de ordens da Czarina Catarina II, foi dada aos japoneses a oportunidade de decidir sobre suas próprias vidas. Dos dezesseis tripulantes, dois morreram, dez converteram-se ao catolicismo e decidiram permanecer na Rússia, e quatro optaram por retornar ao Japão quando questionados pelo Czar Alexandre I (Gaudioso, 2003; Krusenstern, 1813). O retorno ao país de origem foi concedido pelo monarca como forma de avançar em negociações diplomáticas.

O navio partiu do porto de São Petersburgo com os quatro náufragos que não tinham se convertido ao catolicismo e optaram por retornar ao Japão: Tsudayu, Gihei, Sabei e Tajurou; além de Zenroku, um dos japoneses que decidiu permanecer na Rússia e acompanhou a expedição como decorrência de seu trabalho junto ao emissário do império russo na viagem (Gaudioso, 2003; Krusenstern, 1813).

Em dezembro de 1803, os navios Nadeshda e Neva aportaram na cidade litorânea de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e ficaram até fevereiro do ano seguinte. A chegada dos japoneses no porto de Nagasaki, no Japão, ocorreu somente em 1804, mais de 11 anos após o naufrágio, devido a uma série de fatores históricos que ocorreram na Rússia (Gaudioso, 2003; Krusenstern, 1813). Segundo Gaudioso (2003, p. 10, grifo do autor),

Esses quatro náufragos certamente contribuíram profundamente para a futura concretização do tratado de amizade firmado entre Japão e Brasil. É através deles que os japoneses, vivendo na clausura pelo fechamento dos portos decretado pelo *shogunato* de Tokugawa, passam a conhecer a imensidão do mundo de forma mais concreta. Os náufragos, como os primeiros japoneses que fizeram uma viagem completa do hemisfério norte ao hemisfério sul, forneceram uma importante descrição sobre tudo que viram em suas viagens, inclusive no solo brasileiro, identificando semelhanças nos produtos aqui encontrados, o que confirma a afinidade dos japoneses com o Brasil.

Apesar desse fato, foi apenas com a necessidade da indústria cafeeira de substituir a utilização de mão de obra escrava (que sofreu gradual diminuição com o aparecimento de legislações abolicionistas promulgadas entre 1850 e 1888) que foram postas em prática políticas migratórias que fomentaram a entrada de trabalhadores no país para a produção do café e para a ocupação de áreas demograficamente vazias (Dezem, 2011; Saito, 2011). A priorização de imigrantes brancos europeus, bem como a desconsideração do trabalhador nacional (mestiços) como mão de obra alternativa, ocorreu em razão dos interesses de deputados e fazendeiros da época (Dezem, 2005, p. 60).

As políticas migratórias focadas em asiáticos sofreram resistência por parte das elites políticas e intelectuais da época. Os discursos do período assumiram posições divergentes: alguns favoráveis, por entenderem que os imigrantes ofereceriam mão de obra boa e barata para as lavouras; e outros contrários, fomentados pelas questões raciais e culturais e pelo medo do desconhecido¹⁶ (Shizuno, 2010; Takeuchi, 2008a, 2008c). Essas discussões refletiram uma ambivalência quanto às representações sobre os imigrantes no Brasil que, ao longo do século XX, não apresentaram um caráter homogêneo, assumindo diferentes configurações e combinações (Martinello; Carvalho, 2010).

Segundo Takeuchi (2008a, p. 174), “inassimiláveis, eugenicamente inferiores e produtores de pobreza nos países que os recebiam”, essa era a imagem negativa vinculada aos japoneses e que repercutia nos meios político e acadêmico. Esses discursos contrários viriam, mais tarde, a agregar às ideias de perigo e ameaça, constituindo o discurso antinipônico difundido na produção nacional do século XX (Ueno, 2019, 2020). Carneiro (2010, p. 64) afirma que:

Sua identidade de cidadão desejável ou indesejável — por sua raça, cultura, moral ou religião — foi sempre construída pela diferença em relação ao ‘outro’. Dependendo dos interesses em questão, o japonês foi visto como estrangeiro inassimilável, atrasado, grosseiro ou então, como o súdito de uma nação imperialista e poderosa.

Quanto à questão racial, a preocupação de parte do grupo contrário aos imigrantes estava voltada para a constituição da população brasileira, considerada por alguns como

¹⁶ Conforme destacado nas pesquisas de Gaudioso (2003) e Saito (2011), o Japão viveu um longo período de isolamento durante a Era Edo, também conhecida como *Shōgunato* de Tokugawa (1603-1868), o que influenciou no desconhecimento do mundo quanto aos hábitos e costumes de seus habitantes. Segundo Takeuchi (2008b), o pouco que se sabia sobre o Japão era baseado nos relatos de viajantes ou através dos acervos de colecionadores. Ver mais sobre as questões políticas que antecederam a imigração japonesa em Dezem (2005) e Takeuchi (2010).

excessivamente e negativamente miscigenada. Por outro lado, a noção de “branqueamento”, pautada nas ideias científicas do século XIX, tornou-se fator estimulante para o estabelecimento de políticas migratórias que exaltavam e promoviam a vinda de imigrantes europeus, tendo em vista “depurar” a raça brasileira (Lesser, 2001; Sakurai, 2004; Sasaki, 2006; Shizuno, 2008; Takeuchi, 2008a, 2008b, 2009a; Ueno, 2019, 2020). Os debates em torno da questão racial e, consequentemente, da identidade nacional, foram marcados por diferentes pontos de vista, conforme analisado por Lesser (2001).

É preciso ressaltar que “a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra *raça* fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (Seyferth, 2002, p. 118, grifo do autor). Assim, foi a partir das ideias de superioridade branca que a vinda de europeus ganhou força em meados do século XIX. Inicialmente, esses discursos estavam mais evidentes nas discussões políticas do que em textos normativos, como leis e decretos (Seyferth, 2002). Segundo Takeuchi (2016, p. 28, grifo do autor),

A nossa *intelligentsia* — influenciada pelo positivismo e pelas teorias raciais divulgadas na Europa desde a segunda metade do século XIX —, a partir dos conceitos da eugenia, em voga tardiamente no nosso país, defendia um progressivo branqueamento da população brasileira por meio do incentivo à imigração europeia.

As teorias raciais advindas da Europa ganharam força no país no final do século XIX, sendo adaptadas à realidade brasileira. Entre essas teorias estavam as do conde Arthur de Gobineau, integrante da Corte de D. Pedro II e um dos principais intelectuais da monarquia que tratavam de questões relativas à mestiçagem e à mistura entre “raças superiores e inferiores”. Segundo Sousa (2008, p. 123), “o Brasil, aos olhos de Gobineau, padecia de dois problemas fundamentais: primeiramente a falta de um passado histórico medieval [...]”, e “[...] o segundo, e mais grave problema, era alto grau de miscigenação da população do país, o que aos olhos do Conde era sinônimo de degeneração”. Gobineau argumentava que os seres humanos podiam ser divididos em três tipos hierárquicos: os brancos, considerados superiores e modelos de beleza; seguido dos amarelos¹⁷, grupo que incluía japoneses e chineses; e os negros, considerados modelos de feiura (Dezem, 2005, p. 210).

¹⁷ Na atualidade, o termo é utilizado com uma conotação positiva, sendo compreendido, inclusive, como um ato de empoderamento.

De acordo com Sasaki (2006, p. 100), “esse período associava formulações sociológicas, de medicina social e políticas públicas na tentativa de explicar e resolver o atraso socioeconômico brasileiro”, sendo esse atraso costumeiramente associado à presença de negros na população. A autora afirma ainda que, entre as ideias que endossaram esse discurso, estavam aquelas de pensadores brasileiros e estrangeiros, como: Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, entre outros (Sasaki, 2006).

Nesse período, “[...] a elite brasileira estava preocupada em construir uma nação, com anseios eugênicos”, ponto consentido até mesmo pela diplomacia brasileira da época (Sasaki, 2006, p. 100; Takeuchi, 2008b). Assim, os imigrantes do leste asiático, ainda que atendessem à necessidade de mão de obra da cafeicultura, não atendiam aos padrões estabelecidos para a construção de uma identidade nacional brasileira e ameaçavam o projeto étnico que estava sendo planejado para o Brasil.

A imigração dos japoneses, ainda que tivesse apoiadores, foi desde antes mesmo do seu início permeada por resistência, afinal, a preocupação das elites brasileiras estava no branqueamento da população, e o japonês era elemento estranho dentro desse contexto: nem branco, nem preto (Sakurai, 2004; Sasaki, 2006; Takeuchi, 2008a, 2010). Segundo Sasaki (2006, p. 101), “negros e brancos eram as duas pontas de uma tensa relação racial que atravessava as diversas naturezas das relações sociais estabelecidas no Brasil”. Nesse cenário, os japoneses tinham dificuldade para encontrar seu lugar dentro do país (Sasaki, 2006). Assim, ao não se enquadrarem nesse binômio, os japoneses, assim como outros imigrantes, acabariam desafiando a noção de identidade nacional europeizada e homogênea do século XX (Lesser, 2001, p. 25).

No final do século XIX, em 1870, paralelamente à chegada dos primeiros imigrantes italianos, os chineses passaram a ser considerados um grupo com potencial para migrar ao país. A chamada “questão chinesa” entra em discussão nessa época, sendo permeada por discursos relacionados à economia, cultura, raça e identidade nacional brasileira (Lesser, 2001). Conforme Lesser (2001, p. 39), os debates em torno dessa questão foram controversos, reunindo políticos que “[...] nem sempre eram coerentes com sua filiação liberal ou conservadora, e alianças políticas as mais bizarras eram a norma”. Assim, havia tanto defensores da vinda desses imigrantes para o Brasil quanto opositores, que não aceitavam a substituição de escravizados por chineses (Dezem 2005; Lesser, 2001). Esses debates se acirraram nas reuniões do

Congresso Agrícola de 1878¹⁸, que reuniu membros da aristocracia rural e do governo imperial, e acabaram por descartar a vinda dos chineses ao país (Dezem, 2005; Sakurai, 2004). A ideia que persistia era a de que deveria ser privilegiada uma imigração de “raças mais aperfeiçoadas”, ou seja, europeus brancos (Dezem, 2005, p. 73).

Posteriormente, na década de 1890, motivada por ideais eugenistas, a entrada de imigrantes africanos e asiáticos no país foi limitada pelo Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Em 1892, passou a ser permitida a entrada de chineses e japoneses, com algumas exceções, através da Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, pautada na busca por mão de obra barata e temporária que seria proporcionada por essa migração. No entanto, a vinda de chineses ao Brasil não ocorreu em número significativo¹⁹, e foram os japoneses os principais asiáticos a chegarem ao país para suprir essa demanda.

Para Lesser (2001), apesar de não efetivada, a imigração chinesa estabeleceu parâmetros quanto à etnicidade no Brasil. Nessa perspectiva, os discursos preconceituosos difundidos sobre os chineses contribuíram para a construção de um imaginário nacional acerca dos asiáticos e, conseqüentemente, dos *nikkeis*. Por outro lado, na visão de Dezem (2005), apesar do imaginário nacional sobre a “raça amarela” ter sido construído a partir dos chineses, “[...] os estereótipos negativos com relação a esse tipo de imigrante tornavam-se quase que hegemônicos nos debates, fato que não ocorreu com o elemento japonês” (Dezem, 2005, p. 58). Conforme constatou, “diferente do discurso relativo ao *chim*, carregado de estereótipos e, portanto, assumidamente negativo, o discurso sobre o japonês, desde o início, assumiu diferentes formas, tornando-se mais complexo [...]” (Dezem, 2005, p. 237, grifo do autor). Ainda assim, com o início da imigração, estereótipos utilizados contra os chineses foram, ao longo do século XX, adaptados aos japoneses, sendo esse segundo grupo considerado até mais perigoso (Dezem, 2005, p. 284).

Conforme Sakurai (2004, p. 5), “[...] desde o início do século vinte, percebe-se que os japoneses estão sempre na mira dos responsáveis pela elaboração das políticas restritivas de imigração”. Por isso, a entrada desses imigrantes no Brasil foi tardia, visto que, de um lado, estavam os debates sobre a questão racial e, de outro, a pressão do governo japonês e a necessidade de mão de obra para a cafeicultura (Sakurai, 1995, 2002). Entre os discursos

¹⁸ Ver mais sobre o Congresso Agrícola de 1878 e as discussões sobre os chineses nesse período em Dezem (2005).

¹⁹ Conforme Dezem (2005, p. 108, grifo do autor), “desde a primeira tentativa de D. João VI em 1814 até a década de 1880, o número de chineses (*chins* ou *coolies*) que vieram para o Brasil (maior parte para o Rio de Janeiro) não ultrapassou 3.000 almas”.

utilizados pelos apoiadores, estava o do “estereótipo japonês”. De acordo com Hibarino e Kawachi (2014, p. 303),

[...] os órgãos do governo brasileiro responsáveis por justificar a importância dessa mão de obra aproveitaram-se das características daquilo que se entende por ‘o estereótipo japonês’, aos quais comumente se relacionam a disciplina, a calma, a submissão e a dedicação ao trabalho, além da experiência na agricultura, para reforçar o perfil do trabalhador mais adequado ao país.

Esse discurso também foi endossado por autoridades japonesas que almejavam efetivar essa migração. As primeiras negociações sobre um acordo de amizade entre os países iniciaram-se em 1892, mas foi somente em 1894 que ocorreram avanços nessas discussões, com a chegada do diplomata japonês Sho Nemoto²⁰ ao Brasil (Lesser, 2015). De acordo com Lesser (2001, p. 154), “[...] Nemoto vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros”. Ainda segundo o pesquisador,

As políticas do século XIX, influenciadas pela eugenia, apoiavam a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos como ‘braços para a lavoura’. No entanto, o medo da militância social e trabalhista, bem como preocupações quanto à assimilação, sugeria que outros grupos não europeus fossem considerados como possibilidades. Os mais importantes foram os imigrantes japoneses, vistos como modernos, laboriosos e dóceis. Essas ideias brasileiras foram reforçadas pelo crescente poderio internacional e industrial do Japão. Intelectuais e políticos japoneses muitas vezes se promoveram como sendo cidadãos da única nação ‘branca’ da Ásia, o que soava atraente a setores das classes dominantes brasileiras (Lesser, 2015, p. 45).

No ano seguinte, em 1895, foi firmado o primeiro tratado entre Brasil e Japão, possibilitando o início do fluxo migratório alguns anos mais tarde. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação marcou o início das relações diplomáticas entre os dois países. Conforme Sakurai (2004, p. 4), “esse Tratado é favorável ao Japão não apenas pela possibilidade de abrir caminhos para o seu comércio exterior, mas também para direcionar parte de sua população para outras partes do mundo além dos Estados Unidos” — país que recebia imigrantes japoneses desde a década de 1870²¹.

²⁰ Também aparece na literatura como “Tadashi Nemoto”, ver Saito (2011) e Silva (2008).

²¹ O primeiro tratado firmado pelo Japão foi em 1854, com os Estados Unidos. Posteriormente, o Japão firmou acordos com o Peru, em 1873; com o México, em 1888; e com o Brasil, em 1895 (Dezem, 2014).

O Japão passava pela Era Meiji (1868-1912), período que contou com o retorno da figura do imperador ao poder, levando o país a uma reestruturação econômica e favorecendo o crescimento populacional. Essa situação acarretou no aumento das tensões sociais nas zonas rurais empobrecidas e influenciou a busca por melhores condições de vida nas áreas urbanas, o que resultou no aumento da densidade demográfica dessas regiões no final do século XIX e início do século XX (Lesser, 2015; Sakurai, 1995; Saito, 2011). Até 1868, período que o Japão passou pela Era Edo, o modelo de governo japonês era semelhante ao feudalismo europeu, com o poder centralizado na figura do *shōgun*²² (Sakurai, 2004).

Na Era Meiji, o país passou por um acelerado crescimento econômico e populacional e “as áreas disponíveis para a prática agrícola (atividade predominante na época) não eram suficientes para sustentar a crescente população” (Sakurai, 2004, p. 5). Esse novo cenário levou o Japão a optar pela emigração para as Américas, assim como pela colonização e dominação de países próximos. O governo tinha interesse de que seus súditos fossem bem-sucedidos, a fim de que não retornassem ao país, auxiliassem na oferta de matérias-primas escassas no Japão e vendessem uma imagem positiva do país (Dezem, 2005, 2011; Hibarino; Kawachi, 2014; Lesser, 2015; Sakurai, 2004; Takeuchi, 2009a). Esse contexto influenciou no desenvolvimento de políticas migratórias por parte do Japão, que buscava se modernizar aos moldes dos países ocidentais e se estabilizar dentro da economia mundial após sua entrada tardia (Dezem, 2011; Sakurai, 2000; Takeuchi, 2008a). Por outro lado, a aspiração dos imigrantes era vir ao Brasil para enriquecer nas lavouras de café e retornar o mais breve possível ao país asiático, pois essa era a propaganda difundida na época e, para algumas famílias — que nem sempre eram de agricultores —, parecia uma alternativa para uma vida melhor (Hibarino; Kawachi, 2014; Takeuchi, 2010).

Dessa forma, enquanto do lado brasileiro as políticas agrícolas com foco no café demandavam mais mão de obra, devido à diminuição na entrada de imigrantes no país²³, do lado japonês, a modernização, o aumento da população e a resistência aos japoneses em alguns países que recebiam imigrantes²⁴ motivaram a oferta de japoneses ao Brasil (Lesser, 2001;

²² Era o comandante do exército, também traduzido como xogum. Assim, o *shōgunato* ou xogunato, era o governo comandado pelo *shōgun*, caracterizando-se, assim, como uma ditadura militar.

²³ Em 1900, ocorreu o primeiro déficit migratório no Brasil, fato que se repetiu nos anos de 1903, 1904 e 1907. Além disso, no ano de 1902, o governo italiano suspendeu o subsídio na passagem para a vinda de imigrantes italianos ao país. O cenário brasileiro do começo do século XX ainda contava com o descontentamento dos imigrantes frente aos maus-tratos e por uma superprodução de café (1903-1905), que precisava de novos mercados para o escoamento (Dezem, 2005; Takeuchi, 2010).

²⁴ Países como os Estados Unidos, Canadá, México e Peru já recebiam japoneses antes do Brasil começar a receber. Posteriormente, as reações contrárias à presença de japoneses e as discussões de cunho racial e eugênico em vigor

Sasaki, 2006; Ueno, 2019). Assim, em 6 de novembro de 1907, doze anos²⁵ após o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, foi assinado o acordo inicial da imigração japonesa, firmado entre a Companhia Imperial de Imigração Tóquio-Japão e o Governo do Estado de São Paulo (Saito, 2011).

2.1.2 A imigração experimental (1908-1924)

Em 18 de junho de 1908²⁶, desembarcou no porto de Santos, no Estado de São Paulo, o navio Kasato Maru, o primeiro a trazer imigrantes japoneses, com um total de 781 pessoas. Desde então, milhares de imigrantes japoneses chegaram ao Brasil,

[...] durante boa parte do século XX, outros navios trouxeram milhares de japoneses: de 1908 a 1920 aqui chegaram 28.706 emigrantes; de 1921 a 1940, eles totalizaram 160.764 e de 1941 a 1960, foram registrados 43.572 emigrantes. A irregularidade no ingresso foi verificada principalmente nos períodos dos grandes conflitos mundiais, sobretudo da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro opôs-se aos países do Eixo, do qual o Japão fazia parte (Wawzyniak, 2004, p. 50).

Segundo Sakurai (2000), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1908 e 1925, entraram no Brasil 32.267 imigrantes japoneses, aproximadamente 6.200 famílias. Esses imigrantes foram alocados principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná e, em menor número, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, em áreas agrícolas de cultivo de café, algodão, pimenta e hortaliças. Inicialmente, a vinda desses imigrantes foi patrocinada pelo poder público. De 1908 a 1924, chamado de período “experimental”, o financiamento ocorreu por parte do Governo do Estado de São Paulo²⁷. No período seguinte, de 1924 a 1941, os recursos passaram a vir do governo japonês, quando

na Europa influenciaram a resistência desses países a esses imigrantes (Dezem, 2014; Saito, 2011; Sakurai, 2000; Ueno, 2019). As relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos foram abaladas em 1907, com a assinatura do *The Gentlemen's Agreement of 1907* — acordo que previa que o país asiático deveria proibir a saída dos imigrantes para o país norte-americano. O acordo foi realizado de forma informal para evitar uma proibição explícita dos Estados Unidos a esse grupo (Ueno, 2019). Ver mais sobre imigrantes japoneses na América Latina em Dezem (2014) e Takeuchi (2016).

²⁵ Ver mais sobre os bastidores diplomáticos da efetivação da imigração em Takeuchi (2016).

²⁶ De acordo com Saito (2011), a embarcação aportou no dia 17 de junho e o desembarque ocorreu na manhã seguinte, sendo esse o marco inicial da imigração japonesa no país. Os japoneses que desembarcaram do navio vieram de diferentes províncias, entre elas: Ehime, Hiroshima, Kochi, Kumamoto, Nīgata, Tóquio, Yamaguchi, e, em maior número, de Kagoshima, Fukushima e Okinawa.

²⁷ Entre os anos de 1914 e 1917, ocorreu a interrupção desses subsídios, visando fomentar a entrada de imigrantes europeus. Contudo, com a Primeira Guerra Mundial, a entrada de imigrantes japoneses voltou a ser financiada até 1922 (Saito, 2011; Takeuchi, 2008a; Ueno, 2019).

ingressaram mais de 75% dos imigrantes no país, com auge nos anos de 1933 e 1934 (Shizuno, 2001; Saito, 2011).

Os japoneses que chegaram ao país precisaram enfrentar uma série de dificuldades de adaptação decorrentes do choque cultural. Entre os fatores que contribuíram para isso estavam o desconhecimento da língua portuguesa e a discrepância do clima e da alimentação em relação à sua terra natal. As condições nas fazendas também não eram favoráveis, visto que esses imigrantes chegaram para substituir o trabalho que até então era realizado por escravizados. Em alguns casos, as condições de trabalho desses imigrantes eram análogas à escravidão (Hibarino; Kawachi, 2014; Ueno, 2019).

Além disso, “desde o início, os imigrantes japoneses eram vistos pelo governo paulista como potenciais colonos para o trabalho nas fazendas de café, [...] sob esta lógica, a totalidade do contingente japonês deveria ser formada por agricultores, principal requisito para se poder imigrar”, um ponto que não foi atendido pelas companhias de emigração japonesas, as quais estavam mais interessadas no lucro do que em contribuir para o fluxo migratório (Dezem, 2011, p. 5). Assim,

As colônias se formaram a partir do sonho de independência econômica, cerceado no trabalho braçal nas fazendas de café. A grande lavoura foi o destino inicial dos imigrantes japoneses nos primeiros tempos da emigração, visto que a elite agrária paulista considerava os orientais trabalhadores mais dóceis e menos politizados que os seus congêneres italianos. Entretanto, o modo de trabalho recalcado no regime de semiescravidão motivava as fugas ou a baixa fixação nas propriedades, numa repetição do que ocorria também entre os europeus (Takeuchi, 2009a, p. 1).

Nessa mesma perspectiva, Saito (2011, p. 59) destaca que:

O início da vivência no Brasil significava, aos olhos da grande maioria, uma situação alarmante, as acomodações precárias (nas casas de pau a pique) e a falta de condições mínimas de higiene nada condiziam com a proposta oferecida aos imigrantes no Japão. Não bastasse o desconforto das acomodações e a jornada dura de trabalho pesado, ainda havia a questão dos baixos salários, que mal conseguiam pagar as despesas básicas. As inúmeras complexidades iniciais, aliadas ao desconhecimento da língua e dos hábitos alimentares, uma vez que os japoneses não tinham o costume de consumir gordura animal em suas refeições, acabavam motivando a ideia de fuga noturna nos trabalhadores.

As exigências contratuais impostas pelos fazendeiros fizeram com que muitas famílias contassem com agregados²⁸, que nem sempre permaneciam para cumprir os termos do contrato. Por isso, não foram poucas as histórias de suicídios, fugas noturnas e greves (Hibarino; Kawachi, 2014, p. 312). Takeuchi (2010) destaca que, diante do fracasso dos pioneiros, o segundo navio com imigrantes japoneses chegou ao Brasil apenas em 1910, dois anos após a chegada do Kasato Maru, sendo também considerado um fracasso. Esses fatores, somados às discussões de cunho racial, influenciaram a desconfiança das autoridades paulistas em relação aos imigrantes (Dezem, 2011). Na verdade, o que ocorria era um choque provocado por interesses conflitantes, conforme sistematizado por Dezem (2011): as companhias de imigração japonesa estavam interessadas no lucro; o governo brasileiro queria substituir os europeus por “temporários”; o governo japonês buscava promover uma imagem positiva do país no exterior e fixar seus cidadãos em outras partes do mundo; os cafeicultores procuravam mão de obra barata; e os imigrantes desejavam trabalho fácil e lucrativo para retornarem ao país de origem o mais rápido possível. De forma geral, esse fluxo migratório, para os japoneses, foi marcado por uma combinação de promessas, duras realidades e frustrações (Dezem, 2011).

No caso dos brasileiros, também ocorreu uma mudança na percepção em relação ao Japão e aos japoneses — até então idealizados a partir de obras como *Madame Butterfly* (Dezem, 2008). O clima mais favorável com a efetivação do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação passou a dar espaço à apreensão diante da possibilidade de um eminente fracasso, em decorrência das divergências culturais, linguísticas, raciais e religiosas entre as duas nações (Dezem, 2005; Sakurai, 2004; Takeuchi, 2008b; Ueno, 2019). Segundo Lesser (2015, p. 210), “como já vimos repetidamente, os imigrantes raramente atendem às expectativas e exigências irrealistas das elites. Com os japoneses, não foi diferente”. Conforme Oda (2011, p. 112),

O início da imigração japonesa em 1908 obrigou pela primeira vez a sociedade brasileira a pensar seriamente sobre a cultura japonesa. Como apontam diversos autores, a avaliação feita pelos intelectuais e governantes da época era ambígua e conflituosa. Se de um lado muitos deploravam os imigrantes japoneses por pertencerem a uma sociedade considerada primitiva e racialmente inferior, de outro, havia também aqueles que os defendiam, com o argumento de que o Japão era a nação oriental onde os modernos padrões europeus haviam sido mais bem assimilados, o que seria sinal de que a raça japonesa poderia influir positivamente sobre o Brasil.

²⁸ O governo paulista custeava a vinda de famílias que tivessem, no mínimo, três pessoas aptas para o trabalho agrícola, ou seja, com idades entre 12 e 50 anos. Essa exigência também foi adotada pelo governo japonês quando passou a custear as viagens. Com isso, eram poucos os imigrantes individuais e comuns os membros agregados, o que levou à formação de “famílias compostas” (Dezem, 2011; Sakurai, 1995; Suzuki, 1995).

Entre os fatores que contribuíram para uma mudança de percepção em relação aos japoneses, não só no Brasil como em outros países, destaca-se a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) — conflito que ocasionou um ajuste na ideia de “perigo amarelo”, quando o país asiático passou de exótico a perigoso no imaginário nacional (Dezem, 2005, p. 242). Nesse período, a migração era uma questão diplomática prioritária para o Ministério das Relações Exteriores do Japão e, por isso, havia a preocupação com as possibilidades de fracasso desse fluxo. Com o objetivo de sanar possíveis problemas relacionados à imigração, o governo japonês tentava minimizar os conflitos que ocorriam e, mais tarde, solicitou a inclusão da proposta de igualdade racial na Conferência de Paz de Paris em 1919 — conferência que resultou na assinatura do Tratado de Versalhes, em 28 de junho de 1919 —, mas a proposta não foi aprovada (Sasaki, 2006).

Apesar das condições desfavoráveis, algumas famílias conseguiram ascender socialmente por meio da aquisição de pequenas propriedades (Sakurai, 1995, 2002, 2004, Takeuchi, 2010). No Estado de São Paulo, por exemplo, ocorreu a ocupação de zonas de mata virgem, desbravadas no início da década de 1910, onde surgiram as primeiras colônias, tanto planejadas como de caráter espontâneo, regidas pela cooperação mútua e pela solidariedade²⁹ (Takeuchi, 2009a). Enquanto alguns imigrantes conseguiram arrendar e adquirir terras, onde puderam produzir e obter lucros, outros passaram a atuar no comércio (Takeuchi, 2010). Destaca-se ainda que uma parcela de aproximadamente “[...] 5% veio como proprietário de glebas nas colônias adquiridas pelas Companhias de Imigração no Estado de São Paulo, depois no Norte do Paraná” (Sakurai, 2004, p. 6). Segundo Sakurai (2004, p. 6),

A primeira colônia foi criada no Vale do Ribeira em 1913, ou seja, cinco anos depois do início da imigração. Essas colônias tinham uma organização bastante sofisticada para a época pois contavam com uma infraestrutura que tinha um sistema que previa não apenas a produção agrícola, mas o processamento dessa produção até a sua comercialização. Havia também escolas de preparo de jovens para técnicas agrícolas, havia a previsão de abertura de estradas, de portos, de armazéns. Parte desses projetos foram concretizados. As colônias de Bastos, Pereira Barreto, Sete Barras são

²⁹ Ueno (2020, p. 22) aborda a formação dessas comunidades a partir do conceito de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson, pois “[...] embora os indivíduos não se conheçam pessoalmente, eles mantêm uma espécie de comunhão viva e se reconhecem como um todo, ou seja, é o modo como um grupo imagina a si mesmo com uma cultura e história em comum”. Além disso, essas comunidades foram marcadas pela preservação de hábitos e costumes da cultura japonesa, bem como pelo fortalecimento do sentimento nacionalista, diante das diferenças culturais evidenciadas pela imigração.

exemplos desses empreendimentos que funcionaram e deixaram as autoridades brasileiras em alerta.³⁰

Por outro lado, as elites brasileiras, receosas em relação à questão racial envolvendo esses imigrantes, passaram também a demonstrar preocupação com a concorrência econômica (Sakurai, 2002, 2004). Nessa perspectiva, além da aparência física desse grupo, outros fatores passaram a incomodar essas autoridades, tais como:

1. diferentemente dos outros grupos, a imigração de japoneses ocorre em massa. [...] 2. a rápida ascensão social: em poucos anos passam de colonos das fazendas a pequenos proprietários de terra [...] 3. a inovação na forma de exploração da terra através da pequena propriedade e da policultura; 4. a introdução de novos produtos e novos métodos de produção e comercialização — as colônias cujas terras eram repartidas entre os proprietários, as cooperativas, a opção por novos produtos como o algodão, o arroz, o chá, a criação de bichos da seda (Sakurai, 2002, p. 6).

Takeuchi (2010) destaca que as negociações entre empresas japonesas e os Governos do Japão e do Estado de São Paulo, com objetivo de criar núcleos agrícolas, despertaram a ira de segmentos nacionalistas e xenófobos da sociedade. As colônias isoladas e desvinculadas do meio nacional, por sua vez, passaram a ser relacionadas ao expansionismo japonês (Takeuchi, 2016). Assim, apesar da existência de relatórios elogiosos aos japoneses — como aquele produzido em 1933 pelo general Waldomiro Castilho de Lima, interventor federal em São Paulo —, Dezem (2011, p. 11) aponta que foi na década de 1920 que surgiram as primeiras reclamações de arrendatários e proprietários de terras quanto à eficiência dos japoneses no campo, os quais passaram a ser vistos como uma ameaça de caráter econômico. Foram justamente essas reclamações e os aspectos negativos atribuídos à imigração japonesa que ganharam destaque perante a sociedade, pois, “num momento em que o Brasil busca homogeneidade cultural e racial, tudo o que denotava diferença era considerado suspeito” (Sakurai, 2002, p. 6).

Conforme Carneiro (2010), foi a partir de 1920 que o discurso antinipônico ganhou força. Esses fatores, alinhados à Era Vargas e à participação do Japão na Segunda Guerra Mundial, permeados ainda pelo discurso tendencioso do “perigo amarelo” em vigor no país desde o início do século XX, resultaram, posteriormente, em uma repressão mais acentuada sobre esse grupo (Ueno, 2019, 2020).

³⁰ Ver mais sobre o surgimento das primeiras colônias em Dezem (2011).

O período experimental (1908-1924) teve variação no número de imigrantes, devido à instabilidade dos fazendeiros e à oscilação das políticas imigratórias. Ao final desse período, influenciados pelas questões mencionadas anteriormente, os fazendeiros paulistas decidiram cortar os subsídios³¹ para a imigração de forma definitiva, diferente do ocorreu entre 1914 e 1917. De acordo com Takeuchi (2016, p. 166),

As alegações do governo paulista, nessas duas ocasiões, foram de caráter étnico, político e econômico. Embora a questão racial não tivesse maior peso nos discursos oficiais, prestando como justificativas principais a baixa fixação dos colonos japoneses nas fazendas de café, a sua independência em pouco tempo — adquirindo pequenas propriedades — e o alto custo das despesas de transporte, o fato é que a questão do ‘perigo amarelo’ esteve presente nesse processo.

Diante desse cenário, e da situação ocorrida nos Estados Unidos com a aprovação da Lei de Imigração de 1924³² (*Immigration Act*), o governo japonês passou a financiar as viagens. Esse fator acabou contribuindo para o aumento da entrada desses imigrantes no Brasil no período seguinte, conforme apresentado a seguir (Lesser, 2015).

2.1.3 A imigração tutelada (1924-1941)

Sakurai (2002, p. 6), afirma que um segundo momento “[...] nasce em meados da década de 1920 quando se verifica a entrada maciça dos japoneses no Brasil (63% do total dos imigrantes japoneses chegam entre 1924 e 1934) em decorrência da proibição da imigração para os Estados Unidos”. Estima-se que, entre 1924 e 1941, ingressaram no país 67,1% do total de imigrantes japoneses (Sakurai, 2000). A explicação para esses quantitativos está no fato de que o governo japonês passou a subsidiar o fluxo migratório, o que resultou na chegada de um número mais expressivo de imigrantes e favoreceu o desenvolvimento das colônias (Sakurai, 2004; Sasaki, 2006; Takeuchi, 2009a).

³¹ Responsável por negociar, incentivar e subsidiar esse fluxo migratório, o governo paulista foi o principal protagonista desse processo no período. Os fazendeiros, por outro lado, também ofereceram incentivos financeiros, por meio do adiantamento de valores que seriam posteriormente descontados dos salários dos próprios imigrantes (Dezem, 2011).

³² A Lei de Imigração de 1924 (*The Immigration Act of 1924* ou *The Johnson-Reed Act*) foi uma lei federal dos Estados Unidos que vigorou entre 1924 e 1965. Essa legislação incluiu, como normas complementares, o *National Origins Act* (Lei das Origens Nacionais) e o *Asian Exclusion Act* (Lei de Exclusão Asiática), estabelecendo um regime jurídico que limitava a entrada de imigrantes nos Estados Unidos a, no máximo, 2% do total de pessoas da mesma nacionalidade residentes no país em 1890, além de proibir a imigração de asiáticos. Segundo Sakurai (2000), um comportamento restritivo semelhante foi adotado por outros países, como Peru, México e Canadá.

Nessa segunda fase (1924-1941), as características da chamada “imigração tutelada” ganharam destaque, sendo interrompida apenas mais tarde, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A imigração japonesa no Brasil recebe a denominação de tutelada pois o governo japonês foi responsável pela maior parte do recrutamento, propaganda, transporte e custeio da vinda desses imigrantes ao país (Sakurai, 2000). Conforme Sakurai (2000, p. 202),

É tutelada, porque é amparada, desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso.

Por outro lado, para Makino (2010, p. 49), “a grande contribuição do conceito de tutela é a de diferenciar a imigração japonesa das outras como um todo, pois, de fato, nenhum outro governo estrangeiro incentivou e financiou a imigração e fixação de seus cidadãos para o Brasil como o Japão”, comportamento distinto daquele adotado pelos países europeus que enviavam imigrantes ao país. Assim, a ampliação desse conceito para todo o fluxo migratório pode ser problemático, ao ignorar outros atores e situações ocorridas ao longo do processo, como, por exemplo, o protagonismo do governo paulista no primeiro período da imigração (Makino, 2010).

Os imigrantes que ingressaram no Brasil nesse segundo momento não estavam, necessariamente, vinculados a contratos de fazendeiros, chegando ao país também para trabalharem em terras adquiridas pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), ou Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.³³, fundada em 1917. Posteriormente, outras companhias também passaram a atuar nesse ramo, entre elas a Shinano Ijū Kyokai, ou Associação Ultramarina de Shinano (Dezem, 2011; Ueno, 2019). De acordo com Takeuchi (2008a, p. 175),

A consequência é que, a partir de 1924, o Japão começava não somente a subsidiar as passagens dos seus súditos, mas também a investir capital nas

³³ Sakurai (2000) afirma que essa empresa estatal surgiu a partir da fusão de companhias anteriores e tinha como objetivo expandir sua atuação no território brasileiro. Segundo Lesser (2015, p. 216), “a emigração, de modo geral, estava a cargo da empresa público-privada [...]”, que, em 1920, administrava a maioria das colônias japonesas no país. Cabe destacar que, na literatura, há diferentes traduções para a sigla KKKK, sendo as mais recorrentes: “Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.” e “Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko”. Optou-se por utilizar a primeira nesta pesquisa por ser a mais comum nas produções sobre o tema.

companhias de emigração a fim de que essas pudessem adquirir terras no Brasil e instalar as benfeitorias necessárias para que os colonos japoneses tivessem condições de se manter em sua nova pátria de adoção e auxiliar na produção de matérias-primas que seriam, posteriormente, exportadas para as indústrias japonesas.

Conforme Lesser (2015, p. 213), “as colônias patrocinadas por governos externos eram uma maneira inédita de encarar o assentamento rural”. No caso dos japoneses, essas colônias representavam o fim das desavenças com os fazendeiros brasileiros — “[...] que muitas vezes agiam como se a abolição da escravidão nunca houvesse ocorrido” —, além de configurarem uma oportunidade de desenvolver a colonização e a produção agrícola com participação ativa nos lucros (Lesser, 2015, p. 213). As colônias também contribuíam para a fixação dos imigrantes no país e para a promoção do fluxo migratório (Lesser, 2015).

Nessa época, houve uma superação do estranhamento e da desconfiança iniciais em relação aos imigrantes japoneses, e as discussões voltaram-se para as questões da assimilação e da miscigenação — nas quais também emergiram discursos problemáticos e enviesados (Sakurai, 2000, 2002; Shizuno, 2008). O conceito de assimilação não se limitou aos aspectos culturais, abrangendo também as características biológicas dos imigrantes (Shizuno, 2008; Ueno, 2019). Assim, na década de 1920, no Brasil, ocorreu uma tentativa de seguir um modelo semelhante ao estadunidense de proibição da entrada de imigrantes japoneses, porém, essa medida foi efetivada somente em 1934 (Sakurai, 2004). Em síntese,

A vinda dos japoneses para o Brasil propiciou debates e análises sobre a viabilidade destes imigrantes como trabalhadores, sua possibilidade de assimilação, seus conflitos com os projetos de colonização e com o modelo brasileiro de nação e nacionalidade, sua mobilidade social, entre outros (Shizuno, 2010, p. 123).

Discussões que ganharam novas configurações com o desenvolvimento de colônias japonesas no país. Assim, apesar de o governo japonês subsidiar a fundação de colônias em São Paulo desde 1911, foi somente em 1928 que fundou a Burajiru Takushoku Kumiai (BRATAC), traduzida como Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.³⁴, órgão representativo da Kaigai Ijū Kumiai Rengōkai, ou Fundação das Associações das Províncias Japonesas (Dezem, 2011; Hibarino; Kawachi, 2014; Takeuchi, 2008a). Em 1929, a BRATAC adquiriu quatro grandes

³⁴ Também aparece na literatura como “Empresa de Colonização do Brasil” e “Corporação de Colonização do Brasil”.

porções de terras nos Estados de São Paulo e Paraná³⁵. Esse órgão tinha como uma de suas funções facilitar que japoneses obtivessem lotes de terra, proporcionando a compra através do pagamento de uma entrada e o parcelamento das demais prestações, a serem pagas à medida que o trabalhador progredisse no país (Takeuchi, 2009a).

Segundo Dezem (2011, p. 14), “seu objetivo era o de ser a entidade central unificadora das colônias japonesas no país em fase de formação. Além disso, a BRATAC era a responsável por recrutar e enviar para o Brasil colonos proprietários”. Tinha também a responsabilidade de fomentar a autossuficiência para os imigrantes, de maneira que tivessem boas condições de vida e se estabelecessem de forma permanente no país (Takeuchi, 2009a, 2010). O sucesso dessas colônias contribuiu para a proliferação dos discursos antinipônico, conforme discutido mais à frente.

Posteriormente, a chamada Era Vargas (1930-1945) foi um período marcado por xenofobia; manipulação de estereótipos; perseguição a partir de medidas restritivas de entrada, circulação e controle dos imigrantes; e imposição da política de assimilação da cultura brasileira. Entre as ações da política nacionalista desse período estavam a proibição da circulação de jornais, livros e revistas; de divulgação de ideias partidárias através de artigos, entrevistas e discursos; de transmissões radiofônicas; do ensino e do uso em público de língua estrangeira, acarretando no fechamento de mais de 200 escolas japonesas³⁶; e de manifestações públicas e encontros privados, como desfiles, comícios e reuniões (Hibarino; Kawachi, 2014; Sakurai, 2004; Saito, 2011; Takeuchi, 2008c; Ueno, 2020). Essas ações foram potencializadas na segunda parte da Era Vargas, chamada de Estado Novo (1937-1945), iniciada com o golpe em 10 de novembro de 1937 e que deu início a um período com características ditatoriais, com anseios nacionalistas, que promoveu ofensivas sobre os imigrantes e restringiu a entrada de estrangeiros no país (Sasaki, 2006; Shizuno, 2008; Takeuchi, 2008a, 2009a; Ueno, 2020). Lesser (2015, p. 191) afirma que:

A ascensão do totalitarismo na Europa também contribuiu para a transformação do discurso intelectual brasileiro e das políticas de imigração. Intelectuais, diplomatas, políticos e lideranças militares estreitamente ligadas

³⁵ A BRATAC foi fundada de acordo com as leis brasileiras, mas com financiamento do governo japonês, e administrava as colônias de Bastos, Alianças e Tietê, no Estado de São Paulo, e a de Três Barras, no Estado do Paraná. Ver mais sobre em Dezem (2011), Sakurai (2000) e Takeuchi (2008a, 2010).

³⁶ Esse valor varia entre publicações. Segundo Lesser (2001, p. 218), ocorreu o fechamento de 185 escolas primárias formalmente estabelecidas, e de cerca de duzentas escolas de fundo de quintal criadas por imigrantes. Em outro trecho, destaca que, durante o Estado Novo, ocorreu o “[...] fechamento de cerca de seiscentas escolas, embora muitas continuassem a funcionar clandestinamente” (Lesser, 2001, p. 230).

ao regime Vargas com frequência assumiram posturas de índole fascista e passaram a pressionar contra a entrada de elementos étnicos ‘inassimiláveis’, como judeus, árabes e japoneses.

Takeuchi (2009a, p. 6) afirma que, nesse período, “a homogeneidade étnica e cultural foi encarada, do ponto de vista oficial, como fundamental para o progresso da Nação. O Estado, personalizado pelo seu líder Vargas, seria a única instituição capaz de garantir a união nacional e a realização do bem público”³⁷. Conforme Takeuchi (2016), o regime estadonovista fez uso da imprensa e de meios de comunicação para doutrinar a população, de acordo com os interesses da ditadura varguista. Portanto, a exacerbação desse ideário nacionalista estava diretamente relacionada às ações de repressão desses imigrantes, implementadas através de decretos-leis e que atingiram diretamente as colônias nipônicas³⁸. Nessa época,

A manutenção da língua nos meios familiares e da coletividade, a criação de pequenas fábricas para a comercialização de produtos alimentícios, a circulação regular de pelo menos quatro jornais semanais editados em língua japonesa, a criação de escolas e a vinda de professores do Japão para o ensino da língua são algumas das manifestações públicas que chamam a atenção das autoridades (Sakurai, 2002, p. 6-7).

Como resposta a essas manifestações, surgiram ações de repressão, entre elas:

[...] a proibição do ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos, o uso obrigatório e exclusivo de material didático em língua portuguesa no ensino primário e secundário, a obrigatoriedade de ser brasileiro nato para ministrar aulas, o ensino compulsório de história, geografia e civismo brasileiro, construção de escolas brasileiras em regiões com muitos estrangeiros, subsídios às escolas nacionais próximas a colônias, criação de grupos patrióticos de educação física e esporte, a convocação de filhos de estrangeiros para servirem no exército brasileiro e a proibição de publicações em língua estrangeira (à exceção daquelas autorizadas por órgãos específicos) (Makino, 2010, p. 89-90).

Esse é um período de retorno às ideias de um Brasil homogêneo, conforme os anseios eugênicos para a construção de uma identidade nacional brasileira — mas de forma mais explícita do que no período pós-escravocrata. Essas ações políticas demonstram também uma tentativa de opressão ideológica, que buscavam apagar e/ou silenciar determinados grupos como indígenas, africanos, japoneses e outros coletivos que contribuíram para a construção do

³⁷ Ver mais sobre em Carneiro (2010).

³⁸ Ver mais sobre em Takeuchi (2008c).

país (Hibarino; Kawachi, 2014, p. 307-308). Acerca da “campanha da brasilidade”, Lesser (2008, p. 42) afirma que: “esse programa estatal de homogeneização tinha como objetivo proteger uma identidade nacional idealizada da invasão da etnicidade”. Nessa perspectiva, a nação ideal seria aquela constituída de “[...] apenas uma raça, uma língua, uma cultura” (Shizuno, 2008, p. 83).

É nesse período que emergiram novas críticas aos japoneses. Para Sakurai (2004, p. 7), “o mais contundente é aquele que associa a formação das colônias (tanto as dirigidas pelo governo japonês [...] como também as que se formaram espontaneamente pelos pequenos proprietários), com o avanço do ‘perigo amarelo’”. A imagem de organização política, estruturada e hierarquizada, passa a ser atribuída às colônias, cooperativas e associações³⁹, e, a partir disso, passaram a ser comparadas ao Partido Comunista (Takeuchi, 2003, p. 2-3).

Para além dos discursos de intolerância racial e da desumanização dos imigrantes, emergem também teorias conspiratórias quanto à ocupação de zonas estratégicas no território brasileiro⁴⁰. Teorias que foram potencializadas com as ideias nacionalistas da época, com o aumento da entrada de japoneses no país e com o sucesso das colônias (Shizuno, 2008; Takeuchi, 2008a, 2008c, 2010). Segundo Takeuchi (2003, p. 7),

Independentemente da diversidade ou das contradições da inspiração ideológica de que derivam, os mitos da conspiração possuem uma espantosa identidade de estrutura. A imigração japonesa era tida como politicamente orientada, sendo o imigrante agente da ambição imperialista do Mikado.

Os discursos intolerantes e preconceituosos sobre esse grupo são identificados em uma série de publicações, das quais remontam desde o início da imigração, mas que ganharam força a partir desse período. Entre elas estão aquelas de caráter publicitário e jornalístico, conforme as pesquisas de Dezem (2005, 2008), Martins (2017) e Takeuchi (2008a, 2008c, 2009a, 2009b, 2016); de caráter “científico”, como apresentado nos estudos de Carneiro (2010), Peres (1997), Takeuchi (2008c), Ueno (2019), Ueno e Luiz (2021); e de caráter político e policial, como destacado nas obras de Carneiro (2010), Hayashi (2022), Kubohira (2019), Leão Neto (1989),

³⁹ Nesse período, as associações (*nihonjinkai*) eram comuns, entre elas as de senhores (também chamadas de *nihonjinkai*), as de senhoras (*hahanokai*) e as de jovens (*seinenkais*). Essas organizações eram responsáveis por organizar eventos culturais e esportivos nas colônias e, durante esse período, também foram alvos de repressão (Takeuchi, 2003; Ueno, 2020).

⁴⁰ Ver mais sobre em Takeuchi (2008c).

Lesser (2001), Shizuno (2001, 2008, 2010) e Takeuchi (2003, 2008a, 2008b, 2008c, 2010, 2016).

Esses discursos também faziam parte das discussões políticas desse período. Para citar um: entre os políticos da época que tratavam do assunto, estava o deputado estadual Fidélis Reis que, durante o Congresso Legislativo de Minas Gerais, em 1920, foi enfático quanto à chegada dos japoneses: “[...] se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mal irremediável — o mestiço; se não se cruza, teremos outro inconveniente — o de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro” (Reis, 1920, p. 22 *apud* Leão Neto, 1989, p. 35). Em 1923, suas ideias assumiram a forma de proposta de lei que foi apresentada ao Congresso em conjunto com João de Faria (Carneiro, 2010). A proposta, posteriormente encaminhada à Comissão Parlamentar de Agricultura, buscava limitar a entrada de asiáticos no país, pois, para ele: “permanecerá o amarelo enquistado no organismo nacional, inassimilável que é pelo sangue, pela língua, pelos costumes, pela religião” (Reis, 1931, p. 233-238 *apud* Lesser, 2001, p. 178).

Entre os políticos e intelectuais mais mencionados na literatura como tendenciosos em relação aos japoneses nessa época estão: Antônio Xavier de Oliveira, Artur Neiva⁴¹, Fidélis Reis, Miguel Couto e Oliveira Vianna⁴² (Carneiro, 2010; Lesser, 2001; Takeuchi, 2008c, 2010). Ao tratar dos posicionamentos de Xavier de Oliveira, Couto e Neiva, Lesser (2001) afirma que eles defendiam que a presença de não brancos no país obstruiria o progresso social. Além disso, tanto Neiva quanto Xavier de Oliveira chegaram a propor o banimento de imigrantes não brancos (Lesser, 2001). Somado a esses discursos que ganharam visibilidade, em 1932,

[...] o Japão ocupa oficialmente a Manchúria criando um governo seu naquela região da China. Avança também por outras regiões da Ásia Oriental movimentando intensamente os seus exércitos. Se no final do século XIX já havia a ideia do perigo amarelo, ela se amplia com muito mais vigor no início dos anos 1930. O militarismo japonês é visto como uma ameaça pelos norte-americanos e também no Brasil. Os deputados constituintes falam sobre a ‘fome da terra’ dos japoneses e usam esse argumento para barrar novas entradas (Sakurai, 2004, p. 7).

⁴¹ Também aparece na literatura como “Arthur Neiva”.

⁴² Ver mais sobre em Leão Neto (1989), Lesser (2001) e Takeuchi (2008c). As pesquisas de Lesser (2001) e Takeuchi (2008c) também apresentam publicações que exaltavam o imigrante japonês durante esse período, entre elas as de Alexandre Konder, Bruno Lobo, Francisco Chaves de Oliveira Botelho e Waldyr Niemeyer. Ainda assim, defendiam “[...] uma posição a partir de generalizações, abusando do conceito de assimilação [...] também impregnados de estereótipos e de conceitos estigmatizantes” (Takeuchi, 2008c, p. 75).

Assim, no imaginário da época, o Japão estaria interessado em invadir outras regiões do mundo, entre elas a América do Sul, e para isso faria uso dos imigrantes que aqui estavam para viabilizar a invasão. Nesse período, esses imigrantes passaram a ser acusados de resistir a se misturarem e de se assimilarem ao nacional — tanto do ponto de vista cultural quanto racial (Sakurai, 2004). Segundo Lesser (2001, p. 217),

Milhares de páginas de debates, artigos, anúncios e livros sobre a imigração japonesa circularam em meados da década de 1930. Basta dizer que os que se opunham à entrada de japoneses usavam argumentos essencialmente nacionalistas (eles estão roubando nossos empregos e nossas terras) e racistas (eles irão poluir nossa raça). Os favoráveis a ela tendiam a enfocar os níveis de produção [...] e a necessidade de uma força de trabalho ampla e dócil, muitas vezes partindo da suposição de que os japoneses eram biologicamente superiores aos brasileiros de ascendências mistas.

Conforme Takeuchi (2009a, p. 5), “a ascensão de Getúlio Vargas representou a consolidação dos ideais xenófobos e intolerantes, que se transformaram em práxis autoritária”. Surgem, a partir desse período, decretos-leis com o objetivo de direcionar os imigrantes para o campo e garantir o emprego na indústria apenas para os nacionais, contudo, essas ações foram insuficientes para conter os quantitativos migratórios que chegavam ao país. É nessa conjuntura que ocorre a criação de uma comissão por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com o objetivo de alterar a legislação imigratória da época (Takeuchi, 2009a).

Em 1932, o sociólogo, historiador e jurista Oliveira Vianna publicou o livro “Raça e assimilação”, pela Companhia Editora Nacional. A publicação tratava sobre o difícil problema que era a assimilação de japoneses e de seus descendentes, baseada em argumentos racialistas e até racistas⁴³, e foi difundida na época (Ueno, 2019; Ueno; Luiz, 2021). Conforme destacado por Lesser (2001, p. 179), Sakurai (2004, p. 7) e Ueno (2019, p. 108), esse discurso era regido pelo preconceito racial e pelo mito do perigo amarelo em voga nesse período, ou seja, o medo da miscigenação e do Brasil padecer frente ao militarismo e ao expansionismo japonês.

Seguindo a influência de leis internacionais sobre limitações quantitativas de imigrantes, surgiram no país propostas de restrições à imigração⁴⁴. Nesse contexto, foi criada a

⁴³ Para Vianna (1938, p. 209, tradução nossa), “o japonês é como o enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema imigratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo”. Além das publicações de Vianna, outros artigos de cunho eugenista foram difundidos no Brasil e são discutidos mais a fundo por Takeuchi (2008c).

⁴⁴ Algumas dessas, de cunho discriminatório, provocaram reações negativas do governo japonês, que observou situação semelhante acontecer nos Estados Unidos. Foi nesse contexto que negociações entre o Itamaraty (embora o órgão não fosse favorável à imigração) e a Assembleia Constituinte acabaram com parte das propostas, tendo

“Lei de Cotas”, conhecida como “Emenda Miguel Couto”, aprovada em votação e instituída pelo artigo 121 da Constituição de 1934 — que restringiu a entrada de imigrantes japoneses no Brasil — e, posteriormente, reforçada pelo Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938 (Takeuchi, 2008a, 2009a; Shizuno, 2008; Ueno, 2019).

Segundo Ueno (2019, p. 110), quatro principais deputados e intelectuais participaram da discussão sobre essa imigração. Artur Neiva (Bahia) e Miguel Couto (Rio de Janeiro) eram contra, enquanto Bruno Lobo (Rio de Janeiro) e Moraes de Andrade (São Paulo) eram a favor da imigração japonesa⁴⁵. Antônio Xavier de Oliveira, também foi um dos que vigorosamente se opuseram à entrada de imigrantes japoneses no país (Kubohira, 2019; Takeuchi, 2008a). De acordo com Takeuchi (2008a, p. 178),

Nos debates empreendidos por Couto, Neiva e Xavier de Oliveira, os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil foram qualificados como indivíduos feios, hipócritas, portadores do eterno sorriso, que obedeciam tão-somente às ordens de seus chefes. Estes, por sua vez, receberiam os comandos diretamente do governo japonês.

Nessa perspectiva, defendiam apenas a imigração de brancos, visto que, para eles, o país sofria um problema racial; e temiam, ainda, a organização e a dominação dos japoneses sobre a Amazônia, da mesma forma que tinha ocorrido na Manchúria (Takeuchi, 2008a, 2008c, 2016). Assim, a Constituição de 1934 passou a regular, no artigo 121, que:

§ 6º – A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º – É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena (Brasil, 1934, art. 121).

A limitação de 2% imposta por essa Constituição foi semelhante à estabelecida pela Lei de Imigração de 1924, dos Estados Unidos. Além disso, a proibição de concentração de imigrantes em qualquer parte do país oficializou a preocupação nacional com as associações e colônias japonesas que foram criadas no início do século XX (Sakurai, 2002). Conforme Lesser

em vista evitar um conflito diplomático. Ainda assim, uma proposta restritiva à imigração japonesa foi aprovada (Takeuchi, 2008a). Ver mais sobre em Takeuchi (2008c).

⁴⁵ Ver mais sobre em Ueno (2019).

(2001, p. 221), “a Constituição de 1934 fez mais do que criar cotas e formalizar as posturas xenófobas no corpo da lei. A nova carta magna também teve um profundo impacto sobre os filhos brasileiros dos imigrantes japoneses”, que perceberam a existência do racismo no país. Os detalhes das discussões ocorridas durante e após a Constituinte são apresentados mais a fundo por pesquisas como as de Lesser (2001) e Takeuchi (2008c).

A partir disso, o governo federal assumiu o controle sobre a imigração e buscou, inicialmente, causar o mínimo de ofensa, tendo em vista as relações comerciais entre os dois países (Lesser, 2015, p. 222). Os governos dos dois países atuaram na criação de maneiras de contornar as restrições impostas, ainda assim, ocorreu uma diminuição em relação aos quantitativos de imigrantes japoneses que chegaram ao país nos anos anteriores às restrições (Lesser, 2015).

2.1.4 A imigração em tempos de guerra (1941-1945)

A ocupação da Manchúria pelos japoneses e o estabelecimento de um Estado títere, Manchukuo, em 1932, acabaram por desencadear “[...] a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), que se estenderia à Guerra do Pacífico, com o bombardeio da base norte-americana de Pearl Harbor (Havaí), em 7 de dezembro de 1941” (Takeuchi, 2009a, p. 6). Com a adesão do Japão à Segunda Guerra Mundial, ao lado dos países do Eixo, o foco sobre esse grupo de imigrantes aumentou ainda mais; afinal, de um lado estava a crescente instabilidade internacional e a agressiva política militar do Japão na Ásia⁴⁶, e, do outro, a construção de uma identidade brasileira, aos moldes do nacionalismo e da assimilação de imigrantes.

Posteriormente, o Brasil passou a fazer parte do grupo dos Aliados, opondo-se aos países do Eixo e rompendo oficialmente relações diplomáticas com os que integravam esse lado, em 28 de janeiro de 1942. Conforme Lesser (2008, p. 43), “o movimento da brasilidade, ostensivamente dirigido contra todos os estrangeiros, passou a visar especificamente os ‘residentes alienígenas inimigos’ quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, em 1942, do lado dos Aliados”. Ocorreu, nesse período, o fortalecimento dos discursos do “imigrante

⁴⁶ Na época, os conflitos entre o Japão e seus países “vizinhos” — China, Coreia e Rússia —, incluindo a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), fortaleceram ainda mais a imagem imperialista do país no mundo (Takeuchi, 2016). Nesse período, também ocorreu a difusão do Memorando Tanaka, suposto documento apresentado pelo ministro Gōichi Tanaka ao imperador Hirohito, em 25 de julho de 1927, que descrevia os projetos de colonização e dominação mundial do governo japonês, sendo posteriormente considerado falso no Tribunal de Tóquio. Ainda assim, o documento ganhou credibilidade nos Estados Unidos e no Brasil, fator que contribuiu para a desconfiança em relação aos japoneses no país (Takeuchi, 2008a, 2016).

indesejável” e do perigo amarelo, que alimentaram a campanha antinipônica no Brasil. Também foram impostas restrições aos imigrantes alemães e italianos (Dezem, 2005; Sakurai, 2004; Sasaki, 2006; Takeuchi, 2009a; Ueno, 2020).

Segundo Lesser (2015, p. 224-225), “o governo Vargas começou a usar todas as oportunidades para atacar os imigrantes dos países do Eixo”, entre as ações, estavam a difusão de histórias falsas sobre uma suposta “quinta-coluna” e a emissão de ordens para a polícia arrebanhar cidadãos japoneses e alemães e retirá-los de locais considerados “estratégicos” (Lesser, 2015). Assim,

Embora esses estigmas estivessem presentes anteriormente, o conflito mundial legitimou a repressão e a vigilância a que os nipônicos ficaram submetidos. Difundia-se a tese segundo a qual o que acontecera na Manchúria poderia ocorrer no nosso país com as supostas ações do Japão, através de agentes militares infiltrados nas colônias disfarçados de simples lavradores ou pescadores. Logo, os núcleos coloniais deveriam ser controlados, assim como os movimentos de seus habitantes. Cabia ao exército e à Polícia Política executar essa tarefa, ou seja, desarticular a conspiração japonesa (Takeuchi, 2009a, p. 7).

Desse modo, tendo como pano de fundo a Campanha de Nacionalização de Vargas, os amarelos representavam, na visão da época, uma civilização viciada, decadente, corrupta, imoral e perigosa (Shizuno, 2001). Conforme Dezem (2005, p. 293), “de exóticos, simpáticos e pacíficos no século XIX, os japoneses foram transformados em cruéis espiões representantes de uma raça frígida, fanática e traiçoeira”. Esse ideário foi impulsionado pelo receio de parte da elite brasileira, em decorrência do perigo amarelo, em que os *nikkeis* seriam um estágio do expansionismo japonês. A retórica em voga na época caracterizava os japoneses como falsos, fanáticos e estrategistas, por supostamente estabelecerem suas colônias em locais estratégicos para tornar possível a invasão, a ocupação e a posse do Brasil (Shizuno, 2001; Takeuchi, 2003).

Esse pensamento fomentou investigações realizadas pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS)⁴⁷ e por delegacias, como a Delegacia de Ordem

⁴⁷ O Departamento de Ordem Política e Social foi uma polícia política criada em 30 de dezembro de 1924, atuando entre 1924 e 1983. Durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar, além de instaurar inquéritos e produzir informações sobre setores e grupos vigiados da sociedade, o órgão também funcionou como centro de repressão e tortura. Entre os relatórios produzidos durante o auge do sentimento antinipônico, na década de 1940, destaca-se o intitulado “Niponismo”, composto por dois volumes, que continha informações relacionadas ao perigo amarelo (Dezem, 2005).

Política e Social de São Paulo e do Paraná⁴⁸, visando esse grupo (Shizuno, 2001, 2008, 2010; Takeuchi, 2003, 2008c). Conforme Carneiro (2010, p. 79),

Não interessava receber ou manter entre nós elementos provocadores da desagregação social, da heterogeneidade racial e da desordem política. Daí o fortalecimento da ação da Polícia Política que, enquanto braço repressor do Estado, atuava (desde 1924) em conjunto com os demais órgãos governamentais, alimentando a sobrevivência de uma série de mitos políticos: o mito do trabalhador brasileiro, o mito da complô (judaico-comunista) internacional, o mito do Japão imperialista.

Segundo Shizuno (2008, p. 85),

O papel da polícia (investigando, vigiando e reprimindo tudo o que pudesse ser identificado com o perigo amarelo) baseava-se na eminente possibilidade de os japoneses cometerem delitos e crimes. Ações como a apreensão de radiotransmissores e de material escrito no idioma japonês, bem como a prisão dos que praticavam esse idioma em público, revelam discricionariedade na escolha dos indivíduos, pois qualquer nipônico, cidadão japonês, japonês naturalizado ou descendente (os nisseis), poderia ser incriminado.

Essas ações eram frequentemente realizadas com base em denúncias, muitas vezes falsas. Dessa forma, as forças policiais atuavam na criminalização, controle e repressão desse grupo. Além disso, Takeuchi (2003, 2009a) destaca que as exclusões e discriminações desse período contribuíram para que o desemprego, a separação entre casais e a incerteza quanto ao futuro afetassem esse coletivo. O clima de desconfiança e a proliferação de discursos contrários aos japoneses colaboraram para a repressão desses imigrantes e das atividades que realizavam (Shizuno, 2010; Takeuchi, 2009a). Lesser (2015) relata que a ideia de que alguns grupos imigrantes jamais se tornariam brasileiros pode ser observada nos arquivos do DOPS.

Quando os arquivos do DOPS de São Paulo se tornaram públicos, em fins do século XX, os pesquisadores descobriram que as fichas eram separadas em duas categoriais, uma para ‘brasileiros’ e outra para ‘não brasileiros’. O mais espantoso é que esses termos não tinham relação com cidadania. O DOPS classificava como ‘não brasileira’ qualquer pessoa com sobrenome árabe, judeu e japonês, mesmo que a pessoa sob investigação fosse cidadã brasileira. A categoria ‘brasileiro’, por outro lado, estava repleta de não cidadãos imigrantes de origem portuguesa, italiana e espanhola (Lesser, 2015, p. 169).

⁴⁸ As delegacias atuaram em conformidade com o DOPS, realizando ações semelhantes às anteriormente citadas. No Paraná, a Delegacia foi criada em 1937, assumindo atividades que antes eram realizadas por outros órgãos de segurança pública do Estado. Ver mais sobre em Shizuno (2010) e Takeuchi (2008c).

Desde a década de 1930, os *nikkeis* passaram a ser vistos como uma ameaça à segurança nacional, sendo acusados de espionagem e sabotagem. Nesse período, alemães, italianos e japoneses tiveram suas carteiras de motorista recolhidas (Takeuchi, 2008c). A liberdade de locomoção desse grupo foi restringida, passando a ser necessária autorizações para circular no território nacional e para mudar de residência (Ueno, 2020). Takeuchi (2010) destaca que o DOPS, além de realizar essa geopolítica de controle social, também atuou no desalojamento forçado de estrangeiros. Sobre essa medida, Lesser (2008, p. 43) ressalta que: “muitos imigrantes japoneses e seus filhos foram transferidos à força de ‘áreas estratégicas’ situadas ao longo da costa e em grandes cidades, muitas vezes perdendo, nesse processo, seus negócios e suas terras”. Duarte (1997, p. 92) relata que:

Em janeiro de 1942, foi emitida uma ordem pelo Gabinete de Investigação para a evacuação das ruas Conde de Sarzedas e dos Estudantes, principais ruas de concentração do comércio japonês, no bairro da Liberdade. Todos os japoneses deveriam deixar o local em dez dias. O comércio ficou completamente paralisado. A estagnação duraria pelo menos até 1945. Em 6 de fevereiro de 1943, uma nova ordem de desocupação foi emitida, desta vez atingindo pensões e hotéis. Esta notificação foi recebida por mais de 350 famílias. Na quinta-feira, 8 de julho de 1943, era a vez de serem notificadas do início da evacuação do litoral, rumo ao interior, cerca de mil famílias de japoneses, alemães e italianos.

Dentre os grupos expulsos, Tavares (2010, p. 236) afirma que: “[...] os japoneses ficaram em pior situação pois foram expulsos pela polícia e exército, enquanto muitos dos alemães foram embora ‘voluntariamente’, pagando suas passagens [...]”, e os italianos viveram certa indefinição, com o governo hesitando em efetivar sua expulsão da cidade. De acordo com Ueno (2020, p. 26), “em 8 de julho de 1943, foi exigido a evacuação de 1.500 japoneses residentes do litoral paulista por serem considerados suspeitos nos ataques aos navios brasileiros saídos do porto de Santos”⁴⁹. Conforme Takeuchi (2008c, p. 117),

O torpedeamento de cinco navios cargueiros do Brasil e dos Estados Unidos, que haviam zarpado do porto de Santos, em 8 de julho de 1943, por submarinos germânicos, foi atribuída à espionagem por parte dos súditos do Eixo. Tal suspeita resultou em uma ordem de evacuação de Santos (SP) a ser

⁴⁹ No ano anterior, cinco navios brasileiros haviam sido torpedeados na costa do Nordeste brasileiro (Takeuchi, 2008c, 2010). O número exato de japoneses expulsos do litoral paulista difere entre os autores. Takeuchi (2008c, p. 117), por exemplo, afirma que, no dia 12 de julho de 1943, quatro mil japoneses expulsos do litoral haviam passado pela Hospedaria dos Imigrantes. Esse episódio foi um dos que levaram o Governo Brasileiro, em 2024, a pedir desculpas pelas perseguições que os imigrantes japoneses e seus descendentes sofreram durante a Segunda Guerra Mundial (Brasil, 2024a).

cumprida no prazo de vinte e quatro horas. O processo iniciou-se no mesmo dia, quando cerca de dez mil famílias oriundas do Japão e da Alemanha, que habitavam o litoral, foram transferidas para o interior.

Sobre o ocorrido em Santos⁵⁰, Tavares (2010) destaca que os pescadores passaram a ser vistos como de importância estratégica durante o período de guerra. Contudo, não os japoneses e seus descendentes, “[...] pois os militares que defendiam a participação dos pescadores na defesa nacional também eram extremamente receosos e preconceituosos sobre a lealdade de, indiscriminadamente, todo o japonês, independente de seu pensamento, de suas simpatias ou ações” (Tavares, 2010, p. 231). Portanto, eram vistos como ameaças à segurança nacional, situação que ocorria antes mesmo da declaração de guerra e do bombardeio de navios brasileiros, com a vigilância do DOPS sobre os pescadores nipônicos (Tavares, 2010).

Essas repressões de cunho policial, como as supracitadas expulsões de bairros e cidades, significaram a separação de famílias, a perda de bens e a destruição de laços profissionais e de amizade. Ocorreram também ofensivas contra as colônias e as cooperativas agrícolas japonesas — tidas, na época, como centros de conspiração política e de sabotagem econômica (Takeuchi, 2009a). Nesse mesmo período, foram proibidas as aquisições de propriedades por estrangeiros e iniciada a nacionalização das empresas estrangeiras no país (Sakurai, 2000). Seguindo essa lógica, foram impostas sanções econômicas a esse grupo, por meio do Decreto-lei nº 3.911, de 12 de dezembro de 1941⁵¹, e do Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942⁵² (Takeuchi, 2009a). Além disso, a produção nacional também difundia esses discursos. De acordo com Peres (1997, p. 85),

Nas décadas de 1930 e 1940, os intelectuais brasileiros empenhados em controlar a imigração sustentaram um discurso marcado pelo preconceito, sendo um dos canais oficiais de divulgação destas ideias a Revista de Imigração e Colonização.

Publicada entre os anos de 1940 e 1955 pelo Conselho de Imigração e Colonização, órgão criado em 1938 para fiscalizar e selecionar os imigrantes, a Revista de Imigração e Colonização foi lançada para ser, inicialmente, um periódico com quatro volumes anuais.

⁵⁰ Ver mais sobre em Tavares (2010).

⁵¹ Regulamentava que as transações financeiras de empresas dirigidas por japoneses, italianos e alemães só poderiam ser realizadas mediante autorização prévia da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil.

⁵² Estabelecia o ressarcimento por danos de guerra, ou seja, os “súditos do Eixo” — alemães, italianos e japoneses, pessoas físicas e jurídicas —, deveriam pagar indenizações pelos prejuízos sofridos pelo Brasil em caso de ataques realizados por seus países de origem.

A revista era uma das muitas que tratavam de assuntos relacionados à imigração e circulavam entre órgãos públicos e autoridades da época. A publicação reproduzia artigos que se apresentavam como científicos, divulgados pela grande imprensa, e que consultavam intelectuais das mais diversas áreas — que também contribuíam com artigos para o periódico. Entre eles estavam diplomatas, médicos, psiquiatras, higienistas, jornalistas, juristas e educadores que tiveram ligação com o governo de Getúlio Vargas e que defendiam, em sua maioria, a formulação de políticas restritivas e classificatórias com base em características físicas, mentais, profissionais e raciais, na busca pelo “imigrante desejável”. Assim, alguns desses autores participaram diretamente dos debates da Emenda Miguel Couto (Peres, 1997; Takeuchi, 2008c).

Durante o Estado Novo, a Revista de Imigração e Colonização foi porta-voz de um pensamento racista, legitimador da política discriminatória do governo Vargas em relação ao estrangeiro. No entanto, mesmo com o início da chamada ‘redemocratização’ do país, em 1945, a questão imigratória continuou a ser tratada pelos colaboradores da revista como um problema nacional, persistindo o tom de intolerância contra o estrangeiro, visto como um perigo que ameaçava a segurança do país (Peres, 1997, p. 86).

A noção de imigrante ideal estava calcada, inicialmente, na capacidade de desempenhar funções agrícolas e industriais, visão voltada para o interesse econômico das elites. Além daqueles que poderiam colaborar com a construção racial do homem brasileiro, ou seja, brancos. Assim, “[...] ainda se condenava, como nos anos de 1930 e início dos anos de 1940, a imigração de judeus e japoneses, considerados como elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional”, o negro e o alemão também eram considerados indesejáveis (Peres, 1997, p. 89). De acordo com Seyferth (2002, p. 143, grifo nosso),

O imigrante ideal, portanto, é um branco adjetivado, cabendo ao Estado o fomento da imigração europeia dentro dos parâmetros da eugenia, da conveniência política e das tendências à assimilação. Isso significa que, entre os brancos, são excluídos os doentes, portadores de deficiência física e mental, velhos, criminosos, gente de ‘conduta nociva’, etc., além de refugiados, apátridas e as etnias ‘inassimiláveis’. **Alemães, judeus e japoneses estavam incluídos entre os ‘avessos à assimilação’** — uma clara recusa aos contingentes étnicos ‘irredutíveis’; portugueses e italianos e, eventualmente, espanhóis satisfaziam os padrões da ‘evolução étnica brasileira’ — nos termos de Oliveira Vianna (1932) tinham suficiente ‘fusibilidade’ para compor o *melting pot*.

Os japoneses também eram considerados indesejáveis pela crença de que possuíam anseios de apenas enriquecer e retornar ao seu país de origem — o imigrante ideal era aquele que abandonaria suas raízes. Para as elites agrárias e políticas, interessava a conformidade e a subserviência do imigrante à identidade nacional (Carneiro, 2010). Nesse contexto, “os estereótipos elaborados desde o final do século XIX, baseados nos autores racialistas franceses e retomados no início deste século, acrescidos das máximas da eugenia, continuavam em ação na década de 1940 e início dos anos de 1950 [...]”, sendo o imigrante tratado de maneira estigmatizada, passível de manipulação, seleção, classificação e absorção (Peres, 1997, p. 90). A revista supracitada raramente publicava opiniões contrárias àquelas defendidas pelo periódico⁵³, uma das exceções é o artigo de Emilio Willems,

[...] em seu artigo ‘O problema da imigração japonesa’, datado de 1946, denuncia o preconceito e o racismo explicitado na campanha anti-nipônica, bem como o mito da inassimilabilidade de algumas raças. Willems denuncia a atitude de alguns publicistas que, utilizando argumentos falsamente científicos, predispõem a opinião pública contra a ‘imigração amarela’. Afirma que esses autores são seguidores de Gobineau ou Lapouge, acusando-os de racismo dissimulado. O objetivo de Willems é salvaguardar a responsabilidade da antropologia e diferenciar os posicionamentos científicos daqueles marcados pelo racismo (Peres, 1997, p. 95).

Conforme Carneiro (2010, p. 95), “raros foram os intelectuais brasileiros que saíram em defesa dos japoneses durante o período de 1920 e 1940”, momento de proliferação de discursos contrários à presença desses imigrantes no país. Emilio Willems, juntamente com Herbert Baldus e Hiroshi Saito, foram pioneiros na produção de pesquisas sobre a imigração japonesa no Brasil, sendo Saito o responsável pela consolidação desses estudos⁵⁴. Essas pesquisas estavam inicialmente ligadas à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e seguiam as teorias de assimilação e aculturação⁵⁵, buscando se opor aos discursos eugenistas e

⁵³ Cabe destacar que essa publicação foi apenas uma das muitas que contribuíram para a construção de estereótipos e para o fortalecimento de preconceitos, conforme anteriormente evidenciado. Nesse período, circulavam produções dos mais diversos tipos para os mais diferentes públicos consumidores. Entre elas estavam, por exemplo, as revistas ilustradas, com linguagem simples e visual, para aqueles que necessitavam de produções de fácil compreensão, como discutido por Martins (2017) e Takeuchi (2008c, 2009b, 2016).

⁵⁴ Segundo Ueno e Luiz (2021, p. 4), “a figura de Saito foi marcante a tal ponto que grande parte dos estudos sobre imigração japonesa, mesmo atualmente, aderiram ou rejeitaram as suas ideias”.

⁵⁵ De acordo com Lesser (2001, p. 22), “a assimilação (na qual a cultura pré-migratória da pessoa desaparece por completo) foi um fenômeno raro, enquanto a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado do contato com uma outra) foi comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitavam a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas”. É preciso considerar que a defesa das teorias tradicionais de assimilação e aculturação por esses estudiosos era uma resposta aos discursos da época, que tratavam os *nikkeis* como inassimiláveis. Ao longo do século XX, esses estudos ganharam mais força com a adesão de outros

antinipônicos presentes no Brasil dos séculos XIX e XX⁵⁶ (Ueno; Luiz, 2021). Os esforços desses pesquisadores ocorriam em momento que até mesmo o Ministro da Justiça do Estado Novo, Francisco de Campos, endossava o discurso antinipônico,

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e a uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização dos seus intuítos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má fé, seu caráter refratário, fazem deles um enorme quisto étnico, econômico e cultural localizado das mais ricas das regiões do Brasil. Há característica que nenhum esforço no sentido da assimilação conseguirá remover. Ninguém lograra, com efeito, mudar a cor e a face do japonês, nem a sua concepção de vida, nem o seu materialismo (Campos, 1941, p. 268 *apud* Lenharo, 1986, p. 132).

Percebe-se que, desde o início da imigração japonesa, houve resistência por parte de diferentes esferas da sociedade. Em maior ou menor intensidade, de forma explícita ou velada, e mesmo com a mudança dos governos, os imigrantes enfrentaram diversas dificuldades para sua entrada e, principalmente, para sua permanência no Brasil.

2.1.5 A imigração pós-guerra (1945-1973)

Com o final da guerra, a imigração voltou a ser permitida pelo Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, fazendo com que autoridades temessem pela entrada de um grande fluxo de pessoas — reflexo da situação de caos e miséria que vivia o continente europeu (Peres, 1997). Segundo Lesser (2015, p. 243), “a combinação da proibição da entrada de japoneses nos Estados Unidos e a ocupação norte-americana de Okinawa fez com que a América Latina passasse a se constituir em uma nova opção emigratória”. Assim, entre 1953 e 1963, quase 55 mil japoneses chegaram ao Brasil.

Por outro lado, as preocupações dos *nikkeis* se voltaram para outras questões, diferentes daquelas enfrentadas pelo grupo até então. Com o fim do conflito mundial, ocorreu

pesquisadores e, mais tarde, passaram a ser problematizados. Ver mais sobre o campo historiográfico da imigração japonesa no Brasil em Ueno e Luiz (2021).

⁵⁶ Ver mais sobre em Takeuchi (2008c).

uma cisão interna entre imigrantes japoneses, sendo a sociedade secreta conhecida como Shindo Renmei⁵⁷ (Liga do Caminho dos Súditos⁵⁸) a principal responsável por isso. Essa sociedade,

[...] adquiriu enorme importância após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a queda do Estado Novo de Vargas, em 1945. Os líderes da Shindo Renmei eram oficiais aposentados do Exército japonês cujas metas eram manter um espaço japonizado permanente no Brasil através da preservação do idioma, da cultura e da religião, e também revitalizar escolas japonesas (Lesser, 2014, p. 8).

Nessa perspectiva, o Shindo Renmei defendia e difundia que o Japão havia vencido a guerra, e assim ocorreu um conflito⁵⁹ entre aqueles que não acreditavam na derrota do Japão na guerra — os vitoristas (*kachigumi*) — e aqueles que aceitaram que o país de origem havia perdido — os derrotistas (*makegumi*) (Sakurai, 2004, p. 8). Segundo Sakurai (2002, p. 7), “essa cisão pode ser interpretada além daquilo que é repetidamente alegado como a razão para o movimento, ou seja, a falta de informações sobre a guerra, o fanatismo, a lealdade ao país de origem”, tendo também relação com as medidas repressivas do governo, com a lógica do imigrante e com a permanência definitiva desse grupo no país. Conforme Dezem (2010, p. 246, grifo do autor),

Todo esse clima de apreensão, discriminação e, principalmente, desinformação, contribuiu para que se reforçasse — entre os imigrantes japoneses e muitos de seus descendentes radicados nas distantes cidade do interior de São Paulo e norte do Paraná — o sentimento do *Yamato Damashii*, ou Espírito Japonês. União, nacionalismo, patriotismo se tornavam o fio condutor da esperança da vitória militar japonesa na guerra e a volta ao *Dai-Niton* (‘Grande Japão’).

Portanto, as políticas anteriormente evidenciadas contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento de organizações extremistas, através da união ideológica dos imigrantes japoneses, que ficaram à mercê de autoridades japonesas no país, em torno do *Yamato Damashī* (espírito japonês) (Dezem, 2010; Ueno, 2020). Lesser (2001, p. 241) destaca que: “para muitos imigrantes japoneses, as sociedades representavam um contra-ataque à maneira pela qual a

⁵⁷ Ver mais sobre a Shindo Renmei em Dezem (2000, 2010) e Lesser (2001, 2015).

⁵⁸ Também aparece na literatura como “Caminho dos Súditos da Liga do Imperador”.

⁵⁹ Essa situação ocorreu principalmente na região da Alta Paulista, no Estado de São Paulo. Os *kachigumi* perseguiram, sequestraram e até mataram seus próprios companheiros por conta do falso pensamento de vitória do Japão (Lesser, 2015; Saito, 2011).

identidade nacional vinha sendo definida, reivindicando novos espaços para a etnicidade nipo-brasileira”.

O Shindo Renmei e outras sociedades secretas de menor tamanho — formadas ao longo da década de 1940⁶⁰ — acabaram revigorando os estereótipos negativos e os discursos tendenciosos de políticos e intelectuais da época, que buscavam novamente proibir a imigração japonesa (Lesser, 2001; Takeuchi, 2010). De acordo com Sakurai (2004, p. 8),

Embora o Brasil ao final da guerra tivesse adotado a linha de apagar as marcas do Estado autoritário em vigor desde 1937 adotando uma nova Constituição em 1946, ainda assim, para os japoneses, o problema continuava. No próprio processo de elaboração da nova carta constitucional, a discussão sobre a continuidade do fluxo migratório de japoneses para o Brasil foi novamente alvo de muita polêmica. A decisão só ocorreu a favor porque o presidente da Constituinte deu o seu voto a favor porque houve empate na votação desta questão.

A emenda que buscava proibir a entrada de japoneses foi proposta por José Augusto e Miguel Couto Filho, tendo obtido 99 votos favoráveis e 99 contrários, sendo decidida através do voto de Minerva — contrário à emenda e a favor da entrada de imigrantes. Esses debates ocasionaram a divisão de partidos, visto que a decisão foi acirrada (Hayashi, 2022; Hibarino; Kawachi, 2014). Segundo Hayashi (2022, p. 8),

Temos, assim, em 1946, o que é possivelmente o pior momento em toda a história da imigração japonesa no Brasil: internamente, os imigrantes japoneses e seus descendentes estavam divididos pelo conflito entre vitoristas e derrotistas/esclarecidos; externamente, eram amplamente rejeitados pelas elites políticas brasileiras (e também pelos veículos de imprensa da época), chegando-se realmente muito próximo ao fechamento das fronteiras físicas brasileiras à vinda de novos japoneses, mediante cláusula constitucional.

Portanto, a Constituinte de 1946 inaugurou o período pós-guerra e chegou perto de proibir a imigração japonesa no Brasil, situação semelhante àquela ocorrida em 1934⁶¹. Posteriormente, em 1948, foi formada a Organização Internacional de Refugiados, conforme o Decreto nº 25.796, de 10 de novembro de 1948, pelo qual o governo brasileiro se comprometeu a receber uma cota de refugiados da guerra. Essas ações, apesar de parecerem de caráter

⁶⁰ Conforme Lesser (2015), a expansão maciça das sociedades secretas veio como resposta à decisão do presidente Vargas de enviar tropas brasileiras — que incluíam um grande número de imigrantes, entre eles alguns jovens *nikkeis* — para a Itália, onde foram expostos ao sentimento de nacionalismo, xenofobia e hostilidade contra o Eixo.

⁶¹ Ver mais sobre os debates da Constituinte de 1946 em Hayashi (2022).

humanitário, tinham como foco a seleção de mão de obra para setores da indústria e da agricultura. O interesse em ocupar áreas vazias do país gerou a vinda de imigrantes em 1952 para projetos de colonização na Amazônia e no Mato Grosso, além de espaços nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil (Sakurai, 2004).

A situação do Japão no período pós-derrota não era favorável: “o retorno de cerca de 5 milhões de japoneses dos territórios ocupados após a derrota na Segunda Guerra Mundial produziu um efeito impactante na sociedade japonesa, sobretudo na questão do emprego” (Sakurai, 2004, p. 1). Pelo histórico da imigração, o Brasil tornou-se um dos principais destinos de emigração japonesa pós-guerra. O fluxo de migrantes, que havia cessado por causa do conflito mundial, foi retomado em 1953, através de iniciativas particulares (Sakurai, 2004).

O governo japonês continuou sendo responsável pelo custeio e manutenção da vinda desses imigrantes, que passaram a ser chamados de “Japão Novo”, pois tinham um perfil ocupacional diferente daqueles pré-guerra: eram qualificados para trabalhar em áreas agrícolas e em alguns setores da indústria, situação que gerou uma forte tensão dentro do grupo (Sasaki, 2006; Sakurai, 2004).

Ainda assim, progressivamente, alguns discursos em relação aos imigrantes foram se modificando. Em 1958, ocorreram as celebrações no Congresso Nacional do cinquentenário da imigração japonesa, em uma situação diferente daquela observada nos debates da Constituinte de 1946. As congratulações quanto ao cinquentenário foram feitas conforme dois pontos principais: as contribuições econômicas da imigração e a integração dos imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira — aos moldes da aculturação e da assimilação. Esse enaltecimento foi utilizado como forma de esconder o preconceito racial em voga no Brasil e de auxiliar na sustentação do mito da “democracia racial” do país (Hayashi, 2022).

Segundo Sakurai (2004, p. 11), “o elemento novo que entra na discussão do período é o repúdio ao racismo, já que um país que tinha o desenvolvimento como meta, este poderia ser um fator que colocaria o Brasil em situação constrangedora diante das outras nações desenvolvidas [...]”. A partir desse contexto, existiram tentativas de culpabilizar os imigrantes pela discriminação racial sofrida por eles, ou seja, delegar a culpa às vítimas (Sakurai, 2004).

Posteriormente, as relações diplomáticas foram normalizadas. No ano de 1963, foi firmado o Acordo de Migração e Colonização Brasil-Japão, através do Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963, dezoito anos após o término da guerra. Contudo, nessa mesma década, o Japão passou a prosperar e, assim, a diminuir o fluxo migratório para o Brasil. Considera-se,

portanto, que em 1973 esse fluxo foi encerrado, sendo que, no período entre 1953 e 1973, entraram no país aproximadamente 53 mil japoneses (Sasaki, 2006, p. 104).

Apesar disso, “a atmosfera em torno da questão dos japoneses no Brasil não mudou com o término da guerra e nem com o novo contexto político do país” (Sakurai, 2004, p. 11). De acordo com Lesser (2008, p. 44, grifo do autor), “nas décadas do pós-guerra, os *nikkeis*, da mesma forma que muitos outros grupos étnicos, foram alternadamente glorificados e vilificados pelos demais brasileiros”. A mudança de percepção só viria a acontecer mais tarde, quando “optou-se em valorizar o sucesso profissional e a ascensão social como forma de se superar os traumas e os conflitos antes e depois do fim da guerra” (Takeuchi, 2008a, p. 182). Segundo Shizuno (2008, p. 75), atualmente “[...] em todo o país as representações sobre os japoneses são predominantemente positivas, expressando, sobretudo, qualidades”.

No entanto, “[...] o discurso relacionado ao ‘amarelo’ ainda passa por constante mudança”, em muitos casos ocorrendo silenciamento e esquecimento quanto aos conflitos que permearam essa imigração (Ueno, 2019, p. 113). Na atualidade, ainda são identificadas situações de intolerância, xenofobia e até mesmo de racismo contra esse grupo, de maneira que compreender as particularidades desse fluxo migratório nos auxilie a entender a persistência de certos estereótipos e preconceitos na sociedade brasileira, bem como a pensar em formas de combatê-los.

A partir do exposto, percebe-se que a imigração japonesa no Brasil foi atravessada por diversos fatores políticos, culturais, sociais, econômicos, territoriais e históricos, que dão uma dimensão à complexidade desse fluxo. É impossível abordar todas as variáveis desse acontecimento sob um único olhar, por isso, nesta parte da fundamentação foram apresentados aspectos mais amplos do contexto que esses imigrantes enfrentaram desde que chegaram ao território nacional.

Buscando romper, sobretudo, com os discursos estereotipados que marcaram esse processo, é necessário destacar que ser membro de um determinado grupo, ainda que rodeado por aspectos culturais semelhantes, não significa ter os mesmos conhecimentos, hábitos e anseios. Dessa forma, ao tratar de conceitos da cultura e da identidade japonesa no país, é preciso considerar que estes estão também atreladas a expressões do imaginário popular. Assim, o que se entende hoje enquanto cultura japonesa no país é resultado de um longo processo histórico que, por sua vez, foi permeado pela construção de estereótipos, que buscaram tratar esse grupo como algo homogêneo (Hibarino; Kawachi, 2014).

Na atualidade, dentro de uma rede de relações, “[...] a noção de ‘cultura japonesa’ se torna objeto de consumo disponível dentro de um mercado global, o Brasil também se apresenta como um dos consumidores desse tipo de ‘produto’” (Oda, 2011, p. 115). Nesse contexto, passou a ser “[...] extremamente difícil discutir e criticar esse processo no Brasil devido à escassez de trabalhos conscientes do contexto histórico e dos debates intelectuais em curso no cenário japonês” (Oda, 2011, p. 114). É necessário ter cuidado ao enfatizar a diversidade e a historicidade da cultura japonesa e as influências dos *nikkeis* no país, tendo em vista o risco de fortalecer uma visão essencialista, replicar estereótipos ou ainda legitimar o neonacionalismo japonês em voga.

2.1.6 Os *nikkeis* em Santa Catarina

Ainda que permeada pela resistência de políticos e intelectuais ao longo de todo o processo, a imigração japonesa ocorreu, e o Brasil se tornou o país com o maior número de japoneses fora do Japão. Segundo Sasaki (2006, p. 104),

A presença japonesa foi se institucionalizando ao longo do século XX, sobretudo no período pós-guerra, criando inúmeras entidades associativas: culturais, religiosas, esportivas, recreativas, agrícolas, por região de origem (províncias no Japão), por atividades ocupacionais etc., além da visibilidade nipônica nas comemorações decenais da imigração japonesa.

O papel de protagonismo que o governo japonês desempenhou na promoção da imigração e na oferta de incentivos ao Brasil contribuiu para que os japoneses fossem inicialmente associados às atividades agrícolas. Assim, ocorreu a formação de núcleos coloniais principalmente nos Estados de São Paulo (maior contingente), Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas (Sasaki, 2006).

Conforme Sakurai (2002), posteriormente à guerra, os imigrantes passaram a ganhar uma visibilidade social cada vez mais positiva. Entre os pontos destacados pela autora estão: a participação de japoneses nas atividades de aniversário da cidade de São Paulo, em 1954, contando inclusive com a inauguração do Pavilhão Japonês no Parque do Ibirapuera; o reconhecimento de artistas plásticos; o sucesso de judocas que começaram a ganhar medalhas; e a popularização da culinária, do *ikebana* e do origami.

A partir da década de 1960 é comum a referência às ‘contribuições’ dos japoneses, dando a entender que a sua participação é efetiva e aceita positivamente. O novo papel internacional do Japão como potência econômica mundial muda também a avaliação. O fato de que o Japão se reconstruiu em poucas décadas após a guerra reforça uma imagem positiva para aqueles que estavam no Brasil desde o início do século (Sakurai, 2002, p. 8).

Nessa mesma lógica, Oda (2011, p. 112-113) destaca que:

Depois da guerra, contudo, principalmente a partir da década de 1960, ocorre uma guinada em sentido contrário. As opiniões negativas passam a se tornar minoritárias, e o Japão se torna gradativamente um símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso, um país que, por ter se tornado uma das maiores potências econômicas mundiais deveria ser visto como modelo no caminho do Brasil rumo ao primeiro mundo.

O reconhecimento da atuação desses imigrantes nas atividades agrícolas favoreceu a visão de que eram pessoas trabalhadoras e aplicadas aos estudos — reflexo das teorias triunfalistas do *nihonjinron*⁶² no Japão (Oda, 2011). Conforme Shizuno (2010, p. 148), “prevaleceu o posicionamento da inserção, como forma de criar uma imagem aceita na sociedade brasileira, o que contribuiu para a mobilidade social dos imigrantes japoneses”. Concomitantemente, elementos da cultura japonesa seguiram sendo preservados no interior da comunidade. Assim, a dispersão de japoneses pelo território nacional também esteve relacionada ao desenvolvimento da agricultura nas diferentes regiões do país, com a produção de uma diversa gama de produtos, como café, soja, trigo e pimenta-do-reino; além do desenvolvimento da fruticultura (Sakurai, 2002). Entre as pesquisas que abordam as influências desses imigrantes, estão aquelas voltadas para a relação desse grupo com a natureza, existindo uma predominância de estudos focados nas atividades agrícolas — resultado da contribuição de japoneses e seus descendentes para a agricultura nacional.

Foi também nesse contexto que o governo japonês promoveu a vinda de imigrantes japoneses para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o objetivo de ocupar áreas pouco povoadas e torná-las economicamente ativas (Sakurai, 2004). No entanto, os imigrantes que vieram especificamente para Santa Catarina foram, em sua grande maioria, de outros Estados brasileiros, principalmente a partir do período pós-Segunda Guerra, entre as

⁶² *Nihonjinron* é traduzido como “teorias da japonicidade”. Segundo Sasaki (2011, p. 11), “este gênero literário e acadêmico discorre sobre valores japoneses como exclusividade, homogeneidade, conformidade, dependência mútua, orientação grupal e harmonia, postos em contraposição aos valores ocidentais”, com exacerbada valorização da cultura nacional.

décadas de 1950 e 1970. Em Florianópolis, um dos primeiros registros da chegada de japoneses é da década de 1950, com um grupo que veio espontaneamente e que foi responsável por introduzir a primeira rede de cerco fixo flutuante na ilha (Associação Nipo-Catarinense, 2022).

Ainda que os japoneses estivessem se estabelecendo em diferentes pontos do Estado, a fundação da primeira colônia ocorreu em 1966, na região de Frei Rogério, conhecida como Colônia Celso Ramos⁶³ (Martinello; Carvalho, 2010, 2011). Conforme Martinello e Carvalho (2011, p. 456), “em Santa Catarina, os maiores fluxos migratórios de japoneses e descendentes se dão a partir de 1966, com a inauguração efetiva, pelo governo estadual, da primeira colônia oficial. Ela se localiza no distrito de Frei Rogério, na época município de Curitibanos”.

Além disso, “no caso específico de Santa Catarina, as políticas públicas desse Estado assumem e passam a garantir a entrada desses imigrantes com os apoios que antes se concentravam no governo japonês”. Ainda assim, o governo japonês esteve presente nesse processo de colonização através das companhias, ainda que com influência menor daquela registrada anteriormente em nível nacional (Martinello; Carvalho, 2011, p. 454).

Observa-se, portanto, um caso diferente da imigração tutelada promovida pelo governo japonês, sendo o processo de modernização um dos principais fatores que contribuíram para essa diferenciação. De acordo com Martinello e Carvalho (2011, p. 455),

Se, ainda nos anos democráticos (antes da derrubada de João Goulart), fazia-se a colonização japonesa por meio do que se chamava de reforma agrária, através de um órgão estadual criado em 1961, em substituição à Diretoria de Terras e Colonização, denominado Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), com o golpe civil-militar de 1964, a opção pela modernização sem *reforma agrária* permaneceu com a atração de japoneses para Santa Catarina, porém agora não só se evitava a própria expressão reforma agrária, como o sentido e a proposta de trazer japoneses se deslocaram.

Conforme Martinello e Carvalho (2010), o IRASC operou até 1978 — quando foi extinto —, e, além de outras atividades, atuou na criação de núcleos coloniais, nos contatos com prefeituras e no recrutamento de agricultores brasileiros e japoneses — vindos do Japão após a Segunda Guerra ou de outros Estados brasileiros —, o que possibilitou, em conjunto com a Empresa Japonesa de Imigração, a criação de colônias japonesas em Curitibanos, Itajaí, Caçador e Criciúma.

⁶³ A colônia recebeu esse nome porque sua fundação ocorreu durante o mandato do governador Celso Ramos (1961-1966).

O principal objetivo passou a ser modernizar os espaços rurais de Santa Catarina com a fixação de japoneses nessas áreas. Entre as ações desse período estavam o incentivo à produção de variedades agrícolas, à diversificação no campo e à mecanização da produção. Dessa forma, não seria realizada a reforma agrária, e o progresso das áreas agrícolas ocorreria com a introdução, no campo, de mão de obra qualificada e previamente selecionada (Martinello; Carvalho, 2011).

Nessa perspectiva, os japoneses representavam um modelo a ser seguido não somente pela experiência na agricultura e pela produtividade, mas também pelo amor ao trabalho, pela disciplina, pela modernidade, entre outros aspectos, conforme o estereótipo difundido durante esse período⁶⁴ — que contribuiu para a criação de núcleos coloniais no Estado.

A colônia Celso Ramos foi, por um tempo, utilizada como exemplo dessa chamada “reforma agrária” que o estado catarinense afirmava estar promovendo. Esse discurso se modificou com a ditadura militar, quando o termo deixou de ser utilizado para se referir a essas colônias. Ela passou, então, a ser classificada como um projeto de colonização (Martinello; Carvalho, 2011). Nessa colônia, um dos objetivos do governo estadual era o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, dominada pelos asiáticos. Entre os produtos de interesse governamental estavam culturas como maçã, nectarina e pera (Martinello; Carvalho, 2010).

Na década de 1970, com o objetivo de comercializar hortigranjeiros para abastecer as áreas urbanas, surgiram os núcleos japoneses de Itajaí, Caçador e Criciúma — constituídos por pequenas propriedades em regiões consideradas periurbanas, a partir da articulação entre o governo estadual e prefeituras interessadas (Martinello; Carvalho, 2010; Martinello; Montysuma, 2014). Também emergiram núcleos que receberam apoio indireto dos governos estadual e federal, sem a participação do IRASC, como foi o caso de São Joaquim e Canoinhas, compostos, em sua grande maioria, por descendentes de imigrantes cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo, que estabeleceram médias e grandes propriedades rurais com foco, respectivamente, na produção de maçã e batata-semente (Martinello; Carvalho, 2010, 2011). Conforme Martinello e Carvalho (2010, p. 99),

No espaço catarinense destacou-se, nas décadas de 1960 e 1970, a fixação de migrantes nipônicos originados de outros Estados, como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, mas também imigraram diretamente do Japão para Santa Catarina, em menor medida. De qualquer maneira, independe da origem dos imigrantes [...], é possível encontrar características de uma migração tutelada,

⁶⁴ Ver mais sobre em Martinello e Carvalho (2010).

principalmente devido às demonstrações e interesses governamentais na atração de japoneses.

A presença japonesa em Santa Catarina tinha como objetivo modernizar tanto a agricultura, enquanto sistema, quanto os próprios agricultores do Estado, fossem eles brasileiros ou europeus. Em síntese,

Planejou-se que, com a contribuição dos japoneses em Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970, se obtivessem: (a) em um primeiro momento, a realização do que foi denominado de reforma agrária; (b) a modernização dos agricultores que já estavam estabelecidos e deveriam aprender não apenas técnicas, mas também valores voltados para o mundo do trabalho, com os que recém chegavam do Japão; (c) o aumento da produtividade pelas novas técnicas, difundidas pela pedagogia do exemplo; e (d) o surgimento de novas variedades e produtos trazidos pelos japoneses e que os brasileiros deveriam aprender a cultivar (Martinello; Carvalho, 2011, p. 464).

A seguir, apresenta-se, na Figura 3, os municípios que tiveram colonização japonesa durante as décadas de 1960 e 1970, no Estado de Santa Catarina, e que foram mencionados nesta subseção.

Figura 3 — Municípios com colonização japonesa na década de 1960 e 1970 em Santa Catarina



Fonte: Martinello e Carvalho (2011, p. 458).

Em contrapartida, observa-se que a chegada de imigrantes japoneses em Florianópolis foi pontual e espontânea, não tendo relação direta com a proposta de desenvolvimento de colônias, como ocorreu em outras regiões do Estado. Esse fator pode ter influenciado a escassez de pesquisas científicas sobre a introdução do cerco fixo flutuante na ilha de Santa Catarina, proveniente da ação de um único japonês, uma vez que a atividade pesqueira foge ao enfoque geralmente dado à agricultura de plantio.

Para além das produções de caráter científico, alguns relatos de imigrantes e seus descendentes que se fixaram em Santa Catarina integram o documentário “O Povo do Sol Nascente em Terra Catarinense: as colônias japonesas de Santa Catarina”, dirigido por Gilson Giehl e lançado em 2008. Nessa produção, é brevemente apresentada a história de Noboru Oda e seu papel na introdução do cerco fixo flutuante em Florianópolis. Contudo, observa-se uma escassez de pesquisas sobre as questões históricas relacionadas à introdução do cerco em Florianópolis, sendo as principais investigações voltadas, sobretudo, para sua introdução no litoral paulista e carioca. Por isso, a presente pesquisa busca também contribuir com esses debates, ao evidenciar a história de Noboru Oda a partir de seu arquivo pessoal.

2.2 OS ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos passaram por diversas transformações ao longo da história, como reflexo da trajetória da humanidade. Atualmente, a arquivística⁶⁵ é compreendida como a área do conhecimento resultante desse processo. Essa compreensão, contudo, ainda é objeto de significativas discussões, tanto em relação à sua nomenclatura quanto ao seu *corpus* teórico e prático. Segundo Calderon (2013, p. 30), “[...] autores de diferentes partes do mundo compuseram a história dos arquivos e de como surgiu a disciplina arquivística, resultando em fontes bibliográficas de larga monta”. Entre as pesquisas que buscam traçar a evolução dos arquivos, destacam-se as de Calderon (2013); Cruz Mundet (2008); Gagnon-Arguin (1998); Mendo Carmona (1995); Richter, Garcia e Penna (2004); Silva *et al.* (2009); entre outros.

Conforme Richter, Garcia e Penna (2004, p. 24), “é muito difícil compor e unificar a evolução histórica dos arquivos, pois cada país apresenta características peculiares de desenvolvimento”. Dessa forma, observa-se que não há consenso em relação a uma delimitação temporal dessa evolução, o que torna necessária sua contextualização.

A origem dos arquivos é um assunto ainda em discussão na literatura arquivística, alguns autores afirmam que os arquivos emergiram no período pré-histórico, através do registro em abrigos rochosos, mas são maioria aqueles que relacionam o advento dos arquivos com a origem da escrita — há aproximadamente 6 mil anos no Oriente Médio (Calderon, 2013; Gagnon-Arguin, 1998; Schellenberg, 2006; Silva *et al.*, 2009; Tanus, 2014). Nessa perspectiva, foi a partir da necessidade humana de registrar e comunicar seus atos que ocorreu o desenvolvimento do sistema de escrita e, conseqüentemente, dos arquivos. Para Richter, Garcia e Penna (2004, p. 24),

Desde o momento em que o ser humano teve conhecimento do mundo que o rodeava, elaborou e preservou documentos úteis ao funcionamento de sua vida econômica, política, administrativa, social e religiosa. Os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas. Eles existem desde o momento em que o homem decidiu fixar, por escrito, suas relações como ser social. A criação dos documentos foi uma necessidade para o registro da memória, exercício do poder e reconhecimento de direitos.

⁶⁵ O termo “Arquivologia” também é utilizado na produção científica nacional. Na presente pesquisa, optou-se por seguir o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que reconhece a validade de ambos os termos, visto que a análise terminológica e o confronto lexical não são o objetivo desta pesquisa. Contudo, observa-se que existem discussões ainda inacabadas quanto à natureza, ao vocabulário e à relação desse campo com outras áreas do conhecimento, que podem, com o tempo, tornar obsoletos alguns dos termos adotados neste trabalho.

De acordo com Cox (2017, p. 113), “arquivar é parte de um processo histórico e cultural, rico em sua complexidade e entrelaçado com os esforços da humanidade para se comunicar, documentar e lembrar”. Assim, a história dos arquivos está relacionada à necessidade humana de criar e preservar registros documentais, seja para fins cotidianos, como transações comerciais, ou como registro e amparo à memória. É a partir das relações entre arquivos e seres humanos que a Arquivologia surgiu e os arquivos pessoais se desenvolveram.

Segundo Vianna, Lissovsky e Sá (1986, p. 64), “a fabricação do papel para a escrita foi, sem dúvida alguma, uma grande inovação tecnológica que disseminou a preservação da informação escrita [...]”. Posteriormente, o acesso a dispositivos de registro imagético permitiu que as pessoas se tornassem também produtoras de fotografias. Na atualidade, documentos textuais e iconográficos são apenas alguns dos gêneros que compõem os arquivos pessoais.

No século XXI, com o aperfeiçoamento e o acesso a outras formas de produção documental, os arquivos pessoais contam com diversas espécies e tipos, inclusive digitais⁶⁶, tornando as discussões em torno desses arquivos ainda mais complexas. Nesta pesquisa, evidenciam-se os aspectos históricos que se vinculam aos arquivos pessoais, tendo esta seção como objetivo um aprofundamento acerca de algumas possíveis discussões.

2.2.1 A origem e a evolução

A construção e difusão da teoria arquivística iniciaram nos arquivos nacionais, sendo que a formação dos primeiros arquivistas ocorreu no ambiente de trabalho (Souza, 2012). Isso proporcionou um maior destaque dos arquivos públicos nos debates arquivísticos, bem como o reconhecimento dos arquivos apenas como os conjuntos documentais produzidos, recebidos e acumulados por instituições públicas⁶⁷. Uma das consequências desse enfoque histórico incidiu sobre os documentos de pessoas, que foram relegados a segundo plano e até mesmo desconsiderados do escopo arquivístico por parte de alguns pesquisadores (Britto; Corradi, 2017; Camargo, 2009; Cook, 1998; Gomes, 2009; Heymann, 2009b; Hobbs, 2001, 2016, 2018;

⁶⁶ Ver mais sobre em Cox (2017).

⁶⁷ Essa questão é observada ainda hoje com base nos termos utilizados dentro do campo arquivístico. Segundo Oliveira (2012, p. 35, grifo do autor), “ao utilizar esses termos — *atividade, ato, funções, processos e missão* — imediatamente estabeleço uma ligação com o cenário de uma organização, seus processos de negócios, suas atribuições. Nesse sentido, por muito tempo os arquivistas somente reconheceram como típicos de arquivo os documentos produzidos no âmbito corporativo. Num processo contínuo e sem crítica, o discurso que justifica e conceitua o arquivo, em sua própria construção, ao utilizar termos mais identificados com a administração, exclui a visibilidade dos arquivos pessoais no quadro conceitual”.

Silva; Schmidt, 2018). Como consequência, “[...] a literatura arquivística tradicional não produziu um arcabouço teórico-metodológico que privilegiasse as especificidades de um conjunto de documentos do indivíduo” (Silva; Schmidt, 2018, p. 36).

Por isso, pode-se identificar como tardia a preocupação da Arquivologia com os arquivos pessoais, mas não como limitada, visto que, em nível internacional, são diversas as preocupações com essa categoria de arquivo — o que se reflete no crescimento de pesquisas sobre o tema. Assim, ainda que existam lacunas a serem preenchidas, chamar esse campo de escasso é desconsiderar as diversas contribuições de arquivistas, historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Além disso, o protagonismo nacional sobre o tema também é visível a partir do engajamento de pesquisadores estrangeiros no país, seja através da participação em eventos ou na publicação de artigos, capítulos de livros e outras produções de caráter científico. Segundo Carter *et al.* (2013, p. 2, tradução nossa),

Ao escrever sobre a teoria arquivística no que se refere aos arquivos pessoais, é frequente o comentário de que a literatura sobre o assunto é subdesenvolvida. No entanto, [...] declarações lamentando a escassez de estudos relacionados a arquivos pessoais não são mais precisas: um rico corpo de literatura está se desenvolvendo para examinar esse campo emergente de investigação.⁶⁸

Somado a esse entendimento, apesar de ainda ocuparem um lugar secundário dentro da literatura arquivística, os arquivos pessoais,

[...] paulatinamente, vêm ganhando espaço na agenda de pesquisa, na medida em que suscitam reflexões e direcionamentos na elaboração de abordagens que contemplem a potencialização que esses conjuntos documentais representam, em especial para a compreensão da sociedade em seus diferentes momentos históricos (Oliveira; Sobral, 2017, p. 1011).

Principalmente nas últimas décadas, as preocupações das pesquisas sobre arquivos pessoais voltaram-se para duas frentes principais: as questões técnicas de tratamento — como recolhimento, arranjo, descrição e difusão — aplicadas a acervos de personalidades de relevância reconhecida; e as questões teóricas relacionadas a esses acervos (Britto; Corradi, 2017, 2020; Pené *et al.*, 2021).

⁶⁸ “When writing about archival theory as it relates to personal archives, the comment is frequently made that the literature on the subject is underdeveloped. However, [...] statements lamenting the dearth of scholarship relating to personal archives are no longer accurate: a rich body of literature is developing to examine this emerging field of inquiry.”

A construção de um campo de pesquisa referente aos arquivos pessoais foi impulsionada, sobretudo, pela revalorização do indivíduo na história e pela potencialidade de registros como diários, cartas, fotografias, agendas e bilhetes para a pesquisa (Britto; Corradi, 2017). Assim, o crescimento dos debates sobre arquivos pessoais está atrelado às abordagens históricas, sob a perspectiva da Nova História — resultado do movimento historiográfico da *École des Annales* (Britto; Corradi, 2017; Cunha, 2016, 2017; Gomes, 1998; Pereira; Costa; Neves, 2019; Martins, 2017).

Essa visão surgiu no final da década de 1960 e recebeu “[...] revisões, etapas e contribuições, vivenciando-se desde os anos 1990 novos aportes, que hoje tem em Michel Vovelle, Michel Foucault, Marc Ferro e Roger Chartier teóricos frequentes na inspiração metodológica para significativos trabalhos na área” (Martins, 2017, p. 359). Nessa mesma linha de raciocínio,

Ficaram para trás as limitações da História factual de Jules Michelet (1798-1874) e aquela de proposta positivista e científica de Leopold von Ranke (1795-1886). Hoje, o novo trato da História contempla focos inusitados de pesquisa, privilegiando aquela da ‘longa duração’ (Braudel, 1949), ou da ‘História vista por baixo’ (Thompson, 1966, 1987), ou da Micro-História (Ginzburg, 1987) e os tantos tratos das mentalidades (Vovelle, 2004) e dos imaginários. A empreitada tem sido árdua, pois opera com estratificações de classe sociais, massas anônimas, vencidos e esquecidos dos processos históricos, em amplo tratamento multidisciplinar e interdisciplinar da História. Logo, o leque de fontes que se abriu para pesquisas de tal magnitude foi rico e diversificado, permitindo caminhos e fontes inusitados para a busca de testemunhos soterrados pelas tantas camadas das visões dos vencedores, das histórias oficiais, institucionais, ‘vistas de cima’, conforme escritas sob o crivo dos fatos ou dos postulados positivistas (Martins, 2017, p. 359).

Em relação aos arquivos pessoais, Prochasson (1998, p. 109-110) destaca que:

O interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados aliás um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas.

Nesse âmbito de valorização das vivências individuais, os registros pessoais ganharam destaque (Gomes, 1998). Hobbs (2018, p. 262) aponta que arquivos pessoais documentam as

atividades formais dos indivíduos, mas também registram “[...] a visão particular, idiossincrásica e singular das pessoas quando estão fazendo as coisas que fazem e comentando a esse respeito”. Sendo assim, os documentos pessoais contêm informações sobre a vida e as relações do seu titular em determinada época. Nesse cenário, os arquivos pessoais emergem “[...] como novas fontes de pesquisa que, por suas qualidades e potencialidades, permitiriam que se produzisse uma reflexão histórica nova [...]”, possibilitando olhares e interpretações diferenciadas e interdisciplinares sobre os processos políticos e sociais (Heymann, 2008, p. 1).

Bellotto (1998, p. 201) afirma que os arquivos pessoais também despertaram o interesse de pesquisadores em função da curiosidade, do interesse e do *voyeurismo* — aspectos inerentes ao ser humano no que se refere a acessar a intimidade do outro. Pereira, Costa e Neves (2021) destacam ainda que esses arquivos emergiram como uma forma de descortinar os bastidores da vida cultural, sendo, através de cartas, diários, fotografias e outros tipos documentais, que se tornou possível conhecer vislumbres da intimidade de personalidades que presenciaram acontecimentos marcantes, colaborando, assim, para novas escritas da história (Svicero, 2013).

É necessário ter em mente que, nas discussões sobre arquivos pessoais realizadas pela Arquivologia, História e áreas afins, apesar de serem ora antagônicas, ora complementares, elas necessitam ser abordadas para desenvolver uma pesquisa sobre essa categoria de arquivo. Além disso, é preciso não perder de vista que essas discussões foram impulsionadas, sobretudo, pela História e pelas novas formas de pensar da década de 1960. Segundo Gomes (2009, p. 22-23),

De forma econômica, pode-se lembrar que o ‘retorno’ dos indivíduos à história e a importância que passa a ser dada à sua subjetividade, entendida como seus valores, crenças, sensibilidades e perspectivas cognitivas, são fenômenos das últimas décadas do século XX, associando-se, de maneira particular, ao que se tornou conhecido como a história política e cultural. Uma mudança de paradigma que rejeita matrizes estruturalistas de vários tipos, dialogando com as grandes transformações que também ocorriam na sociologia e na antropologia.

Ainda que a preocupação com os arquivos pessoais tenha se fortalecido no final do século XX, a formação dessa categoria de arquivo tem como marco histórico o surgimento da “arquivística” grega, quando ocorreu a divisão dos arquivos em públicos e privados (Santana, 2018). Assim, os arquivos privados desenvolveram-se diante do desenvolvimento de negócios, da garantia de direitos e do cumprimento de obrigações, sendo guardados principalmente nas residências (Gagnon-Arguin, 1998; Silva *et al.*, 2009, p. 66).

Com a queda do Império Romano, a noção de arquivo desenvolvida no período greco-romano foi deixada de lado. Os conjuntos documentais passaram a ser conservados na Idade Média pelas autoridades feudais e pela Igreja. Nesse período, a vida era de teor público, e o cristianismo colaborou para esse cenário, desqualificando valores da vida privada e, conseqüentemente, a produção de documentos pessoais. Entre as exceções estavam os detentores de privilégios e títulos, que utilizavam documentos para comprovar a posse de propriedades e o registro de rendas (Britto; Corradi, 2020; Calderon, 2013; Silva, 2021).

Segundo Svicero (2013, p. 221-222), “[...] foi somente no século XVII que a noção de arquivos públicos começou a receber algumas implicações, pois, até então, não existia diferenciação entre a ideia de arquivos públicos e arquivos privados no sentido contemporâneo da teoria arquivística”. Com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, os arquivos do Estado passaram a ser considerados arquivos da nação, ocorrendo, assim, o reconhecimento dos documentos como importantes para a sociedade. Conforme Schellenberg (2006), entre os motivos que levaram a França a criar seu arquivo em 1790 e, mais tarde, a Inglaterra em 1838, estavam a necessidade de aumentar a eficiência governamental, de fomentar o caráter cultural das instituições públicas e de favorecer a manutenção e o desenvolvimento nacional. Os interesses pela construção de uma identidade nacional e pela memória coletiva adquiriram relevância e favoreceram o desenvolvimento arquivístico⁶⁹ (Costa, 1998; Svicero, 2013). Por outro lado, sob influência do romantismo, ocorreu a preocupação com a privacidade e a valorização do individual, do subjetivo e do íntimo, ocasionando, assim, uma dicotomia entre público e privado (Costa, 1998).

A partir do final do século XVIII, a necessidade de arquivamento dos documentos pessoais se fortaleceu, justamente quando a escrita passou a integrar o cotidiano das sociedades ocidentais. Sobre essa conjuntura, Artières (1998, p. 12) assinala que: “[...] a escrita está em toda parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias”. A necessidade por registros de ações cotidianas e o caráter funcional desempenhado pelos documentos foram alguns dos fatores que propiciaram o avanço dos arquivos pessoais. Contudo, para além da função ocasional dos documentos e do seu uso para reconhecimento da identidade, “[...] devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano” (Artières, 1998, p.

⁶⁹ Ver mais sobre em Schellenberg (2006).

14). Gomes (2004, p. 11-12)⁷⁰ destaca o caráter individualista das sociedades modernas e afirma que ocorreu:

Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e construtivo desse mesmo todo.

Esse novo conceito foi responsável por uma mudança paradigmática nas sociedades modernas, na qual as pessoas começam a participar de forma mais ativa da sociedade e de estabelecer uma relação mais estreita com os documentos, acarretando uma construção mais ampla dos arquivos pessoais — tendo em vista assegurar a garantia de direitos e o cumprimento de obrigações sociais. Frente a esse cenário, o Estado passou a desenvolver também meios de controle social, como, por exemplo, o registro civil (Silva, 2021).

O interesse em se fazer presente através de seus documentos também ganhou destaque e impactou na proliferação de autobiografias, diários e outras práticas de registro, popularizadas como “escrita de si” e discutida mais à frente (Gomes, 2004). De acordo com Gomes (2004, p. 13),

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem ‘anônimo’, do indivíduo ‘comum’, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si.

Ao tratar sobre os diários, Cunha (2007, p. 45) afirma que: “se protegidos em acervos pessoais, conformam um corpo documental de inestimável valor como fonte histórica e podem fornecer informações e indícios sobre práticas cotidianas expressas em hábitos, costumes, valores e representações de uma época [...]”. Assim, quando contextualizados, os documentos pessoais têm o potencial de contribuir para a compreensão de dinâmicas cotidianas, da organização social de determinada época, e de um olhar sobre os fatos a partir da visão de pessoas marginalizadas ou silenciadas ao longo da história. Portanto, um arquivo pessoal pode

⁷⁰ Através das pesquisas que tratam sobre a evolução da “escrita de si” ao longo da história, observa-se como as mudanças sociais contribuíram para o estreitamento da relação entre pessoas e documentos e, como reflexo, para o desenvolvimento dos arquivos pessoais.

apresentar vestígios que extrapolam a vida do seu titular, podendo preencher vazios deixados por outros arquivos, inclusive os públicos⁷¹.

Segundo Oliveira, Macêdo e Sobral (2017), os documentos de arquivos pessoais influenciam, e são influenciados, pelos saberes e discursos de determinado período, sendo, assim, resultado de várias construções. Uma carta, por exemplo, “[...] traduz sensibilidades e evidencia hábitos, costumes, maneiras de ser, de sentir e de viver, mecanismos sociais de determinado tempo e lugar, ou seja, sociabilidades” (Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017, p. 4). Artières (1998, p. 11) ressalta ainda que, nessa perspectiva:

Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento ‘arquivarás tua vida’ — e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Na verdade, não as arquivamos, pelo menos não de forma plena e integral, pois esse é um processo repleto de triagens e escolhas, em que “[...] fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens” (Artières, 1998, p. 11). Esse processo de acumulação tem seu titular como eixo de sentido — sendo ele quem determina o que será eliminado e aquilo que será mantido, conforme interesses e escolhas pessoais, sem qualquer imposição jurídica. A constituição de um arquivo pessoal, portanto, não é uma ação neutra, segundo os preceitos arquivísticos (Heymann, 1997; Britto; Corradi, 2017, 2020; Silva, 2013).

Para além da garantia de direitos e do cumprimento de obrigações sociais, uma pessoa acumula documentos também para servir de evidência de sua existência — um processo envolto em subjetividades e intencionalidades. Santana (2018, p. 2) afirma que a formação dos arquivos pessoais é resultado de “[...] um emaranhado de significados, do conjunto de atos do seu produtor, já que os documentos são reunidos de acordo com o modo de vida do sujeito, de seu tempo e do vínculo pessoal com o mundo [...]”.

Na mesma linha de raciocínio, Cavalheiro (2017, p. 138) identifica que esses arquivos são reconhecidos pela sua imprecisão formal, “[...] uma vez que, ao contrário da produção

⁷¹ É nesse sentido, que relacionar os estudos sobre imigração japonesa com aqueles sobre arquivos pessoais tem o potencial de aumentar o entendimento desse fluxo migratório, tendo em vista o que esses registros representam para a compreensão da trajetória e da vida desses imigrantes no país.

documental institucional, cujas formas e conteúdos são previamente estabelecidos por dispositivos administrativos e jurídicos, os registros particulares materializam a espontaneidade, o desejo, o sentimento e o pensamento do indivíduo”. Conforme Sobral e Macêdo (2017, p. 103), “um arquivo pessoal é criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos”. As pesquisadoras reafirmam a complexidade desses conjuntos, livres de normas institucionais para sua produção, acumulação, tratamento e descarte.

Dessa forma, na sociedade contemporânea, existe a necessidade de se comprovar quem é, seja através de uma certidão de nascimento, de uma carteira de identidade ou de um *curriculum vitae*. Nessa lógica, o acúmulo de um conjunto de documentos por uma pessoa acarreta na formação do seu arquivo pessoal, que representa, até certo ponto, seu passado e sua passagem pelo mundo (Oliveira, 2014). Segundo Almeida e Mattos (2018, p. 3046),

Apesar da atual relevância da temática ser ratificada por parte expressiva dos estudiosos de Arquivologia, os arquivos pessoais permaneceram relegados, desde fins do século XIX até a década de 1960, a um plano secundário por parte dos teóricos da área empenhados no tratamento dos documentos originados em transações oficiais e que foram preservados com o fim de comprovar ações burocráticas. É o que podemos observar, por exemplo, no clássico Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, publicado por Muller, Feith e Fruin no ano de 1898, segundo o qual, o conceito de arquivo era circunscrito ao conjunto de documentos oficiais produzidos e recebidos pelos órgãos administrativos ou por seus funcionários.

Assim como o clássico Manual dos Arquivistas Holandeses, as basilares obras de Hilary Jenkinson (com foco na qualidade transacional) e Theodore Schellenberg (com foco no valor probatório e informativo) também se mantiveram dedicadas aos arquivos estatais, em detrimento dos não institucionais — reflexo da historiografia positivista e das experiências pessoais desses autores⁷² (Cook, 1998; Hobbs, 2016). Ketelaar (2019) afirma que o núcleo da definição de 1898 foi mantido, mesmo com a inclusão das fotografias e dos arquivos pessoais e familiares no âmbito arquivístico. Para Hobbs (2016), essas abordagens afetaram a falta de tentativas de teorizar o arquivo pessoal, pois muitos arquivistas passaram a considerar esses valores como obrigatórios para toda e qualquer documentação de arquivo.

⁷² Conforme Cook (1998), alguns deles trabalharam com documentos da Idade Média e do início da modernidade, com séries completas e fechadas, de criadores estabelecidos e falecidos — fatores que favoreceram, em parte, seu tratamento a partir dos princípios estabelecidos. Situação diferente da encontrada na atualidade, com acréscimos constantes de documentos em séries correntes, abertas e em meio digital.

Conforme Hobbs (2016, p. 304), o recolhimento e a preservação de arquivos pessoais, ao longo do século XX, tiveram como ênfase a raridade dos chamados manuscritos e levaram em conta o “[...] seu valor cultural e histórico como objetos diferenciados, por seu valor financeiro ou valor estético ou por valor informativo para historiadores e pela possibilidade de suplementarem fundos já existentes”. Dessa forma, até a década de 1960, integravam principalmente coleções especiais de bibliotecas e eram organizados por meio de classificações temáticas e de descrições detalhadas. Posteriormente, a partir desse período, passaram a ser gradualmente aceitos pela arquivística e suas instituições — ocasionando uma mudança de rumo em relação às clássicas obras da área (Hobbs, 2016).

Apesar de algumas exceções, até a década de 1960, prevaleceu a compreensão de que os arquivos pessoais não eram passíveis de serem tratados pela abordagem arquivística, por carecerem de características das quais os arquivos institucionais eram dotados: autenticidade, imparcialidade e naturalidade. Essa situação viabilizou que esses arquivos fossem custodiados e tratados por bibliotecas e museus (Almeida; Mattos, 2018; Hobbs, 2016).

Foi somente na segunda metade do século XX que começou a ocorrer a valorização dos arquivos pessoais⁷³, datando desse período os primeiros trabalhos arquivísticos⁷⁴ sobre o tema e a preocupação com esses conjuntos documentais como fontes de pesquisa, perante os avanços da historiografia anteriormente mencionados (Britto; Corradi, 2017). Sobre esse momento, Almeida e Mattos (2018, p. 3047, grifo do autor) destacam que:

[...] nos anos de 1970 surge na comunidade arquivística internacional um amplo debate relativo ao entendimento dos arquivos pessoais enquanto objeto de interesse da Arquivologia. Data dessa década a publicação da revista *Archives and Manuscripts*, vinculada à Sociedade Australiana de Arquivistas, distinguindo-se como um relevante espaço de reflexões sobre o conteúdo. Dentre as discussões desenvolvidas nas páginas do periódico, destacam-se as contribuições de Chris Hurley (1977) acerca da importância do respeito à ordem original nos arquivos pessoais em vistas à manutenção de seu contexto de produção.

⁷³ A pesquisa de Oliveira (2012) apresenta os processos de inserção dos arquivos pessoais como questão na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá. Porém, apesar do interesse por esses arquivos ter ocorrido no contexto francês da segunda metade do século XIX, observa-se que esses conjuntos documentais só passaram a ser discutidos com maior profundidade ao final do século XX.

⁷⁴ Apesar da primeira menção aos arquivos pessoais dentro da definição de arquivo ter sido a de Eugenio Casanova (1928, p. 19, tradução nossa), quando afirmou que: “o arquivo é a acumulação ordenada de documentos de uma instituição ou indivíduo, constituídos durante o desenvolvimento de sua atividade e preservados para consecução dos objetivos políticos, jurídicos e culturais daquela instituição ou indivíduo”. A inclusão dos arquivos pessoais no escopo da arquivística ganhou força apenas a partir da década de 1970, com o aprofundamento teórico acerca desses conjuntos documentais. Ver mais sobre em Hobbs (2016).

Posteriormente, na década de 1990, Terry Cook, representante do pensamento integrado, foi responsável por criticar a dualidade existente entre arquivo institucional e arquivo pessoal, preconizada por pesquisas anteriores e influenciadas pelo pensamento tradicional, que defendiam que esses arquivos eram mais próximos das coleções e, por isso, seu tratamento deveria ser facultado a bibliotecas e museus⁷⁵. Nesse sentido, o autor defendia também o tratamento arquivístico para esses conjuntos documentais, visto que, para ele, esses também são resultados de atividades (Cook, 1994). Sobre essa problemática, Cook (1994, p. 322, tradução nossa) destaca que,

Desconsiderar tais documentos privados (e os arquivistas que lidam com eles) como estando além dos limites dos arquivos (significando arquivos corporativos e governamentais estreitamente definidos), como eu ocasionalmente ouvi na Austrália, diminui, em minha opinião, toda a profissão e nossa herança documental.⁷⁶

Na Austrália, por exemplo, a monopolização do mercado de arquivos pessoais por parte dos bibliotecários levou os arquivistas a atuarem nas esferas empresarial e governamental, influenciando a forma como alguns desses profissionais enxergavam sua atuação como exclusiva para esses espaços. No Canadá, por outro lado, o surgimento da profissão de arquivista, preocupada precocemente com as diferentes categorias de arquivos, afastou o país da ambivalência dos debates identificados em outras nações (Cunningham, 1996).

Cook (1998) também cita a situação dos Estados Unidos e da Austrália. Segundo o pesquisador, nesses países existe uma disparidade entre os profissionais que atuam em arquivos públicos e aqueles que desempenham suas atividades em arquivos pessoais, sendo que os dessa segunda categoria não são considerados por alguns como profissionais do ramo arquivístico. Essa diferenciação se dá como reflexo da visão de que arquivos devem ser tratados a partir de práticas biblioteconômicas e museológicas. Da mesma forma que Cunningham (1996), Cook (1998) destaca a situação diferenciada do Canadá devido ao conceito de “arquivos totais”, no

⁷⁵ Conforme Cavalheiro (2017, p. 135), “de modo geral, a Biblioteconomia e a Museologia adotam critérios temáticos para nortear suas etapas metodológicas de organização e representação da informação [...]”, critérios que não são recomendados para arquivos pessoais por comprometerem sua organicidade e seu caráter probatório — este último entendido como a capacidade de comprovar as ações da pessoa que os produziu, recebeu ou acumulou.

⁷⁶ “To dismiss such private records (and the archivists who deal with them) as being beyond the pale of archives (meaning narrowly defined corporate and government archives), as I occasionally heard in Australia, diminishes, in my view, the entire profession and our documentary heritage.”

qual os arquivos públicos canadenses passaram a contar com arquivos pessoais como parte de seus acervos.

O autor evidencia, ainda, que alguns arquivos nacionais, estaduais e municipais da Europa não reconhecem os conjuntos de documentos de pessoas como arquivos; questiona os princípios e conceitos tradicionais da Arquivologia e defende a necessidade de atualização do fazer arquivístico, particularmente na avaliação e descrição dos documentos (Cook, 1998). Consoante a isso, Cunningham (1996, p. 23, tradução nossa) afirma que:

A primeira coisa que devo apontar é que estamos longe de ser a primeira geração de arquivistas de arquivos pessoais a se questionar sobre a relevância e a aplicabilidade da teoria arquivística às nossas circunstâncias particulares. Por pelo menos sessenta anos, membros de nossa subtribo coçaram a cabeça e ponderaram exatamente como aplicar os elevados princípios de Sir Hilary Jenkinson aos documentos pessoais de indivíduos. Nos Estados Unidos e na Austrália, o problema foi exacerbado em termos práticos pelo fato de que foram os bibliotecários, e não os arquivistas, os primeiros a assumir a responsabilidade de resgatar materiais arquivísticos.⁷⁷

Cook (1998, p. 132) relata que, entre as críticas aos arquivos pessoais feitas por arquivistas adeptos da arquivística tradicional, destacava-se a desqualificação desses arquivos como “[...] mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos” — estes últimos considerados neutros, orgânicos, inocentes, etc. Heymann (2009b, p. 51) contribui para essa discussão ao destacar que:

A resistência da arquivologia em se debruçar sobre a dimensão intencional da produção dos arquivos pessoais pode ser associada ao fato de a dinâmica de constituição desses conjuntos colocar em xeque preceitos básicos da disciplina. O mais diretamente afetado parece ser o atributo da ‘naturalidade’ dos documentos de arquivo [...] Essa característica parece acomodar-se mal à acumulação operada pelos indivíduos, marcada mais pelo arbítrio e por distintas temporalidades do que pelo fluxo natural de documentos produzidos e recebidos. O atributo da ‘intencionalidade’, dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de coleções (artificiais, inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação

⁷⁷ “The first thing I should point out is that we are far from being the first generation of personal records archivists to puzzle over the relevance and applicability of archival theory to our particular circumstances. For at least sixty years members of our subtribe have scratched their heads and pondered exactly how to apply the lofty principles of Sir Hilary Jenkinson to the personal papers of individuals. In the United States and in Australia the problem has been exacerbated in practical terms by the fact that it was librarians and not archivists who first took on the responsibility of rescuing archival materials.”

característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também, a dificuldade em incorporar essa dimensão à reflexão arquivística.

Nessa mesma conjuntura, Gomes (2009, p. 22) ressalta que:

[...] até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública, vale dizer, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, como os estudiosos do campo já reconhecem de forma consensual, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um ‘verdadeiro’ arquivo.

No Brasil, os debates sobre esses conjuntos documentais se iniciaram com as iniciativas de conservação e tratamento de arquivos privados ocorridas em 1973 com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e, mais tarde, com o surgimento de outras instituições preocupadas com a preservação dos arquivos de personalidades consideradas relevantes para a sociedade brasileira. Contudo, os tratamentos realizados nessas instituições nem sempre respeitaram os parâmetros estabelecidos pela arquivística (Britto; Corradi, 2017, p. 152).

Sobre essa situação, Heymann (2009b) afirma que o primeiro manual de procedimentos técnicos para arquivos pessoais no Brasil foi criado em 1973 e elaborado com base na experiência do CPDOC, tendo o objetivo de organizar, preservar e disponibilizar os arquivos pessoais de homens públicos de destaque no cenário brasileiro e, assim, impulsionar novas análises sobre a história do país. Apesar da obra ter se embasado nos princípios arquivísticos, nas últimas décadas recebeu críticas por não ter sido estruturada utilizando o método funcional em sua totalidade. Dessa forma, afirma-se que o CPDOC teve um papel fundamental na introdução dos debates acerca de arquivos pessoais, sendo pioneiro no país. Segundo Heymann (2008, p. 1),

Os arquivos pessoais, como pouco tempo depois as entrevistas de história oral, eram percebidos, então, pelos pesquisadores ‘pioneiros’ do CPDOC — em sintonia com parte da comunidade acadêmica, no país bem como no exterior —, como novas fontes de pesquisa que, por suas qualidades e potencialidades, permitiriam que se produzisse uma reflexão histórica nova [...]

Até esse período, os trabalhos sobre esses arquivos eram escassos e, no país, de forma geral, seguia-se um pensamento semelhante ao defendido internacionalmente: considerava-se como arquivo apenas aquele de caráter oficial, ou seja, os arquivos públicos. O aprofundamento teórico sobre o tema no cenário nacional ocorreu apenas no final da década de 1990, impulsionado pela preocupação com os acervos de personalidades, dada sua relevância para a memória e a pesquisa (Britto; Corradi, 2017; Lopes; Rodrigues, 2018). Nesse sentido, o reconhecimento desses acervos efetivou-se a partir das iniciativas de institucionalização e de seu uso mais amplo pelos usuários, favorecendo a inserção desses arquivos dentro da agenda de discussões arquivísticas, frente às dificuldades encontradas no seu tratamento (Sobral; Macêdo, 2017).

De acordo com Almeida e Mattos (2018, p. 3047-3048), no cenário brasileiro, os arquivos pessoais passaram a ser discutidos em importantes periódicos da área. Entre essas publicações, destaca-se a pesquisa realizada por Aurélio Vianna, Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá, publicada na revista *Arquivo & Administração* em 1986. Posteriormente, em 1998, foi publicado um volume especial da revista *Estudos Históricos* dedicado aos arquivos pessoais. Os textos que compuseram esse volume foram originalmente apresentados em 1997, no pioneiro Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, resultado da parceria entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP).

Em paralelo a essas discussões, ocorreu a criação de marcos legais responsáveis por reconhecer a natureza arquivística dos conjuntos documentais de instituições e de pessoas (Almeida; Mattos, 2018, p. 3048). Entre as legislações que surgiram nesse período, evidencia-se a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que passou a definir os arquivos públicos e privados da seguinte forma:

Art. 2º – Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991, cap. I, art. 2).

O terceiro capítulo dessa legislação trata especificamente dos arquivos privados. A lei atribui ao Poder Público a possibilidade de identificar arquivos pessoais como de interesse público e social, diante de sua relevância para a história e para o desenvolvimento científico

nacional. Dessa forma, quando identificada essa relevância, esses arquivos não poderão ser alienados nem transferidos para fora do país. Além disso, o acesso será possível mediante autorização do seu proprietário ou possuidor, e a lei dá outras providências (Brasil, 1991).

Legalmente, os arquivos pessoais passaram a ser considerados uma categoria de arquivo privado, sendo aqueles produzidos, recebidos ou acumulados como resultado das atividades de determinada pessoa, com características próprias, independentemente do seu suporte e da sua natureza. No entanto, na prática, as fronteiras entre público e privado acabaram se atenuando em alguns casos — principalmente nos arquivos de políticos ou de pessoas que exerceram algum cargo público —, nos quais são encontrados documentos produzidos como resultado de atividades profissionais nesse setor⁷⁸.

Além disso, a Lei nº 8.159 foi regulamentada através do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, prevendo que entre as responsabilidades do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) está a de: estimular a integração e modernização desses acervos; identificar aqueles de interesse público e social; recomendar providências; promover a elaboração do Cadastro Nacional de Arquivos; bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos (Brasil, 2002). A partir dessa legislação, foram instituídos alguns decretos que reconheceram como de interesse público e social determinados arquivos pessoais⁷⁹. Segundo Heymann (2009a, p. 1),

Vistos como os meios de acesso seguro ao passado, os arquivos funcionam como ‘prova’ das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade, fundamentais à construção da noção de ‘legado’⁸⁰. Nesse movimento, os acervos são associados à categoria de patrimônio, e passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional.

⁷⁸ Apesar da relevância dessas discussões, na presente pesquisa tais debates não serão abordados, uma vez que o arquivo investigado pertence a uma pessoa que não atuou no setor público.

⁷⁹ A lista completa dos arquivos pessoais considerados de interesse público e social está disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>.

⁸⁰ Heymann (2005a) define legado como “[...] investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e resignificado”. Dessa forma, a crítica de Heymann (2009a) incide sobre a valorização das trajetórias individuais como foco de interesse de alguns projetos institucionais, bem como sobre as problemáticas atreladas a esses projetos.

Nesse processo de institucionalização e/ou “patrimonialização”, com a valorização de determinadas trajetórias individuais, é preciso estar atento ao risco de se realizar uma análise pouco crítica da constituição desses acervos e das estruturas de poder envolvidas nesse processo (Heymann, 2009a, p. 1-2). Apesar desses avanços, Mattos e Schmidt (2017, p. 1419) afirmam que:

A despeito do expressivo número de estudos dedicados à temática dos arquivos pessoais, o reconhecimento de seu estatuto arquivístico ainda hoje é colocado em xeque por alguns pesquisadores da área. Dentre as principais alegações contrárias à compreensão dos arquivos pessoais enquanto arquivos, distinguem-se aquelas assentadas na premissa de que, por seu caráter informal e discricionário, os documentos produzidos e acumulados por um indivíduo são desprovidos de valor probatório.

As críticas aos debates arquivísticos não ocorrem apenas por parte de arquivistas. Heymann (2009a, p. 2) afirma que: “os preceitos da Arquivologia [...] foram estabelecidos por manuais que, até hoje, constituem as bases da metodologia de tratamento dos arquivos”. Entre eles, o “A Manual of Archive Administration”, publicado em 1922 pelo inglês Hilary Jenkinson. Segundo a pesquisadora, apesar de a área discutir os preceitos da teoria jenkinsoniana e as problemáticas relacionadas, as bases da teoria ainda continuam válidas (Heymann, 2009a). Ainda de acordo com ela, “[...] a Arquivologia e os arquivistas, de maneira geral, filiam-se a uma perspectiva que endossa conexão ‘natural’ entre registro documental e desempenho de atividade, pautando o tratamento dos arquivos exatamente na busca dessa conexão”, sendo, segundo a autora, que, dentro da Arquivologia, esses conjuntos documentais são tratados como provas da ação de seus titulares, produzidos de forma natural e fidedigna em relação à trajetória de seu titular (Heymann, 2009a). Acerca dessa mesma questão, Heymann (2008, p. 6) esclarece que:

Os arquivistas, ainda que resistentes, de uma maneira geral, a esse tipo de abordagem [etnográfica], não ficaram completamente alheios ao debate. O desafio representado pelas informações eletrônicas aliou-se, nesse caso, às discussões mais abrangentes sobre a dimensão construída dos arquivos. A necessidade de romper com o chamado ‘mito da objetividade e da imparcialidade’, característico da escola mais tradicional da arquivologia, e de atentar para a dimensão ativa da prática arquivística na conformação da memória social (em oposição à auto-representação de custodiadores passivos), foi apontada, por exemplo, pelo canadense Terry Cook, que, desde o começo da década de 1990, questionava os princípios arquivísticos tradicionais a partir de uma perspectiva assumidamente pós-moderna.

A seguinte citação de Cook (1998, p. 133) exemplifica sua visão:

A ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são, apesar do que alguns arquivistas de documentos públicos ainda gostam de afirmar, nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar.

Conforme Douglas (2015, 2016, 2018), a virada pós-moderna na área levou arquivistas a questionarem o impacto de suas práticas na formação dos arquivos. Afinal, esses conjuntos documentais são institucionalizados a partir de processos de seleção e aquisição realizados por profissionais e instituições e, a partir disso, passaram a ser vistos como vinculados ao progresso nacional, à memória e à história. Além disso, os arquivistas desempenham um papel ativo no tratamento dos documentos, uma vez que se trata de um processo criativo que envolve escolhas e influencia diretamente a representação final do fundo (Douglas, 2015, 2016, 2018). Douglas (2015, 2016) defende uma descrição mais honesta dos arquivos pessoais, que considere os diferentes tipos de arquivadores e o papel desempenhado pelos arquivistas nesse processo, mesmo que isso entre em conflito com métodos arquivísticos tradicionais. Assim, esta pesquisa se localiza em uma zona de discussões e impasses, ainda com métodos em desenvolvimento, sendo um terreno fértil para novos debates.

2.2.2 As definições e as abordagens

Apesar dessa mudança, por muito tempo, a arquivística e os arquivistas conservaram uma postura positivista, afastando-se, em partes, dos debates pós-modernos. O campo, pela forte ênfase no saber empírico, contribuiu para a invisibilização das dimensões política e criativa do trabalho arquivístico e para o temor de descrédito quanto aos procedimentos adotados e, conseqüentemente, da profissão (Kaplan, 2002). Heymann (2009b, p. 43) amplia a crítica propondo que:

[...] a disciplina propugna a adoção de conceitos e métodos elaborados a partir dos arquivos públicos, de natureza institucional, para a organização de todos os conjuntos documentais de natureza arquivística, incluindo os pessoais. Por um lado, essa transposição pode ser explicada pela mencionada falta de investimentos específicos nos conjuntos de natureza pessoal, reflexo do lugar periférico que ocupam no universo dos arquivos. Por outro, a aplicação de princípios e métodos arquivísticos tradicionais parece estar relacionada à defesa de uma ‘abordagem arquivística’ para esses conjuntos documentais.

Por outro lado, Camargo (2009, p. 28) defende que: “como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor”. Portanto, existe a necessidade de preservar as “[...] relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário”⁸¹ (Camargo, 2009, p. 28). A pesquisadora reforça ainda que:

Se os arquivos não fossem meios, não lograriam possuir a capacidade de refletir as diferentes atividades de que participam. Supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos (Camargo, 2009, p. 36).

Nessa vertente, Camargo (2009, p. 35-36) reafirma que o atributo da imparcialidade destacado por Jenkinson não diz respeito aos documentos serem neutros ou livres de preconceitos, mas refere-se a serem produzidos em razão de sua funcionalidade. Na verdade, os atributos adotados por Jenkinson, assim como pelos arquivistas adeptos da arquivística tradicional, respeitam uma versão bastante positivista, que vem sendo questionada por parte da comunidade arquivística nas últimas décadas. Conforme Douglas (2015), arquivos considerados conscientemente construídos passaram a ser vistos por alguns arquivistas como contaminados e indignos de confiança. Por isso, no âmbito da Arquivologia, passou-se a discutir que todos os documentos são criados em decorrência de algum propósito, sendo alguns deliberadamente produzidos para leitores externos (Douglas, 2015).

⁸¹ O respeito à proveniência é princípio básico da Arquivologia, que, de maneira geral, diz que um “[...] arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio de respeito aos fundos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 136). Araújo e Lima (2020) afirmam que o princípio de respeito aos fundos, estabelecido pelo francês Natalis de Wailly, foi aperfeiçoado em dois outros princípios: o da proveniência, tratado como sinônimo do de respeito aos fundos; e o da ordem original, também conhecido como princípio da integridade ou indivisibilidade; sendo que é através da aplicação desses princípios que é possível preservar a natureza orgânica de um arquivo.

Frente a essas discussões, Camargo (2009) publicou o artigo intitulado “Arquivos pessoais são arquivos”, justamente para reforçar a natureza arquivística desses acervos, com foco principal na sua natureza instrumental. A pesquisadora chama a atenção ainda para a carência de uma palavra para designar esses arquivos, que aparecem dentro de diferentes formas na literatura⁸², sendo esse um reflexo do desconhecimento desses arquivos enquanto conjuntos orgânicos e autênticos, e por isso foram por muito tempo excluídos da teoria arquivística (Camargo, 2009). Nesse sentido, a autora defende que:

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade — o efeito probatório — não se perca (Camargo, 2009, p. 28).

Esse entendimento vem sendo ampliado, buscando comportar não só as atividades associadas a atividades profissionais, mas também aquelas ligadas a interesses pessoais (Britto; Corradi, 2020). Conforme Cox (2017, p. 213),

Os documentos não surgem milagrosamente e sem razão, e na maioria dos casos essas razões são boas. Nenhuma pessoa ou empresa produz um documento para se divertir, mas porque isso lhes é exigido. Todo documento existe por um motivo específico que cobre uma variedade de necessidades jurídicas, administrativas e outras.

Na visão do pesquisador, a constituição de um arquivo pessoal não é um processo involuntário, mas sim uma questão de escolha, em que documentos podem ser produzidos também por causa de costumes, tradições ou motivações pessoais, ainda que devam sempre estar atrelados a alguma atividade (Cox, 2017). Sobre essa situação, Pajeú, Moura e Carvalho (2018, p. 62) afirmam que:

⁸² Entre as palavras utilizadas estão: *carte personali*, *écrits personnels*, *espólios*, *manuscripts*, *personal archives*, *personal papers*, entre outras (Camargo, 2009). Além disso, Lopes e Rodrigues (2018, p. 83) identificaram que, entre as terminologias adotadas no cenário nacional para se referir a esses acervos, estão as seguintes: fundo privado, fundo pessoal, fundo documental privado, fundo, coleção, arquivo privado, arquivo particular, arquivo, acervo textual privado, acervo privado e acervo. Ver mais sobre terminologias em Oliveira (2012).

No entanto, talvez nesse ponto resida um grande impasse metodológico ao tratar dos documentos pessoais, pois nos fundamentos consagrados da área o caráter acumulador natural, que é a organicidade, é um dos que confere natureza arquivística aos documentos. Mas no caso de documentos acumulados por indivíduos há uma linha muito tênue entre o que foi acumulado naturalmente e a intencionalidade dessas ações.

Para Britto e Corradi (2017), o não reconhecimento do caráter orgânico nos arquivos pessoais pela literatura especializada contribuiu para sua renegação a segundo plano dentro dos debates arquivísticos. Portanto, considera-se que os pontos de vista discutidos são pertinentes para os debates sobre arquivos pessoais e, por isso, essas visões divergentes acabam integrando pesquisas focadas nesses acervos.

Entretanto, fica evidente que esses conjuntos documentais ainda são envoltos por questionamentos e pela falta de consenso quanto ao seu tratamento. Sobre essa situação, Gomes (2009, p. 22) destaca que: “os arquivos pessoais precisam ser reconhecidos como legítimos arquivos pela teoria arquivística e, de posse de seu lugar, merecem e exigem reflexões teóricas que se beneficiem de um diálogo interdisciplinar crescente na área das ciências humanas e sociais, em particular”. Consoante a isso, Iumatti e Nicodemo (2018, p. 113-114) afirmam que existe a “necessidade de ampliação da interdisciplinaridade; esse ganho de densidade teórica dos trabalhos depende fortemente de uma agenda de trabalho interdisciplinar ou multidisciplinar, que considere os avanços das pesquisas em arquivos pessoais em diversas áreas [...]”. Os autores destacam ainda a necessidade de uma “descolonização” do debate teórico e do aprofundamento de uma agenda progressista. Na visão de Sobral e Macêdo (2017), as dificuldades ocasionadas pelas particularidades dos documentos pessoais podem ser superadas através de uma abordagem interdisciplinar, que ofereça subsídios para o tratamento documental e, posteriormente, para o acesso à informação.

Dentro da teoria arquivística, o entendimento de um conjunto documental como arquivo passa pela relação de causa e efeito: atividade geradora e documento gerado — sendo os documentos entendidos como a materialização dos fatos, os próprios fatos, ou ainda a representação deles (Camargo, 2009). Mas é preciso ir além e considerá-los também como resultado de demandas e interesses pessoais. Conforme Carter *et al.* (2013, p. 2, tradução nossa),

O ambiente atual para arquivos pessoais é também onde estudos em outras áreas, como: teoria de gestão de informações pessoais, interação humano-computador, humanidades digitais, teoria literária com foco na escrita da vida e estudos de gênero, e estudos culturais com foco no ‘cotidiano’, se cruzam com a teoria arquivística. Essas interações posicionam as ideias em torno dos

arquivos pessoais com segurança em um ambiente multidisciplinar, enriquecendo e expandindo nossa compreensão dos arquivos pessoais para além do permitido pela teoria arquivística tradicional.⁸³

Seguindo essa mesma lógica, Tognoli e Barros (2011, p. 75) afirmam que, ao abordar esses arquivos, “[...] devemos tomar uma postura diferente em relação à Arquivística neste caso, ao compreender que sua teoria clássica não responde a tudo, algo escapa, e para responder de maneira mais sincera aos arquivos pessoais, devemos buscar conceitos, princípios e teorias em outras áreas”. Na visão de Tanus (2014, p. 14), os arquivos pessoais “[...] requerem a introdução de novos conceitos, princípios, esquemas de organização e classificação no campo da Arquivologia”. Para Heymann (2009b, p. 49), diante das especificidades dos arquivos pessoais, como a informalidade e as razões que levam à acumulação, é preciso realizar “[...] deslocamentos e ênfases, em relação aos cânones tradicionais da Arquivologia”. Conforme Campos (2015, p. 106), suas características específicas não negam o seu estatuto arquivístico, mas “[...] estimulam a ampliação do campo de visão do arquivista e a revisão dos conceitos e princípios fundamentais da área”. Esse novo cenário vem exigindo a adaptação de arquivistas, que precisam ser agentes ativos para rever teorias e procedimentos consagrados no universo arquivístico (Oliveira, 2014). E, conforme Hobbs (2016), eles necessitam de um novo olhar e um novo modelo de atuação sobre esses conjuntos documentais.

Essas não são questões recentes. Hobbs (2001) advertiu sobre a necessidade de a teoria arquivística ser elaborada com mais nuances, com foco nos arquivos pessoais, pois eles demandam uma abordagem diferente daquela adotada para documentos administrativos e governamentais. Conforme Jardim (2021), até os anos 1990, a produção do conhecimento arquivístico teve forte ênfase nas dimensões empíricas, sendo os resultados registrados por meio de manuais e modos de fazer. Em um cenário de várias transformações, o arquivista necessita ser agente ativo na realização de pesquisas e na orientação de questões a longo prazo, tendo em vista o fortalecimento da área. Assim,

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico,

⁸³ “The current environment for personal archives is also one where scholarship in other fields, such as personal information management theory, human computer interaction, digital humanities, literary theory focusing on life writing and genre studies, and cultural studies focusing on the ‘everyday’, intersect with archival theory. These interactions position the ideas around personal archives securely in a multidisciplinary environment, enriching and expanding our understanding of personal archives beyond that afforded by traditional archival theory.”

recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo (Jardim, 2021, p. 136).

Observa-se que, ainda que alguns arquivistas defendam a necessidade de tratamento multidisciplinar dessa categoria de arquivo, ainda é comum encontrar resistência por parte de profissionais da área, ocorrendo a valorização de determinada vertente em detrimento de outra. De acordo com Carter *et al.* (2013, p. 2-3, tradução nossa), “ainda há muito espaço para continuar explorando e desafiando teorias e práticas relacionadas aos arquivos pessoais, e arquivistas agora estão bem posicionados para construir neste corpo crescente de trabalhos acadêmicos”⁸⁴.

Desde a primeira menção aos arquivos pessoais dentro da definição de arquivo, realizada por Eugenio Casanova em 1928, diversos trabalhos passaram a fazer o mesmo. Mais recentemente, Bellotto (2006, p. 265-266) evidenciou que os arquivos pessoais são aqueles:

[...] constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos a pesquisa pública.

E tratou de defini-los como:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (Bellotto, 2006, p. 266).

Embora essa definição aborde a noção de documento atrelada a outros suportes, ainda mantém um enfoque em um público semelhante ao dos manuais anteriormente citados, ou seja, considera que o lugar dos arquivos pessoais no âmbito arquivístico está atrelado à ideia de interesse público e voltado para atividades profissionais (Pajeú; Moura; Carvalho, 2018). Heymann (2009b) afirma que, se por um lado as funções e atividades desempenhadas por uma

⁸⁴ “There is still plenty of room to continue exploring and challenging theories and practices relating to personal archives, and archivists are now well positioned to build on this growing body of scholarly work.”

pessoa no exercício de sua profissão podem se aproximar daquelas realizadas por uma instituição, por outro, os critérios e as estratégias utilizados para a guarda e a organização podem ser bastante distintos. Para a pesquisadora, ocorre uma “perspectiva generalizante” em relação a esses documentos como originários de funções e atividades (Heymann, 2009b, p. 45).

Na verdade, é preciso ir além: os arquivos pessoais podem possuir documentos que registrem atividades para além do domínio profissional, como, por exemplo, atividades religiosas, recreativas, beneficentes, políticas, entre outras — sendo organizados e mantidos por diferentes razões e não limitados a determinada atividade profissional (Britto; Corradi, 2017, 2020). Afinal, os arquivos pessoais “são registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade”, ou seja, eles contêm vestígios da vida privada do seu titular e de suas experiências, obras e relações pessoais e profissionais (Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017, p. 3; Araújo; Lima, 2020). De acordo com Meehan (2010, p. 35, tradução nossa), o termo atividade pode ser utilizado:

[...] para se referir amplamente aos propósitos, impulsos, intenções, tarefas e ações individuais, múltiplas e/ou sobrepostas — e não apenas aqueles de natureza transacional — que levaram inicialmente à criação de documentos e sua preservação, transmissão e utilização (pelo produtor e outros) ao longo do tempo. Certas atividades, como a criação de obras literárias, podem decorrer diretamente do papel profissional de um indivíduo. Outras atividades, como manter um diário, podem estar relacionadas de forma mais ampla com impulsos pessoais para lembrar, documentar ou narrar, e podem refletir a vida interior do indivíduo, mais do que a atividade superficial de manter um diário. É possível que diferentes atividades ao longo do tempo resultem na criação e recriação de um documento ou conjunto de documentos, como, por exemplo, uma carta guardada inicialmente por motivos pessoais e que, posteriormente, é incorporada numa obra literária ou artística. Também é possível que hajam documentos que não se relacionem clara ou diretamente com nenhuma atividade conhecida, assim como atividades que não resultem na criação de documentos.⁸⁵

⁸⁵ “[...] to refer broadly to the individual, multiple, and/or overlapping purposes, impulses, intentions, tasks, and actions — and not just those of a transactional nature — that led to the initial creation of records and their maintenance, transmittal, and use (by the creator and others) over time. Activities, such as the creation of literary works, may stem directly from the professional role of an individual. Other activities, such as keeping a diary, may relate more broadly to personal impulses to remember, document, or narrate, and may reflect the internal life of the individual more than the surface activity of diary keeping. It is possible for different activities over time to result in the creation and recreation of one record or set of records, such as a letter originally kept for personal reasons which is later incorporated into a literary or artistic work. It is also possible for there to be records that do not clearly or directly relate to any known activity, as well as activities that do not result in the creation of records.”

Ao tratar sobre o caráter transacional da documentação, Cox (2017, p. 182) destaca que: “adotar essa postura absolutamente utilitária é importante por alguns aspectos de nossa atividade arquivística pessoal, mas é também apenas um aspecto dela”. Para o pesquisador, os documentos servem também para demarcar as atividades que realizamos ao longo da vida, a história de nossas famílias e a passagem do tempo. Para Hobbs (2001, 2018), os arquivistas precisam levar em conta que documentos não são produzidos apenas como resultado de transações oficiais e formais, mas também como resultados de sentimentos, relacionamentos e personalidade, que inclusive podem ser as razões pelas quais alguns pesquisadores estão consultando essa categoria de documentação.

Conforme Vidal (2007, p. 6), além de dizer respeito ao conjunto de documentos que tratam de uma atividade profissional específica, um arquivo pessoal também pode se referir a um outro tipo de atividade⁸⁶, não ultrapassando a vida da pessoa que o constituiu. Sobre essa delimitação cronológica, cabe destacar que novas incorporações de documentos após o falecimento do titular podem ocorrer diante da intervenção de terceiros, contudo, “apesar do teor dos documentos serem relacionados ao titular do acervo, esses por não terem sido acumulado pelo titular não deverão estar contidos no acervo” (Britto; Corradi, 2017, p. 155). Apesar disso, existem casos de arquivos que possuem documentos criados após a morte do titular (Douglas; Macneil, 2009). Nessa perspectiva, Silveira (2015, p. 214) amplia o entendimento de arquivo pessoal, definindo-o da seguinte forma:

Os arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo, como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência, estando ou não ligados diretamente à figura de seu produtor, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo uma representação identitária do seu produtor.

Apesar do colecionismo mencionado no trecho acima ser um aspecto problematizado dentro da Arquivologia⁸⁷, percebe-se que o entendimento quanto ao processo de constituição

⁸⁶ Ver exemplos em Campos (2013), que elenca atividades realizadas por cientistas.

⁸⁷ Segundo Ketelaar (2019, p. 221), “arquivos diferem de coleções por serem vinculados à sua proveniência e originarem-se não artificialmente, mas organicamente. No entanto, os arquivos são como coleções por (na teoria do multiverso) serem construídos pelo seu criador e por qualquer curador ou usuário subsequente”. Ver mais sobre em Camargo e Goulart (2007).

dos arquivos pessoais vem sendo ampliado para uma noção mais abrangente, com enfoque na acumulação documental (Cunha, 2016; Heymann, 2009b, 2012; Oliveira, 2012). Segundo Cox (2017, p. 183-184), “essa acumulação de nossos próprios documentos e a manutenção dos arquivos de nossos pais e de nossas famílias é uma forma diferente de colecionar”. O pesquisador destaca ainda que o instinto de preservar documentos pessoais e familiares é da natureza humana e pode ser visto como um ato de colecionar, aparentemente inato ao ser humano e, talvez, derivado do desejo de sobreviver, de resistir ao esquecimento e de satisfazer outras necessidades humanas (Cox, 2017).

Nesse aspecto, Silva e Schmidt (2018, p. 37) chamam atenção para o titular do arquivo, que molda seu conjunto documental conforme suas necessidades, desejos, emoções ou qualquer outro motivo relacionado às suas vontades pessoais. Pené *et al.* (2021, p. 145) afirmam que esse conjunto de documentos, gerado ao longo da vida de uma pessoa, frente às suas próprias necessidades, configura-se como um testemunho de suas motivações, inquietações e interesses. Rosell León (2006) destaca que um arquivo pessoal é aquele cuja documentação, produzida ou recebida por uma pessoa, é conservada em virtude de suas atividades e necessidades, podendo ser profissionais, econômicas, sociais, psicológicas etc.

De forma geral, a partir dessas definições, entende-se que os arquivos pessoais são os conjuntos documentais produzidos, recebidos ou acumulados por pessoas físicas e relacionados às atividades desenvolvidas ou aos interesses cultivados por elas, ao longo de suas vidas ou durante um determinado período⁸⁸. Assim, os documentos dessa categoria de arquivo possuem como marca identitária uma relação direta com o titular do arquivo, sendo esse elemento central do seu desenvolvimento e organização. Conforme Hobbs (2016, p. 303),

Pelo fato de indivíduos criarem documentação por razões pessoais fora de um contexto administrativo ou institucional, são eles quem dita as formas que os documentos assumem, os gêneros de sua escrita e as mudanças realizadas durante o uso. Eles também determinam o arranjo de seus arquivos, que podem, assim, ser bem ou mal organizados. O arranjo pode ser alterado quando o ponto de vista de seu criador também sofre uma alteração, ou quando muda a utilidade desses documentos para eles.

Sobre a terminologia adotada no cenário nacional, Camargo (2009, p. 28) defende que, embora se admita o uso da expressão arquivos pessoais, “[...] na comunidade arquivística

⁸⁸ Para Douglas e Mills (2018), com base na noção de “ativação” de Eric Ketelaar, a categorização enquanto pessoal deveria ser pensada também pela maneira como esses registros são vivenciados, ou seja, mediante seu uso por determinada pessoa.

brasileira, o mais correto seria dizer arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), tendo em vista evitar alguns conflitos⁸⁹. A pesquisadora amplia essa discussão também para o uso das expressões que privilegiam uma das facetas do titular em detrimento de outras (arquivos literários, arquivos científicos, arquivos políticos etc.), sendo esse um fator generalizante. Segundo a pesquisadora, “[...] o problema não é apenas nominal. Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura” e, por isso, é preciso ter cuidado, pois nem tudo o que é conservado em um arquivo pessoal tem ligação com uma única faceta (Camargo, 2009, p. 29).

Ao analisar o perfil dos arquivos pessoais respaldados pela legislação brasileira, em específico pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Almeida e Mattos (2018, p. 3059) observaram a “[...] valorização de determinadas atividades e profissões reconhecidas como relevantes para a história e a cultura da nação, dentre as quais se sobressaem acadêmicos, artistas, políticos e intelectuais”. Segundo os pesquisadores, esse comportamento pode trazer riscos “[...] para outras categorias profissionais que permanecem, ainda hoje, à margem do interesse público e social” (Almeida; Mattos, 2018, p. 3060). No entendimento de Campos (2013, p. 152),

O problema exige, certamente, um debate mais atento e aprofundado. Se por um lado tais qualificativos obscurecem a natureza dos conjuntos documentais quanto à sua procedência, por outro buscam jogar luz sobre os traços que lhes conferem especificidades indelévels, que demandam dos profissionais de arquivo esforços redobrados para a satisfatória compreensão e contextualização dos documentos.

Para Oliveira, Macêdo e Sobral (2017, p. 3), “nos arquivos pessoais, é possível identificar as diferentes *personas* do titular a partir dos diferentes papéis que o mesmo desempenha em sociedade”. Assim, eles não refletem só as atividades profissionais de seus produtores, mas também aquelas resultantes da relação com seus interlocutores, sendo que os documentos neles contidos são criados frente à sua participação em diferentes grupos (Oliveira;

⁸⁹ Entre os conflitos citados pela pesquisadora está o uso do termo “arquivos pessoais” para se referir aos documentos de pessoas que estão em instituições, como, por exemplo, prontuários; e aos documentos identitários de alguém, como carteira de identidade, título de eleitor etc. (Camargo, 2009). Contudo, dentro da literatura científica nacional, a utilização da expressão “arquivos pessoais” segue sendo a mais difundida e, por isso, é utilizada nesta pesquisa.

Sobral; Macêdo, 2017, p. 3). Na percepção de Hobbs (2001, p. 132, tradução nossa), “[...] o documento pessoal não deve ser tratado como se contivesse apenas evidências diretas, mas como o local de múltiplas construções — de uma pessoa defendendo e lutando com ideias, de si mesma e dos outros, enquanto simultaneamente contradiz, convence e inventa”⁹⁰.

Assim, para a sua investigação, é preciso considerar, de acordo com Oliveira (2008, p. 39), que “[...] os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram”. Nesse processo, a pessoa funciona como eixo de sentido na constituição do acervo. Sendo assim, esse conjunto de documentos representa, até certo ponto, a trajetória do titular (Britto; Corradi, 2020). Britto e Corradi (2017) assinalam que esse ponto também é fundamental para delinear o que é arquivo pessoal, não devendo ser entendido como sua fonte de origem, mas sim no sentido existente durante o processo de constituição do acervo. Para Vianna, Lisovsky e Sá (1986), a lógica do arquivo está justamente no titular, referido por eles como “arquivador”. Os autores evidenciam ainda que os processos de seleção realizados pelo arquivador e as intervenções efetuadas por terceiros podem fazer com que os arquivos pessoais não retratem de maneira satisfatória seu titular (Vianna; Lisovsky; Sá, 1986).

Apesar de o eixo de sentido de um arquivo pessoal ser seu produtor, é necessário também considerar os documentos e as funções e atividades que os geraram, pois a estrutura do documento pode estar atrelada a relações de poder. Segundo Oliveira e Sobral (2017, p. 1012), “os elementos reguladores que regem a produção desses registros sociais incluem legislação e normas institucionais, assim como as convenções sociais e práticas culturais do grupo social que o produtor se insere [...]”. Nesse sentido, Lopez (2003, p. 73) afirma que:

[...] o documento, enquanto síntese da informação e da materialidade do suporte, é sempre produto de uma vontade. Isto significa que o conteúdo informativo do documento não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse produto de uma ação geradora do documento. Além das tradicionais perguntas ‘quem produziu?’, ‘onde foi criado?’ e ‘como se deu esse processo?’ também devemos indagar ‘por quê?’.

⁹⁰ “[...] the personal record should not be treated as if it contained only straightforward evidence, but as the site of multiple constructs — of a person upholding and struggling with ideas, of self and of others, while simultaneously contradicting, convincing, and contriving.”

Para Heymann (2005b), é necessário considerar o arquivo para além de um retrato fiel da memória do titular e levar em conta os seus refazimentos, tendo em vista que a acumulação dos documentos perpassa a vida do acumulador e representa, para além de sua guarda, um retrato das decisões técnicas e políticas em sua organização. Conforme Oliveira (2014, p. 40),

[...] talvez possamos compreender arquivo pessoal ou arquivo privado pessoal como fruto de diferentes variáveis. Todas influenciam sua constituição e têm um ponto de convergência: o indivíduo. A forma pela qual os documentos foram gerados e organizados, seja pelo produtor, seja por outra pessoa, e a necessidade de armazená-los para a realização de suas atividades de guardá-los como forma de prova em função de alguma atividade, lembrança e recordação de acontecimentos passados podem ser consideradas variáveis ou fatores de constituição de um arquivo pessoal.

Nessa perspectiva, o arquivamento de documentos por uma pessoa é resultado das mais variadas motivações. Cunha (2016, p. 1) ressalta que: “a constituição de arquivo/acervo pessoal formula interrogações sobre as motivações do processo de produção e acumulação documental, já que o gesto de guardar documentos é atravessado por uma fabricação material e simbólica”. Se, em determinados momentos, fica evidente o caráter proposital desse processo, em outros, parece extremamente natural guardar documentos — seja em gavetas, pastas, caixas de sapato etc. (Cunha, 2016).

Dentro desse universo de possibilidades, está incluso o que Artières (1998) se refere como “injunção social”, ou seja, o fato de que uma pessoa mantém documentos também para comprovar a sua existência, cumprir deveres e assegurar direitos, como, por exemplo, uma carteira de identidade ou uma escritura de imóvel. Assim, são diversas as razões pelas quais pessoas mantêm, organizam e acessam seus documentos em um arquivo pessoal. Britto e Corradi (2020, p. 105) elencam algumas delas:

[...] desejo por parte do titular de deixar um legado para futuras gerações; do titular se demarcar no mundo; vontade de relatar histórias pessoais, familiares e/ou da comunidade a qual pertence; sentimentalismo, nostalgia e/ou reflexão por parte do titular; medo de que a instituição na qual atuou perca os documentos que evidenciam sua contribuição profissional; apresentar a intimidade do titular; guardar os documentos para pesquisa acadêmica; e manter a resistência de um grupo ou de uma ideologia.

Nessa linha de pensamento, Vianna, Lisovsky e Sá (1986, p. 67) listam que, entre os critérios que regem esse comportamento, estão: “[...] precaução, vingança, pragmatismo

político ou administrativo (economia, eficiência, etc.), orgulho, fantasia e até mesmo, senso histórico”. Bass (2013, p. 67) elenca alguns valores que podem influenciar esses comportamentos, sendo eles: valor evidencial — os documentos que registram informações relativas a funções, atividades e transações de pessoas; valor informacional — os documentos que possuem informações sobre pessoas de destaque, podendo servir como fontes de pesquisa; valor narrativo — os documentos envolvidos no processo de narrativa e autobiografia; valor social e cultural — os documentos que contêm informações de caráter contemporâneo, como, por exemplo, a personalidade, a intimidade e as crenças das pessoas.

Através da pesquisa desenvolvida por Bass (2013), percebe-se que os documentos podem compor os arquivos pessoais em função de seu valor evidencial, relacionado às funções e atividades realizadas por uma pessoa, mas também podem ser acumulados em razão de outras necessidades e/ou vontades. A guarda de documentos pode ocorrer, ainda, em decorrência de sentimentalismo, sendo que os documentos de arquivos pessoais podem conter o potencial de serem utilizados para lembrar de momentos marcantes da vida do seu titular e daqueles que fazem parte do seu convívio — não só pelas informações que contêm, mas também pela sensação tátil, pelo cheiro e pelo aspecto dos objetos (Cox, 2017). Por isso, em alguns casos, os documentos pessoais podem ser vistos como eclipsando tanto o valor evidencial quanto o informacional, em decorrência de seus valores narrativo e social e cultural (Hobbs, 2001, 2018). Cox (2017, p. 220) afirma que:

Embora seja importante que os indivíduos se conscientizem do valor dos documentos, especialmente por causa de obrigações legais, essas não são as primeiras razões que vêm à mente quando pensamos em arquivos pessoais e familiares. Em primeiro lugar, o que nos ocorre são as razões sentimentais e emocionais, aquilo que os arquivistas profissionais costumam denominar mais tecnicamente como os valores culturais relacionados a tais documentos.

Conforme o pesquisador, há algo dentro de nós que nos incita a preservar documentos, mesmo após não haver mais necessidade de tê-los em mãos (Cox, 2017). Britto e Corradi (2020, p. 106) ressaltam que, ao longo de suas vidas, as pessoas realizam processos de seleção, reunindo aquilo que julgam importante ser mantido para a posterioridade. No mesmo caminho, Cunha (2016, p. 3) afirma que, durante o processo de acumulação, “[...] o titular arruma a papelada e os objetos, realizando triagens que são guiadas por intenções sucessivas e distintas, conforme as circunstâncias da vida, como um casamento, o momento de abandonar o teto familiar ou a ocasião da morte de algum familiar”. Quando não o fazemos, outros fazem por

nós, ocorrendo, nesse momento, a interferência de terceiros no conjunto documental (Artières, 1998; Cunha, 2016).

Vam de Berg (2023, p. 123) identifica possíveis comportamentos em diferentes fases de custódia e evidência que: “[...] compreendemos que as motivações de guarda e descarte dos documentos pessoais podem ser estimuladas por inúmeros fatores, tantos que talvez seja até impossível listar e reconhecer todos”. Para a pesquisadora, entre os fatores está a liberdade de expressão e de apropriação por parte do titular, afinal, o espaço domiciliar é livre de rígidas regras diplomáticas (Vam de Berg, 2023).

Consoante a isso, McKemmish (1996) afirma que inúmeros fatores podem influenciar esses comportamentos, entre eles a personalidade do titular, reafirmando o caráter subjetivo desses conjuntos documentais. A pesquisadora discute ainda a possibilidade da ocorrência de comportamentos extremos: o do titular que registra e mantém tudo e o do titular que não o faz e recorre apenas às suas lembranças. Ainda conforme McKemmish (2013), para além das motivações específicas para manter documentos, o ser humano possui um instinto de guardar os seus registros, no qual o ato de preservá-los estaria associado à construção de “narrativas de si”, tendo em vista que as histórias contadas precisam ser comprovadas, sendo assim, os arquivos pessoais configuram-se como provas que dão confiabilidade às narrativas.

Por esse ângulo, alguns autores defendem que, durante o ato de selecionar documentos, elabora-se uma “narrativa de si” e, ao mesmo tempo, uma “imagem de si” — uma imagem que o titular deseja transmitir para aqueles que futuramente terão acesso aos seus documentos, demarcando-se no mundo e elaborando marcos memoriais (Britto; Corradi, 2020). Assim,

A escrita de si em arquivos não se procede mediante textos nos quais um autor reserva um tempo para escrever sobre a sua história, mas na preservação de documentos já existentes que o titular julgou importante manter e que irão compor um conjunto que forma o seu discurso narrativo (Britto; Corradi, 2020, p. 106).

Sobre essas práticas de “produção de si”, Gomes (2004, p. 11) afirma que:

[...] podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita — como é o caso das autobiografias e dos diários —, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções.

Nessa visão, os arquivos pessoais também podem ser uma forma de escrita de si⁹¹, ou melhor, produção de si, porque as pessoas selecionam documentos como formas de compor relatos de suas histórias de vida. Esses arquivos têm o potencial de serem registros e lembranças da sua vida pessoal e profissional e das relações estabelecidas com o social, sendo entendidos como um fenômeno memorialístico, em que o titular é elemento norteador para a compreensão do conjunto documental e de sua organização (Assis, 2009; Britto; Corradi, 2018, 2020; Cox, 2017).

Portanto, “[...] o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (Gomes, 2004, p. 15). Britto e Corradi (2020) destacam que, entre as espécies documentais ligadas à escrita de si, estão: agendas, autobiografias, biografias, cartas, blogs, diários, fotografias, redes sociais etc. As redes sociais e os e-mails, por exemplo, estão entre os documentos que ganharam destaque nas discussões sobre arquivos pessoais das últimas décadas. Nesse aspecto, Cunha (2007, p. 50) afirma que ocorreu uma mudança dos suportes de escrita, do papel para as telas, e das formas de visibilidade, do privado para o público, e afirma que: “[...] as funções que ao blog se destinam registram uma permanência de sentidos em que a escrita de um diário representa uma nova voz de aproximação e um território para as subjetividades, representa um espaço que tem funções terapêuticas, além de éticas e estéticas”.

A carência de documentos relativos a determinadas atividades da vida de uma pessoa também pode ser vestígio de um determinado comportamento, visto que “o próprio silêncio é portador de um discurso conotativo e se relaciona à memória daquele indivíduo” (Britto; Corradi, 2020, p. 109). Nessa lógica, a escrita de si é entendida como uma representação, permeada por uma parcela de intencionalidade, ainda que inconsciente.

Cunha (2016, p. 3) evidencia que: “ao arquivar sua vida o guardador imortaliza uma época e produz representações e marcas de si mesmo. Os objetos autobiográficos que compõem um arquivo pessoal materializam uma proposta de leitura associada à imagem que se quis preservar de si mesmo”. Sobre esse ponto, Artières (1998, p. 11) destaca a “intenção autobiográfica”, em que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem

⁹¹ O termo “escrita de si” foi apresentado por Michel Foucault durante seus estudos sobre a constituição da subjetivação dos indivíduos através de suas práticas e discursos. Ver mais sobre em Foucault (2006). Segundo Svicerio (2013), a divulgação da prática da escrita de si teve início no século XVIII e auge no século XIX, quando pessoas consideradas comuns passaram a produzir uma memória sobre si. Ver mais sobre em Gomes (2004).

social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.

Svicero (2013) alerta que nem todos os arquivos pessoais podem ser considerados produções de si por conterem documentos autobiográficos. Essa caracterização se dá quando se percebe a intenção do seu titular pela maneira como os acumulou. Essa intencionalidade coloca em discussão certos atributos dos documentos que são defendidos por parte da arquivística e vai ao encontro do que Le Goff (1990b, p. 547-548) evidencia:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Heymann (2008) reforça que a crítica realizada por Le Goff colocou em xeque os conceitos defendidos pela teoria arquivística tradicional, sendo, assim, necessária a apreensão das estruturas de poder que circundam os processos de produção e acumulação desses documentos. Dessa forma, essa advertência deve ser ampliada para os arquivistas. A pesquisadora destaca, ainda, que existe uma resistência por parte desses profissionais quanto a essas discussões. Diferente desses, Cook (1998) defende que nenhum texto é um subproduto qualquer, mas um produto consciente. Por isso, os documentos de arquivo são produzidos em contextos simbioticamente construídos e dependem das instituições e/ou das pessoas — não sendo, assim, neutros, objetivos, desinteressados e inocentes. Argumenta, ainda, que os arquivistas são construtores ativos da memória social.

Conforme Britto e Corradi (2020), foi na década de 1960 que a Arquivologia percebeu a falta de neutralidade dos documentos pessoais, em oposição àquela defendida em seus princípios e práticas, sendo essa uma influência direta do “pensamento crítico” em voga no século XX. Nesse sentido, alguns autores defendem que a compreensão do processo de acumulação dos documentos torna-se tão importante quanto a compreensão do seu processo de produção, pois,

A acumulação dos documentos é consequência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também de suas escolhas. Perceber as inexistências e os destaques no conjunto do acervo e explicitá-los é importante para o estudo do titular, de seus familiares e do contexto social em que viveram (Oliveira, 2012, p. 78).

Para a investigação de um arquivo pessoal, é também preciso considerar o contexto em que foi constituído, as estruturas de poder envolvidas e as relações da pessoa com seu entorno, visto que, ao compor seu acervo, o titular não o faz isoladamente. Para Benthien (2014, p. 43), “[...] não há nada de natural na organização interna de um arquivo pessoal, o que reclama um exame das formas de classificação em jogo ao longo de sua montagem”, visto que sua constituição perpassa a vontade de quem o constituiu, sendo passível de novos refazimentos, seja por familiares, amigos, colaboradores ou instituições, com anseios e demandas próprias, o que pode, com o tempo, levar o arquivo a ser reordenado, ampliado, fragmentado ou até mesmo diminuído (Artières, 1998; Benthien, 2014; Cunha, 2016; Heymann, 1997, 2005b; Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017; Vianna; Lissovsky; Sá, 1986). Douglas e Macneil (2009, p. 25), a partir da investigação de arquivos pessoais de escritoras, afirmam que a capacidade de conhecer alguém a partir dos seus documentos é limitada pelas interferências do titular de ocultar e editar a si mesmo, bem como pelas intervenções de terceiros. Para Heymann (2005b, p. 48),

A documentação reflete, assim, múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular. Além disso, os próprios critérios pessoais variam ao longo do tempo, o que remete a temporalidades distintas que presidem ao processo de acumulação dos documentos, tanto do ponto de vista do titular quanto de seus colaboradores.

Nessa conjuntura, Heymann (2009a, p. 6) destaca que: “existiria, assim, tanto do ponto de vista da Arquivologia como da História [...] uma postura majoritariamente naturalizadora com relação à associação entre documento e passado”, ou da associação de forma imediata entre arquivo pessoal e memória (Heymann, 2012). Benthien (2014, p. 47) reforça que existe uma forte inclinação à naturalização de um arquivo pessoal, percebendo-o apenas em seu estado atual e ignorando as etapas que antecederam sua constituição. Por isso, é preciso considerar que esses arquivos, de forma geral, são resultantes de processos de acumulação cercados de

subjetividades e interferências, que podem influenciar na escolha do que será guardado e, posteriormente, na forma como será tratado, organizado ou eliminado (Heymann, 2012, 2013).

Por isso, Heymann (2009b) defende a necessidade de investigar as especificidades do processo de acumulação. Segundo Cunha (2016, p. 2), esse é um processo que “[...] que se caracteriza como uma prática dinâmica operada em diferentes temporalidades e por diferentes motivações e que expressa a relação dos titulares com a guarda dos seus papéis ao longo dos anos”. Assim, durante o tratamento arquivístico desses arquivos, é necessário realizar diversas indagações e estudos, buscando compreender as variáveis que influenciam no desenvolvimento desses arquivos — questões que nem sempre serão respondidas diante da falta de informações e informantes. Conforme Prochasson (1998, p. 109), “não se pode negar que com o desaparecimento das primeiras testemunhas o fundo perde uma parte do seu sentido, mesmo que possa recobrir outras”. Para Britto e Corradi (2020, p. 117),

Um titular de arquivo pessoal, ao entender a importância que sua personalidade e/ou obra tem para a sociedade à qual pertence, pode preservar apenas documentos que condizem com uma imagem que ele julgue positiva, já que sabe que provavelmente seu acervo é ou será de interesse público. Assim, ao escrever sobre si mediante um arquivo pessoal, o titular não apenas reivindica ou garante o reconhecimento social, mas elabora um modelo de vida que deve ser seguido pelas futuras gerações. Em algumas situações, portanto, a opinião pública pode influenciar a acumulação documental de um arquivo pessoal.

Prochasson (1998, p. 112) exemplifica essa questão, destacando que: “existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos”. Heymann (2009b, p. 51) afirma que:

Nesse caso, estaríamos diante de uma acumulação documental marcada pela projeção de um devir histórico para uma obra tida como grandiosa e em relação à qual qualquer detalhe ou objeto seria dotado de significado, e não por uma acumulação motivada pela guarda de registros que pudessem atestar atividades ou experiências vividas.

Em um dos primeiros trabalhos sobre arquivos pessoais no campo arquivístico, o artigo “Evidence of me”, publicado em 1996 na revista *Archives and Manuscripts*⁹² e anteriormente

⁹² Esse periódico foi responsável por diversas publicações sobre arquivos pessoais, sendo muitas delas pioneiras no tema. Entre elas, estão os trabalhos de Cook (1994), Cunningham (1996) e McKemmish (1996), que também

citado, McKemmish (1996) buscou discutir o processo de arquivamento de documentos pessoais, propondo um paralelo entre arquivar documentos e produzir um tipo de testemunho — uma forma de a pessoa preservar sua memória, sua existência e suas experiências, além de construir sua identidade através de seus registros. Na obra, a autora sugere que documentos como diários e cartas pessoais fornecem algum tipo de evidência e possuem relação com outros tipos de documentos, que comunicam aspectos diversos da vida de uma pessoa (McKemmish, 1996). Por outro lado, Harris (2001) realizou críticas a essa perspectiva, evidenciando que ela não explora determinadas camadas desses conjuntos documentais. Para o pesquisador, essa visão tem como foco os documentos formais e deixa de lado outros tipos de registros, como os orais ou os pictóricos — tatuagens, marcas faciais etc.

Com isso, a percepção quanto à vontade de tornar público, destacada por Prochasson (1998), é uma interpretação realizada pelo pesquisador, o que não garante que essa intencionalidade realmente existiu. Além disso, essas características talvez sejam mais evidentes em arquivos de personalidades — foco da maioria dos estudos sobre arquivos pessoais —, que possuem uma imagem pública a ser preservada e perpetuada pelo titular e seus herdeiros. Para Campos (2015, p. 116),

Enxergar, portanto, nos arquivos a intenção de projetar, na posteridade, um determinado discurso ou certa imagem de seus titulares equivale a negar-lhes a natureza instrumental que preside a sua acumulação, cujo estudo conforma a essência da disciplina arquivística. Justamente porque o arquivo espelha as atividades e a estrutura do organismo que lhe deu origem é que se torna possível estudar a gênese dos documentos e reconstituir seus contextos originários, compreendendo as razões primeiras pelas quais foram produzidos e acumulados.

Segundo Hobbs (2016, p. 320), é possível que pessoas “[...] escrevam, fotografem, ou gravem áudio e vídeo por razões passageiras, mas tais documentos acabam, por um lado, assumindo novos significados ou maior importância ou, por outro, são esquecidos [...]”. Assim, o titular de um arquivo pode produzir um documento sem a intenção de criar algo memorável e, por isso, faz-se necessário angariar o máximo de informações possíveis sobre ele (Hobbs, 2016).

Portanto, considerar que exista sempre uma produção direcionada à manutenção de uma imagem sobre si para uma posteridade poderia favorecer a generalização e elitização dos

foram utilizados nesta pesquisa. Em 2013, a pesquisa de McKemmish foi republicada no volume 45 do periódico *The Australian Library Journal*.

arquivos pessoais, tratando-os unicamente como uma produção, acumulação e organização intencional, planejada e programada, afastando-se daqueles construídos em decorrência de atividades, necessidades, desejos e emoções, livres de antecipação e premeditação quanto às possibilidades futuras. Por isso, “se, por um lado, é sugestivo pensar o arquivamento como uma forma de narrativa de si, por outro nem todo gesto de arquivamento pode ser associado a alguma motivação memorial” (Heymann, 2012, p. 262). Segundo Heymann (1997, p. 41-42),

O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua ‘papelada’, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

Partindo dessa premissa, Heymann (1997) esclarece que é necessário não perder de vista a relação entre o titular, o arquivo e o próprio processo de acumulação, em que a associação ingênua desses elementos pode acarretar dois equívocos. O primeiro equívoco seria considerar o arquivo pessoal como um espelho da trajetória de seu titular, desconsiderando as limitações que esse arquivo possui por não abarcar a vida de seu titular por completo. E o segundo seria “[...] imaginar o arquivo como ‘a memória’, em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira”. Portanto, ao estudar um arquivo pessoal, é preciso inicialmente contextualizá-lo, tendo em vista identificar as transformações sofridas pelo acervo e, posteriormente, problematizá-lo frente aos processos de rearranjo realizados por terceiros (Heymann, 1997, p. 44).

Essa visão crítica sobre os documentos pessoais deve ser considerada, tendo em vista evitar cair nas malhas do feitiço. Segundo Gomes (1998, p. 126), o “feitiço do arquivo privado” diz respeito a uma “ilusão de verdade”, a partir de uma falsa ideia de contato com o titular do arquivo. Assim, “por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’ [...]” (Gomes, 1998, p. 125).

Em consonância a esse feitiço, Heymann (2005a) destaca a “ilusão biográfica” tratada por Bourdieu. Nesse conceito, o pesquisador alerta “[...] que o indivíduo, ao contar sua vida ou expor suas memórias, atuaria como ideólogo de sua própria história, selecionando

acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência [...]” (Heymann, 2005a, p. 5). Benthien (2014, p. 43) destaca que: “[...] o trato com os vestígios materiais da vida de um indivíduo implica, em geral, o contato com demandas identitárias e/ou de memória com as quais o próprio pesquisador tem grande chance de possuir algum vínculo afetivo”, e chama atenção para o carisma envolvente e sedutor desses vestígios, demandando ao pesquisador a busca por amenizar esses efeitos.

Diante da complexidade do tratamento arquivístico desses acervos, os arquivos pessoais representam um grande desafio para a Arquivologia e para os arquivistas. Diferentemente dos arquivos de organizações, que são mais estáveis e formais em decorrência da estrutura administrativa, a organização dos arquivos pessoais tende a ser mais complexa, como reflexo da informalidade de suas características e da pluralidade de documentos em suportes variados (Tognoli; Barros, 2011). De acordo com Cook (1998, p. 131), apesar de alguns pesquisadores defenderem um tratamento diferenciado para os arquivos privados pessoais em relação aos públicos, algumas conformidades podem ser destacadas:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa.

Esses artefatos de registro destacados por Cook (1998) podem ir além da utilidade prática, constituindo também uma forma de registrar experiências vividas e de construir identidades. Assim, “os documentos produzidos na esfera pública e na esfera pessoal estão impregnados de valores sociais e individuais, como toda produção textual, aspectos que devem ser levados em conta na hora do tratamento documental” (Tognoli; Barros, 2011, p. 67). Essa abordagem pós-moderna na Arquivologia busca evidenciar “[...] os arquivos como construções discursivas resultantes das regras e do jogo de poder de uma sociedade”. Dessa forma, os arquivos passam a ser compreendidos no universo arquivístico como construções sociais, nas

quais o arquivista assume um papel ativo no tratamento da documentação, realizando escolhas quanto à seleção, tratamento, arquivamento e/ou descarte dos documentos (Tanus, 2014, p. 15).

O caráter multifacetado das pessoas na sociedade contemporânea — que passaram a participar de diversos grupos sociais (familiar, profissional, religioso etc.) e a guardar documentos relacionados a diferentes atividades e momentos da vida — impactou no trabalho dos profissionais de arquivos. Por isso,

A chave para o desenvolvimento contínuo da escrita em arquivos pessoais será uma abordagem multidisciplinar, uma que se baseie no trabalho sendo realizado em uma variedade de áreas para examinar a criação, o uso e o significado dos documentos de indivíduos e grupos. Arquivos pessoais são tão idiossincráticos quanto seus criadores e, embora isso possa frustrar as tentativas dos arquivistas de desenvolverem e aplicarem uma teoria abrangente para explicar e lidar com eles, pode ser importante reconhecer essa idiossincrasia e adaptar e aplicar estratégias da teoria arquivística tradicional e em outro lugar para tratar das particularidades de cada fundo⁹³ (Carter *et al.*, 2013, p. 3, tradução nossa).

Para Lopez (2003, p. 69), por estarem sujeitos a custódia interrompida, e serem constituídos a partir de interesses pessoais, não são passíveis de generalizações e demandam a adequação de princípios teóricos da Arquivologia. Conforme o pesquisador,

Os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, os reforçam, como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam (Lopez, 2003, p. 70).

Nesse sentido, “não basta analisar exaustivamente a informação veiculada; é preciso que se procure entender o motivo da produção do documento, identificando a vontade criadora” (Lopez, 2003, p. 73). Heymann (2009b) vai além: para a pesquisadora, é necessário também buscar o motivo que levou à sua guarda, ou qual a intenção durante o processo de acumulação. Assim, entende-se que os arquivos pessoais, por residirem em uma área fronteiriça, podem se beneficiar das práticas arquivísticas e de outros saberes para o tratamento documental, levando

⁹³ “The key to the continued development of writing on personal archives will be a multidisciplinary approach, one that draws from the work being done in a variety of fields to examine the creation, use, and meaning of records of individuals and groups. Personal archives are as idiosyncratic as their creators, and while this may frustrate archivists’ attempts to develop and apply an overarching theory to explain and deal with them, it may be as important to acknowledge this idiosyncrasy and adapt and apply strategies from traditional archival theory and elsewhere to deal with the particularities of each fonds.”

em conta o contexto que levou uma determinada pessoa a produzir, receber ou acumular determinados documentos.

2.2.3 A organização e a representação da informação

Se as subseções anteriores demonstram a relação entre Arquivologia e outras áreas do conhecimento, em especial a História, é a Ciência da Informação quem vem dialogando mais diretamente com a arquivística no que tange à estruturação de propostas intervencionistas. Ainda que a Arquivologia tenha procedimentos metodológicos próprios, conhecidos como funções arquivísticas, ela vem se beneficiando dessa interdisciplinaridade.

Conforme destacado por Lehmkuhl (2021, p. 36), Vannevar Bush, um dos pioneiros da Ciência da Informação, foi o responsável, em 1945, por introduzir a “[...] noção de associação de conceitos ou palavras para a organização da informação, pois esse seria o padrão que o cérebro humano utiliza para transformar informação em conhecimento”. A preocupação surge nesse período como reflexo do crescimento informacional no final da Segunda Guerra Mundial e das demandas de acesso.

Segundo Araújo (2018, p. 19), no período pós-guerra, com o advento da guerra fria, é quando ocorre o surgimento e a consolidação da Ciência da Informação. Nesse contexto, “a informação passou a ser entendida, assim, como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação com rapidez, com qualidade, com exatidão” (Araújo, 2018, p. 19). Essas foram demandas que colaboraram para o desenvolvimento da área e, posteriormente, de seus objetos de investigação, entre elas, a organização da informação e do conhecimento⁹⁴. Segundo Bräscher e Café (2008, p. 5),

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Para as pesquisadoras, esse processo inclui a elaboração de resumos, a catalogação, a classificação⁹⁵, a descrição, a indexação, entre outros; pois “[...] esses processos se aplicam a

⁹⁴ Ver mais sobre Ciência da Informação em Araújo (2018).

⁹⁵ Em determinados casos, como o desta pesquisa, o termo “arranjo” também é utilizado para se referir ao agrupamento de documentos. Segundo Araújo e Lima (2020, p. 187), “na Arquivologia brasileira, os termos

objetos físicos — aos objetos informacionais e, conseqüentemente, são processos de organização da informação e não do conhecimento”, ou melhor, “[...] lida com conceitos e não com os objetos informacionais propriamente ditos [...] não são os documentos, mas os conceitos contidos nos documentos que são classificados” (Bräscher; Café, 2008, p. 6).

A organização do conhecimento, com outra perspectiva, busca construir modelos de mundo que se formam em abstrações da realidade (Bräscher; Café, 2008, p. 6). A organização da informação, enquanto processo, é composta por uma série de etapas com o objetivo de propiciar a recuperação e o acesso à informação. Para Vital e Bräscher (2015), a relação entre organização e representação da informação e Arquivologia pode ser observada através das funções arquivísticas de classificação e descrição. Segundo Lehmkuhl (2021), apesar de a temática estar sendo debatida, ainda não existe consenso nem uma definição única.

Ademais, é pensando na citação de Carter *et al.* (2012, p. 3), que destaca que a abordagem multidisciplinar é a chave para o desenvolvimento dos estudos sobre arquivos pessoais, que a relação entre a Arquivologia e a História tem muito a oferecer, pois essa segunda é capaz de oferecer um repertório de conhecimentos, métodos e técnicas para a contextualização e compreensão de arquivos. Da mesma forma, o diálogo entre Arquivologia e Ciência da Informação, ou ainda, entre funções arquivísticas e organização e representação da informação, também pode contribuir para o desenvolvimento desse campo de pesquisa.

Sobre as práticas de organização em arquivos pessoais, Cunha e Almeida (2021, p. 3-4) afirmam que: “o trato com os arquivos pessoais exige certa ênfase na pesquisa empírica e não aceitação de explicações fáceis e apressadas a fim de evitar riscos de modelos explicativos que ignoram as especificidades históricas no tempo e no espaço”. Dessa maneira, para o desenvolvimento de propostas intervencionistas nesses arquivos, é preciso um estudo aprofundado sobre seus diversos aspectos, inclusive os que motivaram seu desenvolvimento.

Nessa conjuntura, as decisões quanto ao tratamento desses arquivos “[...] precisam ser pautados em requisitos técnicos, legislativos e éticos, uma vez que, isoladamente, estes itens não dão conta das relações entre acesso e intimidade no contexto dos arquivos pessoais” (Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017, p. 2). Mas também precisam se apoiar em conhecimentos históricos, pois os documentos e seu titular não estão inócuos socialmente. Por isso, é preciso

arranjo e classificação são usados para designar as operações que visam agrupar os documentos em unidades significativas, isto é, aqueles que apresentam relação entre si, evidenciando uma organicidade”. No cenário nacional, tornou-se comum a utilização do termo classificação para os arquivos das idades corrente e intermediária, e arranjo para a idade permanente (Bellotto, 2006).

investigar como o titular se faz presente pelo seu conjunto de documentos e questionar como ocorreu seu processo de acumulação, frente às ambiguidades e peculiaridades desses conjuntos documentais (Heymann, 2009b).

Sobre a questão técnica, Camargo (1998, p. 2) pontua que: “submetidos aos mesmos procedimentos técnicos de arranjo e descrição que os de origem institucional (públicos e privados), os arquivos pessoais oferecem uma gama variada de peculiaridades que nos obrigam a rever princípios e conceitos”. Nesse sentido, a autora ainda traz para reflexão três pontos principais.

O primeiro diz respeito ao processo de recontextualização do conjunto documental que é dado ao arquivo por seu titular ou por seus sucessores. Na busca por atender ao princípio da ordem original⁹⁶, os arquivistas encontram o seguinte dilema: “[...] tomar referência a função inicial do documento, numa abordagem diplomática, ou considerar a final, valorizando a forma mais complexa assumida pelo arquivo [...]” (Camargo, 1998).

O segundo se refere à complexidade de um acervo pessoal, composto por uma gama de espécies e tipos documentais diferentes, frente à participação do titular em diversos grupos (o Estado, a escola, a igreja, o lugar de trabalho, a família etc.) e à formação de diversos vínculos (amizade, amor, coleguismo etc.). Torna-se difícil identificar a atividade geradora do documento e, por isso, acabam sendo repassados para bibliotecas e museus (Camargo, 1998).

E o terceiro trata da falta de parâmetros normativos para arquivos pessoais, tornando as atividades de arranjo e descrição ainda mais complexas. Durante a realização dessas atividades, é preciso ter em mente a linha tênue entre o contexto de produção⁹⁷ e a abordagem temática da documentação. Nesse processo, ocorre ainda a construção de uma biografia, a partir das escolhas feitas pelo arquivista (Camargo, 1998). Heymann (2008, p. 7) afirma que:

[...] a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um ‘produtor’ de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante àquelas

⁹⁶ Segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 137), a ordem original é o “princípio segundo o qual o arquivo, deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”. Sobre esse princípio, Araújo e Lima (2020) destacam que seria aquele em que os documentos de um mesmo titular estão agrupados conforme o fluxo das funções e atividades que os produziram, receberam ou acumularam.

⁹⁷ Conforme Lacerda (2009, p. 125), “o contexto de produção arquivística, atualmente uma noção importante para a teoria e metodologia dos arquivos, diz respeito ao conjunto de informações sobre a gênese do documento na sua relação com a função pela qual foi formulado e produzido. Ele pode coadunar-se ou não com a temática que o documento veicula. Para a arquivística contemporânea, é o contexto de produção, e não mais os temas ou assuntos, o principal alvo a ser atingido pela organização, o único capaz de aproximar a documentação de seus sentidos mais ‘originais’”, por isso, as críticas sobre determinadas classificações que não possuem vinculação arquivística.

utilizadas na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador. Dentro dessa visão, a melhor maneira de sair do impasse entre um olhar positivista e um olhar relativista sobre as fontes, que nega qualquer possibilidade de objetividade histórica, consistiria em explicitar as categorias colocadas em prática no tratamento documental e a estrutura arquivística por meio da qual o historiador acede aos documentos.

Para a pesquisadora, esse comportamento não significa abrir mão de princípios, mas realizar de forma crítica e criteriosa, explicando as escolhas realizadas ao longo do processo (Heymann, 2008, p. 7). Nessa abordagem, as pesquisas precisam não só se preocupar em como ocorreu o processo de acumulação, mas também nos usos que o titular fazia da sua documentação, pois “[...] podem constituir chaves interessantes para compreender não apenas processos memoriais, de construção de si, mas os caminhos da produção intelectual dos titulares e as culturas disciplinares nas quais estão inseridos” (Heymann, 2008, p. 8). É preciso se atentar para além do evento ou atividade, pois os documentos são utilizados e podem ser ressignificados ao longo da vida de uma pessoa. Mas essa recomposição é complexa, pois demanda entender as subjetividades de uma pessoa que muito provavelmente não estará presente na realização dessas atividades. Heymann (2009b, p. 54) argumenta que:

Parece pertinente sugerir, portanto, para o tratamento dos arquivos pessoais, a inclusão de uma terceira categoria de nexos a ser perseguida pelo profissional de arquivo, além do nexo que une os documentos que compõem o arquivo entre si e do nexo que une os documentos às atividades que os originaram: o nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os ‘seus’ papéis. Não se trata de descurar das relações que conectam atividades desempenhadas e registros documentais, mas de atentar também para a relação que cada titular manteve com documentos manuseados e guardados, para os usos que cada um deu aos registros e para os atributos que lhes foram conferidos, capazes de explicar configurações, ordens, desordens, marcas etc., eloquentes para o profissional interessado em ‘entender’ o arquivo para poder melhor organizá-lo.

Sobre o processo de organização, Ducrot (1998, p. 162, grifo do autor) afirma que: “após o trabalho preliminar de *documentação* sobre a pessoa ou família cujos arquivos serão classificados, toma-se conhecimento da totalidade de seus dossiês, respeitando a maneira como se apresentam e tentando identificar os grandes conjuntos e sua ordem original”. De acordo com Araújo e Lima (2020, p. 188), “[...] nem sempre o ordenamento dado pelo titular segue um viés lógico e pode até acontecer dos documentos não apresentarem nenhum tipo de organização”. Caso haja desordem, a organização será dada pelo arquivista, por meio de uma estrutura lógica que represente o fundo (Ducrot, 1998). Para alguns pesquisadores, essa é a

imposição de uma narrativa particular devido a influência dos profissionais responsáveis pelo seu tratamento, ocasionando a introdução de novos significados que inicialmente os documentos não possuíam (Douglas; Macneil, 2009).

Segundo Hobbs (2016, p. 325), as pessoas “[...] formulam e reformulam ordens originais a cada dia devido à liberdade de que dispõem com seus documentos e às ideias em transformação a respeito de si próprios, de suas atividades e da utilização e reutilização dos documentos”. Situação que contribui para a complexidade da manutenção da ordem original no tratamento de arquivos pessoais e para a falta de consenso. Conforme Douglas (2013), precisamos admitir a possibilidade de nos movermos para além da ordem original, indicar para pesquisadores detalhes sobre a ordenação e identificar as limitações existentes quanto ao conhecimento sobre esse princípio.

A busca da estrutura lógica de um fundo não é um processo fácil, pois existem documentos que fogem de estruturas consagradas comumente encontradas em documentos produzidos, recebidos e acumulados pela administração pública. Por isso, conforme Meehan (2010), é preciso compreender os arquivos pessoais nos seus próprios termos e não como análogos aos organizacionais. Segundo a pesquisadora, para contextualizar corretamente esse tipo de documentação, os arquivistas precisam ir além e avaliar a relação entre documentos e atividades.

A complexidade desses conjuntos documentais favoreceu que equívocos fossem cometidos quanto à organização e à representação desses arquivos, entre eles o tratamento de acordo com técnicas e métodos da Biblioteconomia e da Museologia, como anteriormente mencionado. Para Heymann (2009b, p. 43), “em diversas ocasiões, e não sem razão, os arquivistas criticaram o emprego de procedimentos biblioteconômicos para o tratamento de arquivos pessoais, por desrespeitarem a natureza orgânica dos documentos e privilegiarem a descrição individual dos registros [...]”. Sobre essa mesma situação, Ducrot (1998) afirma que os documentos de um arquivo pessoal não devem ser tratados de forma isolada, mas sim a partir de uma abordagem arquivística. Britto e Corradi (2017, p. 150) destacam, ainda, que:

Assim como os acervos biblioteconômicos, os arquivos pessoais eram considerados como coleção, devido à diversidade de tipologia, de suporte documental e de serem procedentes de várias fontes. Dessa maneira, consequentemente, foram tratados segundo as técnicas da biblioteconomia. Resulta dessa prática o tratamento unitário da informação de cada documento sem considerar a relação com a atividade com a qual gerou, ou seja, sem a preocupação contextual que um acervo orgânico requisita.

Camargo e Goulart (2007, p. 35-36) afirmam que é necessário “[...] tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que se originaram”. As pesquisadoras argumentam em favor de uma abordagem contextual⁹⁸, norteadas pela arquivística, pois, de acordo com Camargo (2008, p. 6),

[...] não existe, no campo da Biblioteconomia, nenhum elo — entre o contexto de produção e a obra — que se considere relevante para identificá-la ou descrevê-la, como ocorre no mundo dos arquivos. A abordagem contextual, nesse caso, considera o arquivo como um todo articulado, resultante de determinadas injunções, com partes interdependentes, sejam os documentos originários do funcionamento de instituições (públicas ou privadas) ou acumulados por pessoas físicas. Cada parte só tem sentido se associada às demais, razão por que, no arquivo, a organicidade é um atributo essencial. Em outras palavras: o conjunto de documentos a que chamamos arquivo depende das condições que, por sua integridade e maneira de organização, lhe permitem refletir a entidade produtora.

Segundo Campos (2013, p. 152),

Desconsiderar a atividade que dá origem à produção e que motiva a acumulação de parcela considerável da documentação equivaleria a ceder a esquemas inapropriados de abordagem, sublimando os desafios de ordem teórica implicados na complexa tarefa de restabelecer o sentido da acumulação documental e de entender os vínculos que articulam cada documento, conferindo-lhes a essência de sua especificidade — a organicidade —, elementos-chave do fazer arquivístico [...]

Nesse cenário, foram feitas críticas aos historiadores e às interferências realizadas por esses profissionais no trabalho de organização, consideradas, em alguns casos, norteadas pelos interesses de pesquisa, acarretando o desenvolvimento de arranjos que desrespeitam a lógica de produção e acumulação e, por consequência, levando à perda da organicidade (Heymann, 2009b). Camargo e Goulart (2007, p. 39) apresentam, como exemplo no tratamento equivocado desses arquivos, a utilização do termo “correspondência” para designar um conjunto de documentos formado por diferentes espécies documentais, como ofícios, telegramas e memorandos. Assim, Camargo (2008, p. 8) afirma que as informações contidas nos documentos

⁹⁸ Essa abordagem tem como base duas perguntas centrais: “quando”, que diz respeito à temporalização quanto à produção de determinado documento; e “como”, relacionado às circunstâncias que deram origem ao documento (Camargo; Goulart, 2007).

“[...] são passíveis de múltiplas interpretações. Mas os documentos, numa abordagem arquivística, alcançam patamar estável de classificação [...]”.

Na percepção de Heymann (2009b), a obra de Camargo e Goulart (2007) acertadamente reafirma a necessidade de tratar os arquivos pessoais como um conjunto indissociável, mas, em sua visão, a tarefa de identificar as atividades responsáveis por gerar os documentos que compõem esses arquivos é complexa. Segundo a pesquisadora,

Não nos parece simples, porém, a tarefa de identificar os contextos em que são criados e utilizados todos os documentos passíveis de integrar os arquivos pessoais, já que tais conjuntos documentais se caracterizam por comportarem uma variedade sem limites de tipos de documentos, incluindo os que remetem à vida pessoal, à intimidade, mas também às idiossincrasias e ao cotidiano dos titulares (Heymann, 2009b, p. 48).

Nessa lógica, o conjunto documental resultante da acumulação de uma pessoa “[...] pode conter tanto documentos ‘identificáveis’ do ponto de vista das atividades que os originaram como outros, de mais difícil localização no tempo e no espaço, cujos conteúdos mesmo são imprecisos, escapando a uma abordagem de tipo funcional” (Heymann, 2009b, p. 48). Para a autora, o fato de a obra ter sido concebida no contexto e como resultado da organização do arquivo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso contribuiu para a identificação funcional dos documentos, visto que seu titular exerceu cargos públicos e esteve atrelado, em muitos momentos, a uma agenda governamental. Dessa forma, os arquivos de pessoas que atuam em funções públicas tendem a se aproximar daqueles produzidos pelas instituições, sendo esse um fator facilitador na identificação das atividades que os geraram. Por outro lado, a autora acredita que a utilização de um princípio único de classificação, quando se trata de pessoas que não desempenharam uma função pública, pode produzir artificialismos e exclusões (Heymann, 2009b).

Em contrapartida, a adoção de um método que não seja o arquivístico implicaria alguns dos problemas anteriormente evidenciados e a geração de instrumentos pouco eficientes. Por isso, o universo de pesquisa sobre arquivos pessoais representa um desafio para arquivistas, frente a essas dificuldades metodológicas e aquelas que são próprias dos arquivos pessoais, “[...] tais como: a falta de tipos documentais identificáveis e a falta de literatura na área que sirva de referência para consulta durante o processo de elaboração do arranjo” (Silva; Schmidt, 2018, p. 35). Apesar das problemáticas imbuídas na criação de séries temáticas e das dificuldades presentes no estudo dos arquivos pessoais, ainda é possível e recomendado que

ocorra a aplicação dos métodos arquivísticos para o seu tratamento (Silva; Schmidt, 2018). Esses são alguns dos fatores que levam à produção de quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com explicações dos métodos adotados e das escolhas realizadas ao longo do tratamento documental, tendo o arquivista papel central nessa produção.

Na atualidade, em locais onde existe amplo acesso às tecnologias, experimenta-se não só uma explosão informacional, como também uma explosão de tipos documentais — entre eles, aqueles em formato digital. É nesse terreno que se faz necessário pensar sobre a contextualização e a identificação dos documentos, levando em conta a organização e a representação da informação. De acordo com Oliveira e Oliveira (2017, p. 1573),

A discussão sobre representação arquivística não ocupa um lugar de destaque em pesquisas no campo dos arquivos. A representação é pouco explorada, apesar do reconhecimento de que, quando são cumpridas as funções arquivísticas de arranjo e descrição, estamos falando de formas de representação. A primeira trata da representação do produtor do arquivo, uma vez que o arranjo deve refletir a identidade e as funções daquele que foi responsável pela produção e acumulação dos documentos. Já a descrição, em um de seus resultados, o da elaboração dos instrumentos de pesquisa, deve almejar a representação da organização dada ao material arquivístico, de forma a assegurar a autenticidade dos documentos.

Além disso, Yakel (2003, p. 2, tradução nossa) se refere à representação arquivística “como uma prática fluida, em evolução e socialmente construída”⁹⁹ e relacionada “[...] aos processos de arranjo (respeitando ou desrespeitando a ordem) e descrição, como a criação de instrumentos [...]”, ou de sistemas resultantes dessas atividades¹⁰⁰. Para a pesquisadora, o termo representação arquivística captura o real trabalho do arquivista, responsável por “[...] (re)ordenar, interpretar, criar substituições, e desenvolver arquiteturas para sistemas de representação [...]”¹⁰¹, para possibilitar o seu acesso (Yakel. 2003, p. 2, tradução nossa).

Heymann (1997) alerta para as responsabilidades do arquivista no tratamento desses conjuntos documentais, em que, mesmo respaldado por uma série de métodos e técnicas, ainda há espaço para as escolhas pessoais e, portanto, subjetivas. Segundo a pesquisadora, ao adentrar em uma instituição, um arquivo “[...] abre espaço para um novo processo de seleção/subtração que coloca em destaque a questão da compatibilidade entre memória individual e memória

⁹⁹ “[...] as a fluid, evolving, and socially constructed practice.”

¹⁰⁰ “[...] the processes of arrangement (respecting or disrespecting order) and description.”

¹⁰¹ “[...] (re)ordering, interpreting, creating surrogates, and designing architectures for representational systems [...]”

coletiva ou histórica” (Heymann, 1997, p. 50). Nesse processo, se, por um lado, o objetivo é tornar o arquivo acessível, por outro é possível que ocorram exclusões. A pesquisadora chama atenção para o “lixo histórico”, ou seja, os documentos que são desvalorizados dentro do arranjo e da descrição, ocupando um lugar secundário dentro dos instrumentos de pesquisa (Heymann, 1997, p. 51).

Nesse cenário, Oliveira e Sobral (2017, p. 1013) identificam que: “a discussão da representação no âmbito dos arquivos carece de mais estudos. Discute-se de forma tímida a representação no arranjo e na descrição”. As pesquisadoras destacam ainda que, apesar de nenhuma representação expressar a totalidade de um arquivo, ela possibilita a compreensão de elementos constituidores do conjunto documental e do contexto arquivístico — informações importantes para o usuário —, bem como retratar a forma de viver de determinado período histórico (Oliveira; Oliveira, 2017; Oliveira; Sobral, 2017). Para Tognoli e Barros (2011, p. 68),

[...] a descrição, organização e demais fases do tratamento arquivístico devem levar em conta todas as informações contextuais possíveis e, além de todas as ferramentas tradicionais que o arquivista possui, deve-se trabalhar com um elemento a mais: a produção intelectual e a vida do titular do arquivo.

Nessa perspectiva, integram a representação arquivística atividades realizadas pelos arquivistas no seu cotidiano de trabalho, entre elas a ordenação e interpretação de conjuntos documentais e a estruturação de instrumentos, sendo necessários senso crítico, conhecimento teórico-prático, criatividade, sensibilidade, além de outras habilidades para o seu desenvolvimento (Oliveira; Oliveira, 2017; Sobral; Macêdo, 2017). Contudo, antes de qualquer intervenção, é preciso conhecer seu titular e seus documentos, conforme discutido a seguir.

2.2.4 A identificação arquivística

De acordo com Rodrigues (2021, p. 197-198),

A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental.

Na Arquivologia, o termo foi adotado a partir da década de 1980 para se referir às pesquisas relacionadas à formulação de metodologias de gestão documental, visando solucionar os problemas de acumulação de documentos e de carência de procedimentos e métodos aplicáveis ao sistema arquivístico (Rodrigues, 2021). Conforme Rodrigues (2021, p. 200), no campo arquivístico, a “[...] identificação vem a ser o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade”, ou seja, determinar quais características o individualizam em relação ao conjunto.

A identificação pode ser dividida em duas etapas: a primeira diz respeito à identificação do produtor — ou seja, o estudo da pessoa ou entidade produtora —, na qual se busca recuperar o máximo de informações sobre o titular, consultando-se fontes das mais variadas; e a segunda corresponde à identificação dos documentos, em que se constata quais tipos documentais estão presentes no acervo (Cavalheiro, 2017).

Essas são questões diretamente ligadas ao contexto arquivístico, entendido como “[...] todos os fatores ambientais que determinam como documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. [...] Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico” (Thomassen, 2006, p. 10). Nesse sentido, o contexto arquivístico serve de base para fundamentar as decisões metodológicas de arranjo, descrição, preservação e acesso de um arquivo. Segundo Oliveira (2010, p. 47),

A etapa de reconstrução do contexto arquivístico, constituinte do programa descritivo, evoca um minucioso trabalho de pesquisa. O método para o desenvolvimento da pesquisa depende da opção metodológica do arquivista encarregado e do programa descritivo adotado.

Além disso,

Esses arquivos, produzidos no âmbito da vida privada de um indivíduo, inseridos numa época específica, possuem especial relevância na construção de uma memória coletiva, necessitando de uma ação de pesquisa para remontar os contextos do período de sua produção. Para isso, é necessário reconhecer o contexto arquivístico como inserido em uma conjuntura social. É importante ressaltar que entendemos contexto arquivístico como o conjunto de ambientes e fatores internos e externos que influenciam a produção, manutenção e uso dos arquivos. Nessa perspectiva, por pressuposto, o documento de arquivo é um produto social, e o produtor do arquivo, um sujeito social que produz documentos para se instrumentalizar diante da necessidade de comprovação de suas ações e para se lembrar. Nesse sentido, estamos diante de duas funções para a existência dos arquivos pessoais: a produção de provas e de memória individual (Oliveira; Sobral, 2017, p. 1012).

Para Lopez (2003), o interesse da contextualização arquivística recai sobre as atividades do produtor, que são expressas por meio de seus documentos, sendo o primeiro passo dessa contextualização entender o titular do arquivo e, posteriormente, seus documentos. Assim, no caso dos arquivos pessoais, para além da identificação dos documentos, algumas etapas podem fazer parte da reconstrução desse contexto, entre elas: o levantamento e a análise de fontes sobre o titular; a elaboração de uma árvore genealógica de sua família e/ou a esquematização de uma linha do tempo de sua trajetória; a identificação de datas, pessoas, locais e eventos mais recorrentes no arquivo; a investigação do processo de acumulação; entre outras (Oliveira, 2010). Nessa direção, Millar (2015, p. 157) sugere alguns pontos que podem ser levados em conta:

O primeiro deve ser a história do produtor, a história de quem produziu, acumulou e utilizou os documentos ao longo do tempo. Essa história deve enfocar o produtor, e não os documentos. A ênfase deve ser colocada em ‘quem’, e não em ‘o que’. Essa é nossa proveniência arquivística existente, aprimorada para acomodar mudanças organizacionais e funcionais ao longo do tempo.

Como supracitado, as pesquisas sobre arquivos pessoais tendem a ter como foco os arquivos de personalidades, com uma gama de informações estruturadas sobre a trajetória e vida de seu titular. Porém, quando esse enfoque recai sobre os acervos de “pessoas comuns”¹⁰², a tendência é que haja pouco ou nenhum material estruturado disponível, o que demanda outras técnicas de obtenção de informações, entre elas a realização de entrevistas e o uso de pesquisa documental. Além disso,

O segundo componente de proveniência deve ser a história dos arquivos ou a trajetória da gestão física e do movimento dos documentos ao longo do tempo. Esta seria uma adaptação da proveniência artística. A história dos arquivos — talvez mais precisamente denominada de proveniência, seria a história dos próprios documentos: como foram criados e utilizados; quem tinha a sua posse e quando; para onde foram deslocados e por que; se algum documento foi perdido e ou transferido, aprimorado e alterado, incluindo o motivo, e o tempo em que foram recolhidos à custódia (Millar, 2015, p. 157).

¹⁰² Nesta pesquisa, utiliza-se o termo “pessoas comuns” para se referir às pessoas que não tiveram destaque reconhecido e, por isso, seu arquivo pessoal não é objeto de institucionalização (Cunha; Almeida, 2021).

Nesse contexto, é preciso identificar questões que dizem respeito à maneira como seu titular tratou e utilizou a documentação. No que tange aos arquivos públicos e aos privados institucionais, observa-se uma facilidade na obtenção de informações sobre essas variáveis, mas, quando se tem como foco um arquivo pessoal, torna-se mais complexo, visto que sua documentação tende a ser tratada após a vida do seu titular. Conforme Oliveira (2012, p. 48),

A percepção de interrupções, de vazios, de ausências de registros faz parte da análise do arquivo. Essa etapa do trabalho do arquivista — de reconstrução do contexto arquivístico, mais especificamente do contexto de produção — é particularmente peculiar quando se trata de arquivo pessoal.

O terceiro ponto destacado por Millar (2015, p. 158) diz respeito a “[...] a história arquivística ou a explicação da transferência de propriedade ou custódia dos arquivos do produtor ou custodiador para a instituição arquivística e o subsequente cuidado desses documentos”. No caso de arquivos pessoais que não são institucionalizados, os documentos são repassados para os herdeiros do titular, sendo assim, esse também é um ponto que deve ser abordado durante essa contextualização, especialmente por conta dos aspectos apresentados anteriormente por Oliveira (2012).

2.2.4.1 A identificação do titular

De acordo com Rodrigues (2021), esse é o primeiro momento da pesquisa e consiste na identificação do órgão produtor, levando em conta dois elementos: o orgânico (estrutura administrativa) e o funcional (competências, funções, atividades, tarefas). Em pesquisas sobre arquivos pessoais, o elemento orgânico refere-se à história do titular do arquivo, levando em conta sua trajetória profissional e suas relações familiares e sociais.

Segundo Tognoli e Barros (2011, p. 75), “a organização dos documentos pessoais deve pressupor o estudo do órgão produtor, que nesse caso deve implicar o estudo da vida, da produção intelectual e dos mais variados aspectos, relacionados com a pessoa criadora desses documentos”. Conforme Trancoso e Silva (2013, p. 58),

As pesquisas para se conhecer a biografia da pessoa e organizar melhor a produção documental devem ser realizadas em diferentes fontes, como familiares, amigos, instituições onde atuou, publicações ou internet. Estas fornecerão o suporte informacional necessário para se contextualizar as

funções e as atividades desempenhadas pelo produtor e, deste modo, elaborar o arranjo e a descrição compatíveis com a produção documental.

Sobre a identificação, ela é o esteio para a realização da classificação ou do arranjo e, consequentemente, da descrição documental. Tratando-se de arquivos públicos ou de instituições privadas, identificar o órgão produtor é procedimento padrão “[...] para a formulação de qualquer estratégia de tratamento documental comprometida com a explicitação do contexto originário dos documentos” (Campos, 2013, p. 154). Esse mesmo entendimento deve ser ampliado para os arquivos pessoais, em que o titular, por ser o eixo de sentido na constituição do acervo, deve ser o primeiro ponto a ser analisado e, somente depois, sua documentação. Silva (2013, p. 165) evidencia que:

Nos arquivos pessoais, o desafio maior seria o de definir o que poderia ser considerado ‘função’ de uma pessoa. Mais apropriado seria trabalhar com as ‘atividades’ desempenhadas por uma pessoa durante sua vida. Assim, o estudo da biografia de uma pessoa torna-se fundamental, antes da etapa de identificação e descrição dos documentos. Conhecendo toda a trajetória de vida da pessoa, o arquivista poderá mais facilmente identificar os documentos e relacioná-los às atividades que o produziram. Esse caminho torna-se mais seguro e de melhor aplicabilidade.

Oliveira (2012, p. 40) destaca situação semelhante, pois, diferente do trabalho em arquivos organizacionais, que costumam contar com instrumentos como organogramas, regimentos, estatutos, portarias e instruções normativas — os quais facilitam a reconstrução da história administrativa —, nos arquivos pessoais o arquivista precisa, “[...] da mesma forma, recompor a história do titular do arquivo, de sua rede de relacionamentos e de seus interesses, em busca da contextualização do arquivo objeto de seu estudo” (Oliveira, 2012, p. 40). Nesse sentido, Heymann (2009b, p. 55) destaca que:

Entre os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis — antes e depois da morte do titular —, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial.

Em estudo desenvolvido por Heymann (2012, p. 276), a pesquisadora destaca que os depoimentos de pessoas envolvidas com o arquivo explorado “[...] ajudam a compor o contexto

de acumulação de uma parcela dos documentos do arquivo, ao apontar formas de o titular pensar sua própria atuação”. Acrescenta ainda que a atenção na constituição de um arquivo pode ser um caminho para alcançar a personalidade de seu titular, pois “[...] quando analisado como conjunto dotado de historicidade, revela práticas e representações que podem desvendar dimensões da autoimagem e visão de mundo de seu titular” (Heymann, 2012, p. 279).

Ao indagar sobre as possíveis mudanças ocorridas em um arquivo pessoal quando nas mãos de familiares do titular, Benthien (2014, p. 49) afirma que: “por certo, um primeiro procedimento nesse sentido é cruzar a trajetória do autor com a organização dos papéis e ver se ela segue um padrão e se é possível datar esses papéis em função do que se sabe de sua trajetória”. Percebe-se que, quando possível, o arquivista deve recorrer à realização de entrevistas e à aplicação de questionários para ampliar o entendimento sobre o arquivo investigado, pois apenas a informação registrada em livros e documentos talvez não dê conta de esclarecer as múltiplas demandas de produção e acumulação desses acervos.

2.2.4.2 A identificação dos documentos

Segundo Rodrigues (2021), a identificação do tipo documental é o segundo momento da pesquisa. De acordo com Mattos e Schmidt (2017), os estudos dos tipos documentais passaram a ganhar espaço dentro da literatura arquivística nacional e internacional, sendo considerada uma ferramenta capaz de auxiliar nas atividades de identificação, classificação, avaliação e descrição. Dessa forma, sua aplicação passou a proporcionar melhorias para a organização e representação da informação, tornando a recuperação mais eficiente (Silva, 2013). Nesse processo, ocorre a conceituação dos tipos documentais,

[...] uma vez que somente a sua nomeação não permite a generalização dos resultados da pesquisa. É importante, tanto para o acesso quanto para os profissionais de informação, que ocorra a comunicação do que o termo atribuído e validado representa e significa. Esse é um grande desafio de pesquisa, principalmente quando estamos utilizando como campo empírico uma coleção de documentos de indivíduos que reuniram esses conjuntos documentais no cenário de suas vidas privadas (Oliveira; Oliveira, 2017, p. 1574).

A análise tipológica surge como uma maneira de identificar, nomear e conceituar os diferentes tipos documentais, tendo em vista possibilitar seu tratamento. Segundo Bellotto (2008, p. 7), “a tipologia documental é a ampliação da diplomática em direção da gênese

documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”¹⁰³. Conforme Rodrigues (2021), trata-se de uma revisão da diplomática para a compreensão dos documentos contemporâneos, sendo estas complementares para a identificação documental. Assim, “[...] segundo a tradição inaugurada na década de 1980 pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, tem como finalidade a fixação dos modelos de unidades documentais a partir da identificação do respectivo contexto funcional de produção” (Mattos; Schmidt, 2017, p. 1416).

O estudo tipológico teve sua origem na diplomática, disciplina que surgiu no âmbito da Igreja Católica, no século XVII, diante da necessidade de comprovar a autenticidade de documentos religiosos e de títulos de terras. Assim, tinha o intuito de identificar se um documento era autêntico, falso ou falsificado (Silva, 2013; Silva; Trancoso, 2015; Trancoso; Silva, 2013). De acordo com Trancoso e Silva (2013, p. 53), “nos séculos XVIII e XIX a técnica de análise documental promovida pela diplomática era utilizada no auxílio a outras áreas do conhecimento, como o direito e a história, que tratavam do tema em seus cursos” e, posteriormente, contribuiu para a origem da arquivística (Silva; Trancoso, 2015). Segundo Lacerda (2012, p. 286), a diplomática se mantém “[...] como ferramenta teórica e metodológica aplicável aos documentos que são criados hoje pela administração — pública e privada — e pelos indivíduos também” e segue sendo utilizada no campo arquivístico.

Conforme Rodrigues (2021, p. 207), a identificação é uma atividade de pesquisa “[...] que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem), para denominar o tipo e definir a série documental”. Para Trancoso e Silva (2013), esse tipo de estudo traz grandes contribuições para arquivistas e usuários, pois possibilita uma identificação minuciosa do documento. Consoante a isso, Oliveira e Sobral (2017, p. 1011) afirmam que: “[...] o estudo e uso da tipologia documental busca, por meio da identificação dos vínculos e atividades que deram origem ao documento, garantir uma nomeação adequada dos tipos documentais [...]”.

¹⁰³ Bellotto (2006) destaca que a diplomática tem como objetivo testar as configurações do documento, tendo em vista identificar os aspectos estruturais e formais daqueles de proveniência jurídica, governamental e notarial e, portanto, de cunho diplomático, a fim de atestar sua autenticidade. Trancoso e Silva (2013) destacam que, entre as diferenças entre a diplomática e a arquivística, está o fato de que a diplomática considera o documento de forma isolada, enquanto a arquivística o considera como parte de um conjunto em que os documentos se relacionam entre si. Assim, a análise tipológica se preocupa, para além da estrutura do documento, conforme preconizado pela diplomática, com a atividade geradora e com o espaço que ocupa dentro do conjunto documental (Silva, 2013).

Em síntese, o tipo documental é o nome que o documento recebe de acordo com suas características físicas e de estrutura, como cabeçalho, apresentação, linguagem, margem etc., somadas à atividade que o gerou dentro de determinado contexto (Silva, 2013; Trancoso; Silva, 2013). Na realização da identificação tipológica em um arquivo pessoal, cabe ao arquivista o trabalho intelectual de obter informações sobre o fundo, de realizar pesquisa acerca da biografia do titular e de analisar o documento e sua relação com o proprietário, tendo em vista estruturar as séries documentais (Trancoso; Silva, 2013). Nesse entendimento, o tipo documental, quando identificado, é uma forma de representação arquivística, pois, ao verificar as atividades que deram origem aos documentos, é possível compreender os contextos e as relações ocorridas no processo geracional, bem como potencializar o acesso à informação.

Em pesquisa realizada por Oliveira e Oliveira (2017, p. 1575), as pesquisadoras utilizaram como método para a realização da identificação as seguintes etapas: reconstrução do contexto arquivístico; identificação das ações e efeitos dos documentos; análise do seu formato e conteúdo; análise comparativa entre os documentos e as informações coletadas em manuais de etiqueta, secretários, legislação e demais fontes; e nomeação, conceituação e validação do tipo documental.

Na etapa de conceituação, é onde ocorre a elaboração de verbetes que caracterizam o tipo do documento. Frente a diversidade de tipologias encontradas no acervo trabalhado, as autoras fizeram uso da Teoria do Conceito de Dahlberg para a conceituação daquelas ainda desconhecidas, utilizando como *corpus* de pesquisa: manuais de civilidade e etiqueta, dicionários, vocabulários, legislações, glossários, tesouros etc. (Oliveira; Oliveira, 2017). Esses documentos são consultados pois, de acordo com Oliveira (2012), apesar de os registros pessoais não serem regulados por normas oficiais, tendem a seguir normas sociais de civilidade e polidez. Assim, o estudo da tipologia ajuda também na identificação de comportamentos socialmente aceitos entre pessoas e instituições em determinados períodos da história.

Segundo Bellotto (2006, p. 62), a análise tipológica auxilia na construção de glossários e outros instrumentos arquivísticos — produtos que oferecem informações relevantes para usuários e profissionais, antes mesmo da consulta ao documento. Além disso, a identificação de espécies e tipos documentais pelos arquivistas contribui para a organização e a preservação dos arquivos, trazendo benefícios para a aplicação das funções arquivísticas e para a recuperação da informação (Silva, 2013). Portanto, de acordo com Oliveira (2012, p. 83-84),

O estudo do tipo documental permite analisar aspectos não explicitados na estrutura do documento, fornecendo elementos para compreender o comportamento da sociedade, ou de seus segmentos em determinadas situações, como o casamento, o nascimento, a morte, a primeira comunhão, os banquetes, as comunicações do cotidiano. A identificação dos tipos documentais adequada, demonstrando seu vínculo com a atividade ou ato que dá origem à criação do documento, oferece aos usuários amplas possibilidades de abordagem dos arquivos, seja para a história social, a psicologia ou a cultura.

Entre os instrumentos que oferecem subsídios para a identificação documental estão as legislações e os glossários. Quanto a esse segundo grupo, atualmente, os principais são: o Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da USP, os Glossários da Fundação Fernando Henrique Cardoso e o Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Assim, a identificação dos tipos em arquivos, de forma geral, implica conhecer seu contexto de produção, mas, no caso dos arquivos pessoais “é preciso reconhecer as relações sócio-político-culturais nas quais o produtor está inserido”¹⁰⁴ (Oliveira; Oliveira, 2017, p. 1574). Sobre essa conjuntura, Oliveira e Oliveira (2017, p. 1577) destacam que: “[...] percebemos que existem, no modo de vida de uma pessoa, os mais diferentes atos que são consubstanciados em documentos e que, ao longo da vida, são acumulados e posteriormente organizados por um profissional da área da informação”. Mattos e Schmidt (2017, p. 1416) afirmam que:

[...] se a tarefa de nomear apropriadamente documentos de arquivos institucionais dotados de fórmulas e estruturas regulamentadas e amplamente conhecidas já é por si complexa, como identificar o tipo de documentos de diferentes linguagens, suportes, técnicas de registro e formatos, e que, muitas vezes, resultam de atividades que não correspondem a atos de caráter jurídico e administrativo familiares aos arquivistas? Com efeito, tal questionamento assume contornos ainda mais problemáticos quando os desafios conceituais e terminológicos decorrem das especificidades dos documentos produzidos e acumulados por qualquer pessoa física durante sua vida profissional, civil, familiar e afetiva [...]

Livres de imposições jurídicas e padrões institucionais, nem todos os documentos de caráter pessoal são facilmente identificáveis. De acordo com Silva (2013, p. 165), os arquivos

¹⁰⁴ Segundo Thomassen (2006, p. 11), o contexto arquivístico extrapola o contexto de produção e considera os contextos sócio-político, cultural e econômico, que determinam diretamente o conteúdo, a forma e a estrutura dos documentos arquivísticos, além dos contextos de manutenção e uso dos arquivos. Assim, a contextualização permite uma compreensão acurada sobre o arquivo.

peçoais dispõem de uma quantidade maior de tipologias documentais, “eles escapam dos padrões que regulam os documentos oficiais produzidos pelas instituições públicas e privadas, não se sujeitando às normas de produção, avaliação e configuração interna e externa”. Entre as exceções estão os documentos identitários, cujas fórmulas são facilmente reconhecidas em decorrência das legislações que os amparam (Camargo, 2008).

Como resultado, na exploração de um arquivo pessoal podem ser encontrados tipos documentais que nunca antes foram identificados dentro da arquivística, tornando a atividade ainda mais complexa. Delmas (2010, p. 73), a partir da pesquisa em arquivos pessoais de cientistas, exemplifica essa questão:

É necessário, ainda, considerar como documentos de arquivo o material científico de pesquisadores e pessoas de notório saber — naturalistas, arqueólogos, etnólogos — em que se encontram amostras de rochas, fósseis, herbários, insetos, conchas, ossos, lâminas histológicas e frascos de anatomia patológica, cacos de cerâmica, objetos da vida cotidiana, peças acompanhadas de identificações e observações sobre seu contexto: lugar de descoberta, condições ambientais, circunstâncias, usos. Os pesquisadores transformam esses objetos inanimados em documentos de arquivo no sentido pleno do termo, já que assumem a função probatória e de informação confiável, que todo documento de arquivo possui.

Cox (2017) ressalta que os arquivistas sempre encontram arquivados objetos dos mais bizarros e relata que encontrou fragmentos de uma clavícula fraturada numa carta que descrevia os ferimentos de um marujo. Segundo o autor, “tudo isso indica também uma visão mais ampla dos arquivos pessoais e familiares e explica por que nos apegamos a esses materiais como meios de nos conectarmos ao passado” (Cox, 2017, p. 188).

Assim, Trancoso e Silva (2013) afirmam que o estudo sobre esses arquivos tem gerado inquietações, tanto pela informalidade dos documentos pessoais quanto pela diversidade. Sobre essa situação, Oliveira e Sobral (2017, p. 1012) destacam que, por serem “produzidos a partir das necessidades, desejos e preferências de seus titulares, os arquivos pessoais congregam não só as diferentes esferas de relacionamento do produtor com o Estado e a sociedade, mas também a sua intimidade”. Entre os documentos resultantes dos anseios de seu produtor, estão aqueles que compõem a chamada “zona de penumbra”¹⁰⁵ (Camargo; Goulart, 2007, p. 40). Sobre esse

¹⁰⁵ A “zona de penumbra” diz respeito aos documentos não convencionais, entre eles os egodocumentos, que não seguem imposições jurídicas ou uma padronização administrativa — características que lhes garantiriam autenticidade e valor probatório, por isso, alguns pesquisadores não os consideram como arquivísticos (Camargo; Goulart, 2007).

ponto, Heymann (2009b, p. 49) destaca que, além de acumular documentos relativos à sua atividade profissional, uma pessoa:

[...] acumula também, e concomitantemente, documentos que se referem exclusivamente à sua vida privada, ou, ainda, documentos que não são identificáveis de maneira imediata, cuja presença no arquivo não é facilmente interpretável. Esse tipo de arquivo, pela diversidade de registros que agrega, torna mais visível a distinção entre os documentos que refletem e atestam uma atividade e aqueles que permanecem em uma zona de indeterminação e que apenas uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular a seus papéis poderá iluminar.

Nessa direção, é preciso desenvolver pesquisas sobre os tipos documentais que compõem essa zona, entre eles os chamados egodocumentos¹⁰⁶ — considerados autobiográficos e livres de imposições jurídicas —, tarefa que não é fácil, visto que não seguem critérios rígidos de elaboração e fogem, em alguns casos, dos princípios estabelecidos pela área. Entre esses documentos “não diplomáticos” estão agendas, bilhetes, cartas e diários, que são oriundos do espaço doméstico e resultantes de motivações pessoais, sendo considerados irrelevantes do ponto de vista jurídico e dificilmente encontrados em instituições públicas (Britto; Corradi, 2017; Camargo, 2009).

Cavalheiro (2017, p. 140-141) defende que: “nessa categoria, parece-nos conveniente enquadrar os registros das ideias, pensamentos e sentimentos, documentos do arquivo pessoal que, devido à imprecisão formal, desafiam os limites teóricos e metodológicos da Diplomática e da Arquivologia”. São razões como essas que levaram os egodocumentos a serem criticados por alguns arquivistas. Nessa seara, conforme Britto e Corradi (2018), os registros fotográficos também podem ser considerados egodocumentos, pois possuem traços da personalidade de quem os registra e/ou os preserva. Camargo e Goulart (2007, p. 41) afirmam que:

Ao contrário dos arquivos institucionais, com documentos cujas fórmulas e estruturas têm o efeito de reduzir a um grau mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais são prolíferos em documentos desprovidos de metadados: fotografias sem legenda, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos desvinculados dos conjuntos que lhes dariam sentido.

¹⁰⁶ A história dos egodocumentos está relacionada com a da produção autobiográfica anteriormente evidenciada, e a sua valorização atrelada às novas formas de pensar do final do século XX (Britto; Corradi, 2018). Segundo Cunha (2019, p. 13), pesquisas indicam que o primeiro uso do termo ocorreu em 1958, pelo historiador holandês Jacob Presser, sendo posteriormente discutido e difundido por outros pesquisadores. Ver mais sobre evolução dos egodocumentos em Britto e Corradi (2018) e Cunha (2019).

Segundo Camargo (2008), fotografias e recortes de jornais quase sempre são escassos de referências tópicas e crônicas, exigindo um esforço redobrado para sua contextualização. Faben e Silva (2016) relatam que, em fotografias que não possuem metadados, é preciso realizar também a recuperação de informações que confirmem sentido ao documento imagético, o que pode ser feito através de pesquisa com os familiares do titular ou ainda por meio de documentos do próprio arquivo.

Assim, uma vez que os documentos que constituem os arquivos pessoais fogem, muitas vezes, da formalidade, a análise diplomática acaba por não contemplar essa documentação. Segundo Cavalheiro (2017, p. 140), por serem “[...] dotados de informalidades e subjetividade, sob a ótica classicista, penoso trabalho seria submetê-los à crítica e à categorização diplomática”. Nesse sentido, a análise tipológica emerge como uma alternativa em potencial para analisar os documentos pessoais.

Ademais, “[...] o método tipológico evidencia os recursos cognitivos para distinção de uma carta de amor para uma carta de expressão de pêsames, e de um convite de aniversário para um convite de batizado, por exemplo” (Cavalheiro, 2017, p. 141). Segundo Cavalheiro (2017), em casos de difícil identificação, é possível aliar a análise documental a uma análise textual, na busca por características documentais que permitam sua identificação tipológica. Nesse caso, apesar de uma carta não incluir a palavra “amor”, ela pode ser considerada uma carta de amor por utilizar determinadas palavras (Cavalheiro, 2017).

Para Barros (1989, p. 38), “[...] mais difícil torna-se abrir as gavetas, retirar as caixas de cima dos armários e rever cada fotografia, identificando uma a uma, e formar, daquele todo amorfo, daquela confusão de tempos e memórias, uma narrativa com uma linguagem clara”. Portanto, o trabalho do arquivista que atua com arquivos pessoais pode ser um trabalho moroso, visto que, em alguns casos, pode ser difícil identificar a atividade geradora do documento e, assim, difícil enquadrá-lo em uma abordagem funcional (Heymann, 2009b).

Por isso, faz-se necessário, em um primeiro momento, investigar o titular, tendo em vista obter o máximo de informações possíveis sobre sua vida, sua trajetória e suas lógicas de acumulação e organização. Posteriormente, é preciso buscar compreender sua documentação e, apenas depois, escolher o caminho a seguir na sua organização. Independentemente da decisão quanto ao tratamento e à abordagem que serão adotados, é necessário conhecer, antes de tudo, seu titular e seus documentos. Sobre esse olhar amplo nos arquivos pessoais, Heymann (2009b, p. 55-56) afirma que é preciso:

Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que como produtos ‘naturais’ da trajetória dos indivíduos, como depositórios de valores e representações, e não, simplesmente, como registros de atividades, pode ajudar-nos a desvendar significados e avançar na tarefa de refletir sobre os procedimentos mais adequados ao seu tratamento. [...]

Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro. Apenas pesquisas em profundidade, que tomem cada conjunto documental como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal.

E, seguindo essa mesma linha de raciocínio, acrescenta que, para além das escolhas individuais em relação a seleção e a guarda, deve-se considerar também os contextos nos quais os conjuntos documentais estão inseridos: o sócio-histórico, de um lado, e o arquivístico, de outro (Heymann, 2013). Em concordância, Oliveira e Sobral (2017, p. 1012) reconhecem que compreender esses conjuntos documentais a partir das “[...] múltiplas camadas que influenciam a sua formação configura uma nova demanda da agenda de pesquisas da área e o desenvolvimento de estudos e metodologias de organização sobre arquivos pessoais [...]”.

Dessa forma, pela história e os documentos de Noboru Oda nunca terem sido objetos de pesquisa científica, busca-se realizar uma contextualização sobre sua trajetória de vida e a formação do seu arquivo pessoal, evidenciando características relevantes que sirvam para um posterior tratamento. Diante da sua relevância local, e dos seus registros serem um dos poucos vestígios da vida na comunidade da Armação do Pântano do Sul em meados do século XX, sem sua devida contextualização, a tendência é que ocorra a escassez de informantes capazes de fornecer explicações sobre sua história e seus documentos e, assim, perder por completo informações sobre as motivações e as razões pelas quais foram criados, as pessoas e as paisagens representadas nas fotografias, o período que retratam etc.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o conjunto de métodos técnicos e científicos adotados para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa. A delimitação desse conjunto é importante, tanto para a constatação dos resultados da pesquisa — por meio da obtenção de resultados semelhantes por outros pesquisadores, desde que sigam os critérios utilizados e os mesmos documentos analisados —, quanto, principalmente, para servir de princípio norteador a outras pesquisas similares.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Kumar (2011, p. 10), cada profissão utiliza métodos de pesquisa em quantidades variadas. Esses métodos são desenvolvidos por pesquisadores para aumentar a compreensão da própria profissão e avançar no desenvolvimento de uma base sólida de conhecimento. Ao examinar uma profissão, percebe-se que sua prática profissional segue uma série de procedimentos e técnicas consolidadas, pois é através da utilização de uma metodologia bem estruturada que se pode comprovar a validade das descobertas realizadas em uma pesquisa e, por consequência, fortalecer uma profissão (Kumar, 2011, p. 4-5).

Nesse sentido, esta pesquisa é considerada, em sua natureza, como básica. Esse tipo de investigação tem como objetivo a sistematização de ideias para a criação de novas questões ou, ainda, o estudo de objetos, pessoas ou acontecimentos pouco conhecidos ou inexplorados, sendo também conhecida como pesquisa pura ou teórica (Almeida, 2014; Thomas, 2021). Segundo Thomas (2021, p. 59, tradução nossa), as pesquisas que são realizadas

[...] principalmente para obter novos conhecimentos sem uma aplicação específica no momento estão no âmbito da pesquisa básica pura. A pesquisa básica pura é empreendida sem buscar por benefícios econômicos ou sociais de longo prazo, mas pelo avanço do conhecimento.¹⁰⁷

Assim, a natureza básica desta pesquisa está atrelada à investigação do contexto de produção do arquivo pessoal de Noboru Oda, utilizando as bases teóricas da área para

¹⁰⁷ “[...] mainly to get new knowledge without a specific application at the moment come under the purview of pure basic research. Pure basic research is undertaken without looking for long term economic or social benefits but just for the advancement of knowledge.”

solucionar a seguinte problemática: a falta de informações estruturadas sobre esse conjunto documental, o que, a longo prazo, favoreceria sua perda.

Em relação à sua abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Esse tipo de estudo é aquele que recai sobre a subjetividade das pessoas — nas relações estabelecidas e nos significados atribuídos por elas. A coleta de dados é realizada para entender um fenômeno ou processo particular, normalmente associado a uma pessoa ou a um grupo, e lida com questões que não são facilmente quantificáveis, buscando compreender profundamente alguma dimensão da vida social (Leavy, 2017; Thomas, 2021). Dubey e Kothari (2022, p. 129, tradução nossa) definem pesquisa qualitativa como:

[...] um tipo de pesquisa científica que tenta preencher a lacuna de informações incompletas, sistematicamente coleta evidências, produz descobertas e, desta forma, busca resposta a um problema ou pergunta. É amplamente utilizado na coleta e compreensão de informações específicas sobre os comportamentos, opiniões, valores e outros aspectos sociais de uma determinada comunidade, cultura ou população. A pesquisa qualitativa ajuda a fornecer um conhecimento aprofundado sobre o comportamento humano e tenta descobrir as razões por trás das tendências de tomada de decisão dos seres humanos.¹⁰⁸

Nessa perspectiva, a história não é apenas a explicação possível de eventos importantes do passado, mas também a interpretação de como esses mesmos eventos moldam o presente, sendo que algumas dessas explicações e interpretações não são passíveis de quantificação (Raychaudhuri, 2020). Entre os exemplos desse tipo de pesquisa estão: “a descrição de uma situação observada, a enumeração histórica de eventos, um relato das diferentes opiniões que as pessoas têm sobre um assunto e uma descrição das condições de vida de uma comunidade [...]”¹⁰⁹ (Kumar, 2011, p. 13, tradução nossa). A apresentação dos resultados obtidos com essa abordagem normalmente conta com as percepções dos participantes, a reflexão do pesquisador, a descrição e interpretação do que foi coletado e sua contribuição para a ciência (Creswell; Poth, 2018).

Com relação à esta investigação, ela incide sobre um caso específico, relacionado a uma pessoa e às relações estabelecidas em um determinado local. Além disso, os objetivos

¹⁰⁸ “[...] a type of scientific research that tries to bridge the gap of incomplete information, systematically collects evidence, produces findings, and thereby seeks answer to a problem or question. It is widely used in collecting and understanding specific information about the behaviors, opinions, values, and other social aspects of a particular community, culture, or population. Qualitative research helps in providing an in-depth knowledge with regard to human behavior and tries to find out reasons behind decision-making tendencies of humans.”

¹⁰⁹ “The description of an observed situation, the historical enumeration of events, an account of the different opinions people have about an issue, and a description of the living conditions of a community [...]”

específicos igualmente se relacionam ao caráter qualitativo do estudo, buscando conhecer a trajetória da pessoa pesquisada, sua inserção na sociedade e a construção do seu arquivo pessoal — questões atreladas ao desenvolvimento de costumes e à formação da sua identidade.

Conforme seus objetivos, esta investigação é exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória é aquela voltada para uma área ou objeto de estudo sobre os quais existe pouco conhecimento estruturado (Almeida, 2014). Segundo Dubey e Kothari (2022, p. 3, tradução nossa), “a pesquisa exploratória é projetada para fornecer um pano de fundo, familiarizar e, como a palavra indica, apenas ‘explorar’ o assunto geral”¹¹⁰. Leavy (2017, p. 5, tradução nossa) aponta que:

Quando temos um tópico novo ou relativamente pouco pesquisado, a pesquisa exploratória é uma forma de aprender sobre esse tópico. A pesquisa exploratória pode nos ajudar a preencher uma lacuna em nosso conhecimento sobre um tópico novo ou pouco pesquisado ou abordar o tópico de uma perspectiva diferente para gerar insights novos e emergentes. Quando você realiza uma revisão de literatura e fica aquém, essa ausência de pesquisa adequada geralmente é um indicador de que uma pesquisa exploratória é necessária.¹¹¹

Sendo assim, esse tipo de pesquisa possibilita se familiarizar com as temáticas abordadas e gerar novos conhecimentos sobre os assuntos pesquisados. A utilização de entrevistas, documentos e materiais bibliográficos permite ampliar a compreensão de assuntos pouco conhecidos, como é o caso de Noboru Oda e seu arquivo pessoal, bem como oferecer embasamento para a realização da pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva, por outro lado, é aquela que se preocupa em observar, registrar e descrever o objeto de estudo, o contexto em que está inserido, suas características e relações, sendo necessário um conhecimento prévio sobre o assunto (Almeida, 2014). Na concepção de Dubey e Kothari (2022, p. 7, tradução nossa), “o principal objetivo da pesquisa descritiva é a descrição de uma pessoa, situação, instituição ou um evento como ocorre, por exemplo, a apuração de fatos”¹¹².

¹¹⁰ “Exploratory research is designed to provide a background, to familiarize and, as the word implies, just ‘explore’ the general subject.”

¹¹¹ “When we have a new or relatively underresearched topic, exploratory research is a way of learning about that topic. Exploratory research can help us fill a gap in our knowledge about a new or underresearched topic, or approach the topic from a different perspective to generate new and emerging insights. When you conduct a literature review and come up short, this absence of adequate research is often an indicator that exploratory research is needed.”

¹¹² “The main purpose of descriptive research is the description of a person, situation, institution, or an event as it exists, e.g., fact-finding studies.”

Nessa mesma linha de pensamento, Leavy (2017) concorda com o objetivo supracitado e destaca a necessidade de se realizar, nesse tipo de pesquisa, descrições densas da vida social, que levam em conta o contexto e as perspectivas das pessoas envolvidas, cabendo ao pesquisador a observação rigorosa ou o uso de métodos relacionados a entrevistas, com o intuito de documentar as experiências dos investigados. Conforme Dubey e Kothari (2022, p. 28, tradução nossa), “ao contrário dos estudos exploratórios, os estudos descritivos se enquadram como pesquisa formal, onde os objetivos são claramente estabelecidos”¹¹³, sendo responsabilidade do pesquisador reunir detalhes sobre a situação-problema investigada.

Esta pesquisa se pauta na busca por informações sobre o titular desse arquivo e seus documentos, ou seja, os espaços que transitou, as relações que estabeleceu e os documentos que produziu e acumulou ao longo da sua vida, para que, posteriormente, seja dado um tratamento adequado ao seu arquivo e para que outras pesquisas possam ser desenvolvidas.

É comum que esse tipo de pesquisa seja realizado em arquivos pessoais de pessoas públicas, em que se tem uma grande quantidade de informações disponíveis sobre o titular. Contudo, neste caso, tratando-se de uma pessoa “comum”, essas informações ainda não estão estruturadas e, por isso, precisam ser recuperadas e tratadas.

Em relação aos procedimentos que são adotados, a pesquisa se classifica como bibliográfica, documental e estudo de caso, por meio de entrevistas de história oral. A pesquisa bibliográfica incide no levantamento, seleção e utilização de material publicado, visando auxiliar na solução de um problema. De acordo com Fontana (2018, p. 66):

A pesquisa bibliográfica vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc. (ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico). Não por acaso, esse tipo de pesquisa também exige planejamento e, após uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado, o material angariado deve ser triado, estabelecendo-se assim, um plano de leitura do mesmo. Nesse caso, espera-se uma leitura atenta e sistematizada acompanhada de resenhas, anotações e fichamentos que, por sua vez, servirão de subsídios e de fundamentação teórica para a feitura da pesquisa.

Através deste procedimento, foram reunidas produções com o objetivo de descrever, discutir e fundamentar os assuntos contemplados por esta pesquisa. Foram recuperados artigos

¹¹³ “Unlike exploratory studies, descriptive studies come under formal research, where the objectives are clearly established.”

científicos com as seguintes temáticas: arquivos pessoais e imigração japonesa. As buscas foram realizadas nas bases Scopus e Web of Science (WoS), conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 — Pesquisa bibliográfica nas bases Scopus e Web of Science

TEMÁTICAS	ESTRATÉGIAS	CAMPOS E FILTROS	PRODUÇÕES RECUPERADAS	
			Scopus	WoS
Arquivos pessoais	“personal archiv*” OR “personal papers”	As buscas foram realizadas nos campos: título, resumo, autor e palavras-chave. Os filtros utilizados foram os seguintes: tipo de acesso: aberto; tipo de produção: artigos; idiomas: espanhol, inglês e português; áreas: a temática “arquivos pessoais” contou com trabalhos das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e História; e a temática “imigração japonesa” não utilizou filtros relacionados à área.	109	47
Imigração japonesa	“japanese immigration” AND “Brazil”		5	9

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Posteriormente, estendeu-se a pesquisa à Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na busca por artigos brasileiros das áreas de Arquivologia e Ciência da Informação. Além disso, localizou-se teses utilizando como plataformas de pesquisa: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Open Access Theses and Dissertations (OATD) e os Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Foram feitas duas rodadas de buscas nessas plataformas: a primeira, no mês de maio de 2021, e a segunda, em abril de 2022. Na sequência, configurou-se alertas sobre essas temáticas na plataforma Google Acadêmico e, a partir da familiarização com os temas, buscou-se livros e outros materiais bibliográficos para a elaboração desta pesquisa. Recuperou-se também artigos, livros e outros materiais bibliográficos e jornalísticos na internet que fazem referência ao titular do arquivo.

Essas produções foram agrupadas e analisadas criteriosamente, buscando identificar contribuições para os debates das temáticas supracitadas. Os trabalhos selecionados compõem a fundamentação teórica e os resultados desta pesquisa, servindo para apresentar os aspectos conceituais e teóricos envolvidos no estudo, bem como embasar a análise dos dados e a apresentação e discussão dos resultados obtidos — viabilizando a investigação do contexto arquivístico, consoante aos procedimentos estabelecidos pela área.

Com relação à caracterização da pesquisa como documental, entende-se que é aquela que tem como fonte de coleta de dados os documentos dos mais diversos tipos. Nesse universo,

também são considerados documentos os registros iconográficos, como fotos, desenhos, gravuras etc., não se restringindo apenas às fontes escritas (Fontana, 2018).

Esse tipo de pesquisa envolve o manuseio de determinados documentos que ofereçam subsídios para a pesquisa científica, os quais são costumeiramente encontrados em locais como arquivos pessoais, arquivos públicos, cartórios, grandes bibliotecas e museus (Fontana, 2018). Sendo assim,

Por vezes, a utilização de documentos no processo de pesquisa atrela-se à particularidade e às nuances do objeto e da temática pesquisados; ou então, à necessidade de angariar de modo efetivo um conjunto de ‘pistas’, informações e dados mais ‘materiais’, ‘concretos’ e ‘diferenciados’ acerca da temática e do escopo pesquisado pelo sujeito do conhecimento (Fontana, 2018, p. 69).

Assim, a seleção dos documentos que serão utilizados em uma pesquisa, na concepção de Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 245), “[...] dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico”. Por isso, nesta pesquisa, foram utilizados de maneira mais expressiva os documentos do arquivo pessoal de Noboru Oda. Entre outros registros que foram usados, estão a transcrição da lista de passageiros da companhia de imigração realizada pelo Projeto Ashiato¹¹⁴ e a lista de passageiros do porto de Santos, disponíveis *on-line*, respectivamente, nos sites do Museu da Imigração Japonesa e do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Assim como documentos do Arquivo Nacional; do Arquivo Público do Estado de São Paulo; Diários Oficiais; a Lei Municipal nº 1.838 de 1982 e o Projeto de Lei nº 18.031 de 2020, ambos da cidade de Florianópolis. Esses documentos foram explorados em conjunto com a proposta de história oral apresentada mais à frente. Sobre a utilização de fontes bibliográficas e documentais para o estudo de um arquivo pessoal, Sobral e Macêdo (2017, p. 118) destacam que:

Potencializar os arquivos é uma tarefa de suma importância para o profissional arquivista contemporâneo. Assim, o trabalho de pesquisa não deve ficar restrito somente aos documentos em si. É necessário realizar uma pesquisa e

¹¹⁴ As informações foram coletadas pelo projeto dos livros confeccionados pelas companhias de imigração entre 1908 e 1973. Os registros, produzidos em papel washi e redigidos em *kanji*, ficaram sob a guarda do Museu Histórico de Imigração Japonesa durante a execução do projeto, e os dados foram transcritos por 126 voluntários, contando principalmente com a participação de pessoas idosas que eram capazes de interpretar os ideogramas. O projeto recebeu esse nome, que no japonês significa “pegadas” ou “rastros” (Motoyama, 2008). Segundo Motoyama (2008, p. 134), “dentre as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, ocorridas em junho de 2008, um dos trabalhos apresentados para a comunidade, e de grande importância para a memória da origem dos imigrantes, foi o lançamento do banco de dados com os nomes, locais de origem e de destino de cerca de 220 mil imigrantes japoneses”.

uma análise exploratória em instrumentos como livros, entrevistas, jornais, artigos etc. O diálogo com outras áreas do saber também auxilia o profissional.

Além disso, esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso. Esse tipo de investigação permite a exploração exhaustiva de um ou de poucos objetos de pesquisa. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 60), “o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”. Consoante a esse entendimento, Dubey e Kothari (2022, p. 129, tradução nossa) afirmam que:

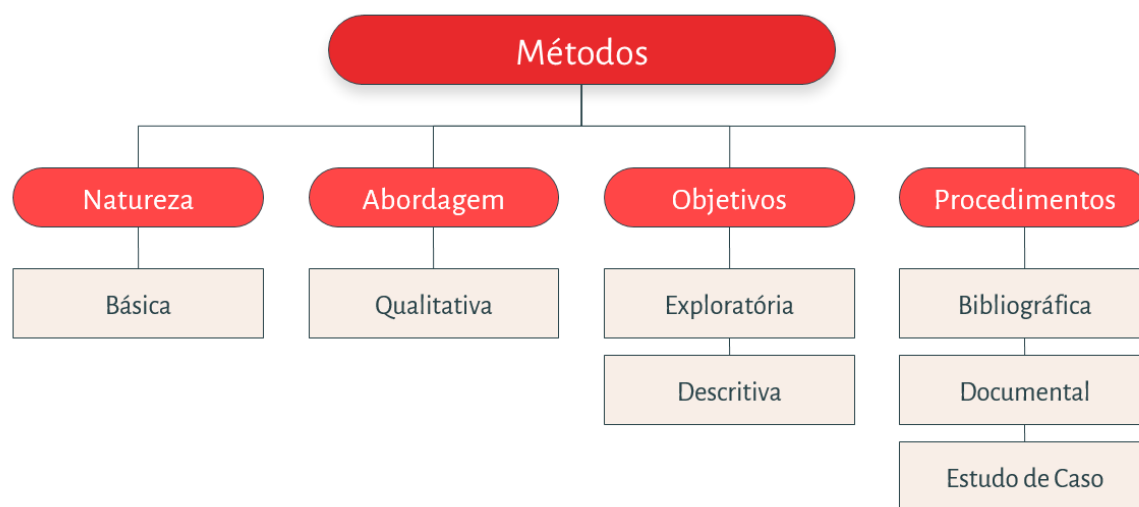
Com a ajuda do método de estudo de caso, estuda-se o caso de um indivíduo, grupo, evento, instituição ou sociedade. Ajuda a fornecer um conhecimento aprofundado da natureza, processo ou fenômeno de um caso específico em estudo. Múltiplos métodos de coleta de dados são frequentemente usados em pesquisas de estudo de caso como, por exemplo, entrevistas, observação, documentos e questionários.¹¹⁵

Nesse sentido, pode ser utilizada na busca de explicações para situações que envolvam fenômenos sociais complexos, como, por exemplo, a inserção de uma pessoa em outro país, a construção de um arquivo pessoal ou a introdução de uma nova técnica de pesca em determinado local. Para isso, estabeleceu-se como metodologia de pesquisa a realização de entrevistas norteadas pela história oral, método explicitado mais à frente.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da transcrição das entrevistas e da associação com a bibliografia e os documentos analisados. Os documentos também foram analisados à luz da literatura arquivística, com a utilização de legislações, glossários e outras produções bibliográficas, tendo em vista apresentar os tipos documentais encontrados no acervo. A seguir, a Figura 4 sintetiza os métodos escolhidos para a realização desta pesquisa.

¹¹⁵ “With the help of case study method, a case of an individual, group, event, institution, or society is studied. It helps in providing an in-depth knowledge of the nature, process, or phenomena of a specific case under study. Multiple methods of data collection are often used in case study research, for example, Interviews, Observation, Documents, and Questionnaires.”

Figura 4 — Síntese da caracterização da pesquisa



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

O conjunto de métodos técnicos e científicos descritos nesta subseção foi estabelecido a partir dos objetivos da pesquisa. Para tornar possível a coleta de dados do estudo de caso, na subseção seguinte, é apresentada a metodologia de pesquisa escolhida¹¹⁶.

3.2 ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

A entrevista é uma metodologia de pesquisa que envolve diretamente seres humanos e, por isso, é necessário que seu planejamento e estruturação sejam minuciosamente detalhados. Esse tipo de pesquisa precisa estar de acordo com uma série de resoluções do Ministério da Saúde, entre elas: a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996; a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012; e a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Além de demandar aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹¹⁷, a subscrição de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Apêndice A) e tempo para aplicação e tratamento dos dados.

Segundo Leavy (2017), a entrevista é utilizada em todas as áreas do conhecimento, situação também observada na Ciência da Informação (Freitas; Bufrem; Breda, 2016). Conforme Thomas (2021, p. 148, tradução nossa),

¹¹⁶ A escolha da metodologia de pesquisa levou em consideração a conformidade do método com a proposta de pesquisa e o contato prévio do pesquisador com esse tipo de investigação. Além disso, o ensino da história oral faz parte do rol de disciplinas ofertadas no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina — fazendo parte da formação do pesquisador.

¹¹⁷ Pesquisa aprovada e disponível para consulta através da Plataforma Brasil.

A entrevista é uma forma pessoal de pesquisa comparada a um questionário. Para buscar opiniões ou impressões de uma pessoa ou grupo de pessoas, a entrevista é a escolha ideal. Uma entrevista é um intercâmbio verbal, muitas vezes face a face, no qual um entrevistador tenta obter informações, crenças ou opiniões de outra pessoa.¹¹⁸

Para Fontana (2018, p. 70), “a realização de entrevistas é importante para a angariação de dados e informações diretamente atreladas ao público investigado ou à população pesquisada”. É a partir disso que esse tipo de metodologia possibilita esclarecer assuntos pouco conhecidos ou inexplorados, além de permitir que o pesquisador tenha um contato maior com o entrevistado e realize adaptações no roteiro quando necessário (Kilani; Kobziev, 2016).

Nesta pesquisa, as entrevistas foram fundamentadas no método da história oral. Esse método compreende um conjunto de etapas que antecedem e sucedem a gravação. Para sua realização, é necessário conhecimento prévio do tema ou da pessoa pesquisada, o que possibilita a seleção adequada dos entrevistados, a elaboração dos roteiros das entrevistas e o tratamento dos dados (Alberti, 2013). De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2009, p. 1),

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

Consoante a esse entendimento, Alberti (2013, p. 24) destaca que:

Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias

¹¹⁸ “Interview is a personal form of research compared to a questionnaire. For seeking opinions or impressions from a person or group of persons, interview is an ideal choice. An interview is a verbal interchange, often face to face, in which an interviewer tries to elicit information, beliefs, or opinions from another person.”

profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Percebe-se, portanto, o caráter abrangente da história oral. Assim como outras fontes — como livros e documentos —, uma entrevista resultante desse método também se caracteriza como uma fonte (Le Goff, 1990a). À medida que o entrevistado narra sua vida, suas relações e sua percepção sobre determinadas situações, ele oferece subsídios para a compreensão de modos de vida, experiências, interpretações, hábitos e costumes (Fontana, 2018). Nesse sentido, conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2009, p. 1), “isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros”.

Seguindo essa linha de pensamento, Alberti (2013, p. 30) afirma que: “a entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.”. A escolha desse método se deu pela escassez de material disponível sobre Noboru Oda e os acontecimentos relacionados a ele na Ilha de Santa Catarina. Considerando que esse método permite “reconstituir” acontecimentos do passado por meio de narrativas elaboradas a partir das memórias daqueles que testemunharam, conheceram ou vivenciaram determinados eventos, ele foi adotado nesta pesquisa (Alberti, 2004).

Além disso, esse método de pesquisa se popularizou nos estudos sobre migrações. Thomson (2002, p. 341) destaca que: “[...] a migração emerge como um dos temas mais importantes da pesquisa de história oral”. Corroborando esse entendimento, Magalhães (2017, p. 8) reforça que: “[...] não só as entrevistas são uma das fontes mais importantes para se estudar os movimentos migratórios, como a imigração tem sido um dos temas mais privilegiados no campo da história oral”. As pesquisas de Lang (2015), Magalhães (2017), Pinto (2021) e Thomson (2002) evidenciam o caráter privilegiado que os estudos migratórios têm assumido no campo da história oral. Os estudos sobre imigrantes japoneses nessa perspectiva também não são novidade, destacam-se, entre eles, os trabalhos de Demartini (2004), Martins *et al.* (2010) e Uchigasaki (2019).

Lang (2015, p. 228-229) evidencia que: “outras propostas para utilização da história oral marcam projetos de arquivistas, direcionados à formação e complementação de arquivos [...]”. Somado a isso, a partir da sua atuação em arquivos fotográficos, Lacerda (2013, p. 64) defende que:

O campo é vasto e ainda pouco explorado. Diante dos anos de trabalho com arquivos fotográficos e considerando os estudos sobre essa parcela constituinte dos acervos históricos, parece-me cada vez mais pertinente e necessária a ideia de que, nas instituições de guarda desses materiais, haja a iniciativa de criar, em paralelo, um programa de entrevistas sobre os arquivos. Entrevistas com os próprios titulares quando ainda vivos ou com atores diretamente envolvidos na história da documentação são importantes fontes de informação para os trabalhos de organização documental e, como consequência, para os pesquisadores da documentação em geral.

Contudo, nas áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação, ainda são escassos os trabalhos que se debruçam sobre entrevistas de história oral como ponto de partida para o tratamento de arquivos pessoais, ponto em que esta tese pretende alcançar. Cox (2017, p. 90) destaca que:

A história oral continua firme em sua trajetória, mas há décadas ela tem estado presente de forma inconsistente na arquivologia e não consegue encontrar um espaço no *establishment*, normalmente devido à existência de outras prioridades, aos custos associados com a forma intensiva de coleta da documentação e às preocupações permanentes com a veracidade dos materiais gerados por esse método. [...] Documentos podem ganhar um significado extraordinário quando associados à memória pessoal e familiar.

Conforme Cox (2017, p. 92-93), a importância da história oral na Arquivologia não está apenas no que ela acrescenta aos documentos, mas também na possibilidade de produzir uma documentação arquivística sobre grupos e indivíduos subdocumentados. Em relação aos fluxos migratórios, Magalhães (2017, p. 9) destaca que:

[...] os pesquisadores têm apontado vantagens na abordagem da história oral para o estudo dos movimentos migratórios. Ela favoreceria a captação das dinâmicas da construção e da interação identitária; revelaria a teia social presente nas histórias e o cotidiano da experiência migrante; propiciaria a compreensão de suas motivações subjetivas e permitiria a produção de informações sobre fenômenos que, sendo recentes, ainda não geraram registros de outra natureza.

Nessa conjuntura, esse tipo de método aplicado a esses estudos permite identificar as subjetividades de grupos, famílias ou pessoas, cujas vivências não são estáticas e passíveis de mera quantificação. Através da história oral, é possível ir além: conhecer a experiência do imigrante e as interações dele com o meio social, nas quais sentimentos, vivências pessoais e opiniões particulares são levadas em conta (Thomson, 2002; Lang, 2015). Segundo Bastian

(2019, p. 271), pesquisas recentes têm demonstrado que a interação entre o testemunho oral e as fontes de arquivo, além da sua contribuição para a memória, também é um “[...] caminho para uma compreensão rica e diferenciada dos eventos”. Portanto, essas questões podem refletir diretamente na forma como um arquivo pessoal é constituído. Thomson (2002, p. 358) destaca que: “nossas lembranças de quem fomos e de onde viemos moldam nosso sentido do ‘eu’ ou de identidade no presente e, dessa forma, afetam as maneiras como construímos nossas vidas”. A partir disso, busca-se traçar a trajetória de Noboru Oda, sua inserção na sociedade brasileira e a construção do seu arquivo.

A elaboração e aplicação dessa metodologia de pesquisa demandam um conjunto de habilidades, entre elas, estão a sensibilidade com o entrevistado e a percepção quanto às suas manifestações, sejam elas na oralidade ou no gestual. Requer também organização e planejamento do pesquisador, que precisa: identificar quais informações necessita, definir quem serão os entrevistados, estruturar a entrevista, escolher os equipamentos que serão utilizados para gravar, realizar o agendamento e manter a confiabilidade dos dados (Pinto, 2021). Aprender a ouvir também é essencial, como destaca Thompson (2002, p. 28),

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático.

A estruturação dessa metodologia na pesquisa teve como embasamento os trabalhos de Alberti (2013), Lang (2015), Magalhães (2017) e Pinto (2021). Tanto o trabalho de Lang (2015) quanto o de Pinto (2021), além das entrevistas realizadas, recorreram a uma diversidade de fontes de pesquisa, entre elas, estão documentos textuais, fotografias, recortes de jornais e vídeos. Essa abordagem é considerada uma proposta híbrida, na qual são utilizadas outras fontes para além das entrevistas (Pinto, 2021). Nesta pesquisa, utilizou-se uma proposta semelhante.

A pesquisa seguiu as etapas definidas por Magalhães (2017), que são: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista. A seguir, apresenta-se o Quadro 2 com o resumo dessas três etapas.

Quadro 2 — Etapas da pesquisa em história oral

ETAPAS	DESCRIÇÕES
Pré-entrevista	Na etapa da pré-entrevista são comuns eventuais recusas, pois o narrador precisará de tempo para confiar em seu interlocutor. Devem-se esperar possíveis remarcações de datas e cancelamentos de encontros. É na pré-entrevista que o entrevistado tomará contato com o projeto de pesquisa e terá a oportunidade de se familiarizar com o pesquisador. Este, por sua vez, deverá não só conquistar a sua confiança, mas também explicar como é a entrevista, negociando com ele os possíveis usos do documento final. O pesquisador precisará ainda anotar no caderno de campo as informações básicas sobre o narrador e marcar encontros para gravação. Os objetivos da pesquisa podem ser explicados para cada um dos depoentes, logo no primeiro encontro ou até mesmo antes dele (Magalhães, 2017, p. 14).
Entrevista	A etapa da entrevista propriamente dita acontece com a gravação dos relatos. A duração de cada uma delas depende da fluência narrativa do entrevistado, de sua interação com o entrevistador e da própria experiência deste último. No momento da gravação, deve ser pedida a assinatura de uma carta de cessão de direitos da entrevista ou devem-se gravar os termos de uso do relato, bem como entregar cartas de agradecimento (Magalhães, 2017, p. 14).
Pós-entrevista	A pós-entrevista corresponde à análise e ao momento de transformação do relato oral em texto escrito. Após a transcrição, fazemos a conferência e correção dos eventuais erros de texto (Magalhães, 2017, p. 15).

Fonte: adaptado de Magalhães (2017, p. 14-15).

Na etapa de pré-entrevista, ocorre a seleção dos entrevistados. Alberti (2013, p. 40) afirma que:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de ‘informantes’ em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas — em função de sua relação com o tema estudado (seu papel estratégico, sua posição no grupo etc.).

Para isso, foram considerados entrevistados de dois grupos específicos: os membros da família do titular do arquivo e os membros da comunidade que fizeram parte do seu convívio social enquanto morador e pescador da Armação do Pântano do Sul. Essa escolha não foi feita ao acaso, visto que, para escolher o que Alberti (2013, p. 40) determina como “unidades qualitativas”, é necessário conhecimento prévio sobre a pessoa pesquisada. Para isso, partiu-se da família de Noboru Oda para a identificação dos entrevistados que poderiam contribuir para o estudo. A partir de um diagnóstico preliminar, estabeleceu-se como meta entrevistar aqueles

que participaram mais ativamente da vida de Noboru Oda, buscando viabilizar a pesquisa quanto ao tempo de execução. Para isso, utilizou-se a amostragem em bola de neve.

Segundo Vinuto (2014, p. 201), esse tipo de amostragem “[...] pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade”. Visto que não se tinha conhecimento sobre as pessoas que mais tiveram contato com Noboru Oda, essa foi uma forma de identificá-las.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203, grifo do autor).

Entre os pontos destacados por Vinuto (2014), estão a possibilidade de o quadro de amostragem se tornar saturado, ou seja, não surgirem novos nomes; e de as pessoas não aceitarem participar da pesquisa, impossibilitando a identificação de novos entrevistados. No caso desta pesquisa, percebeu-se que havia um grupo limitado de possíveis entrevistados, pois os que eram mais próximos de Noboru já haviam falecido ou estavam com condições de saúde debilitadas. As entrevistas foram realizadas entre os dias 9 e 22 de julho de 2025, com um grupo de quatro pessoas. Optou-se pela anonimização dos entrevistados, considerando que as informações fornecidas envolviam experiências e opiniões pessoais sobre uma pessoa específica — cujos familiares ainda estão vivos —, além de mencionarem membros da comunidade. A decisão também visou respeitar princípios éticos, ainda que estes nem sempre estejam plenamente alinhados com as especificidades da metodologia adotada.

De acordo com Vinuto (2014, p. 208), “[...] a grande vantagem dessa forma de amostragem é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador [...]”. A confiabilidade, nesse caso, é essencial. Conforme Bosi (1994, p. 37), “o principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores”. Nessa mesma perspectiva, Lang e Demartini (2008, p. 218) reforçam que: “[...] a entrevista de história oral requer que um clima de confiança e até de amizade se estabeleça

entre pesquisador e pesquisado”. Assim, o estabelecimento dessa relação é primordial para a construção conjunta da entrevista. No caso desta pesquisa, o contato com os entrevistados foi tranquilo, todos se mostraram dispostos a participar do estudo, e as sessões ocorreram nas casas dos entrevistados, em um clima de cumplicidade. Também não houve problemas quanto a assinatura do TCLE.

Outro ponto da pré-entrevista que merece destaque é a estruturação do roteiro. Optou-se por estruturar algumas perguntas para que a entrevista pudesse ter um ponto central e norteador, sendo assim, uma história oral temática. Para Castelo Branco (2020, p. 12),

Em se tratando da História Oral Temática, busca-se, a partir de um assunto específico, a narrativa de um entrevistado sobre evento definido, preestabelecido. Os detalhes da vida do narrador e as experiências pessoais adquirem interesse à medida que revelam aspectos vinculados à temática central.

Lang (2015, p. 230), por outro lado, apresenta três tipos de abordagens distintas das populares: história de vida e história temática. As abordagens destacadas pela autora são: história de vida, relato de vida e depoimento. Com base nessa classificação, esta pesquisa enquadra-se como um depoimento, visto que buscou informações sobre Noboru Oda e, ainda que tenha recaído sobre a perspectiva dos entrevistados, o foco não é sobre suas vidas propriamente ditas, mas sobre o titular do arquivo investigado e as relações estabelecidas com ele.

No que tange à estruturação dessa metodologia, as perguntas propostas tiveram como objetivo obter respostas descritivas e analíticas, e assim evitar respostas dicotômicas. Além disso, a história oral permite a adoção de um roteiro de perguntas flexível, em que as questões podem sofrer alterações no decorrer das entrevistas. Em relação às entrevistas, Castelo Branco (2020, p. 20-21) recomenda que o pesquisador:

- a) exponha ao entrevistado, com clareza, os objetivos da pesquisa e de que modo seu relato pode contribuir para os objetivos propostos;
- b) defina, com aprovação do entrevistado, o ambiente em que se dará a entrevista, preocupando-se com o conforto da fonte e, ainda, com a possibilidade de o local escolhido manter relação com os fatos narrados ou com a temática a ser enfocada, o que auxiliará na rememoração dos episódios vivenciados;
- c) evite invadir a privacidade do entrevistado, respeitando a negativa da fonte em responder questões que eventualmente o levem a relembrar momentos que ele deseja esquecer;

- d) esteja atento às respostas do entrevistado e aos momentos adequados para fazer intervenções ou iniciar novas questões;
- e) aja de maneira natural e menos forçada possível, externando ao entrevistado a disposição por ouvi-lo e compreendê-lo.

A partir da sistematização de trabalhos de outros autores, Castelo Branco (2020, p. 19) afirma que é necessário respeitar “[...] as exigências e princípios estabelecidos pelo comitê de ética da instituição a que a pesquisa está vinculada, inclusive aqueles que se referem ao Termo de Consentimento Informado”. Com base no exposto, seguiram-se os pontos anteriormente citados para a realização e tratamento das entrevistas, sendo a pesquisa norteadada pela obra de Alberti (2013).

Durante a pós-entrevista, é possível que o texto passe apenas pela transcrição ou, ainda, que passe por outros tipos de tratamento, como a textualização e a transcrição — processos que têm como objetivo realizar correções ortográficas e cortes. Sobre essa etapa, alguns estudiosos não consideram essas outras intervenções positivas, com as críticas estando relacionadas, sobretudo, à perda da essência do que foi dito (Pinto, 2021). Consoante a esse entendimento, Magalhães (2017, p. 16) afirma que a textualização e a transcrição “[...] apresentariam o problema de apagar justamente essa interação que caracterizaria a fala e a produção do relativo”, e reconhece que mesmo a transcrição é uma versão do original, e que esses processos anteriormente citados favorecem o distanciamento da fala original (Magalhães, 2017, p. 17).

Entretanto, tendo em vista que o foco das entrevistas não foi as questões linguísticas relativas às falas dos entrevistados, mas sim o conteúdo informativo resultante dos depoimentos, optou-se por utilizar como instrumento norteador o método descrito por Alberti (2013), que prevê, entre as etapas do tratamento: a transcrição, a conferência de fidelidade e o copidesque — etapa em que ocorrem ajustes, adequações e correções. Adotou-se esse método pensando também que o tratamento do texto pode favorecer sua localização na *web* e sua utilização por pessoas não fluentes em português, por meio de ferramentas de tradução. A principal dificuldade encontrada nessa etapa foi em relação à velocidade da fala dos entrevistados, ocasionando uma demora no tratamento das entrevistas.

Para a gravação das entrevistas, utilizou-se o aplicativo de captura de áudio de um aparelho celular Samsung, sendo, na sequência, realizado o tratamento em um computador portátil. No que tange à alocação das entrevistas, elas passaram a ser mantidas em três locais distintos: no dispositivo em que foram processadas, em uma unidade de disco rígido externa e

na nuvem, através da plataforma Google Drive, com *login* criado exclusivamente para esta pesquisa.

Mediante a utilização dos métodos descritos nesta seção, buscou-se um aprofundamento dos conhecimentos acerca da pessoa pesquisada e do seu conjunto documental, tendo em vista garantir a longevidade dos seus documentos e também de sua história. Na seção a seguir, são apresentados os resultados alcançados.

4 RESULTADOS

Esta seção consiste na apresentação dos resultados alcançados na pesquisa e nas discussões realizadas a partir deles.

4.1 NOBORU ODA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

A presente subseção apresenta os resultados dos dois primeiros objetivos específicos, sendo eles: apresentar a trajetória de vida de Noboru Oda e descrever sua inserção na comunidade da Armação do Pântano do Sul.

4.1.1 A trajetória de Kagoshima a Florianópolis

Noboru Oda nasceu em 5 de março de 1917, em Kagoshima, sul do Japão. Aos 14 anos, no dia 29 de agosto de 1931, embarcou no navio Buenos Aires Maru, operado pela companhia Osaka Shosen Kaisha, com destino ao Brasil, sendo que o local de partida do navio não é um consenso entre os registros da época. A transcrição realizada pelo Projeto Ashiato, a partir da lista de passageiros da companhia japonesa, indica que a embarcação teria partido de Kagoshima. Por outro lado, a lista de passageiros datilografada na chegada a Santos aponta que o navio teria vindo da cidade de Kobe. O cenário provável é que ele tenha embarcado em Kagoshima, sua cidade de origem e uma das principais fontes de emigrantes japoneses, como identificado por Sakurai (2000), apesar de, nessa época, os navios geralmente partirem de Kobe (Lesser, 2015).

Sobre esse período, a Entrevistada D¹¹⁹ contou que: “ele veio do Japão aos 14 anos, adotado por uma família, porque não podia vir sozinho, não é, a mãe dele não veio. E chegando no Brasil, eles foram primeiro para o interior de São Paulo, depois ele passou no interior do Paraná, na colheita do café”. Em relação a sua família no país asiático, conforme a entrevistada, “[...] ele mandava dinheiro todo mês para a mãe dele. Nós íamos no Banco do Brasil e ele mandava o dinheiro para a mãe, mas a mãe dele nunca veio para cá” e, com o passar do tempo, a família acabou perdendo contato (Entrevistada D). Ainda sobre esse assunto, ela informou que:

¹¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 22 de julho de 2025, na cidade de Florianópolis.

[...] ele falava sobre a mãe dele, o pai dele abandonou quando ele era pequeno. E depois, assim, eu nunca quis, assim... frisar nessa mesma tecla porque eu sentia que ele ficava muito triste. Aí eu não perguntava muita coisa. Da mãe dele falava muito. Ele mandou as fotos, nos batia... ele gostava de muito registro, muita foto. E daí eu lembro que uma vez nós fomos no fotógrafo, no centro da cidade, tiramos foto e a minha foto foi para o Japão. [...] E depois a mãe dele veio falecer, não sei onde é que estão essas fotos, se as fotos estão com a... deve estar com a família dele, primas dele (Entrevistada D).

Assim como outros imigrantes, Noboru veio ao Brasil para trabalhar em uma fazenda de café, sob a condição de filho adotivo. Na ocasião, chegou ao país acompanhado de Kichijiro Oda¹²⁰ (pai adotivo) e de Hachie Oda (mãe adotiva), e recebeu o sobrenome “Oda”, tendo seu antigo sobrenome se perdido com o tempo (Entrevistada A¹²¹). A Entrevistada D relatou que: “então, esse sobrenome dele eu não me lembro, mas ele teve um sobrenome antes do Oda, porque ele foi adotado depois” — e que ele costumava falar sobre o seu sobrenome e o nome de sua mãe, mas acabou não registrando essas informações. Segundo ela, Noboru falava sobre a terra natal e contava histórias da infância, entre elas as de lugares assombrados e do trabalho no campo: “na roça eles trabalhavam muito, eles conversavam pouco, não tinham muitos amigos. Era... eles eram de poucos amigos porque não tinha tempo para fazer amizade. Tinha que trabalhar, eles trabalhavam muito, muito mesmo” — relato que corrobora o cenário de dificuldades enfrentado pelo país asiático no início do século XX, sobretudo nas zonas rurais (Entrevistada D).

A imigração japonesa, como outros fluxos migratórios ocorridos no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, foi impulsionada pela busca por mão de obra livre para trabalhar nas fazendas de café. Dessa forma, o governo paulista, que inicialmente ofereceu incentivos para essa imigração entre 1908 e 1922, exigia que as famílias fossem compostas por pelo menos três pessoas aptas a trabalhar na lavoura, ou seja, com idades entre 12 e 50 anos. Essa condição foi mantida pelo governo japonês quando passou a custear as viagens a partir de 1924, sendo comum a entrada das chamadas “famílias compostas” no país, ou seja, aquelas que incluíam membros agregados em sua constituição (Dezem, 2011; Sakurai, 1995; Suzuki, 1995). Essa constituição familiar “artificial” era formada, principalmente, por casamentos de fachada e/ou por adoções temporárias, que poderiam ser desfeitas ao término do contrato — situação que estava de acordo com o planejamento de muitos imigrantes na época, tendo em vista que

¹²⁰ Também aparece em alguns documentos como “Kichigiro”.

¹²¹ Entrevista de pesquisa concedida em 9 de julho de 2025, na cidade de Florianópolis.

acreditavam que viriam ao país para trabalhar temporariamente, enriquecer e retornar ao país de origem. Esses fatores contribuíram para as discussões sobre a suposta incapacidade de assimilação desses imigrantes no país.

Noboru chegou ao país pelo porto de Santos, em 14 de outubro de 1931, quarenta e seis dias após ter embarcado no navio, com uma tripulação de 129 passageiros. Ele e seus pais foram alocados para trabalhar na Fazenda Agudo, localizada na cidade de Orlandia, São Paulo. Essas informações, assim como as de outros imigrantes, foram registradas na lista de passageiros quando chegaram ao país, conforme a Figura 5, a seguir.

Figura 5 — Página da lista geral de passageiros do navio Buenos Aires Maru

Figura 5 Página da lista geral de passageiros do navio Duenos Aires Maria

Companhia a que pertence o Vapor
Name of steamship company
(21)

LISTA GERAL DE PASSAGEIROS

LIST OF GENERAL PASSENGER

A No. 20-A
GRUPO

OSAKA SHOSHO KAISHA

PARA O PORTO DE SANTOS
FOR THE PORT OF

Data da chegada do Vapor
Date of arrival

Nome do Vapor <i>Name of Steamer</i>	Classe <i>Ship's Class</i>	Matrícula <i>Official No.</i>	Procedência <i>Where From</i>	Nome do Capitão <i>Name of Captain</i>	Nome do Médico <i>Name of Doctor</i>	Tonagem <i>Registered Tonnage</i>	Velocidade <i>Speed</i>	Tripulação <i>No. of Crew</i>	Passageiros em Trânsito <i>Passenger in Transit</i>	1.ª Classe	2.ª Classe	3.ª Classe								
PORTO DE EMBARQUE <i>Port of Embarkation</i>	Número de Ordem <i>Order No.</i>	Classe <i>Class</i>	NOME POR EXTENSO <i>Name in Full</i>	Patenteado com o chefe da família <i>Authorized to the family</i>	Idade <i>Age</i>	SEXO <i>Sex</i>	ESTADO <i>Status</i>	Nacionalidade <i>Nationality</i>	Profissão <i>Profession</i>	Religião <i>Religion</i>	Sabem ler? <i>Can Read</i>	País de última residência <i>Country of Last Residence</i>	BAGAGENS <i>Baggage</i>	Observações <i>Remarks</i>						
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Kobe	803	3	Tanamoto Sabu	Mulher	33	F	C	Japones	Agricultor	Budista	Sim	Japao								Passageiro No. 182309
"	802	3	Toshiyasu	Filho	15	M	C	"	"	"	"	"								do
"	803	3	Toshinira	Filho	11	M	C	"	"	"	"	"								do
"	804	3	Toshikiyo	Filho	9	M	C	"	"	"	"	Sao								do
"	805	3	Toshioesuke	Filho	7	M	C	"	"	"	"	"								do
"	806	3	Sagoshi Yasumitsu	Chefe	30	M	C	"	"	"	"	Sim								94 kg 4 No. 182620
"	807	3	Sunie	Mulher	26	F	C	"	"	"	"	"								do
"	808	3	Yasuyuki	Imam	18	M	C	"	"	"	"	"								do - 182621
"	809	3	Oda Kotaro	Chefe	25	M	C	"	"	"	"	"								No. 181830
"	810	3	Hine	Mulher	23	F	C	"	"	"	"	"								do
"	811	3	Koji	Cunhado	17	M	C	"	"	"	"	"								No. 181833
"	812	3	Oda Kichijiro	Chefe	40	M	C	"	"	"	"	"								No. 181821
"	813	3	Nachie	Mulher	30	F	C	"	"	"	"	"								do
"	814	3	Noboru	Adoptivo	14	M	C	"	"	"	"	"								do
"	815	3	Akira	Chefe	26	M	C	"	"	"	"	"								No. 181746
"	816	3	Zingaji Fumie	Mulher	10	F	C	"	"	"	"	"								do
"	817	3	Takashi	Adoptivo	14	M	C	"	"	"	"	"								No. 181736

Estas: Maudia
Patos: J. Quirino
No. 181830
E. J. Quirino
No. 181833

Segunda: J. Quirino
No. 181746

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo (1931, p. 21).¹²²

O período de chegada de Noboru ao país coincidiu com aquele em que ocorreu a maior entrada de japoneses no Brasil. Segundo Sakurai (2002), o período entre 1924 e 1934 foi responsável pela entrada de 63% dos imigrantes japoneses, reflexo das restrições migratórias impostas pelos Estados Unidos (Lesser, 2015). Ampliando esse recorte, entre 1924 e 1941, ingressaram no país 75% dos imigrantes japoneses, sendo o auge nos anos de 1933 e 1934 (Shizuno, 2001; Saito, 2011).

¹²² Além da lista de passageiros, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo disponibiliza também os registros dos livros da Hospedaria de Imigrantes. Contudo, os registros da época em que Noboru e seus pais chegaram ao Brasil não estavam disponíveis durante a realização desta pesquisa, não sendo, assim, possível afirmar se passaram ou não pelo local.

Em um quadro apresentado por Lesser (2015, p. 44), o período entre 1930 e 1939 destaca-se como aquele com o maior número de entradas de japoneses no Brasil, entre os analisados, totalizando 99.222 imigrantes. Como supracitado, foi a partir de 1924 que o Japão passou a subsidiar o fluxo migratório, o qual só seria interrompido durante a Segunda Guerra Mundial, fator que contribuiu para o fortalecimento desse movimento nessa época (Sakurai, 2004; Sasaki, 2006; Takeuchi, 2009a). A seguir, na Figura 6, Noboru no Brasil na década de 1930.

Figura 6 — Retrato de Noboru Oda na década de 1930 em São Paulo



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Apesar de esse período ter sido marcado por uma mudança quanto à alocação de imigrantes — com o surgimento de companhias japonesas no Brasil e a dispensabilidade de vínculos contratuais com fazendeiros locais —, os resultados da pesquisa sugerem que, após sua chegada ao porto de Santos, Noboru e sua família foram trabalhar na Fazenda Agudo, propriedade de José Frausino Junqueira Netto e de Genoveva Clara Diniz Junqueira.

Fundada em 1888, quando o casal se mudou de Minas Gerais para São Paulo, a fazenda tinha como foco a cafeicultura e o aprimoramento da raça de cavalos Mangalarga (Cotrim, 2021). A Fazenda Agudo era próxima à antiga Estação Orlândia, na tradicional linha férrea Mogiana, ficando localizada entre Orlândia e Morro Agudo. A propriedade foi uma das que receberam imigrantes durante essa época, entre elas a família Fugita, em 1934 (Nunes; Barroso, 2018). Noboru trabalhou em Orlândia e, durante esse período, dedicou-se à atividade agrícola, até que deixou a fazenda com destino ao Paraná (Entrevistada D).

Sobre esse período, uma das depoentes contou que ele comentava que foi um período difícil e de muita exploração, e que ele dizia: “[...] aqui no Brasil a gente recebeu muita injustiça, muito castigo”, tendo inclusive passado fome, “[...] porque na colheita eles queriam que colhesse, colhesse, não deixava uma hora, ou meia hora para almoço, não tinha nem o que comer” (Entrevistada D). Ainda segundo ela, ele contava que, trabalhando no Paraná, foi muito maltratado:

Os patrões eram muito ruins. Não só ele, com todos, não é, que trabalhavam ali. Em São Paulo depois, quando ele foi para a roça, trabalhou na roça, junto com o primo dele, que é o Mukai, não é. Aí depois o vô faleceu, aí ele foi para o cerco, a vida melhorou (Entrevistada D).

Esse relato corrobora o cenário de dificuldades que esses imigrantes enfrentaram ao chegar ao país, que foi discutido a fundo na fundamentação teórica deste estudo (Hibarino; Kawachi, 2014; Ueno, 2019). Mais tarde, Noboru foi para Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde aceitou trabalhar como pescador com Eizo Oda¹²³. Após atuar na pesca, decidiu retornar a São

¹²³ Foi um imigrante japonês que chegou ao Brasil em 1933. Aos 26 anos, desembarcou no porto de Santos junto com sua família — composta por sua esposa Sakie (25), suas filhas Satsuko (2) e Nokiko (1), seu irmão Eisuke (12) e seu primo Matsuji (19). Logo após a chegada, atuou como pescador no litoral de São Paulo, mais especificamente na Ilha de São Sebastião, conhecida como Ilhabela. Em 1943, Eizo saiu do litoral paulista junto com sua família, com destino ao litoral carioca. Nesse período foi responsável por introduzir a técnica de cerco fixo flutuante na região de Paraty, que ganhou adeptos e segue sendo utilizada na região até hoje pelos seus descendentes.

Paulo para se reunir com os Mukai — familiares seus que eram agricultores — e voltar a trabalhar como lavrador (Entrevistada D). Sobre esse período, a Entrevistada D contou que, após se separar do pai adotivo, cada um foi fazer a sua vida,

E depois de trabalhar na lavoura, ele soube que tinha uma família na Ilha Grande que estava envolvida com pescaria, rede de cerco, e ele foi lá. Chegando lá, ele encontrou o vovô Eizo, e conversa vai, conversa vem, e eles... a mãe dele conhecia toda a família do vô. Aí ficou mais fácil, ele trabalhou um tempo com o vô, ficou lá, e depois ele voltou, retornou a São Paulo, onde ele ficou morando com a prima dele, daí da família Mukai, não é, do Japão... de São Paulo, que vieram do Japão.

As datas precisas e os detalhes dessas movimentações no território nacional nos primeiros anos de sua chegada ao país são desconhecidos por amigos e familiares (Alves Júnior, 2009; Entrevistada A; Entrevistado B¹²⁴; Entrevistado C¹²⁵; Entrevistada D). De acordo com a Entrevistada A, Noboru não contava detalhes sobre a vida no Japão, tampouco dos primeiros anos no Brasil; ela também nunca tocou no assunto, pois não a interessava. Entretanto, sabia que ele havia passado pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e que antes de vir para Florianópolis, residiu em Ilha Grande. O Entrevistado C também mencionou sua passagem por Ilha Grande. Ainda segundo a Entrevistada A,

Só comentou que veio para o Brasil, e ali ele ficou trabalhando no Brasil, gostou, não é. Vieram na época da guerra do Japão, não é. Eles vieram tudo para cá, vieram de navio, a minha sogra tinha duas filhas, e aí ficaram aqui por São Paulo e no final ele veio acabar aqui (Entrevistada A).

A mobilidade desses imigrantes era comum, não apenas em decorrência da insatisfação com as condições de trabalho nas fazendas e pela busca por melhores condições de vida, mas também por causa de ações de vigilância e repressão do Estado, principalmente a partir da década de 1930. Como anteriormente evidenciado, foi a partir da década de 1940 que ocorreu o auge do sentimento antinipônico, sobretudo por conta da Segunda Guerra Mundial (Dezem, 2005).

Em 17 de outubro de 1945, o DOPS registrou em ficha que, aos 27 anos, Noboru estava morando na cidade de São Paulo e exercendo a profissão de lavrador. Nesse período, a guerra havia terminado, mas os órgãos de segurança pública que surgiram na época, entre eles o DOPS,

¹²⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 15 de julho de 2025, na cidade de Florianópolis.

¹²⁵ Entrevista de pesquisa concedida em 21 de julho de 2025, na cidade de Florianópolis.

seguiram atuando até o final da ditadura militar. Conforme Shizuno (2008, 2010), esses órgãos tinham como objetivo investigar, vigiar e reprimir pessoas e grupos visados, sendo os japoneses um deles, em decorrência do mito do perigo amarelo e da Segunda Guerra Mundial. As delegacias atuavam em conformidade com o DOPS, que funcionou entre os anos de 1924 e 1983, e era responsável pela abertura de inquéritos e pela produção de informações sobre setores e grupos vigiados da sociedade, além de ter sido um centro de repressão e tortura. O documento apresentado na Figura 7, a seguir, demonstra alguns dos tipos de informações que eram coletadas pelo órgão.

Figura 7 — Ficha de Noboru Oda da Delegacia de Ordem Política e Social

REVISÃO		SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
		DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis		Ficha n.º	Nome: = <u>NOBORU ODA</u> =
Cabelos		Data: <u>17/10/45</u>	Vulgo:
Bigodes		Prontuário Delegacia n.º	= <u>17.077</u> =
Olhos		Prontuário geral n.º	<u>505.950</u>
Estatura		Atividade	
Marcas	<u>MGV</u>		
Filiação: — Pai: <u>Hichivuo Oda</u>		Mãe: <u>Hachie Oda</u>	
Idade: <u>27</u> anos. Nascido em <u>5</u> de <u>Março</u> de <u>1 917</u>		Sexo: <u>Masc-</u>	
Nacionalidade: <u>Japones</u>		Natural de: <u>Kagashiuro Japão</u>	
Estado civil: <u>Solteiro</u>		Profissão: <u>Lavrador</u>	
Ordenado: Cr.\$		Local de trabalho:	
Residências: <u>Bairro Boigamza</u>		<u>Capital</u>	
É sindicalizado?		Sindicato e locais que costuma frequentar:	

T. O. I. - Mod. 67

Fonte: Delegacia de Ordem Política e Social (1945).¹²⁶

Nesse período, ocorria a busca pela homogeneidade cultural e racial no país, então tudo que era diferente era enquadrado como suspeito e precisava ser investigado, levando à criação de documentos como os apresentados nesta seção (Sakurai, 2002; Ueno, 2019, 2020). Takeuchi (2009a) afirma que essa homogeneidade era vista como o caminho para o progresso do país e fez com que o ideário nacionalista ganhasse destaque no período. Assim, embora os estigmas sobre esses imigrantes estivessem presentes e difundidos na sociedade brasileira, foi a guerra que legitimou a vigilância e repressão desse grupo. A teoria de que o Japão iria dominar

¹²⁶ Documento disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

o país a partir de agentes infiltrados como lavradores e pescadores também ganhou força e contribuiu para o controle de núcleos coloniais e de asiáticos de forma geral (Takeuchi, 2009a).

Em 1948, Noboru morou na cidade de Itapecerica da Serra¹²⁷, São Paulo, conforme o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE)¹²⁸ realizado pela Delegacia Especializada de Estrangeiros — o documento também apresentava sua profissão como sendo lavrador e sua religião como sendo católica. A delegacia, que funcionou entre os anos de 1939 e 1983, tinha a função de fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros radicados ou não no Estado de São Paulo, atuando em consonância com os outros órgãos de segurança do período. Esse tipo de ficha foi produzido entre os anos de 1939 e 1985, sendo o primeiro documento voltado para o registro de estrangeiros no Brasil e ficando conhecido como Carteira Modelo 19 (São Paulo, 2023). Conforme o supracitado Decreto nº 3.010 de 1938, esse documento era obrigatório para todos os estrangeiros vivos, não naturalizados, com idades entre 18 e 60 anos; e tinha a função de registrar informações para a vigilância de imigrantes, como é possível observar no campo “observações” (Brasil, 1938). Na Figura 8, a seguir, apresenta-se o RNE de Noboru Oda.

Figura 8 — Registro de Noboru Oda da Delegacia Especializada de Estrangeiros

N.º _____ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS
REGISTRO DE ESTRANGEIROS

NOME: NOBORU ODA CATOLICO
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (ART.150 § 1º)
Nacionalidade: JAPONESA
Data de nascimento: 5-3-1917 Estado civil: SOLTEIRO
Pai: KICHIJIRO ODA Mãe: HACHIE ODA
Profissão: LAVRADOR
Registro Geral N.º 505.950 Carteira N.º 288.833 exp. em 25-5-1948
Residência: BAIRRO DE M. BOI GUASSÔ S/Nº-MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
Emprego: C/PRÓPRIA
Local: BAIRRO DE M. BOI GUASSÔ S/R

Observações: Desembarcou em 14 de outubro de 1931, pela porta de Santos, vapor Buenos Aires-Mardú. Of. nº 249/51 dat. de 20.3.51 do S.R.E. de Niterói, comunica que o interessado inscreveu-se naquele Serviço sob nº 9.277.- O/A Of. nº 480, de 25/6/1951, do S.R.E. de Niterói, comunica que o interessado obteve por decreto de 14/10/1953, do Snr. Pres. da República, naturalização. Remete a carteira mod. 19, do interessado. Encaminha a carteira ao Serv. de Identificação, pelo ofício nº 3920, de 3/7/54. AF.

T. D. I. - Mod. 282 16-6-1948 DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

Fonte: Delegacia Especializada de Estrangeiros (1948).¹²⁹

Dessa forma, essas questões estão diretamente relacionadas às discriminações sofridas por esses imigrantes no país no século XX e que foram discutidas na fundamentação desta pesquisa. Segundo Dezem (2010, p. 245, grifo do autor),

¹²⁷ Posteriormente o bairro em que Noboru morou na época se tornou o município de Embu-Guaçu.

¹²⁸ Inicialmente o documento era conhecido como “Registro de Estrangeiros”.

¹²⁹ Apesar da versão digitalizada do documento ter sido obtida por meio do site FamilySearch, a versão física faz parte do Fundo da Secretaria de Segurança Pública do Arquivo Público do Estado de São Paulo — informação obtida através de contato com o órgão.

Os estrangeiros deveriam portar a famosa carteira de identificação ‘modelo 19’ ou a certidão de registro ‘modelo 20’. Caso algumas destas interdições fosse descumprida, o imigrante poderia ser preso para averiguação ou, o que era pior, poderia ser acusado de favorecer os ‘súditos do Eixo’ ou mesmo de ser espião do *Mikado*. E muitos foram presos a partir de 1942 até o fim da guerra.

Com esse documento, foi possível acessar o prontuário de Noboru Oda no Arquivo Nacional. As informações que compõem o registro elaborado pela Delegacia Especializada de Estrangeiros são, em sua maioria, semelhantes às apresentadas anteriormente. Entre outras informações, consta que Noboru não possuía vínculo empregatício, ou seja, trabalhava informalmente, segundo requerimento de 30 de março de 1948. No prontuário, consta também um atestado do Cônsul da Suécia em São Paulo — na época encarregado dos interesses do Japão — sobre os antecedentes de Noboru, documento que tinha como finalidade provar que as declarações prestadas pelo imigrante eram verdadeiras. Além disso, também integram o registro as comunicações mencionadas no campo “observações” da Figura 8, sobre sua naturalização.

O documento da Delegacia Especializada de Estrangeiros do ano de 1951, sobre Sakie Oda, esposa de Eizo Oda, remete ao mesmo endereço do registro de Noboru, evidenciando que, durante esse período, também passou pelo Estado de São Paulo e, mais tarde, pelo de Santa Catarina — fato que demonstra o caráter de vigilância do órgão em relação à movimentação de estrangeiros no território nacional, mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial (Delegacia Especializada de Estrangeiros, 1951). Nesse mesmo ano, Noboru soube da morte de Eizo, que havia falecido em dezembro de 1948 — acontecimento que o levou a Ilha Grande, onde assumiu suas canoas e redes, juntou-se à viúva Sakie e ajudou na criação dos seus filhos (Alves Júnior, 2009). A Entrevistada D contou que,

E depois, um tempo, eles... acho que foi em 51? Que o vovô Eizo faleceu? Mais ou menos isso, não é, ele soube que ele faleceu, daí encontrou, acho que a minha avó, a Sakie veio até São Paulo e comentou a respeito da morte do vô. Aí ele foi para Angra, lá para Ilha Grande, e assumiu todos os filhos [riso] do vô, onde eles continuaram a rede de cerco trabalharam até... o dia em que ele conheceu um pescador com um barco de pesca, o nome do pescador chamado Milton Grande, que era do Pântano do Sul.

Segundo Corrêa e Mello (2021, p. 237),

[...] as coisas não iam bem para Noboru, que se mudou para Ilha Grande. Lá casou¹³⁰ com a viúva de um compadre conterrâneo, grande pescador do litoral paulista. Herdando os equipamentos e a técnica de pesca do compadre, Noboru fez aquilo o seu ganha-pão. E fez muito bem.

Em 1951, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Noboru entrou com pedido de naturalização, formalizado por meio do Ofício nº 249, de 20 de março de 1951, e descrito na Figura 8. A oficialização do pedido ocorreu em 1952, conforme registrado no Diário Oficial da União de 10 de maio de 1952, e apresentada na Figura 9, a seguir.

Figura 9 — Solicitação de naturalização de Noboru Oda

**Proc. 4.580-52 — Noboru Oda —
Resid. no Estado do R. de Janeiro,
sol. naturalização — Junte atestado
policial de residência ininterrupta nos
últimos 3 anos. fôlha corrida e ates-
tado de bons antecedentes do Estado
de S. Paulo e prova mais convin-
cente de meio de vida atual.**

Fonte: Brasil (1952, p. 13).

Em 1953, a naturalização foi concedida no dia 14 de outubro, por meio de decreto do Presidente da República, e oficializada no dia 16 de outubro, através do Diário Oficial da União, conforme a Figura 10, na sequência.

Figura 10 — Registro do deferimento da naturalização de Noboru Oda

**Noboru Oda, natural do Japão, nas-
cido a 5 de março de 1917, filho de
Kichigiro Oda e de Hachie Oda, resi-
dente no Estado do Rio de Janeiro.**

Fonte: Brasil (1953, p. 46).

Durante esse período, Noboru residiu em Ilha Grande, tocou os negócios que anteriormente eram de Eizo e ajudou na criação dos seus filhos, juntamente com Sakie, dando sequência ao trabalho que havia sido iniciado na região. Assim, o imigrante naturalizado brasileiro contribuiu para o fortalecimento da pesca local e para a difusão do cerco fixo flutuante no litoral carioca e, mais tarde, no litoral catarinense. Apesar disso, observou-se uma carência de pesquisas sobre os aspectos históricos da introdução do cerco flutuante em Florianópolis,

¹³⁰ O casal nunca se casou oficialmente.

sendo essa uma das motivações para a realização desta tese. Na subseção a seguir, busca-se apresentar a introdução dessa técnica no cenário nacional até sua chegada em Florianópolis, bem como a relação de Noboru com ela.

4.1.2 O cerco fixo flutuante no Brasil

Segundo Diegues (2004), no Brasil, foi a partir da década de 1970 que os trabalhos sobre comunidades de pescadores começaram a se tornar mais numerosos. Antes desse período, ocorreram poucos estudos sobre o tema, entre eles aqueles desenvolvidos por Gioconda Mussolini¹³¹. O artigo¹³² “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil”, publicado em 1946, foi considerado pioneiro no país. Posteriormente, no final do século XX e início do século XXI, mais pesquisas sobre a técnica evidenciada por Mussolini passaram a ser desenvolvidas e publicadas. Para Diegues (2004, p. 68),

A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras (oriundas da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação, entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses.

Conforme Ciacchi (2007, p. 191), o artigo de Mussolini é a primeira obra que descreve essa técnica no Brasil, as descrições realizadas permitem ainda “[...] que o leitor visualize com precisão os movimentos das canoas, os lanços das redes de tresmalho, as batidas dos remos para assustar os peixes, o recolher das redes e até a partilha do pescado”. Em sua pesquisa publicada originalmente em 1946, Mussolini (1980, p. 275) descreve que:

Há mais ou menos vinte e cinco anos, japoneses que foram se estabelecer na Ilha de São Sebastião (litoral norte do Estado de S. Paulo), ali introduziram um engenhoso meio de pesca, entre a curiosidade e a desconfiança dos moradores locais, a princípio, e a admiração e o ressentimento dos mesmos, depois, quando ‘o cerco provou bem’ e se mostrou um dos apetrechos mais eficientes na captura do peixe.

¹³¹ Ver mais informações sobre Gioconda Mussolini em Ciacchi (2007).

¹³² O trabalho foi publicado no periódico “Sociologia: revista didática e científica”, fundado em 1939 por Emilio Willems — um dos pioneiros na produção de pesquisas sobre imigração japonesa no Brasil, como apresentado anteriormente — e Romano Barreto (Ciacchi, 2007).

A instalação da primeira rede foi permeada por frustração e demora, pois os imigrantes que chegaram ao Brasil não portavam as redes de fato, mas o saber-fazer. O processo de difusão do aparelho também foi lento diante da sua complexidade, assim, apenas alguns raros especialistas entalhadores conseguiram aprender (Mussolini, 1980). Sobre as origens da técnica, Mussolini (1980, p. 281-282, grifo do autor) descreve que:

Contudo, nos primeiros tempos, não era apenas cerco *de* japonês, mas o cerco *do* japonês: tratava-se do de Kamati. Antes deste, uma primeira tentativa feita por um seu patrício, Matimoto, fora frustrada: a rede por ele construída ‘não provou bem’, como se repete na Ilha, por não ter sido devidamente entalhada, de sorte que vinha à tona com o movimento das águas. Mais tarde, Kuzi Hamab (que o pessoal do local abrasileirou para ‘Seu Amavel’, nome sob o qual passou à tradição), já conhecedor desta armadilha de pesca no Japão, conseguiu entalhá-la a contento a expensas de Kamati: foi o primeiro cerco flutuante que ficou na história da pesca no Brasil.

A antropóloga afirma que esse tipo de pesca foi introduzido no Brasil por imigrantes japoneses por volta de 1920, sendo em Ilhabela (litoral norte de São Paulo) o principal ponto de difusão. De acordo com Mussolini (1980), Kuzi Hamab, natural de Nagasaki (Japão), chegou ao Brasil em 1919 e morou em Cabo Frio (Rio de Janeiro), onde construiu um cerco para um patrício, Yuzaburo Yamangata. Posteriormente, mudou-se para a Ilha de São Sebastião, onde construiu o primeiro cerco em Saco do Sombrio para Sumkiti Kamati¹³³. Mais tarde, o cerco se espalhou para outros Estados (Mussolini, 1980). Sobre o advento da rede em Paraty, relata que:

Como inovação, o cerco introduzido no Sombrio teve melhor sorte que o espécime que me informaram ter surgido há anos atrás em Parati (Estado do Rio): este único exemplar, possuído por um japonês, causou verdadeira perplexidade aos paratianos que não podiam atinar com a causa por que o afortunado oriental conseguia tanto peixe. Mas o cerco de Parati teve destino de natimorto: não sobreviveu à fase de incompreensão e espanto, e a retirada dos japoneses do litoral, por ocasião da guerra, pôs fim à novidade que passou sem deixar vestígios, uma vez que não houvera tempo para o aprendizado de sua confecção (Mussolini, 1980, p. 281).

A área de difusão do cerco flutuante se restringiu inicialmente à região norte do Estado de São Paulo. Posteriormente, essa técnica foi levada para Santos, Bertioga e Ilha de Santo Amaro (Mussolini, 1980). Segundo Seckendorff, Azevedo e Martins (2009, p. 2-3), “os recursos financeiros necessários e principalmente a complexidade de sua confecção fizeram

¹³³ Não foram localizados registros de imigração das pessoas citadas pela autora.

com que os cercos permanecessem por muito tempo como uma atividade empresarial na mão de japoneses e seus descendentes”.

Situação que se modificou com a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que, em 1943, os japoneses e seus descendentes fossem expulsos do litoral. Esse fato favoreceu que o método de pesca passasse a ser realizado por pescadores locais, que haviam aprendido a técnica com os japoneses (Blank *et al.*, 2009; Seckendorff; Azevedo; Martins, 2009).

Segundo Mussolini (1980), em Ubatuba (litoral de São Paulo), a técnica foi introduzida em 1942 por João Margarido dos Santos, habitante da ilha de São Sebastião, e, mais tarde, foi também o responsável por introduzir a inovação em Santos, em meados de 1945. Por outro lado, existem registros de um japonês que sabia fazer o cerco nessas regiões antes desse período, sendo ele Eizo Oda, o que sugere que sua introdução pode ter ocorrido antes do período relatado por Mussolini (São Paulo, 1939, 1940). Se a primeira tentativa de introduzir o cerco em Paraty havia sido frustrada, como descrito por Mussolini (1980), mais tarde, outra tentativa acabou tendo êxito, a partir do trabalho desse mesmo imigrante. Segundo Pires e Monge (2012, p. 214),

Em conversa informal com Olímpio Elesbão, ‘Seu Olímpio’, um dos mais antigos moradores da Ponta da Juatinga, outra localidade da região de Paraty, conta a história de um japonês chamado Oda que em 1943 se refugiou na Juatinga para fugir dos grandes centros já que o Brasil estava em guerra contra o Japão e trouxe consigo o Cerco Flutuante. Hoje os descendentes do Oda moram no local conhecido como Calhaus, localidade da região.¹³⁴

Os pesquisadores evidenciam também outra conversa realizada com um segundo morador, Seu Maneco, na qual ele identifica que foi um japonês que levou o cerco ao Pouso de Cajaíba (praia de Paraty) e que o ofício de como fazer foi passando de geração para geração, sendo, conforme o relato, uma atividade difícil de ser realizada (Pires; Monge, 2012). Nessa mesma lógica, Francesco (2012, p. 8) destaca que:

Segundo as narrativas locais a pesca de cerco foi introduzida na região por seu Oda, um japonês que se mudou para a Ilha Grande durante a segunda guerra mundial. Seu Oda identificou na enseada da Cajaíba um local propício para a instalação deste tipo de armadilha de pesca, estabelecendo moradia no Pouso da Cajaíba. Hoje há uma concentração grande de cercos flutuantes na enseada da Cajaíba e na costeira que vai da Ponta da Mesa à Ponta da Juatinga [...]

¹³⁴ Atualmente seus descendentes ainda vivem no local, mas possuem o sobrenome materno: Nakazaki.

Em consonância com esse relato, Scorsato (2006, p. 81) afirma que a introdução na Enseada do Pouso ocorreu “[...] pelo Sr. Oda, um japonês que durante a II Guerra Mundial, especificamente em 1943, para fugir das perseguições dos grandes centros (o Brasil não era aliado ao Japão) encontrou refúgio na praia de Ponta da Juatinga”. Observa-se que 1943 foi justamente o ano em que *nikkeis* foram expulsos do litoral paulista, conforme apresentado anteriormente.

A partir de pesquisa etnográfica realizada em 1996, Vianna (2019, p. 22) destaca que: “[...] a chegada da rede de cerco (apetrecho de pesca artesanal) foi um dos fatores que provocaram mudança nas atividades econômicas dessas comunidades, acarretando uma mudança de padrão de ocupação com tendência mais impactante”. Por meio de entrevistas com moradores, Vianna (2019) identificou uma mudança de territorialidade de moradores de duas localidades da região de Juatinga — Escaléu (Calhaus) e Ipanema — após a introdução da rede de cerco na região, quando passaram a ser exclusivamente pescadores artesanais e não mais pescadores-lavradores (modo de vida tradicional caiçara), visto que, com a abundância do pescado proporcionada pelo cerco flutuante, foi possível o acúmulo de renda e a melhoria das condições de trabalho. Segundo a pesquisadora,

O cerco flutuante (rede de espera trazida pelos japoneses ao Brasil) só foi incorporada pela região na década de 1940, trazido por um japonês vindo de Ilhabela, em São Sebastião. Essa rede é um marco de mudança no modo de vida das populações caiçaras. [...] O japonês que disseminou o cerco na região da Juatinga chamava-se Oda e foi viver na Ponta da Juatinga, local considerado ‘muito bom de peixe’ e que até então não se constituía num grande núcleo de ocupação, como é hoje. Era ocupado por pescadores da costeira, que aí instalavam ranchos de pesca, mas não moradias definitivas (Vianna, 2019, p. 86).

Conforme Vianna (2019), muitos moradores locais foram trabalhar com Oda na Ponta da Juatinga e aprenderam a fazer cerco. Os mais jovens, por exemplo, passaram a se dedicar quase exclusivamente ao cerco, e uma parcela significativa dos moradores de Escaléu descende do casamento de uma das filhas de Oda, Saiti, com um morador de Ipanema.

O cerco foi adotado pelos moradores como artefato de pesca, tornando-se a principal atividade econômica da região, como é ainda hoje. Os pescadores confeccionam a rede e trabalham no sistema de partilha ‘à meia’, distribuindo a metade do dinheiro conseguido entre os visitantes (Vianna, 2019, p. 87).

E complementa que:

O cerco flutuante teve papel fundamental na mudança das bases econômicas da população estudada que, por meio dessa técnica de captura, passa a exercer cada vez mais a pesca como atividade econômica principal. Essa avaliação é corroborada por diversos autores como França (1951), Diegues (1983) e Mussolini (1980a), que relatam o mesmo processo ao longo do Litoral Norte de São Paulo (Vianna, 2019, p. 89).

As condições geográficas e marítimas favoráveis do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, semelhantes às aquelas encontradas em São Paulo, influenciaram no sucesso da implementação dessa técnica nesses Estados. Em Paraty, por exemplo, esse aparelho passou a ser uma das tecnologias pesqueiras mais utilizadas. Estima-se que existam entre 45 e 52 pontos de cerco no Município e que muitas famílias dependem desse método para a subsistência (Pires; Monge, 2012). Dessa forma, diferente do destino natimorto descrito por Mussolini, percebe-se que essa arte pesqueira não só passou a integrar Paraty como também se tornou uma das principais. Diegues (2004, p. 211) descreve essa técnica de pesca da seguinte forma:

Cercos, na Região Sudeste, e currais, no Nordeste, são armadilhas construídas em bambu ou material semelhante que, instaladas próximas à costa, bloqueiam o caminho dos peixes que acabam entrando no cercado e de onde não podem mais fugir. O local e o cerco são apropriados pelos pescadores que instalam a armadilha e a despescam. Pescar clandestinamente no cerco constitui uma ofensa grave e ocorre quando o *ethos* do respeito existente no interior da comunidade está desaparecendo ou quando pescadores de fora da comunidade o fazem.

Portanto, o cerco é uma armadilha de rede flutuante, com instalação próxima à costa, normalmente em entradas de baías profundas, sendo um método passivo de pesca, como é a rede de espera (Begossi, 2011; Pires; Monge, 2012). Seu princípio de funcionamento consiste em pescar 24 horas por dia, capturando e mantendo vivos os cardumes que, depois que entram na armadilha, não conseguem mais sair (Blank *et al.*, 2009; Seckendorff; Azevedo; Martins, 2009). A seguir, a Figura 11 apresenta um exemplo de esquema do cerco fixo flutuante utilizado na Praia de Toque Toque Pequeno, litoral norte do Estado de São Paulo.

depois, convidado por um pescador daqui, um desses japoneses trouxe para o Pântano do Sul a rede na qual consistia em um curioso cerco permanente, fixo e flutuante amarrado no costão e prolongado para dentro do mar. Como relatado em histórias sobre a imigração japonesa em Florianópolis, este pescador havia conquistado a atenção do japonês Noboru Oda comentando que as praias do sul da ilha (Pântano do Sul e Armação) ‘para esse tipo de rede que vocês fazem, deve matar muito peixe’.

As pesquisas desenvolvidas por Búrigo (2021), Castro (2008) e Martins e Perez (2008) relatam algumas das características dessa pesca no Pântano do Sul. A pesquisa de Martins e Perez (2008) amplia esse panorama para outras praias da ilha, demonstrando a difusão que a técnica teve em Florianópolis. Percebe-se que, de forma geral, as pesquisas sobre o cerco em Florianópolis abordam, sobretudo, a produtividade dessa técnica, carecendo de estudos quanto aos aspectos sociais e históricos da sua introdução na região. Esta tese também busca contribuir com informações da sua introdução na capital catarinense. Além disso, ao analisar o contexto do arquivo pessoal de Noboru Oda, tornou-se necessário identificar aspectos sobre sua vida que, neste caso, estão intimamente ligados à pesca e ao cerco.

4.1.3 A chegada do cerco na Ilha de Santa Catarina

Na década de 1950, durante a viagem de Milton Grande à Ilha Grande, Noboru recebeu o convite do pescador catarinense para vir a Florianópolis apresentar o cerco fixo flutuante aos pescadores locais (Pereira, 2020; Schmitz, 2021). Conforme Corrêa e Mello (2021, p. 238),

Em 1955, atendendo ao convite de um amigo nativo do Pântano do Sul, Noboru chegou a Florianópolis e, graças à técnica de pesca que dominava, promoveu uma verdadeira revolução ao introduzir as redes de cerco. Estas, pegam os peixes vivos por meio de uma armadilha por onde eles entram e não conseguem sair. As capturas eram imensas. Inicialmente, o peixe era vendido para a empresa Pioneira da Costa, do lendário empresário Arlindo Isaac, filho do dono de um dos primeiros restaurantes da Lagoa da Conceição. Depois, Noboru e Arlindo se tornaram sócios nos resultados de algumas pescarias.

Sobre esse acontecimento, a Entrevistada D contou que Milton “[...] achou interessante, curioso, achou muito interessante a rede de cerco, era muito peixe, e fez o convite para ele vir para Florianópolis”. Com isso, ele e seu enteado, Nilo, vieram para a Ilha e se instalaram na casa do ilhéu, onde construíram um cerco junto com Milton Grande e Milton Pequeno. Conforme relatado por Roseli Pereira, moradora da comunidade, Milton Grande “[...]”

entusiasmado com sua habilidade e conhecimento na pesca e nas possíveis tecnologias de ampliação do empreendedorismo local, o convidou para vir para nossa comunidade” (Pereira, 2020).

Ao ser perguntada sobre do que lembrava sobre Noboru, a Entrevistada A disse se lembrar de quando ele chegou na Armação, por volta de 1955, vindo do Pântano do Sul, após ter sido convidado pelo Milton Grande para fazer uma rede de cerco lá. Segundo ela, “aí ele veio, mais o teu avô, o Nilo, aí permaneceram lá uns tempos, fizeram a rede lá, aí deu certo, aí ele veio para Armação convidado do Osvaldo que é o Canduca”, para fazer um cerco no bairro (Entrevistada A). O Entrevistado C relatou que ele:

Veio fazer a rede de cerco do Milton Grande, é que ali tinha dois Milton no Pântano do Sul. Era o cunhado, Milton Grande e Milton Pequeno. O Milton Grande era político. E naquele tempo era a UDN, União Democrática Nacional. Agora acabou, não tem mais. Passou para a Arena, para isso, para aquilo, acabou. E aí, por intermédio da política, ele botou os cercos no Pântano do Sul não queria. E ele foi lá, trouxe o japonês. Aí disseram, vem um japonês fazer uma rede no Pântano do Sul, o Milton Pequeno. A primeira vez que botaram foi coisa de louco. Como, o Seu Canduca, o Osvaldo da Silva, pai do Chico, casado com a Dona Diquinha, era tio do Milton Grande, ‘e nós vamos fazer um aqui’. Aí se juntou-se o Seu João do Jorge, o Lili e o Canduca, os três. Pegaram uns pedaços de rede de tainha, rede de anchova, que naquele tempo não tinha náilon, era algodão. A rede era gerbo de algodão e linha ursa. Aí eles pegaram, fizeram uma rede de cerco os três, pescaram. O teu bisavô que fez. Mataram o peixe a dar com pau.

Assim, Noboru veio do litoral carioca acompanhado apenas de seu enteado e, no ano seguinte, com o sucesso do aparato na captura de peixes, trouxe o restante de sua família e se fixou na comunidade da Armação do Pântano do Sul. Por isso, é considerado um dos primeiros japoneses a se estabelecer em Santa Catarina e o primeiro em Florianópolis, antecedendo inclusive a chegada de grupos mais expressivos ao Estado nas décadas seguintes (Associação Nipo-Catarinense, 2022; Florianópolis, 2020b). Diferentemente desses grupos, sua vinda ocorreu de forma espontânea, não estando relacionada ao desenvolvimento de colônias japonesas em território catarinense, como apresentado na fundamentação desta pesquisa.

Durante o período de instalação da rede na Armação, moraram na casa de Osvaldo. Depois, compraram um terreno, construíram uma casa grande e trouxeram o restante da família, que morava em Ilha Grande¹³⁶ (Entrevistada A; Entrevistado C). O Entrevistado C contou que conheceu Noboru na comunidade,

¹³⁶ Descendentes da família ainda moram na região de Paraty e utilizam cerco fixo flutuante (Entrevistada A).

[...] e aí ele como morava na casa do falecido Caduca ali, tá? Depois a família da Dona Diquinha, do Seu Caduca, vendeu um pedaço de terra para ele, ali, ele fez uma casa grande, até era uma casa triangular, assim, oh¹³⁷. Tinha a casa aqui e aqui vinha para cá. Uma casa triangular. [...] Aí ele fez ali, aí morou ali uma barbaridade de tempo. Aí os filhos cresceram, já vieram grandes, mas aí foram casando, foram casando. Cada um procurou o seu caminho, mas pescando nos cercos, até ele morrer. Enquanto ele não morreu, ele também ficou trabalhando com nós aqui. Aí consertava rede, eu ganhava uma parte, um quinhão para arrumar rede (Entrevistado C).

Situação semelhante é evidenciada na pesquisa de Tavares (2010), que destaca que em Santos, a arquitetura das casas nipônicas era diferente das encontradas na cidade. A Entrevistada A lembrou também que, depois da construção da casa, veio o restante da família,

Ah, veio a Yoko, veio a Somiko, veio o Takeo, o Sadau. Minha sogra. Depois veio o Caju mais a mulher, mas depois mais passando mais um pouco, não é, veio o Caju veio, mais a mulher também. É irmão... ele é irmão do vô Nilo. O nome dele não é Caju, é Kanti. Tinha o apelido de Caju. Aí veio também trabalhar aqui no cerco, porque o cerco aqui estava dando muito peixe, não é. Agora acabou a pescaria quase (Entrevistada A).

A Entrevistada D também relembrou do episódio,

Daí fizeram um cerco, colocaram na água, depois ele voltou à Angra dos Reis e daí retornou com a minha avó. E o meu pai continua aí. Depois de mais um tempo, eu não sei precisar quantos meses ou um ano, ele voltou lá, minha avó voltou e trouxe toda a família. Eles vieram, ficaram um pouco na casa do Canduca, e aí a mãe do Canduca vendeu um pedaço de terra para o meu vô, onde foi construída a casa e viviam todos ali. Depois de... aí colocaram um cerco do Canduca, depois meu vô tinha dois cercos, que era ali dá... como que chama? É do coqueirinho do Matadeiro e um na Ilha do Campeche.

A partir da sua fixação na comunidade, o imigrante japonês passou então a ensinar outros moradores como confeccionar as redes de cerco e recebeu um apelido (Pereira, 2020; Santa Catarina, 2013). Na região, Noboru passou a ser conhecido como “Dinho”, e sua esposa, Sakie, como “Maria”, pois, como relatado por um dos depoentes, “[...] nós não sabíamos chamar Noboru [riso], aí era Seu Dinho. Dona Maria, o nome dela não é Maria, era outro nome, nós não sabíamos chamar, chamava de Dona Maria” (Entrevistado C). Aspecto também identificado por uma das informantes, que contou que: “[...] o apelido dele era Dinho, porque

¹³⁷ O entrevistado fez um V com as mãos, mostrando o formato triangular da casa.

ninguém sabia quase, não é, falar Noboru [...]” (Entrevistada D). Sobre esse período Pereira (2020) descreve que Noboru:

Apresentou para os pescadores da região todo seu conhecimento em fazer uma rede, a rede de cerco, que podia fomentar e ampliar a economia local, a geração de trabalho e renda. Assustados e desconfiados, como todos nós manezinhos, no primeiro momento a reação foi medo, medo do desconhecido. Minha mãe, Dona Diquinha, conta que o medo dos pescadores era de que todos os peixes do mar se acabassem.

Somado a isso, Schmitz (2021) relata que:

O tipo físico, os olhos puxados, o sotaque oriental, tudo isso foi sendo aos poucos assimilado pelos moradores, mas o que levou Noboru Oda a conquistar os nativos foi sua técnica para capturar cardumes, trazida de Kagoshima, no Japão, sua terra natal. Na primeira vez que usou a rede de cerco, foram milhares de peixes, num lanço que rendeu dezenas de vezes mais do que o sistema convencional de pesca de arrastão. Os segredos do japonês estavam em livros que ele trouxe de longe e que aplicou no litoral brasileiro. Esse material, assim como desenhos detalhando a fabricação da rede especial, ficou com a família. Mesmo que não houvesse o sigilo proposital, a barreira da língua dificultaria o entendimento do sistema pelos nativos.

Questionada sobre a reação das pessoas da comunidade com a chegada dos *nikkeis*, a Entrevistada A declarou que: “[...] ninguém comentava nada naquele tempo quase não tinha muita gente, a população era pequena, não é. O povo trabalhava e ninguém comentava nada porque uma pessoa que chegava assim não...”. O Entrevistado C também lembrou de sua chegada, segundo ele,

[...] aqui na Armação ele foi muito bem recebido. No Pântano do Sul é que foram mal, que brigaram com o Milton, até de arma, de revólver na cara, lá deu um... mas ele era político, por intermédio da política ele botou, eles tinham duas baleeiras lá, teu avô¹³⁸ também botou um cerco aqui, o nome da lancha chamava-se Sati Maru, o nome dela. Depois vendeu para o Arlindo do Isaac, dono da Pioneira. Quem foi trabalhar com ela foi o Esperoni, pegou fogo no Morro das Pedras, ali fora.

As entrevistadas contaram que Noboru aprendeu a fazer a rede de cerco com Eizo, pois, ao trabalhar com ele no litoral carioca, acabou aprendendo a fazer a rede (Entrevistada A; Entrevistada D). Quando perguntada se sabia algo antes de ele chegar a Florianópolis, a

¹³⁸ Referia-se a Noboru Oda.

Entrevistada A disse que: “não, eu só sei que ele era empregado do pai do Nilo. Foi empregado dele ali com o patrão dele, que era o pai do Nilo, ele aprendeu a fazer essa rede”. Em consonância, o Entrevistado C também comentou sobre isso. Segundo ele, “dizem que ele já veio do primeiro esposo da tua avó”. O Entrevistado B informou que ele:

[...] já veio mestre lá do Rio, não é. A história dele lá eu não sei, não é. Dizem que ele casou com a mulher que ele trouxe aqui, que seria a mãe do pessoal aí, do Nilo, [...]. Ela era casada com outro cara que fazia, com outro japonês lá, não é. E ele vivia ali naquela região ali também e aprendeu lá. Eu acho que ele aprendeu no Rio de Janeiro ali. E que o outro tinha trazido a rede lá do Japão... é invenção japonesa essa.

O Entrevistado C relatou que ele era uma “pessoa bacana, muito bom, muito boa pessoa”, que conheceu ele e o restante da família quando vieram para Florianópolis e que pescou com todos eles. Segundo o depoente,

[...] eu lembro que ele veio para aqui como mestre de rede, e era mesmo, para fazer as redes, pescando com nós aqui e só deixou saudade porque até hoje ninguém faz uma rede como ele faz, ninguém, como ele fazia. A rede de cerco dele era feita, boa, pescava e, ninguém faz mais uma rede daquela. Nem os próprios filhos dele faziam a rede que ele fazia. Isso deixou uma saudade muito grande (Entrevistado C).

Na praia da Armação do Pântano do Sul, Osvaldo Francisco da Silva, conhecido como Seu Canduca e marido de Maria Iria da Silva, a Dona Diquinha, foi um dos precursores na introdução da técnica de pesca na comunidade e contou com o conhecimento e auxílio de Noboru que, durante o período, morou em sua casa, junto com sua família vinda do Estado do Rio de Janeiro (Florianópolis, 2020a; Pereira, 2020; Schmitz, 2021). De acordo com a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, essa forma diferenciada de pesca promoveu geração de renda e benefícios para a economia local (Florianópolis, 2020a). Situação semelhante àquela identificada por Vianna (2019) no litoral carioca. A Entrevistada A contou como foi quando começaram a usar o cerco na Armação, em meados de 1955 e 1956, assim que Noboru chegou à comunidade:

Não, ele começou a fazer o cerco, não é, tinha que feito tudo à mão. Até a rede nós fazíamos rede tudo feito na mão, porque não tinha fábrica de vender rede pronta. A gente fazia tudo na mão. Eu, a minha sogra, Yoko, a Somiko, tudo... a mulher do Caju, tudo fazendo... a Rosalva, que eles também distribuíram para as pessoas. Aprendemos a fazer com eles e a gente fez a rede tudo na

mão. Aí botou o cerco do Canduca, aí depois fez um cerco do João Hipólito. O João Hipólito é o tio do Adir, do Aroldo. E ali continuou. Depois ele foi fazer um cerco na Barra da Lagoa. Falava com ele, não é, para fazer, ele fez. Até que eu morei um pouco na Barra da Lagoa, porque o teu avô estava trabalhando lá para ensinar o pessoal como pescar com essa rede. Depois viemos para cá, morei um pouquinho tempo lá, uns três, quatro meses lá (Entrevistada A).

O Entrevistado C também relatou que o cerco passou a ser utilizado na Armação logo após a introdução do aparato na comunidade do Pântano do Sul, quando Noboru veio para o bairro fazer o cerco, que era de Seu Canduca, João do Jorge e Lili, mas que acabaram rompendo a sociedade, e a rede depois passou a ser apenas de Canduca.

Seu Caduca ficou sozinho. Depois, Seu Caduca com Seu Dinho fizeram outro cerco e botaram na ponta do quebra remo. Mataram muito peixe, pois tinha muita força d'água. A água ali corria muito, mas é o que matava mais anchova era ali. E fez do João Hipólito também. O João Hipólito num ano só matou 112 mil anchovas. Não é quilo. Porque a anchova era grada, dava mais de um quilo cada uma. Ele matou 112 mil de anchova (Entrevistado C).

A Entrevistada D explicou ainda que, após se instalar na Ilha, Noboru construiu diversos cercos na região e fez sociedade com os pescadores. De acordo com a informante, “[...] ele fez a sociedade com aquele senhor, o Arlindo, que é da Pioneira, fez com o Seu João do Jorge, que lá o Nabor está até hoje com o cerco do Campeche, e depois a Dona Beata do Ribeirão também [...]”, bem como com Acácio e João Hipólito, na Armação, e, mais tarde, com Aducio, no Pântano do Sul (Entrevistada D). O Entrevistado B evidenciou que: “[...] era um trabalho danado. [...] a velha Iria, mãe da Diquinha, ela fazia o sacador, em casa ela fazia. Ela trabalhava igual um homem [...]”. A partir desses depoimentos, observa-se que as mulheres também participavam da confecção da rede, ainda que a montagem do cerco ficasse a cargo de Noboru, que era quem sabia os detalhes da armadilha — pontos que também são mencionados pela Entrevistada D,

E todo o tempo a mulherada, a mulherada ficava em casa, fazia o almoço, limpava a casa, lavava a roupa, tudo muito rápido, e fazia rede. Depois da rede pronta, o pior de tudo era o sacador, que era uma miudeira, não é, era uma rede miúda, um barbante especial para isso. E daí depois de tudo pronto, meu vô, o Dinho, o Noboru, já fazia o cerco todo, antes de botar o sacador, nós crianças entrávamos no sacador para fazer peso para poder amarrar bem o nó.

Quando perguntada se a comunidade trabalhava no cerco, a Entrevistada A respondeu que trabalhavam e que: “muita, muita, muita gente aqui pescava. Todo mundo pescava”. O Entrevistado C comunicou que, diante da quantidade de peixes que a armadilha pegava,

Todo mundo queria arrumar um lugar numa rede de cerco, não é. Não era fácil. Tu tinha... tinha vez que tu pedias agora para dois anos arrumar uma vaga. Deixava ali esperando quando saísse um, saísse ou morresse, aí tu entravas, porque dava o dinheiro, muito mais, eh, credo, saia barcadas, barcadas de anchova, barcadas, e barcadas, além disso tinha muito, não é, tinha muito peixe.

O Entrevistado B lembrou de quando trabalhou com o imigrante japonês. Segundo ele,

Lembro, eu trabalhei com ele, eu era um guri ainda, é que meu irmão ficou doente, aí pescava com o Seu João Hipólito, ele arrumava a rede do João Hipólito, não é. E aí eu ia para lá para segurar a rede para ele cortar, pontear, que era dado uns pontinhos assim para depois porfiar ela. E eu estava lá sempre ajudando ele lá, porque para não sair um proeiro que estava remendando as redes, aí eu ia para ajudar ele, se não tinha que sair um que sabia remendar rede e já ficava um de menos, não é. Para adiantar a rede. Aí, ah, eu trabalhei desde pequeno lá com ele. Era um gurizão aí de uns oito anos, mais ou menos.

Esse depoente contou também que, quando tirou a carteira, em 1962, já pescava no cerco. Segundo ele, com 18 anos pescava na Ilha do Campeche, onde atuou por quatro anos e, com isso, informou que: “[...] só de cerco ali, eu acho que já tem uns 70 e poucos anos aí que ele botou o cerco aí” (Entrevistado B). Outro entrevistado revelou que também pescou no cerco. Segundo ele, trabalhou “[...] até ir para o bombeiro, trabalhei toda vida, trabalhei com teu vô. Trabalhei com o Seu João do Jorge, trabalhei com o Seu João Hipólito. E trabalhei com o falecido Canduca”. E contou que também começou jovem,

Ah, eu trabalhei desde de novinho. Eu fui para o exército em 58. Quando voltei, eu já fui para o cerco. Fui trabalhar com o falecido Canduca. Tirei minha carteira dia 20 de maio de 1960, tá? Eu estava com 20 anos, já estava pescando. Depois saí e fui pescar com o teu avô, um ano, dois anos. Aí saí e fui para o João do Jorge, fiquei seis anos, dois meses e vinte e três dias, lá com o Esperoni. Depois saí por causa de uma anchoveta, fui levar uma anchoveta para comer, ele achou ruim que queria dar para um amigo dele, aí discutimos e eu saí. Fui trabalhar com o Seu João Hipólito. Aí trabalhei um ano com o Seu João Hipólito, no cerco esse que teu avô fez.

Assim, em decorrência do seu ofício, Noboru tinha mais contato com os pescadores da comunidade, mas também recebia visitas de japoneses que conhecia, principalmente de São Paulo. A Entrevistada D comentou que, entre as pessoas com quem ele tinha mais contato, estavam os amigos. Segundo ela,

Ah, os amigos dele! Era o Seu Floriano, que era amicíssimo dele, o Seu Acácio, Seu João Hipólito, o João do Jorge, é... Seu Juvenal, Seu Adolfo, que ele frequentava, ele gostava de tomar uma pinguinha, não é. Então, ele ia toda tarde visitar o pessoal do boteco. O que mais? No Pântano do Sul, o Milton Pequeno, o Milton Grande, o Aducio, quem mais? Ele tinha muita, muita, muita amizade com o Seu Dilmo. Dilmo era da Pioneira. Ele era irmão do Arlindo do Pioneira. Ah, é o Arlindo do Isaac que chamavam, não é. Na Lagoa era com o Andrino [...] (Entrevistada D).

Também havia as confraternizações de prestação de contas, como evidenciou a Entrevistada D, quando era o dia de pagamento “[...] ele matava um cabrito, matava porco e pedia para eles trazerem a família para comer, não é, jantar, jantavam ali, e daí fazia a conta certinha [...]”. Além disso, entre as pessoas de São Paulo que Noboru tinha mais proximidade estavam parentes de Sakie, e primos e amigos seus, entre eles os da família Mukai — como o primo com quem havia trabalhado junto e que tinham o hábito de se visitar (Entrevistada A). O Entrevistado C relatou ainda que,

Aí morou aqui com ele também. Um rapaz chamado Hélio. Mas não era Hélio, é outro nome, só que eu não sei o nome dele como é que era [riso]. Era muito amigo nosso, solteiro. Aí botou um comércio no Mercado Público de vender frutas e verduras, o Hélio. Também tinha outro do Paraná, que era muito amigo dele também¹³⁹. Tanto a senhora, fazia essa almôndega e vendia para nós lá na cidade, onde quando eu ia trabalhar, eu sempre passava ali. Era amiguíssimo da família dele, de vocês. Depois ela foi embora para Curitiba, eles eram de lá do Paraná. Ali no mercado, na porta do meio do mercado, ali eles ficaram, no lado da fiabreria do Du e a do Koerich. Elas ficaram ali mais ou menos uns dez ou doze anos. Fazia uma almôndega, todo mundo ia tomar café, almôndega e pão.

Situação confirmada pelas suas fotografias do seu arquivo pessoal, que possuem tanto registros das suas relações familiares, como também sociais com pessoas da comunidade e amigos de São Paulo. Os relatos também contribuem para ilustrar a comunidade da Armação da época e também de outros bairros, como o Centro da cidade, que passou a contar também

¹³⁹ Referia-se a Kawano e Setuko, conhecidos na comunidade como Kano-san e Setuko-san.

com japoneses e descendentes em locais como o Mercado Público após a vida da família de pescadores para a Ilha. A Entrevistada A informou que durante a safra da anchova a rede era um sucesso,

Oh, meu Deus! A anchova era... ia de caminhão, porque não tinha caminhão baú. Era só caminhão de carroceria para levar para a cidade. O caminhão ia cheio, chegava a cair, cada uma anchova linda, grada. Quando era a mesma safra da anchova, o vô Nilo não dava tempo de nada. Só chegava em casa, mal comia, já tinha que ir para o mar. Chegava lá, o cerco estava lotado de peixe. Meu Deus! Toneladas e toneladas, cadê? Acabou por quê? Acabaram com a manjuva. O peixe hoje está até magro. O alimento deles é a manjuva, não tem mais. [...] Falta de alimento para o peixe. Eles não têm alimento.

O sucesso do aparato levou até algumas pessoas da comunidade a mudarem de profissão, conforme contou o Entrevistado C, “o pai do Totoca é o Amadeu, estava na polícia, deu baixa para pescar com João Hipólito”. O Entrevistado B também lembrou do mesmo ocorrido, “[...] teve o Amadeu até saiu da polícia para pescar de novo, de volta, Amadeu era pescador, depois foi com a polícia, aí saiu da polícia, porque estava dando peixe para caramba”, ainda segundo ele, um dos motivos para não ter mais peixe hoje é porque todo mundo começou a pescar. Alguns entrevistados também destacaram o período do auge desse apetrecho,

A gente trabalhava o dia todo. Ia lá de manhã, tinha peixe, tu chegavas ali, descarregava aquele ali, voltava lá, chegava lá tinha, tu voltavas, era o dia todo. Esse falecido Canduca ele chegava para turma e dizia: ‘oh, café não tem espinha e mulher não se dá confiança’, para chegar em casa, tomar café e voltar. Entendesse? [...] Ia e voltava, e era o dia todo. Agora não, agora se tu vais lá ver... agora a gente quando, na lula, a gente dá três, quatro vistos também, não é. Há dois anos passados, nós matamos 20 toneladas de lula ali (Entrevistado B).

A partir desses relatos, percebe-se similaridade entre a comunidade da Armação do Pântano do Sul, nas décadas de 1950 e 1960, em relação ao identificado por Vianna (2019) no litoral carioca, em que o cerco colaborou para mudanças sociais — com a pesca de cerco ganhando destaque como atividade econômica.

Diante da quantidade de peixes, o cerco precisava ser consultado em diferentes momentos do dia. Em relação à quantidade de vezes que o cerco era visto e às técnicas usadas para informar que havia peixe, é possível identificar alguns comportamentos a partir do relato de alguns dos entrevistados. Segundo o Entrevistado C,

Via três vezes, quatro, conforme. Quando tinha muita anchova, tinha muita anchova, mês de outubro, novembro, botava um pau, um bambu com um pano, chamando outras embarcações para ir lá pegar o peixe. Aqui faziam disso. No Campeche era fumaça, no Campeche é muito longe, iam em cima da pedra da vigia do sul ali, no dia que tu fores na Ilha do Campeche tu vai ver, tem uma pedra bem alta chama-se vigia. Aí botava um bocado de capim seco, depois largava umas folhas de mato verde, botava fogo, queimava, saía fumaça. Oh, estão chamando para pegar peixe no Campeche, até vir o telefone, enquanto não tinha telefone se comunicava por esse meio aí.

A Entrevistada D também contou sobre as visitas ao cerco e a pesca da lula,

[...] visitava a rede cinco da manhã, dez horas da manhã, duas horas da tarde e quando no verão, às cinco horas da tarde também. Ele fazia quatro visitas ao cerco porque era muito peixe. Na época da lula também, não é. Só que quando ele chegou na Armação, que ele começou a matar lula, polvo, o pessoal daqui da Armação ficou apavorado, porque eles diziam assim: ‘isso é bicho, isso não se come’, ele disse: ‘não, isso aqui é um prato fino, isso aqui é muito caro’.

Assim como em outras partes do país, o cerco conseguiu prosperar em Florianópolis e provocou mudanças de ordem econômica e trabalhista, com a participação da comunidade em sua produção. Sobre a confecção da rede de cerco, a Entrevistada A contou que:

Aí do lado da casa dele tinha um tendal de bambu bem grande, ali em cima eles faziam a rede. E eles ferviam a casca da capiloroça, uma madeira chamada capiloroça, para misturar com o piche, para botar a rede de molho ali dentro, para a rede ficar conservada dura, antes de ir para o mar. Aí deixava secar para depois botar na água.

O Entrevistado B também mencionou o tendal durante a entrevista e contou que conheceu Noboru ainda na infância por causa da pesca. Conforme relatado por ele, quando era criança, o imigrante já vivia na comunidade e acabou tendo mais contato com Noboru quando precisou se dedicar ao trabalho (Entrevistado B). Ainda de acordo com ele,

Aí eu fui crescendo e fui conhecendo ele. Lá no... ali onde ele morava ali, ele tinha um... a gente chamava de tendal, não é. Era de bambu. Com estaca fincada, e ali ele assoalhava tudo de bambu, desse bambu roliça aí, tudo... e ali em cima ele fazia as redes dele ali, tinha aquelas redes, aquelas coisas dele. Era bem legal ele. Só que ele tomava uma cana. Quando ele ficava bêbado ele ia embora [riso]. Mas era legal, ele não brigava com ninguém, ele não... muito boa pessoa. Ensinava às vezes, não é. Ele ensinava como é que ia fazer. [silêncio] Mas é (Entrevistado B).

A Entrevistada D também contou sobre a produção do aparato. Segundo ela,

Aí tinha que cozinhar no latão, depois misturava-se com piche e um pouco de breu, não sei o que é breu, um negócio que é um negócio amarelo lá. Aquilo ali cozinava-se tudo e aí mergulhava a rede ali dentro, depois de a rede mergulhada fervida, aí estendia no varal. Nós tínhamos varal, varal de bambu, que chamava vará. Pessoal dizia que era o ‘vará’, mas era varal.

Quando a rede não era feita em sua casa — onde fica a SC-406, na altura da Servidão Ana Maria da Silva —, era costurada em um campo próximo à praia — onde estão a Rua Afonso Fortkamp e a Servidão João Teixeira de Carvalho —, ambos os locais na Armação do Pântano do Sul (Entrevistada A; Entrevistado B). Conforme a Entrevistada A, “[...] ali era tudo campo. Ali eles também faziam rede, botavam nesse piche com coisa no coxo grande”. O Entrevistado C também lembrou que, em dias em que o tempo era ruim, faziam a rede em sua casa:

Quando era com o tempo ruim, era na minha casa, na casa do meu pai lá embaixo, o casarão grande tinha, fazia baile. [...] E a nossa era na beira da praia, uma casa da pesca da baleia. Depois, quando meu pai vendeu para vir para ali, o Seu Idinho lá, desmanchou, era uma casa antiga. Era feito lá, dentro da sala da casa, Seu Dinho fazia. Quando era tempo bom, levava para o pasto. Botava na carroça ou no caminhão, levava para o pasto, ficava lá, fazia. Aí era botado piche. Não sei se tu conheces o que é piche? Uma tinta preta, queimava o rosto todo. Casca de mangue, ou casca de aroeira, ou de... tem bastante aqui. Capiloroça. Era melhor, tirava no mato, socava, botava a cozinhar, os latões, aqueles latões de 200 litros. Cozinava, depois botava no coxo, despejava o piche dentro, ficava desmanchado que é água fervendo, não é. Era para ela ficar preta e conservar, porque era barbante, era de algodão, senão apodrecia. Aí depois veio vindo o náilon, aí eles foram fazendo rede de náilon. Hoje não se faz mais rede de cordão. As cordas também. As cordas também. Primeiro que usou corda de náilon foi João Hipólito. Era corda de algodão também.

Os insumos utilizados na confecção da rede na época são mencionados em todas as entrevistas: bambu, pedra, casca de árvores — em especial da capiloroça, também conhecida como capororoça — e piche. Ainda segundo a Entrevistada A,

Ah, era montada toda a rede, a rede grande, tinha uma parte que tinha o caminho, tinha a boca, não é, tinha o sacador, que era a rede bem miudinha. E era costurado tudo na mão na... assim no campo, não é, hoje não tem campo mais, mas tinha. Aí fazia tudo na mão, tudo porfiado a mão. E ali eles iam lá para Santo Amaro cortar bambu, aquele bambu grosso, bambu-açu que chamavam, para fazer as boias da rede. E caminhão de pedra para botar lá no mar, para segurar a rede. É, era trabalhoso. Agora não, está mais facilidade, que agora é âncora, é isopor, essas coisas, não é, para a rede ficar boiada assim em cima.

Somado a isso, outra entrevistada comentou sobre essas mesmas características.

E depois da rede seca, aí carregava com o caminhão até a praia para poder botar a rede no mar, só que antes disso acontecer eles iam até Santo Amaro para cortar o bambu. É o bambu-açu, que é um bambu grosso, para poder fazer o cerco... para ficar boiado. Então, ali, aí o caminho da rede era amarrado na pedra (Entrevistada D).

O Entrevistado C também relatou situação semelhante, que os pescadores chegavam a ir até Santo Amaro e Brusque atrás de bambu para o apetrecho. Esse depoente relatou que:

A rede era feita muitas vezes na agulha. Eles pagavam para fazer um rapaz chamado Doca, velhinho. [...] Ele fazia para o Acácio, tá? [...] José Firmino, também fazia rede. Aí eles davam barbante, que naquele tempo não era barbante, era algodão, para fazer as redes. Aí fazia, e o teu avô dava a malha. A malha, ele tirava, fazia um pauzinho e fazia a malha para fazer a rede. O fundo era mais largo, as paredes eram mais estreitas e lá o sacador mais estreitinho (Entrevistado C).

Nesse período, utilizava-se bambus e pedras para a confecção da rede, os bambus para fazer a rede boiar e as pedras para afundar determinadas partes. O Entrevistado C informou que: “[...] primeiro foi pedra e bambu. Cinco pedras em cada arame. Eram doze arames, dava sessenta pedras. E cinco em cada uma. Na cupiada, na boca. E tem o caminho que amarrava no lado da boca, ia até a pedra”. Com o tempo, outros materiais passaram a substituir esses dois componentes. No lugar das pedras, por exemplo, passaram a ser utilizadas âncoras (Entrevistada A). E ocorreram mudanças também na estrutura da rede. Hoje, por exemplo, existem cercos com múltiplas bocas, como é o caso de um dos cercos da comunidade que possui duas bocas, pegando peixes que vêm tanto de fora em direção à praia, como os que vão da praia em direção ao mar. O de apenas uma boca pegava apenas os peixes que iam da praia para fora (Entrevistado C). Ainda sobre as mudanças, a Entrevistada A relatou que: “é, hoje está diferente, naquele tempo não tinha latão, não tinha nada, era tudo bambu. Amarrava o bambu pela ponta, assim¹⁴⁰, não sei como é que eles faziam, ficava tudo a roda, assim, tudo amarrado, assim, ao redor da rede”.

¹⁴⁰ Indicou uma forma circular com a mão.

Sobre a substituição do bambu, um dos entrevistados contou que passaram a utilizar PVC — mas que, até ano passado, um dos pescadores ainda utilizava bambu em sua armadilha —, e deu detalhes sobre as diferenças do cerco de agora para o da época.

É, antigamente... o tipo de rede, não é, porque nós começamos ali com o gerbo, que não era náilon, e agora a rede é toda de náilon, não é. E nós tínhamos a rede tudo de nó, não é. Tudo dado nó, e agora já vem a rede que não tem nó, que ela é só colada, não é. Melhor para trabalhar, ela fica mais maneira. Só o sacador é que tem nó, que aí ele tem que ser mais grosso, até o próprio nó já ajuda o peixe a... que nem a espada que corta muito, a anchova tem dente que corta muito então aqueles nó ali tudo atrapalha, não é. Em vez dela pegar o fio do livre ela pega aqueles nós, já demora para cortar (Entrevistado B).

O Entrevistado C também destacou as diferenças da rede, ressaltando as vantagens das redes feitas à mão, em oposição às compradas prontas. Conforme descrito por ele,

Vinha a rede feita ou comprava na cidade, já feita como tu quer agora, tu compra agora ou era feita a mão. Feita a mão era melhor, porque é feita atravessada e a da fábrica é feita ao comprido, ficava ruim, fechava a malha. E a da mão não, a da mão tu faz a altura e faz o comprimento, aí é melhor. O pessoal fazia a rede que ele, ele dava a malha para tu fazer, que o sacador tem que ser mais miudeiro, para pegar sardinha, entendesse? Pegava camarão, entrava também, naquele tempo tinha muito, aí dava. E já o fundo era mais laço, a malha, malha larga. Então aí ele dava para o cara fazer, já sabia, quando vinha as peças de rede, ele já sabia onde é que ia botar.

A Entrevistada A ainda destacou o acidente de caminhão ocorrido no Morro das Pedras: “mas naquele tempo era difícil, até que teve o acidente, o caminhão do Acácio, que morreu o pai de Francisca, não é, depois do acidente”, outros ficaram feridos. Esse episódio é associado ao cerco, pois ocorreu durante o carregamento de bambus para a produção da armadilha. O Entrevistado C também lembrou do acidente com o Ford 49. Segundo ele, “a virada que o João Hipólito deu com o caminhão, que matou o Seu falecido Joaquim Mate. O teu vô é que fez o cerco, matou o falecido Joaquim Mate, arrancou a orelha do Takeo e quebrou a perna do João Dorval¹⁴¹ e deixou o Mário [...]” com sequelas.

Conforme o Entrevistado B, “esse dia que nós viramos o caminhão ali, nós estivemos até o Norte da Ilha todo lá, corremos aquilo tudo lá. Cortar bambu, ia num lugar, ia noutro”, e narrou o ocorrido em detalhes:

¹⁴¹ Referia-se a Arnaldo, irmão de João, que foi quem quebrou a perna no acidente.

É, nós saímos de madrugada para ir pegar o bambu e voltamos era à noite. Quando chegamos ali, onde tem aquele bar ali, que foi fazer aquela curva ali, estourou o pneu de cima, do lado direito. E aí ele devia ter deixado o caminhão bater no barranco de cima lá, que era do lado direito, nós já vínhamos de volta para cá. Ele puxou para baixo, e o pneu saiu, o pneu estourou, o pneu, saiu o pneu todo, ficou só o aro. E aí quando ele quis levar de novo para cima, não deu, eles... fomos lá embora na pedra (Entrevistado B).

Conforme seu relato, Arnoldo, João e Takeo caíram do caminhão para a parte de baixo do Morro das Pedras, mas não foram atingidos pelo caminhão, pois haviam caído nas pedras. De acordo com o informante, o caminhão “[...] deu uma cambalhota e meia, ele virou com as quatro rodas para cima e depois virou com as quatro rodas para o mar [...]”. Alguns ficaram embaixo do caminhão, uns foram feridos e outros não foram atingidos por causa do barranco. Arnoldo bateu com a perna em uma pedra e ficou com sequelas por causa do acidente, Mário também se feriu e teve uma lesão permanente, e Takeo foi ferido na orelha, carregando também marcas do incidente (Entrevistado B). Nessa ocorrência, também teve uma fatalidade, conforme relatado por ele:

Aí eles pegaram nós lá, trouxeram cá na estrada. Foram lá, cortaram a corda que estava travando o bambu. Cortaram, aí o bambu correu tudo, o caminhão ficou mais livre. Aí é que eles deram... o pessoal do Morro das Pedras ali, não é, arrumou tudo, veio aquele pessoal tudo ali. Aí eles deram mais um tombo, tiraram nós primeiro lá, depois deram mais um tombo no caminhão. E tiraram os que estavam embaixo do caminhão, falecido Natalício, Nicolau, João Baloca. Isso tudo ficaram debaixo do caminhão. [...] Aí ficou o falecido Joaquim ficou debaixo também, foi o que faleceu. [...] o Mário ficou 14 dias na UTI, falecido Joaquim ficou sete. Em sete ele faleceu (Entrevistado B).

E continuou narrando o acontecido:

Nós estávamos em 14 homens. O Juventino, o Valdir, o Mané Pascoal. O Juventino e o Valdir eles pularam, [...] quando o caminhão bateu lá que veio para baixo, eles saltaram lá no barro lá, na estrada, a estrada era de barro ainda. E o Amadeu e o Mané Pascoal ali, eles ficaram entre o barranco e a pedra ali, desceram... quando o caminhão pendeu eles desceram, porque a carga estava acima da carroceria, não é, estava de boa assim, nós ali em cima ali. Aí eles desceram e ficaram ali, o caminhão passou por cima, caiu no lado de baixo. João Baloca, Nicolau, Natalício, Seu Joaquim, qual era o outro que estava lá? Esses ficaram debaixo do caminhão. Eu fiquei oito dias internado. O Arnoldo acho que ficou uns seis meses lá no hospital. Fez a primeira operação, não teve coisa, era bem fraco na época, não é. Os médicos, aquelas coisas, quase não tinha aparelho. O Arnoldo ficou seis meses engessado, depois tirou aquele gesso, botou o outro, depois ele veio para casa (Entrevistado B).

Esses relatos evidenciam que, para além das dificuldades técnicas para a produção desse tipo de rede, havia também a dificuldade quanto aos insumos para sua produção. E mostram uma consequência negativa da introdução da tecnologia na comunidade. O Entrevistado B contou também das repercussões emocionais causadas pelo acidente,

Ah, foi uma desgraça daquela, está louco, não posso nem lembrar. E aí o Seu Joaquim, nós mandamos ele sentar lá na... ‘vai Seu Joaquim, lá para cabine com o Seu João Hipólito e o Acácio’, Acácio dirigindo e o Seu João Hipólito lá na frente. ‘Não, não, vou aqui atrás com vocês’. Aí ficou lá atrás, os dois lá não se machucaram, porque todo tombo que ele dava era na... batia no bambu. Caminhão rolou, mas bateu com o bambu e a cabine não bateu em nada. Só amassou depois de dar o outro tombo que tiraram o bambu. Mas passamos um trabalho desgraçado. Daquele dia para cá não prestei mais, deu um estado de nervo toda a vida, aí fiquei nervoso sempre. Qualquer coisinha eu me incomodava às vezes.

Nessa época, não só Noboru, como também membros da sua família, estavam atuando na pesca e integraram o clube de pescadores da comunidade, como lembrou o Entrevistado B:

[...] estava pescando que o Seu João Hipólito, que era a rede que o Dinho fazia, não é, ele que tocava a rede. E a do Acácio depois ele tocava e ele tinha também um cerco lá atrás, no costão lá, o Nilo pescou, o Takeo, o Sadau. Depois o Sadau pescou com nós ali, com João Hipólito, não, com o Seu Canduca ali. Tudo era pescador.

Perguntada sobre a localização atual dos cercos na comunidade, a Entrevistada A disse que seguia no mesmo local de antes: “lá onde tem o cerco do Arnaldo, só tem um mais fora, na ponta lá onde teu avô tinha lá não tem eu acho, acho que é mais para dentro agora, nos outros pontos. Porque tinha que ter o ponto, não é. Ponto certo para botar, porque não era todo lugar que dava”. E, ao ser questionada sobre quantos tinham na época que Noboru instalou, afirmou que: “[...] aqui tinha um do Seu João do Jorge no Campeche, tinha do Acácio e tinha do Seu João Hipólito. Tinha três cercos”, e, na sequência, corrigiu afirmando que tinham quatro. Além disso, identificou que no Pântano do Sul haviam dois, um do Aducio e outro do Milton (Entrevistada A). O Entrevistado B comentou também sobre os cercos da Ilha do Campeche,

Tinha, tinha do Acácio que depois o Seu João Hipólito botou e já tinha o do Seu João do Jorge, não é. Que era o Esperoni que botava, [...] depois do Esperoni sair para o barco, aí o Nabor que ficou lá, tomando conta. O Seu João do Jorge não era muito de cerco, não. O Esperoni é que começou tocando o cerco, depois o Nabor passou, o Seu João pescava tainha lá e, mas era a rede de malha, rede de anchova, essa coisa mais de... não cerco.

O Entrevistado C contou que ele e outros pescadores, junto com Noboru, fizeram o cerco do João do Jorge no Campeche, que depois ficou a cargo de Nabor; e que, antes desse cerco, o imigrante havia feito o do Seu Canduca, que atualmente é do Arnaldo. Entre outros cercos produzidos por Noboru na época estavam o do Acácio, que ficava no costão, e outros dois para João Hipólito no Campeche e um no quebra remo, na Armação (Entrevistado C). O Entrevistado B contou ainda que:

[...] ele tinha rede no Pântano para cuidar, não é. Que era essa do Milton coisa, até o Milton a trabalhar. E tinha aqui na Armação, ele também tinha uma lá, não é, que o Nilo pescava lá atrás, o Takeo, lá no Gravatá. O do Acácio era na Toca Fria, e o dele era o último de lá, lá na ponta do Gravatá lá, na lajezinha. Tinha o do João Hipólito e tinha o do coisa ali¹⁴², da Diquinha ali, que era o marido dela. E tinha o do Campeche lá, que era o do Esperoni, do João do Jorge. Então ele cuidava dessas redes todas. Aí ele não tinha coisa para fazer, não tinha tempo para fazer outra coisa, não é.

Perguntado sobre a quantidade de cercos na região, esse pescador contou que na Armação havia seis cercos, “[...] no Campeche tinha quatro, aí botaram mais um lá atrás do Campeche, mas aí não aguentou, saiu. Lagoinha do Leste também botaram um, também não deu ponto. Nas Irmãs também botaram não deu ponto. Aí tinha aqueles três lá do Pântano do Sul” (Entrevistado B). Atualmente, segundo ele, o Pântano do Sul possui cinco cercos, a Armação quatro e o Campeche dois, e acredita que na Barra tem dois e nos Ingleses três, além de em outros locais, como Porto Belo (Entrevistado B).

Na praia do Pântano do Sul, as redes de cerco flutuante e as redes de espera são retiradas entre maio e junho, para não atrapalhar a pesca da tainha, realizada com arrasto (Castro, 2008; Diegues, 2004). Sobre essa situação, Búrigo (2021, p. 9) afirma que: “[...] outra modalidade de pesca importante para a comunidade do Pântano do Sul também fica restrita: as redes de cerco fixo flutuante, no resto do ano atadas ao Costão, também são retiradas durante a época de pesca da tainha [...]”.

De acordo com Martins e Perez (2008, p. 414, tradução nossa), “a pesca com armadilhas é social e economicamente importante para os pescadores artesanais, e foi responsável por 70% dos desembarques na enseada do Pântano do Sul entre 1998 e 1999, um

¹⁴² Referia-se a Osvaldo Francisco da Silva, conhecido como Seu Canduca.

dos pescadores artesanais mais produtivos do litoral catarinense”¹⁴³. No período da pesquisa, Martins e Perez (2008) mencionaram que as localidades que contavam eram: Armação do Pântano do Sul, Barra da Lagoa, Ingleses, Matadeiro, Pântano do Sul e Santinho. Apesar do sucesso em Florianópolis, o Entrevistado B relatou um episódio de tentativa frustrada de instalação de cerco em Garopaba,

Ele foi um dia na Garopaba lá, botar um cerco lá, apanhou coitado. Não tinha nada a ver, pô, chegou lá, os caras não queriam cerco lá, até hoje não tem, não é, Pinheira, Garopaba. Aí eles achavam que era ele que tinha ido, não, o cara que pediu para ele ir lá fazer ele foi, não é, chegou lá, apanhou, andou apanhando uns tapas lá. Coitado, já era pequeno. Mas não botou, não botou, foi embora.

A Entrevistada D também lembrou do ocorrido,

Depois ele foi convidado para fazer em Garopaba. Ele também foi lá fazer em Garopaba, só que o pescador lá era meio bravo, os demais. Eh! Queriam linchar meu vô e daí o cerco, meio que não deu certo por causa das pessoas, não é. Também fez em Laranjeiras, ali em Balneário Camboriú. E fez na Barra da Lagoa e fez também em Imbituba, um senhor chamado João da Baleia. Acho que é João da Baleia. Alguma coisa baleia assim. E ele fez lá, então, ele distribuiu assim cerco para alguns municípios na intenção de todo mundo poder ter a sua renda, não é. O seu capital. E era muito peixe, muito peixe.

Essa não foi a única tentativa frustrada de instalação de cerco em Santa Catarina. Antes da chegada de Noboru, houve também uma tentativa na Ilha, como conta o Entrevistado B:

Porque antes de chegar o Dinho aqui, chegou uns caixas aí. Que também é de lá, não é, caixa acho que é lá do Rio de Janeiro também, não é. Mas esse não deu ponto aí, não deu ponto. Ele botou o cerco aí, mas não mataram nada, não deu ponto. O Dinho, quando o Dinho chegou aí, aí sim, aí eles começaram a matar peixe.

O Entrevistado C também contou sobre:

Já o do Acácio foi um tal de caixa que fez, botou na Ilha das Irmãs, mas aí não deu muito ponto porque a baleeira tinha que ficar ancorada e eles tinham que ir para a pedra, para a ilha do meio, as Irmãs do meio, tinha que ir de bateira, porque lá não tinha onde puxar. Aí não deu tanto ponto. Depois botou

¹⁴³ “The fish-trap fishery is of social and economic importance to the artisanal fishermen, and has been responsible for 70% of the landings in Pântano do Sul Bight between 1998 and 1999, one of the most productive artisanal fishing grounds off Santa Catarina coast.”

ali. Aquele que tem ali no lado da... aquele ali já foi o teu vô que fez. O lado do Matadeiro, da Lagoinha. Lá as Irmãs, foi o caiçara, que veio lá do norte do Espírito Santo.

Entre os pescadores que aprenderam a produzir o cerco com Noboru estava Milton Francisco Oscar, conhecido como Milton Pequeno e cunhado de Milton Grande (Florianópolis, 2020b). Alves Júnior (2009) afirma que os locais ficaram admirados com a técnica que nunca haviam visto, e que, em decorrência do seu sucesso, tentaram copiar, mas diante da dificuldade dos detalhes técnicos, muitos acabaram não conseguindo, exceto por alguns pescadores, como Milton Pequeno. Conforme o Projeto de Lei nº 18.031 de 2020, proposto com o objetivo de denominar uma via pública do bairro do Pântano do Sul de Rua Milton Francisco Oscar,

Na década de cinquenta, Milton Francisco Oscar foi peça chave na adoção de uma nova técnica de pesca que revolucionou a economia do bairro: o cerco fixo flutuante. A novidade foi trazida por Noboru Oda, o primeiro japonês a se estabelecer na ilha de Santa Catarina. Foi com ele que Milton Pequeno descobriu essa modalidade de pesca e se especializou na montagem do cerco — seguia à risca as instruções escritas em japonês (que ele desconhecia) e detalhadas em desenhos feitos pelo próprio Noboru. As redes eram fixadas de modo que os peixes entravam e não conseguiam sair. Milton chegou a ter cinco redes de cerco e por mais de duas décadas manteve uma peixaria no mercado público de Florianópolis. Sem ter completado o ensino fundamental, Milton Francisco Oscar tornou-se um dos maiores empreendedores do Pântano do Sul e, ao incrementar seus negócios, ajudou também a desenvolver o bairro (Florianópolis, 2020b, p. 3)

Por outro lado, quando perguntada se alguém havia aprendido a fazer o cerco, a Entrevistada A relatou que: “não, não. Ele tinha livros, não é. Ele via os livros e fazia, mas não chegaram a aprender, faz assim um pouco, mas não como ele fazia, não é. Como dizemos: para quebrar um galho. Mas bem certinho como o dele, não”. O Entrevistado C mencionou o livro em seu depoimento,

Eu acho que ele tinha um livro em casa, isso aí eu não posso te provar, mas eu acho que ele tinha um livro em casa que ele trouxe que indicava como fazia. Ele fazia o cerco de dois tipos: fazia o cerco comum, esse aí, com a boca simples, e fazia com a outra com a boca de escada. Tinha uma escada assim dentro da boca do cerco, amarrada umas cordas. Aí aquilo, naquele de escada, o peixe que entrasse não saía. Esse aí entra e sai, começa a rodar dentro da rede, vai indo, vai indo, com o tempo, sai. Quer ver o canarinho, o xerelete, sai. Agora o outro, esse outro que ele fazia, dava menos peixe, mas também entrava não saía.

A Entrevistada A destacou ainda que a armadilha foi uma novidade. De acordo com ela, uma das exceções que aprendeu a fazer a rede na comunidade foi João Dorval Teixeira. E contou que, em Paraty, os descendentes da família também ainda sabem fazer esse tipo de armadilha de pesca. Da mesma forma, a Entrevistada D destacou que: “mas hoje de montar, assim, o João do Dorvalo ele monta, mas nunca é igual, não é”, e contou que Noboru não tinha o hábito de chamar ninguém para ensinar, que o interesse devia partir da pessoa e que os que aprenderam provavelmente foi através da observação. No entanto, a partir do relato do Entrevistado B, identificou-se que, às vezes, ele ensinava como é que ia fazer a armadilha. De maneira consoante, o Entrevistado C também contou que João Dorval aprendeu a fazer. Ao ser perguntando se alguém havia aprendido a fazer, declarou que:

Aprendeu. O João Dorval, só que não fazia igual a ele, não é. Ele é o mestre. Ele foi uma joia viva que teve aquele tempo aqui e foi embora. Partiu para outro caminho, como nós todos vamos. Mas daquela marca ninguém faz o que ele fez aqui, e isso eu garanto que eu trabalhei com ele, eu fiz rede com ele diversas. Ajudava ele encher agulha, porfiar rede, a fazer... e quando ele errava, ele ia embora para casa. Ele: ‘eu vou em casa, depois eu venho’. Ia para casa. Não sei se alguém já contou isso para ti. E depois vinha, fazia tudo certo.

Ao ser perguntado sobre Noboru, o Entrevistado B relatou saber fazer a rede de cerco:

É, era... ele era um cara legal, não é. Trabalhador, não é, [inaudível] fazia na rede, quando ele... a rede é uma rede complicada, hoje só quem aqui na Armação hoje só quem monta aquela rede sou eu. Tinha o Osmar, tinha o Seu Serafim, tinha o Biniga, e isso não o japonês, não é, era os aprendizes ali. E depois o Chico aprendeu, não é. Aí eu aprendi, porque eu trabalhei depois com... depois de ter saído de lá, eu fui trabalhar com o Chico ali. Aí depois eu já comecei... aí ele faleceu, não é. O Dinho. Aí eu comecei a fazer sozinho aí. Aí faleceu o Osmar, faleceu o Seu Serafim, faleceu o Biniga, faleceu o Chico, estou eu aqui com 80 anos, quase 80. E aí eu quero ensinar a turma, mas ninguém entra na cabeça deles, um negócio ali da rede, só o Garapéva que aprendeu um pouco.

E, ao ser perguntado com quem aprendeu a fazer, contou que:

Eu aprendi com o Dinho quando eu era guri, aí depois eu saí da rede que ele trabalhava, não é. E aí eu acabei de aprender o resto com o Osmar, que tinha aprendido com ele. E o Chico também que aprendeu com ele, e aí ficou aprendendo na minha frente, não é, o Osmar e o Seu Serafim. Esses eram mais velhos que eu, não é. Eles aprenderam primeiro, e depois o Chico. Chico era o dono da rede porque o pai dele faleceu. E aí... e eu fiquei ali trabalhando

com o Seu João Hipólito, depois saí e vim trabalhar com o Chico ali. Antes eu trabalhava com a minha canoa, canoa do pai ali, não é. Depois é que eu vim para o cerco ali. Mas ela... dia que ele ia lá... o próprio Dinho, não é, o próprio Dinho chegava lá, ele ia de manhã trabalhar lá e não dava certo a rede, ele arreava tudo e vinha embora. Vinha para casa, chegava... e ele tinha um livro e eu não tenho. E ele tinha um livro que tudo marcadinho ali. E eu não marquei, eu marco só na cabeça agora. E aí ele só voltava de tarde, quando era de tarde, ele ia embora, só no outro dia (Entrevistado B).

E voltou a ressaltar as dificuldades na produção desse tipo de aparelho: “aí dá um quebra-cabeça, tem dia que tem que deixar lá e esfriar a cabeça. Se tiver muita gente conversando, aí tu não acertas. Se entrar com as pessoas conversando, a gente não dá de fazer. Aí tu perdes a noção do que tu vais fazendo ali, não é” (Entrevistado B). Por isso, segundo ele, Noboru às vezes deixava a rede lá e ia para casa,

Era o que acontecia com ele também. Ele... todo mundo, às vezes, é aquela bagunça, um ria, outro dizia uma coisa, outro dizia outra. Aí ele se incomodava e ia embora. E às vezes era bêbado, ele bebia, levava um litro de cachaça para lá [riso]. Aí ele quando ele tomava demais, batia o sol, ele esquentava, ficava bêbado... (Entrevistado B).

Um dos informantes lembra também que: “o Milton do Chico também aprendeu, o Milton Pequeno, lá no Pântano do Sul. Aquele também tocava. Agora quem faz lá é o Barrinha, [...]” (Entrevistado B). Conforme informado pelo Entrevistado C, Milton Grande vendeu o cerco para seu cunhado Milton Pequeno, que depois passou a ser do Barrinha — que hoje tem dois cercos na comunidade (Entrevistado C). Consoante a isso, o Entrevistado C contou que,

Daquela marca não tinha, bobagem. Aí faz o Margarida, faz o Nabor mexe. O João. Olha, lá no Pântano do Sul também tem o Barrinha [...] A rede de cerco da marca do Dinho japonês não tem, não vem mais ninguém aqui na Armação, fazer o que ele fazia. Ele era baixinho. Gostava de uma caninha, uh, bebia.

Em outro momento da entrevista, reforçou dizendo que: “sei também fazer, mas não igual a ele, não é. Não, não igual ao mestre. Isso jamais, jamais aqui na Armação vai fazer cerco igual o Dinho, ninguém, bobagem” (Entrevistado C). Além disso, os relatos dos Entrevistados B e C demonstram que, diante da dificuldade da montagem do aparato, às vezes Noboru deixava o trabalho e ia para casa. Como apresentado anteriormente, a dificuldade na execução desse aparato aparece na literatura em pesquisas como as de Mussolini (1980) e Pires e Monge (2012).

Ainda assim, o Entrevistado B contou ainda que recentemente produziu um cerco do zero e que fez tudo: “[...] tralha, chumbo, de tudo ali, miudeiro, tudo” (Entrevistado B). Ainda de acordo com ele,

Até que chegou uma época que o Dinho ficou mais ruim também, não é, depois ele já não trabalhava mais na rede, não é. Aí era onde estava a rede do Acácio, era o Seu Serafim que fazia. A do Biniga botou uma rede ali para ele, foi ele também que inventou lá, alguma coisa que foi saindo, ele foi botando pano, não é. E o Osmar ficou com a do Seu Canduca ali, pai do Chico. Depois o Chico assumiu ali, o pai faleceu dele também, aí foi onde que eu fui aprendendo mais ali a fazer, não é. Porque antes eu não fazia, só aguentava e olhava como é que ele fazia. Que ela leva sete, oito, nove nesgas dessas. Nessa nesga ali que vai afinando, ela leva nove nesgas. É bem complicada aquilo ali. Tem uma coisa agora... hoje em dia... eu ano passado fiz uma rede nova lá. Fiz toda inteirinha assim, ela toda, sozinho (Entrevistado B).

A partir desses relatos, percebe-se que, diferente dos dias atuais, em que o número de pescadores que sabem produzir esse tipo de armadilha é limitado, naquela época, ainda que difícil, alguns pescadores aprenderam com Noboru como fazer. No século XXI, a escassez de profissionais que saibam produzir essas redes e o declínio no número de pescados podem levar ao desaparecimento desse tipo de pesca (Seckendorff; Azevedo; Martins, 2009).

Ademais, Noboru também contava com ajuda para a produção do apetrecho. O livro que continha instruções e mantinha suas anotações foi mencionado pelos informantes como um objeto relevante para a produção da armadilha pelo pescador. Sobre o documento, a Entrevistada D contou que:

Ele tinha um livro, quando ele faleceu, todos os livros que vinham do Japão, que é jornal, vinha muito livro do Japão, inclusive esse da rede de cerco. Só que no meio daquela multidão, daquela biblioteca, porque ele lia muito, eu acabei queimando, e estava junto a rede de cerco foi... e eu queimei. Eu tenho um croqui guardado, eu guardei tão bem guardado que hoje, [...] eu não sei, tem que procurar tirar todas as caixas para ver onde é que está. Mas eu tenho guardado o croqui de um cerco que ele fez. E a escrita dele em japonês, as dimensões, os centímetros, está guardado comigo.

Sobre a complexidade do apetrecho, o Entrevistado B contou ainda que o problema dessa rede é o fundo e deu detalhes sobre sua composição:

A altura da água que ela tem é uma rede comum, é igual outra rede aí. Só que ela faz assim, não é¹⁴⁴, ela é mais apertada lá nas duas cupiadas¹⁴⁵, depois ela abre no meio e depois ela fecha de novo. Tem a cupiada lá do sacador e tem a cupiada que é de cá de trás, não é. Aí tem onde embarcação começa a ver a rede, uma levanta a boca, outra começa daqui e leva lá para o sacador, então ela faz isso aqui assim. Aí tem a famosa nesga¹⁴⁶, não é. Que ela começa do zero e termina com quatro, cinco braças, dependendo da rede, da coisa. Tem uma que começa de zero e termina com sete braças de pano lá de rede. [...] Antes era feito à mão, agora já se compra feito, é melhor ainda, é caro, mas é... não se tem tanto trabalho. Aí aquilo ali é que complica, porque se tu botar aquela ponta fina que está lá no lugar errado, em vez dela abrir para lá, que era para abrir, não abre, ela abre para cá (Entrevistado B).

Depois de pronta, a rede tem o rodo fixado no costão. O Entrevistado B contou que: “a armação é feita lá no costão. Aí a gente leva a rede pronta, chega lá e coloca. Se mede a metragem da rede por fora”. Na metragem de Noboru, eram 80 braças de rede, mas, em decorrência da diferença de altura, o informante evidencia que, por ser mais alto, teve que adaptar para em torno de 61 ou 62 braças (Entrevistado B). Na Ilha, as armadilhas são montadas em baías e enseadas nas áreas costeiras. Segundo Schmitz (2021),

Na técnica de cerco usada por Noboru Oda a rede de pesca era fixada numa rocha e a linha deslizava para o mar. Sustentada por cordas de algodão, a rede flutuava porque era presa a um bambu-açu e ficava amarrada a âncoras de pedra, resistindo ao movimento das correntes. Como numa armadilha, havia uma boca por onde os peixes entravam e não podiam mais sair. Então, era só puxar a boca e capturar o cardume. Como a região contígua é pródiga em costões, o sucesso do japonês foi imediato, assim como o assombro dos pescadores locais com a tecnologia e a fartura de peixes.

A partir dos depoimentos coletados, observa-se que esse tipo de armadilha pescou grandes quantidades, mas que, com o passar dos anos, foi diminuindo. A Entrevistada A informou que: “aí ficou dando, foi diminuindo a pescaria. Como agora não dá quase nada o cerco, uma mixaria de peixe, por quê? Porque falta manjuva, falta comida para o peixe, o peixe vai para fora. Vai embora, vai procurar comida”. Nessa direção, perguntou-se aos entrevistados qual a opinião deles sobre os motivos da diminuição da produtividade dos cercos, sendo que as respostas possuem pontos em comum e foram compiladas no Quadro 3, a seguir.

¹⁴⁴ Sinalizou o funcionamento da rede com as mãos.

¹⁴⁵ Parte do cerco.

¹⁴⁶ Parte da boca do cerco.

Quadro 3 — Opiniões sobre a diminuição da produtividade dos cercos

RESPOSTAS
Ah, diminuiu por causa desses barcos de pesca, que mata as criações toda. A rede deles é muito miúda. Aí a criação que vem ali eles despejam no mar já está morto. Isso aí é o que estragou tudo. Hoje em dia é muito barco, não é, de arrasto. Naquele tempo não. E vem esse atuneiro pegar a sardinha aqui para fazer isca. Isso aí também acaba muito. Não devia ser assim, devia ser isca artificial, mas não pegar a manjuva que vai formar sardinha. Por isso aqui não tem... não dá mais sardinha como dava. Eles vêm aqui na costa pegar a manjuva toda. É isso aí estragou muito (Entrevistada A).
Oh diminuiu o seguinte é que, antes, naquela época, as redes que a gente pescava, os outros tipos de rede, elas eram pequenas de distância, não é. E baixa. Ela não tinha tanta altura, não é. Agora as redes, o que se matava com 200, 300 braças de rede. Agora eles vão lá com dois mil braças, agora eles não estão nem medindo mais braças, estão medindo milhas. Duas milhas, três milhas, quatro milhas de rede de corvina, para poder matar, lá uma vez ou outra que eles matam uma tonelada, duas de peixe. Então a maioria tem isso aí. E mais embarcação, não é, naquela época tinha pouca. Aqui nem casa não tinha aqui, quando eu vim morar aqui não tinha nada disso aqui (Entrevistado B).
Então era pouca gente pescando, com pouca rede, com rede mais baixa, agora as redes de anchova vai dá um caceio — a rede está vindo lá debaixo da lama, onde... está a areia ou lama o que for, aqui por dentro é areia, lá fora já é mais lama, não é. Até em cima na flor da água, tem rede com 30, 40 braças de altura. Aí o peixe bate nela, ela que ela faz? Ela bateu, que malhou, malhou, o que não malhou, ela não vai vir para dentro, ela vai para fora. Aí não volta mais. Aí quando que chegar anchova de volta aqui, ninguém mata nada no cerco. Anchova não dá no cerco, é difícil. Do jeito que nós matávamos peixe ali, essa rede do João Hipólito aí teve uma safra de anchova, nós matamos 220 mil anchovas, não era 200 e poucos quilos não, não é toneladas, é anchovas, que dá toda ela dava mais de um quilo. Agora tu vês se fosse pesar aquele peixe, se contava pela cola assim oh, quando chegava a cem anchova tu tirava uma, botava num monte ali, igual a tainha na praia aí, de praia aí, contava assim oh, enchia um caminhão, dois (Entrevistado B).
Uma que o cerco não é mais o cerco como é feito. Como falei para ti, tá? É bem diferente. E outra que diminuiu também a quantidade de pescado. Esses barcos industriais, barco de 200 toneladas, dá um lanço que a rede antes era de barbante, arreventava. Hoje não arreventa que é tudo de náilon. Então cerca ela com uma grande quantidade e recolhe tudo. São tudo frigorífico, não tem mais gelo, e o peixe gelo é 80, 50 toneladas, levava congelado, não é, com gelo, descarregava para voltar. Lá não, eles ficam lá até fazer a carga, e isso aí vai diminuindo, a população vai aumentando, tudo vai diminuindo (Entrevistado C).
Eu acredito que, esses barcos de pesca, esse atuneiro, acabou com a pescaria dos pobres pescadores, por que? O atuneiro pega de tudo e não é igual o cerco. O peixe quando eles recolhem a rede ali, uma maioria já está malhou, porque depende da malha, não é, já morreu, abriu a guelra e então, assim, o meu avô soltava ainda o que estava vivo, não é, os menores. Mas o atuneiro, esse pessoal que... o atuneiro, na verdade, primeiro ele pesca à sardinha e nessa rede da sardinha que eles matam muito peixe, e daí fica o pescador fica sem. E depois assim, muito, muito, muito barco se construiu, tem muito barco nas águas. Muita gente pescando e, assim, não pensando no próximo. Tudo bem, todo mundo precisa comer, mas vamos deixar na reserva o que é da natureza, não é (Entrevistada D).

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: dados da pesquisa.

Com base nos relatos apresentados no Quadro 3, observa-se que as opiniões possuem semelhanças entre si. De maneira geral, a pesca industrial e a mudança nos comportamentos pesqueiros — com o aumento do número de barcos e de pescadores e a utilização de redes com malhas menores ou de arrasto — foram indicados como os principais motivos para a diminuição da produtividade dos cercos em Florianópolis e, conseqüentemente, da pesca artesanal. Cenário

diferente daquele encontrado na década de 1950, com uma população de menor tamanho que vivia da pesca de subsistência — o que viabilizou a fartura de peixes e o desenvolvimento local.

No final do século XX, apesar de poucos cercos operando na Ilha de Santa Catarina e dos rendimentos serem variáveis, “[...] a captura de peixes vem se mostrando uma prática de pesca muito eficaz, barata e de pouca mão de obra, gerando uma captura aceitável de peixes de boa qualidade que por sua vez proporcionam um bom retorno sobre o investimento”¹⁴⁷ (Martins; Perez, 2008, p. 420, tradução nossa). Assim, apesar da diminuição em relação a sua produtividade, esse tipo de rede segue até os dias atuais sendo utilizada na comunidade. Segundo o Entrevistado B, apesar da pesca da lula não ter sido produtiva em 2025, eles conseguiram pescar espada e que no cerco “[...] dá muito peixe ainda”.

Conforme Cruvinel e Vaz-dos-Santos (2013, p. 2), “o cerco fixo flutuante é considerado uma das atividades da pesca de pequena escala com maior rentabilidade econômica, alta produção e menor custo energético para os pescadores”. Além disso, tem uma dimensão sustentável, pois, de acordo com Alvarenga *et al.* (2011, p. 1), “o cerco flutuante é uma arte de pesca caracterizada por manter o pescado vivo até a hora da despesca, sendo considerada importante ferramenta de manejo sustentável”, ou seja, não predatória e que requer licenciamento (Rosa, 2016). Sobre esse aspecto, a Entrevistada D contou que: “[...] o peixe pequeno que estava vivo eles soltavam tudo, só ficavam com os peixes que eram grandes, o que dava para comercializar e para comer”, prática que não é mais adotada por todos os pescadores que possuem cerco¹⁴⁸. Assim, apesar do caráter sustentável dessa atividade, a regulamentação é obrigatória e passou a ser realizada a partir de 2022 em Santa Catarina¹⁴⁹. Esses pontos estão diretamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, em especial com os objetivos “12 – Consumo e Produção Responsáveis” e “14 – Vida na Água”.

Com base no que foi apresentado, essa técnica de pesca contribuiu para o desenvolvimento de locais ao longo do litoral brasileiro, inclusive em Florianópolis, e até hoje segue sendo utilizada por pescadores artesanais como fonte de renda. Na Figura 12, apresentam-se retratos dos pescadores nos bairros da Armação e do Pântano do Sul, no sul da ilha de Florianópolis.

¹⁴⁷ “[...] fishtrapping have been showing to be a very effective, cheap and little labor fishing practice, yielding an acceptable catch of good quality fish that in turn provides a good return on investment.”

¹⁴⁸ Informação contada após a entrevista.

¹⁴⁹ Ver mais sobre em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/pescador-e-pescadora-profissional/licencas-de-pescadores-licenciados-para-o-cerco-flutuante>.

Figura 12 — Retratos de pescadores na Armação e no Pântano do Sul na década de 1960



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

De acordo com Schmitz (2021), “[...] Noboru Oda chegou de mansinho e ajudou a impulsionar a economia local com uma tecnologia de captura de peixes que deixou pegadas até hoje na comunidade”. Conforme Corrêa e Mello (2021, p. 237), “nascido no outro lado do mundo, Noboru Oda também marcou a história da ilha”. Em decorrência disso, decidiu-se desenvolver esta pesquisa com foco em sua história e em seu arquivo pessoal.

4.1.4 A vida em Florianópolis

Em 1956, Noboru adquiriu um terreno com o lucro das primeiras pescas e se fixou de forma definitiva na comunidade da Armação do Pântano do Sul, sendo a primeira família nipônica a residir em Florianópolis (Alves Júnior, 2009). Conforme Corrêa e Mello (2021), a influência de Noboru Oda e de sua família não se limitou apenas à pesca. Segundo os pesquisadores eles tiveram impacto também na alimentação local,

Os Oda são considerados os primeiros japoneses a residir em Florianópolis. Alguns de seus hábitos alimentares influenciaram a dieta dos ilhéus, e, consequentemente, a dos turistas. Os japoneses ensinaram-lhes, por exemplo, que lulas, polvos e peixes incomuns, de aspecto repulsivo, eram comestíveis. Eles faziam, inclusive, demonstrações culinárias transformando aqueles bichos em iguarias. Dessa forma, contribuíram para elevar o perfil gastronômico da Ilha. Na época, somente alguns imigrantes gregos conheciam o valor do polvo. Tinham, porém, dificuldades para consegui-lo (Corrêa; Mello, 2021, p. 238).

Sobre o consumo de certos frutos do mar, a Entrevistada A afirmou que antes não comiam e que: “[...] nós aprendemos a comer lula, polvo, quando eles vieram para cá. Antes ninguém comia. Eles que ensinaram a comer polvo, lula”. Antes disso, não sabiam preparar e, “não pegavam, não tinha cerco, não pegavam. Pegava muito agora de cerco e desse zangarelho, essas tarrafas agora, uns anos para cá, porque antes não, nem se pescava lula. Não tinha, não vinha lula assim. Se vinha, mas ninguém sabia que não pescava” (Entrevistada A).

Questionada sobre se eles ensinaram a preparar, declarou que: “sim. Aí todo mundo aprendeu, gostou, pronto. A lula hoje é valorizada, não é. Naquele tempo não tinha valor”. A Entrevistada D contou que prepararam lula para os empregados e que, segundo ela, “daí o povo, a lula foi preparada pela minha avó, minha avó e minhas tias. E daquele dia em diante nunca mais deixaram fugir a lula [riso], nunca mais jogaram fora”.

O Entrevistado C informou que: “no lado da casa ele fez um varal para secar peixe e lula, do serrinha ele fazia banana. Ficava bem seca, bem seca. Depois até podia comer crua, o serrinha, o bonito. E a lula ele secava sem sal, não botava sal, não acontecia”. Esse mesmo depoente afirmou que: “nós que aprendemos a comer a lula com ele. Porque antes nós matávamos e enterrávamos” (Entrevistado C). De acordo com uma das entrevistadas,

A lula ele escalava, abria a lula, colocava no sol. A lula tinha que, para escalar, tinha que chegar em casa de manhã, para pegar o sol, não é. E quando ficava para o dia seguinte, era escalado, mas aí já era uma secagem diferente. Não é fresco na hora, não é, tinha que ficar... mas só que não ficava amontoado, ele ficava no varalzinho, tudo quadrado, que a gente fazia de bambu. A gente mesmo confeccionava. E daí, no dia seguinte, ia para o sol. Ele tinha que botar tudo de barriga para baixo, com aquele brilhante da lula para o sol. E depois, isso de manhã, quando chegava meio-dia, virava de barriga para cima, não é. Dois dias de sol já secava. E o peixe escalado, salgava-se e no dia seguinte era tudo lavado, tirado o sal, escorrido para pôr no sol (Entrevistada D).

Ao ser perguntado se Noboru havia ensinado a fazer, narrou que:

Ensinou, como é que fazia. Peixe cru aqui, Deus o livre se alguém ia comer peixe cru. Está louco? Está doido? Não, nem se falava nisso. Ele levava o olho-de-boi, o olhete, chegava em casa tirava o couro, o bonito. Um peixe chamado periquito, não sei se tu conheces? Periquito grado. Ele levava um, dois, tirava o couro, fazia tudo em... aí ele botava limão, botava gengibre, gengibre é um troço que é amarga, ele colocava e ele comia, a família, não é. Aí a turma foram aprendendo, foram indo, foram indo, devagarinho, hoje todos comem, hoje eles vão aí no... até minha família vai, vai lá onde tem para vender aí. É, mas também foi trazido por ele, aqui, para a Armação (Entrevistado C).

O Entrevistado B foi o único que divergiu desses relatos, segundo ele,

Pô, rapaz, eu não sei para dizer que foi japonês, japonês, gosta muito de lula agora, não é. Ele aproveita até a tinta, mas não foi eles não, porque quando o Dinho veio para cá, a lula a gente enterrava. Eles ainda estavam ali, a gente enterrava a lula. Depois é que, não sei se foi chinês, não sei quem, mas que inventou de comer lula, e a lula é boa, e a lula é boa, e aí a lula sumiu, mas eu sei que o japonês não foi, porque senão o Dinho já tinha inventado essa de comer lula, não é.

Por outro lado, Pereira (2020) relata que Sakie: “[...] nos ensinou a comer os primeiros bolinhos de feijão, a tomar os primeiros banhos de ofurô, comer um delicioso arroz empapado” e acrescenta que: “os japoneses, além de serem a peça principal em alavancar a economia da época, nos ensinaram a degustar e conhecer a lula, hoje um dos grandes pratos gastronômicos da Ilha e que na época os pescadores jogavam de volta ao mar por desconhecimento”. A Entrevistada A pontuou ainda que os *nikkeis* que chegaram à comunidade comiam muito sashimi e peixe cru, e que tinham um ofurô¹⁵⁰ em casa — aspecto também evidenciado na pesquisa de Tavares (2010, p. 212), pois, segundo ele, “dentre os novos hábitos que os japoneses trouxeram para o Brasil estava o de tomar banho sentados num ofurô, a banheira circular de madeira [...]”.

Nesse período, a família Oda ensinou aos nativos como realizar a preparação de pratos, inclusive com a utilização do broto de bambu e de frutos do mar que antes eram desprezados e até mesmo deixados na praia para apodrecer (Alves Júnior, 2009; Schmitz, 2021). A seguir, a Figura 13 apresenta um desses momentos na década de 1950.

¹⁵⁰ Um tipo de banheira originária do Japão.

Figura 13 — Retrato de imigrantes japoneses limpando lula na praia da Armação



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Em 2024, a pesca e o consumo de lula, polvos e peixes de aspectos incomuns ainda ocorrem na região. Nesse mesmo ano, ocorreu uma pesca em grandes quantidades de lula na praia da Armação do Pântano do Sul. Em decorrência desse fato, os moradores contaram com quantidades significativas de lula para consumo, sendo sua limpeza necessária, como pode ser observado na Figura 14, a seguir. É possível observar uma relação entre as Figuras 13 e 14, ou seja, como determinadas práticas introduzidas pelos japoneses na comunidade se mantêm ainda décadas depois.

Figura 14 — Retrato de moradores limpando lula na praia da Armação



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Conforme Schmitz (2021), Noboru se tornou empresário, empregou moradores da comunidade e ajudou a transformar o bairro. Entre os pontos destacados, está o fato de que contribuiu para a melhoria das casas — as construções que antes eram de pau a pique passaram a dar lugar às de alvenaria —, além de ter feito benfeitorias para a escola local e para membros da comunidade (Alves Júnior, 2009; Entrevistada D). Ele também recebia compatriotas japoneses que chegavam a Florianópolis e precisavam de ajuda. Chegou, inclusive, a atuar como intérprete quando foi chamado pelas autoridades locais, após um ermitão japonês que não

falava português se fixar na praia do Saquinho. Nessa ocasião, o imigrante japonês foi ao local conversar com o homem, que apresentava problemas psicológicos e que, mais tarde, foi internado em um asilo no norte da Ilha. Enquanto morou no meio do mato, Noboru eventualmente levava comida para ele (Alves Júnior, 2009). Com o advento do cerco, ocorreram mudanças na comunidade,

Ah, oh, mudou, melhorou muito, a situação dos pescadores. Muita gente ficou bem, como ali o Chico da Diquinha [...]. O João Hipólito também não era mal de vida. O Acácio. Muita gente ficou, lá no Pântano do Sul, o Milton Pequeno, o Aducio, isso tudo foi desse cerco, fez cerco para o Aducio, fez cerco para o Milton Grande. É assim, e assim continuou. Na Barra da Lagoa tinha do Londrino e do Damião, eu não sei se ainda na Barra da Lagoa tem, porque eles já morreram, não é. Não sei se tem alguém ainda que tem cerco lá. Mas tinha (Entrevistada A).

Segundo ela, as coisas melhoraram um pouco para os donos de redes e para os pescadores, “a casa era ruinzinha, já dava uma reforma. A melhora era essa assim”, por exemplo, algumas casas que eram de madeira passaram a ser de material (Entrevistada A). Em síntese, de acordo com ela, “o cerco é que levantou a vida dele e de muita gente aqui” (Entrevistada A).

Sobre as mudanças na comunidade, a Entrevistada D contou que: “mudou bastante. Bastante. Porque aqui, antes dele vir, era uma casinha de estuque, às vezes com o teto de taboa, não é, que chamavam, negócio de fazer aquela esteira. E depois que ele veio aí o pessoal começou já com casa de madeira, de alvenaria”. O Entrevistado C contou que melhoraram de vida e passaram a conseguir adquirir bens como bicicleta e carro. Disse também que as casas mudaram,

[...] fizeram casa boa, melhor. Era uma pescaria que era fraca, não é. É como é agora. Olha o cerco, o cerco agora não está tão bom porque uma tem pouco pescado. Isso aí era pescadinha, era anchova, credo. O primeiro dia que teu avô botou a rede no costão ali, o cerco do Caduca. Eu não estava pescando com ele, depois que eu entrei. Eu fui buscar um mólho de lenha mais a minha mãe lá no mato do Alécio ali, eles chegaram com duas canoas carregadas de peixe. Veio de tudo, pixirica¹⁵¹, anchova, tainha, bagre, olhete, tudo (Entrevistado C).

O Entrevistado B também contou que:

¹⁵¹ Também conhecido como “pigirica” ou “pirajica”.

Mudou, mudou do dia para noite, está louco. Dava peixe que nossa. Essa lula aí a gente enterrava, que não tinha venda, não sabia comer lula, depois é que inventaram... a lula, hoje a lula é o peixe mais caro que tem, não é. Espada, não é, meu Deus do céu. E ele sempre falava, ele: ‘olha, depois de 40 anos vai faltar peixe, nessa rede aí’. E aí, e diminuiu mesmo. Ele: ‘essa rede até 40 anos ela vai dar muito peixe, depois ela vai faltar’. Não sei se é porque o peixe já conhece a rede, não é. Porque tem uns ali que... igual a tainha, não é, vem tainha maior, mas tainha bem maior, menor. Aí tem tainha que às vezes vem aqui, volta lá no Rio Grande e volta de novo no outro ano. Isso acontece, não é. Aí ela já sabe ela. A tainha, a gente... quando ela começa a dar aí, ela está tola. Depois, no final, ela está esperta que está desgraçada, que já tem batido uma porção de rede.

A partir dos relatos, observa-se que ocorreu um incremento na qualidade de vida na região. Segundo o relato da Entrevistada D, até então a alimentação era baseada na pesca de arrasto e no consumo de alimentos como batata e mandioca. Noboru também conseguiu melhorar de vida na localidade, porque ganhava um quinhão de todas as redes — afinal, trabalhava na construção e manutenção delas (Entrevistado C). A Entrevistada D contou que, em determinada época do ano, ele “[...] tirava, limpava toda a rede, tirava aquelas cracas, remendava o que estava estragado, trocava de pano, não é, que apodrecia também, era barbante, [...] rasgava, tinha que trocar pano, e ficou assim até ele morrer [...]”. Em relação ao incremento na qualidade de vida e ao comportamento relacionado à partilha dos lucros, esses também foram aspectos identificados na pesquisa de Vianna (2019).

Em consonância, Alves Júnior (2009) relata que Noboru atuou também como “assistente social” na região. Na década de 1960, com o lucro da pesca, comprou um caminhão Ford F-600 e, mais tarde, um Aero Willys, que utilizava no transporte de peixe, bem como no transporte de grávidas e doentes aos hospitais do Centro de Florianópolis (Alves Júnior, 2009; Entrevistada A; Entrevistado C). Naquela época, os bairros da Armação e do Pântano do Sul eram áreas carentes, distantes do Centro, sem estradas pavimentadas nem linhas de ônibus, e gastava-se o dia inteiro para ir até a região central da cidade. Em decorrência disso, crianças chegaram a nascer no caminhão de Noboru no percurso até o hospital (Alves Júnior, 2009; Entrevistada A). Sobre esse acontecimento, a Entrevistada A informou que:

Ah, sim, o caminhão levava as grávidas para a maternidade. Até que a Tia Delorme ganhou na costeira, dentro do caminhão. E a Tia Neuza também ganhou no caminhão na costeira, porque a estrada era ruim, demorava o caminhão chegar, caminhão de carroceria grande, levava na cabine, não é. E aconteceu que nasceu os dois costeiras [riso].

Sobre seus automóveis, a Entrevistada A também contou que Noboru possuía um caminhão e um Aero Willys. Segundo ela, quando precisava, ele utilizava o caminhão para transportar peixe, mas também “usava o caminhão para ir cortar o bambu, precisava trazer um cado de rede para a praia trazia, era para isso. Para ir na cidade, naquele tempo o ônibus era difícil, não tinha. Tudo estrada de chão. Só se ia para a cidade caminhando”. O Entrevistado B também relatou que Noboru possuía um carro antigo e um caminhão, e que Sadau chegou a socorrer seu filho ao levar sua esposa para a maternidade utilizando o carro do patriarca. Ao ser questionado sobre o transporte de doentes e grávidas para o hospital, o Entrevistado C afirmou que Sadau usava o carro de Dinho para fazer esse tipo de serviço.

Em relação às benfeitorias para a comunidade, a Entrevistada A afirmou que: “[...] era muito de dar peixe, assim, quando pegavam, não é. Pescando, assim, dava muito peixe na praia para os pobres. Mas ajudar, ajudar, que eu saiba, não”. Segundo ela naquela época “ninguém pedia ajuda a ninguém, porque o povo tudo era pobre” (Entrevistada A). A Entrevistada D também recordou que ele tinha o hábito de ajudar pessoas da comunidade através da doação de peixes e que, em troca, recebia alimentos como forma de agradecimento, entre eles aipim, banana, batata-doce, melancia e milho. De acordo com ela,

Quando era a época da anchova, ele nem parava o caminhão, as mulheradas ficavam lá da roça, onde estavam capinando, iam para a beira da estrada e ele só dizia assim: ‘oh, vão juntando que eu não posso parar, que o gelo está pouco’. Ele jogava as tainhas, as anchovas, os peixes, e assim, jogava com delicadeza, claro, só avisava: ‘eu não posso parar, eu não posso parar’. E as pessoas juntavam para poder fazer seu almoço e janta. No retorno as mulheradas continuavam na estrada e aí sim, pedia para parar e ele parava, que daí o caminhão já estava vazio sem o peixe, já tinha entregado. Aí elas diziam assim: ‘muito obrigado, que Deus lhe pague, só que nós também queremos retribuir com uma melancia’. Aí ele trazia melancia, na época que alguém plantava milho, também trazia milho.

O Entrevistado B informou que, além do cerco, “ele sempre sabia alguma coisa de rede, de outro tipo de rede, assim, não é. Mas plantação, essas coisas aí, se ele sabia, mas ele não fazia, não é. Ele não tinha... não trabalhava não, era só na pesca”. A Entrevistada D contou que aprendeu várias coisas com ele, entre elas: aplicar injeções, realizar massagens, costurar, cortar cabelo e dirigir. A Figura 15, a seguir, apresenta um retrato de Noboru na praia da Armação na década de 1970.

Figura 15 — Retrato de Noboru Oda na praia da Armação na década de 1970



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Conforme reportado por Schmitz (2021), devido ao impacto que Noboru teve na comunidade, quando faleceu em 1979, o bairro da Armação do Pântano do Sul parou para prestar-lhe homenagem, e o seu funeral contou inclusive com a participação de crianças da escola local. Na Figura 16, a seguir, apresenta-se o registro civil de óbito de Noboru.

Figura 16 — Registro civil de óbito de Noboru Oda

318
Nº. 344. Em. doze (12) de Setembro de mil novecentos e setenta e nove, nest 3º sub. distrito.

Noboru Oda - em cartório, compareceu Nilo Oda - e exibindo atestado de óbito firmado por pessoa. basilio berrimire.

dando como causa da morte: insuficiência cardíaca congestiva declarou que no dia 11 de Setembro de 1979 às 11:30 hs - em Rua Geral - Armação do Pântano do Sul - faleceu Noboru Oda.

Livro Talão do sexo masculino de cor. branca, profissão parapeça, naturalizado Brasileiro, natural de Japão, domiciliado e residente em Rua Geral - da Armação do Pântano do Sul.

Pag. com 62 anos de idade, estado civil solteiro, filho legítimo de Kichijiro Oda e Joachie Oda.

O sepultamento será feito no cemitério da Armação. Nilo Oda Oficial

Deixou bens a Inventariar.

Obi:
O sexo do falecido é Masculino.
Data NASC. 05/03/17.

Fonte: Santa Catarina (1966, p. 318).¹⁵²

Noboru Oda faleceu no dia 11 de setembro de 1979, aos 62 anos, em decorrência de uma “insuficiência cardíaca congestiva”, na Rua Geral da Armação do Pântano do Sul, atualmente denominada Avenida Antônio Borges dos Santos. Após a entrevista, a Entrevistada A recordou que Noboru passou mal na rua e foi levado para sua casa, onde ela lhe serviu um chá e ele veio a falecer pouco tempo depois. O Entrevistado C acrescentou que,

Ele ficou doente, andava sempre um pouco doente. De uma idade também, ele já tinha uma idadezinha boa também. E não sei se foi o coração com matou ele. O pessoal todo ficou sentido, não é, aqui. O pessoal todo. Todos eles. Todos nós ficamos sentidos a morte dele. Ele trouxe renda para aqui, não é. Naquele tempo não ganharam dinheiro na pescaria quem era burro, quem era inteligente ganhou. Pegava o dinheiro, guardava, economizava. Dava parte boa de dinheiro, partia bem, bastante, porque matava peixe que não era mole, cara. Pelo amor de Deus. Teve uma... nós demos uma ensacada só, só uma, uma ensacada, no dia, no Campeche, matamos oito mil anchovas, no cerco. Agora, a época da anchova toda, quanto nós tiramos? Não estou dizendo para ti que o João Hipólito matou 112 mil.

Em 1982, a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou a Lei nº 1.838, de 18 de março, que denominou uma das vias públicas da Armação do Pântano do Sul como Rua Noboru

¹⁵² A versão digitalizada do documento foi obtida através do site FamilySearch, resultado do processo de microfilmagem realizado em 1997 pela Sociedade Genealógica de Utah. A versão física do registro encontra-se na Escrivania de Paz do 3º Subdistrito da Capital, localizada no bairro Saco dos Limões, em Florianópolis.

Oda, em sua homenagem (Florianópolis, 1982). Anos depois, em 2013, Noboru recebeu uma homenagem póstuma da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), sendo reconhecido como o introdutor da pesca de cerco no Estado. A homenagem ocorreu durante a III Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão, ocasião em que também foram celebrados os 210 anos da passagem dos primeiros japoneses por Florianópolis (Magalhães, 2013). Sobre a homenagem, a Entrevistada D relatou que:

Nossa, foi assim, foi muito bonito. E eu me senti grata porque, não sei de quem que partiu, não sei se foi de um deputado, mas assim, por ter lembrado do meu vô, por ter lembrado de que ele levantou uma comunidade, de que ele ensinou muita coisa. E eu fiquei muito feliz, a família ficou feliz, não é.

Ainda assim, até o início do desenvolvimento desta pesquisa, sua história e seus feitos na cidade de Florianópolis nunca haviam sido objetos de investigação científica. Dessa forma, o estudo busca apresentar e discutir o papel desempenhado por ele na capital catarinense, além de evidenciar outras contribuições que promoveram transformações em nível local.

O aprofundamento dos aspectos que permearam sua chegada e sua vida no Brasil oferecem subsídios para o estudo do seu arquivo pessoal, tendo em vista que fornecem vestígios sobre os fatores que levaram à formação do seu conjunto documental — em que documentos podem ter sido criados e acumulados diante dos anseios de registrar, cumprir, lembrar, guardar, ostentar, negociar; ou destruídos, tendo em vista desapegar, esquecer, esconder, ocultar.

Assim, as barreiras impostas na época, os deslocamentos pelo território nacional e sua relação com determinadas atividades possuem relação direta com o desenvolvimento do seu acervo. A presente pesquisa busca examinar a trajetória e o arquivo pessoal de uma pessoa específica, não podendo, assim, ser generalizada. Entretanto, em um quadro mais amplo, colabora também para a compreensão da história desses imigrantes e de seus descendentes no país, podendo um arquivo pessoal ser uma fonte de informação e auxílio nessa compreensão.

4.2 O ARQUIVO PESSOAL DE NOBORU ODA

Ao longo da sua trajetória, Noboru Oda produziu, recebeu e acumulou documentos que sugerem ter sido significativos para ele, sendo principalmente registros de pessoas e relações que fizeram parte de sua vida. Em seu arquivo, foi possível encontrar também

documentos guardados devido ao seu valor probatório na sociedade brasileira, ou seja, por injunção social.

Em decorrência da sua atuação como lavrador e pescador não ter, no período em que ocorreu, gerado uma produção documental relacionada, são inexistentes os registros diretamente resultantes das suas atividades profissionais. Naquela época, capinar um pedaço de terra, colher café, produzir uma rede, remendar seus furos e colocá-la no mar não eram atividades registradas em documentos. Ainda no século XXI, muitas das atividades relacionadas a essas profissões não são materializadas em documentos arquivísticos. Por isso, é preciso avançar e entender os arquivos pessoais como resultantes de processos distintos, que nem sempre estão ligados a atividades profissionais (Britto; Corradi, 2017, 2020).

As informações obtidas a partir do acesso aos documentos pessoais de Noboru não indicavam a forma como ele os reunia e organizava. Seus documentos estavam guardados em uma gaveta em um móvel de madeira e, à medida que foram sendo consultados, seus registros foram reordenados a partir do uso feito por seus familiares, impossibilitando a recomposição da ordem original — uma das questões mais polêmicas no que se refere aos arquivos pessoais (Camargo, 1998; Douglas, 2013). Esse comportamento natural, de consultar documentos de um membro falecido da família, está relacionado à noção de que esses registros documentam aspectos da vida familiar. Segundo Barros (1989, p. 37),

Caixas nas partes mais altas dos armários, álbuns nas estantes do escritório, envelopes e papéis empilhados dentro de gavetas, pacotes cuidadosamente amarrados com barbantes e guardados em cômodas pesadas são os espaços para guardar fotos, álbuns e outras tantas relíquias familiares. Se não são vistos como os lugares mais adequados para a conservação de fotos, sendo até considerados como improvisados e escolhidos meio ao acaso na arrumação da casa, estão ao mesmo tempo à mão de quem ali guarda as imagens e objetos que documentam a memória da família.

Perguntada sobre como ele mantinha seus documentos, a Entrevistada D contou que: “[...] era tudo guardado nas caixinhas. É muito, muito organizado, não é. Ele deixava tudo com uma tarjinha em cima, tal coisa. Tudo muito organizado”. Em relação aos objetos, ela acrescentou que, para ele, tudo sempre tinha que estar limpo e no lugar certo e, em um dos trechos, relatou que: “então ele era muito organizado, muito mesmo. A roupa dele tinha que estar sempre no lugar certinho, dobradinho. Documento assim de carro, pagamento, sempre com pagamento antecipado. Ele dificilmente fazia crediário, tudo à vista”, sugerindo que sua

organização também se aplicava a outras esferas da sua vida, como, por exemplo, a financeira (Entrevistada D).

Ao ser questionada sobre por que os documentos não estavam mais organizados como antes, contou que: “[riso] ah, porque ele não está mais aí para cobrar, então hoje a gente já puxou mais um outro lado”. E, quando perguntada se havia eliminado algum documento, informou que: “teve bastante documento jogado fora. Queimado, eu queimei, não é, porque japonês não joga fora, queima, não é. Queimei bastante” (Entrevistada D).

Entre os documentos considerados importantes que foram eliminados estavam o livro da pesca, uma ata do grupo jovem e várias cartas que recebeu de amigos de outras partes do Brasil e de sua mãe no Japão. A partir dessa entrevista, observou-se ainda que alguns documentos foram perdidos, como é o caso de um desenho do cerco (Entrevistada D).

Ao ser perguntada sobre se havia se arrependido de ter eliminado, contou que:

Muito, nossa, naquela época, assim, não estava... era muita coisa. E daí a gente também, naquela época também... O problema é que a gente nunca pensa que isso é um documento valioso, não é, e a gente acha que eles são eternos, então não ia precisar, mas eu me arrependo. Mas já foi (Entrevistada D).

Essas novas configurações dadas a um arquivo pessoal contribuem para o entendimento do arquivo pessoal como um projeto coletivo, reflexo de múltiplas interferências que podem ser de familiares, amigos, colaboradores, profissionais ou instituições (Heymann, 2005b). Cada um deles com anseios e necessidades próprias, que nem sempre estão em conformidade com as do titular. Esses são fatores que, com o tempo, podem levar um arquivo a ser reordenado, ampliado, fragmentado e até mesmo diminuído — como foi o caso do arquivo pesquisado. Por isso, a problematização do arquivo pessoal como retrato fiel do seu titular é necessária e constante (Artières, 1998; Benthien, 2014; Cunha, 2016; Heymann, 1997, 2005b; Oliveira; Macêdo; Sobral, 2017; Vianna; Lissovsky; Sá, 1986). Nesse caso, após o falecimento do titular, documentos foram perdidos e eliminados, restando fragmentos do que um dia foi o arquivo pessoal de Noboru Oda.

Em seu conjunto documental, foram recuperados documentos textuais e iconográficos. Os documentos textuais são, em sua maioria, identitários, ou seja, tem como função identificar e habilitar para a execução de determinadas atividades, como, por exemplo, dirigir e votar, sendo mantidos por injunção social. Por outro lado, os documentos iconográficos, em decorrência de suas características, sugerem ter sido acumulados devido às demandas

memoriais, como forma de recordar momentos, pessoas e locais do passado. Sabe-se que alguns dos documentos fotográficos acumulados por Noboru foram produzidos por amigos e familiares, enquanto outros foram produzidos por ele, através de suas câmeras fotográficas. Conforme a Entrevistada D, “quando o pessoal vinha aqui, batia fotografia, mandava por carta”. Nesse sentido, Lacerda (2012, p. 295) destaca que:

No caso dos arquivos pessoais, o valor documental está mais ligado à função ou ao uso da imagem em relação à vida do titular do arquivo e deve ser considerada em estreita relação ao conceito de acumulação. Um indivíduo pode nunca ter produzido imagens como forma de provar ações ou por obrigações funcionais provenientes de sua atividade profissional, mas pode ter colecionado, acumulado imagens ao longo da vida por diversos motivos e são esses motivos que podem revelar a utilidade da coleção de registros ao longo da trajetória, tanto pública quanto privada, da vida de um indivíduo.

Consoante a esse entendimento, Heymann (2009b, p. 50) destaca que: “a ideia de acumulação, ao introduzir a noção de intencionalidade, seria mais conveniente para pensar os arquivos pessoais, submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo”. Para Silva e Schmidt (2018), é o titular quem molda seu conjunto documental conforme suas necessidades, desejos e vontades. Nessa mesma linha de raciocínio, Britto e Corradi (2020, p. 106) defendem que, ao longo da vida, as pessoas realizam processos de seleção daquilo que julgam mais importante ser mantido para o futuro. Cunha (2016) argumenta que a acumulação é marcada pela realização de triagens guiadas por intencionalidades sucessivas e distintas, que variam dependendo do momento da vida da pessoa. Dessa forma, tratando-se de arquivos pessoais, a noção de acumulação parece ser mais adequada e está em conformidade com os debates que vêm sendo realizados por pesquisadores e instituições.

Outro fator discutido pela literatura e também identificado no arquivo pessoal investigado é a carência de informações sobre seus documentos. Sobre essa conjuntura, Heymann (2009b, p. 56) cita o caso do arquivo de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, cuja ausência de metadados foi um dos aspectos identificados no seu tratamento, existindo inclusive uma série de fotos sem legenda. Em concordância, Silva e Schmidt (2018, p. 42) afirmam que uma das dificuldades na elaboração do arranjo do arquivo de Machado de Assis foi a falta de informações sobre os documentos iconográficos, sendo que “as fotografias, em grande maioria, não possuíam qualquer indicação sobre os indivíduos, eventos e datas tópica e cronológica. A solução encontrada foi buscar informações, a partir dos próprios documentos textuais, que

pudessem identificar as fotografias”. Conforme Nedel (2013, p. 140), essa ausência de metadados, no entanto, indica um processo de acumulação que ocorre de forma descontínua quanto aos tempos, contextos e intenções.

Contudo, no caso do arquivo pesquisado, nota-se também a interferência de terceiros após a morte do titular. No arquivo pessoal de Noboru Oda, principalmente em relação aos documentos iconográficos, eram escassos os metadados que permitem identificar detalhes sobre seus registros. Enquanto os lugares e as pessoas retratadas foram mais facilmente identificados a partir do conhecimento sobre sua vida e das relações que estabeleceu, as datas cronológicas mostraram-se difíceis, sendo, na maioria dos casos, impossível de precisar quando foram tiradas. Assim, percebe-se que a Arquivologia pode contribuir com orientações para cidadãos que tenham interesse em preservar os aspectos físicos e lógicos de seus documentos, permitindo sua compreensão e utilização a longo prazo, seja por pesquisadores, seja por membros da família de gerações futuras, garantindo o acesso à história familiar.

A partir da sua atuação no arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, Heymann (2012, p. 276) observou um padrão diferente “[...] daquele associado ao acúmulo progressivo e natural de registros que remetem às experiências de vida e ao desempenho de atividades. Alguns documentos atestam apenas a intenção do titular em guardá-los e a ideia de que poderiam ser úteis no futuro”, aspecto que ela denomina “arquivo-projeto”, distinto do costumeiro “arquivo-memória”.

Esse aspecto não foi identificado no arquivo de Noboru Oda, no qual os documentos parecem indicar que foram guardados como formas de rememorar pessoas e momentos retratados nas fotografias produzidas, recebidas e acumuladas ao longo de sua vida. Esses registros sugerem ter sido reunidos a partir do desejo do titular de se demarcar no mundo e relatar histórias pessoais, familiares e da comunidade, ligadas às noções de sentimentalismo e memória (Britto; Corradi, 2020; Cox, 2017). A única exceção são os documentos textuais, que estão diretamente relacionados à noção de injunção social. Assim, as subseções seguintes têm como objetivo discutir os documentos encontrados em seu arquivo pessoal e apresentar suas principais características.

O estudo do arquivo pessoal de uma pessoa comum revela que algumas discussões presentes na literatura não são exclusivas dos arquivos pessoais de personalidades. Dessa maneira, é possível identificar comportamentos e problemas semelhantes na pesquisa sobre esses arquivos. Entre os pontos de convergência estão: a problemática da ordem original, a intervenção de terceiros, a dificuldade de identificar a atividade geradora e a carência de

metadados nos documentos. Assim, as discussões centradas nos arquivos de personalidades aplicam-se também aos de pessoas comuns e demonstram a necessidade de se continuar investigando esse campo de pesquisa, a partir da contribuição de outras áreas e para além dos cânones tradicionais da Arquivologia (Heymann, 2009b; Oliveira, 2014; Tanos, 2014; Tognoli; Barros, 2011).

4.2.1 Os documentos textuais

De forma geral, os documentos textuais são os mais comuns nos arquivos institucionais, sendo encontrados também de forma substancial nos arquivos pessoais. Segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 79), documento textual é o “gênero documental integrado por documentos manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios”. Integram também esse gênero documentos como: agendas, bilhetes, carteiras, certidões, diários, etc. Conforme Camargo (2011, p. 157), o que distingue o gênero textual dos demais é o sistema de signos utilizado na comunicação do conteúdo do documento, pois, por meio dele, “[...] é possível distinguir a palavra escrita (texto) dos registros em que predominam o som, a imagem e suas combinações, permitindo a utilização de variantes como documentação textual, audiovisual, sonora e iconográfica”.

No Brasil, ao nascer, é preciso se inserir socialmente através do registro civil, sendo o primeiro deles a certidão de nascimento, um documento textual¹⁵³. Ao longo da vida, uma pessoa deve realizar outros registros e guardar documentos para usufruir de direitos e cumprir deveres. De acordo com Silva (2013), alguns documentos são mais facilmente identificáveis, pois suas configurações são conhecidas por seguirem um padrão na sua produção — vistas principalmente em documentos textuais —, como é o caso das certidões de nascimento. Nesse grupo estão também outros documentos identitários, que são de simples reconhecimento em decorrência das legislações que os amparam (Camargo, 2008). Conforme Camargo e Goulart (2007, p. 37-38),

Os documentos que resultam do cumprimento de obrigações legais ou decorrem das relações que o cidadão mantém direta ou indiretamente com o Estado, por exemplo, são comuns a todos os que vivem numa determinada região e época e, por isso mesmo, objeto de fácil reconhecimento quando

¹⁵³ Em 2021, o ENEM teve como tema da redação: “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”, que buscou trazer à tona os problemas relacionados ao assunto no país. Ver mais sobre o registro civil sob a perspectiva da Arquivologia em Lehmkuhl (2021).

encontrados nos arquivos pessoais. É o que ocorre com a maioria dos chamados documentos identitários.

Os documentos identitários estão ligados ao que Artières (1998) se refere como “injunção social”, ou seja, os documentos que são mantidos por uma pessoa para comprovar sua existência, cumprir deveres e assegurar direitos, entre eles a carteira de identidade e o título de eleitor. Esse comportamento se desenvolveu a partir do século XIX, quando a escrita passou a fazer parte das sociedades ocidentais, sendo preciso, a partir desse período, inscrever-se para existir socialmente, seja por meio dos registros civis ou de outros tipos de documentos (Artières, 1998).

Por outro lado, os documentos textuais em arquivos pessoais não se limitam aos identitários, pois, enquanto livres de imposições jurídicas e padrões institucionais, alguns documentos encontrados em arquivos pessoais não são facilmente identificáveis, tornando o trabalho do profissional da informação ainda mais complexo (Camargo, 2008). Para Silva (2013), o universo dos arquivos pessoais é surpreendente, sendo um mundo a ser explorado e resultado da criatividade e liberdade do seu titular no que tange à produção e à acumulação de documentos, onde novas fórmulas podem ser criadas.

Dessa forma, se em um arquivo pessoal podem ser encontradas cartas, certidões, contratos e outros documentos com características de mais fácil identificação, também pode acontecer de um arquivo ser mais prolífero em outros gêneros documentais, como, por exemplo, o iconográfico, como é o caso do arquivo pesquisado. Outros podem abarcar também os egodocumentos e tipologias documentais pouco conhecidas, que exigem pesquisas mais aprofundadas por parte de profissionais e instituições.

No arquivo pessoal de Noboru Oda, contudo, identificou-se um número limitado de documentos textuais, restringindo-se apenas aos identitários: carteira de identidade, cartão de identificação do contribuinte, carteira de habilitação e título de eleitor; e a um de caráter religioso: santinho, discutidos individualmente a seguir.

O primeiro documento textual localizado em seu arquivo pessoal foi sua carteira de identidade. Esse documento tem como objetivos permitir a identificação civil dos brasileiros e garantir sua individualidade nos diversos atos da vida em sociedade (Brasil, 2024b). Do ponto de vista arquivístico, Bellotto (2002, p. 56, grifo do autor) define a carteira de identidade da seguinte forma:

[...] documento diplomático testemunhal de assentamento, descendente. Cartão expedido por órgão competente contendo nome, número do Registro Geral, filiação, nacionalidade, data de nascimento, fotografia, assinatura e a impressão digital do portador, e que serve para sua identificação.

A seguir, na Figura 17, apresenta-se o documento de Noboru Oda.

Figura 17 — Carteira de Identidade de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

O documento possui a parte externa em couro vermelho e a interna em papel azulado, tendo sido produzido em 28 de maio de 1954. As dimensões são de 14 centímetros de largura por 10 de altura quando aberto. Sua carteira foi emitida no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, conforme apresentado na parte externa do documento. Na parte interna estão as informações que identificam o titular, como: nome, data de nascimento, filiação, nacionalidade e naturalidade; assim como, as notas cromáticas, onde são descritas algumas das suas características físicas, a data de emissão do documento, assinaturas e impressão digital.

A criação desse tipo de documento, antes chamado Registro Geral (RG), ocorreu em 1907, sendo inicialmente emitido pelo Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal e, posteriormente, por outros Estados da federação (Silva, 2021). Segundo Silva (2021, p. 78), “[...] vários modelos de carteiras de identidade no Brasil ao longo do século XX instituídas pelos estados, cada um de acordo com seu tempo e infraestrutura legal e administrativa”. Assim, não havia um padrão nacional para o documento, sendo a carteira de identidade de Noboru Oda do padrão adotado pelo Instituto de Polícia Técnica Pereira Faustino do Estado do Rio de Janeiro daquele período.

Apesar de a legislação prever que qualquer um poderia requerer a carteira de identidade mediante a apresentação de determinados documentos e ao pagamento de taxas,

Silva (2021) esclarece que, inicialmente, não era qualquer um que conseguia ter acesso ao documento, pois identificou que eram fornecidos a pessoas consideradas honestas e sem antecedentes judiciais, servindo, assim, como atestado de bons antecedentes.

Apesar de sua não obrigatoriedade, posteriormente instituições públicas e privadas começaram a exigir cada vez mais o documento, tendo em vista confirmar a identidade da pessoa com o objetivo de evitar falsificações e fraudes (Silva, 2021). De acordo com Silva (2021, p. 79), “ao longo do século XX, a carteira de identidade passa a ser um dos documentos básicos para os brasileiros na comprovação da identidade, sendo fornecida a todos que a requisitarem independentemente dos antecedentes criminais” e sendo requisitada para a expedição de outros documentos¹⁵⁴.

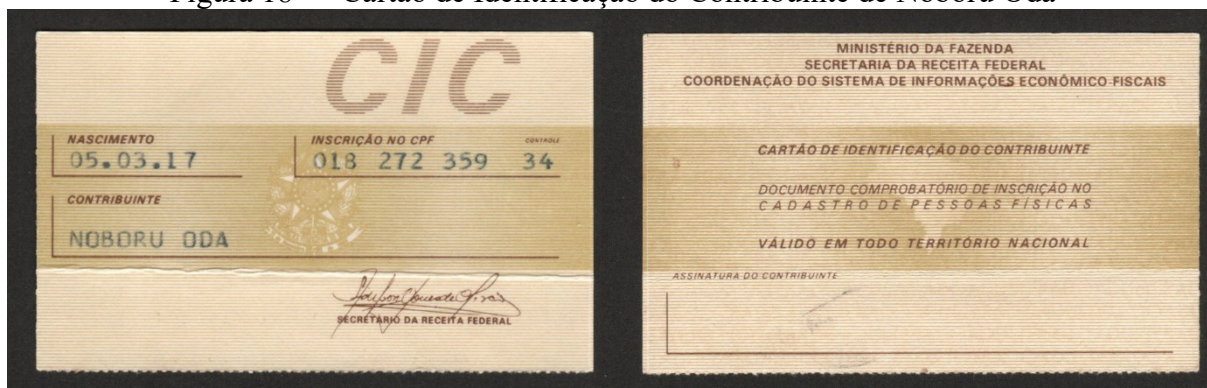
A partir disso, houve uma evolução dos documentos de identidade e dos sistemas de identificação, passando da discricionariedade para a obrigatoriedade. Essa mudança evidenciou não apenas a identificação de conflitos e o afluxo de imigrantes, mas também uma tendência a controlar e vigiar a presença das pessoas dentro do território nacional. Silva (2021, p. 47) destaca que: “[...] os documentos de identidade têm aspectos repressivos e ao mesmo tempo emancipatórios. Repressivos ou coercitivos uma vez que podem ser utilizados para vigilância, repressão, invasão e mesmo extermínio”, e emancipatórios por assegurarem direitos básicos e acesso a diversos serviços sociais. Em contrapartida, se por um lado registram a singularidade de uma pessoa, por outro, também a reduzem com o estabelecimento de um identificador numérico — questões ainda pouco discutidas pela literatura de arquivos pessoais (Silva, 2021).

Esses aspectos revelam também a necessidade dos trâmites realizados por Noboru para sua naturalização, em um momento histórico marcado pela disseminação de discursos discriminatórios e por tensões políticas no país. O movimento eugenista, em voga no século XX, foi uma das condições de possibilidade da emergência desses discursos e também de métodos de identificação da população e de suas características. Assim, compreender o cenário da imigração no país permite a identificação de aspectos ligados ao contexto em que esses documentos foram produzidos e acumulados.

¹⁵⁴ A padronização da carteira de identidade no território nacional ocorreu somente em 1983, com a sanção da Lei nº 7.116, de 29 de agosto, e do Decreto nº 89.250, de 27 de dezembro, que passaram a assegurar a validade nacional do documento e a regular sua expedição (Brasil, 1983). Antes dessas legislações, as carteiras expedidas pelos Estados também eram aceitas em todo o território nacional, apesar de não seguirem um padrão (Silva, 2021).

Em seu arquivo pessoal, também foi encontrado o seu Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC). O documento, produzido em papel cartão e com dimensões de 8,70 centímetros de largura por 5,40 de altura, é apresentado na Figura 18, a seguir.

Figura 18 — Cartão de Identificação do Contribuinte de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

O CIC foi o documento que antecedeu o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Esse documento comprobatório surgiu diante da necessidade do Estado de identificar e registrar cada pessoa no âmbito tributário e fiscal¹⁵⁵ (Silva, 2021). A emissão desse cartão teve início em 1970, quando os contribuintes passaram a receber duas vias do documento com o número do CPF (Brasil, 2021). Assim, a existência desse documento no arquivo pessoal de Noboru demonstra a sua inserção no sistema tributário brasileiro.

Em seu arquivo pessoal, também foram localizados sua carteira de habilitação e seu título de eleitor. Segundo Silva (2021), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é um dos documentos que são comumente encontrados em arquivos pessoais. Conforme a pesquisadora,

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) também conhecida como carteira de motorista e carta de motorista é o documento que apresenta as condições e especializações de cada condutor e que tem validade em todo o território nacional, equivalendo ao documento de identidade [...] (Silva, 2021, p. 70).

A seguir, na Figura 19, apresenta-se o documento, com dimensões de 9,80 centímetros de largura e 6,50 de altura, produzido em suporte de papel e com uma camada externa de plastificação. De um lado, contém as informações sobre sua identificação, como: nome, número

¹⁵⁵ A primeira menção ao Registro de Pessoas Físicas no Imposto de Renda ocorreu através do art. 11 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965 (Brasil, 1965). Em 1968, esse registro foi transformado no Cadastro de Pessoas Físicas, através do Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro, que passou a alcançar todas as pessoas físicas (Brasil, 1968).

de identificação, CIC, naturalidade, nacionalidade e data de nascimento; enquanto, do outro, constam as informações sobre sua habilitação, entre elas: via, categoria e habilitação para conduzir automóvel e caminhão. O documento foi expedido em Florianópolis, no dia 15 de janeiro de 1960, tendo validade prevista até 7 de dezembro de 1980.

Figura 19 — Carteira Nacional de Habilitação de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Até 1941, as habilitações para conduzir automóveis eram regulamentadas e expedidas pelos Estados e Municípios, ano em que ocorreram mudanças com a criação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do Código Nacional de Trânsito e dos Conselhos Nacional e Regionais de Trânsito (Brasil, 1941; Silva, 2021). Ao longo do século XX, a CNH sofreu mudanças em decorrência do surgimento de outras legislações, entre elas a instituição do Código Nacional de Trânsito, em 1966 (Brasil, 1966). Até a década de 1980, o documento seguia modelo semelhante ao apresentado na Figura 19, com dados sobre o condutor e os tipos de veículos que podia dirigir.

Apesar do arquivo pessoal de Noboru não contar com documentos resultantes das atividades profissionais que desempenhou ao longo de sua vida, seu documento de habilitação dialoga diretamente com sua atuação enquanto pescador, tendo em vista que utilizava caminhão para carregar redes e transportar os pescados até o Centro de Florianópolis. Além disso, possui ligação também com as relações sociais na comunidade, visto que utilizava seus automóveis para levar pessoas do bairro à região central da cidade.

O último documento textual recuperado do seu arquivo pessoal foi o seu título de eleitor, que, na época, era chamado de título eleitoral, conforme apresentado na Figura 20, a seguir.

Figura 20 — Título eleitoral de Noboru Oda

TÍTULO ELEITORAL

(Santa Catarina) N.º 12-350-
CIRCUNSCRIÇÃO INSCRIÇÃO

(Florianópolis) 13a. ZONA
MUNICÍPIO OU DISTRITO

NOME NOBORU ODA

DATA DO NASCIMENTO 5-3-1917
HACHIE ODA = HACHIE ODA

BRASILEIRO-NATURALIZADO SOLTEIRO
NATURALIDADE ESTADO CIVIL

PESCADOR RIBEIRÃO DA ILHA
PROFISSÃO RESIDÊNCIA

VOTA NA 58 (CINQUENTA E OITO) SEÇÃO

ret. em: 22-2-78
25-3-58

ASSINATURA DO ELEITOR
JUIZ ELEITORAL

VOTOU:

Em 15/11/1976 CHEFE DA ZONA	Em 15/11/1977 28	Em ____/____/19____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em ____/____/19____	Em ____/____/19____	Em ____/____/19____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em ____/____/19____	Em ____/____/19____	Em ____/____/19____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em ____/____/19____	Em ____/____/19____	Em ____/____/19____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em ____/____/19____	Em ____/____/19____	Em ____/____/19____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE

Departamento de Imprensa Nacional

Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

O documento, em papel, com dimensões de 15,50 centímetros de largura por 10,50 de altura, contém na parte da frente os dados do titular e os relacionados às eleições, entre eles: inscrição, localidade, zona e seção. No verso, constam os comprovantes das eleições que participou, seguindo os moldes do oitavo modelo adotado no país. O título, que foi emitido em 25 de março de 1958 e retificado em 22 de fevereiro de 1978, encontrava-se dobrado e, por isso, em alguns locais de dobra está rasgado ou desgastado, sendo, desse modo, o documento do arquivo que está em pior estado de conservação. Se, dentro do universo arquivístico, as questões relacionadas à preservação dos documentos são conhecidas, observa-se que fora dele nem sempre ocorre o mesmo. Dessa forma, esse é um ponto em que a Arquivologia pode contribuir para os arquivos pessoais de pessoas comuns.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, esse “é o documento que atesta o alistamento eleitoral, habilitando o cidadão ou a cidadã a exercer o direito do voto” (Brasil, 2024d). O alistamento eleitoral diz respeito à primeira fase do processo eleitoral, composta por duas etapas: a qualificação, onde o cidadão é considerado apto para votar frente às exigências legais; e a inscrição, quando seus dados passam a integrar o Cadastro Nacional de Eleitores da Justiça Eleitoral (Brasil, 2024c).

Até chegar ao modelo encontrado no arquivo pessoal de Noboru Oda, o título de eleitor passou por diversas transformações ao longo dos séculos XIX e XX. Silva (2021) identifica que, entre o período Imperial e o Republicano, o país teve treze modelos diferentes de título, sendo o primeiro instituído pela Lei Saraiva em 1881 — período monárquico e com voto censitário. Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição de 1891¹⁵⁶, ocorreu a adoção do regime presidencialista e eleições diretas para os cargos do poder executivo e legislativo, ocasionando mudanças no processo eleitoral e na emissão do documento.

A versão apresentada na Figura 20 segue o modelo de título emitido a partir de 1957¹⁵⁷, quando o Código Eleitoral, em vigor desde 1932, foi alterado pela Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955. Essa variante teve como principais mudanças a alteração do nome do documento de “título de eleitor” para “título eleitoral” e a disposição do texto e da fotografia (Brasil, 2009, 2014).

Ao longo da história política brasileira, o direito ao voto foi se modificando, tanto em virtude de regimes autoritários quanto por aspectos sociais — como no que diz respeito ao reconhecimento de quais pessoas poderiam exercer esse poder, entre elas mulheres, negros e imigrantes. O documento de Noboru Oda atesta sua participação em duas eleições nesse período: a primeira, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976, e a segunda, referente às eleições gerais de 15 de novembro de 1978. As duas vezes que exerceu o voto foram durante o governo de Ernesto Geisel — que assumiu a Presidência do Brasil em março de 1974 e teve um governo marcado pelo início da distensão política e pela amenização da repressão imposta pela ditadura (Brasil, 2014).

A partir do exposto, é possível observar a relação entre cidadão e Estado através de registros documentais, sendo essa uma relação marcada tanto pela busca em garantir direitos e fazer cumprir deveres quanto pelo controle, disciplina, vigilância, poder, repressão, etc. Como

¹⁵⁶ Ver mais sobre os antecedentes em Brasil (2014).

¹⁵⁷ O modelo adotado a partir de 1957 foi o oitavo do país e apenas deu lugar a uma outra versão em 1986.

frutos dessa relação, são produzidos documentos pelo Estado que são acumulados pelos cidadãos e preservados de forma permanente, frente ao seu valor de prova. Essa conduta ocorre, pois, a legislação brasileira prevê a obrigatoriedade de que todos os cidadãos, independente de seus status ou relevância social, de possuir determinados documentos para estar inserido na sociedade. De acordo com Cox (2017, p. 27), “uma das principais inovações foi que esses passaportes e cédulas de identidade deixassem de ser atributos dos privilegiados e passassem a ser documentos obrigatórios para todos na sociedade. Isso foi parte de uma grande mudança na forma como a sociedade e suas instituições viam e utilizavam arquivos”.

A necessidade de uma quantidade maior de documentos e da responsabilidade de manutenção deles impactou os sentidos conferidos pelas pessoas aos documentos e, conseqüentemente, na formação dos arquivos pessoais (Cox, 2017). Por isso, nos arquivos pessoais encontramos “[...] documentos que guardamos porque são provas do cumprimento dos deveres civis, asseguram o gozo de direitos e nos credenciam para o exercício da cidadania, provam transações financeiras e nos identificam formalmente na esfera do Direito” (Campos, 2015, p. 106). Conforme Cox (2017), o governo dá indícios da sua influência difusa sobre nossas vidas através dessa necessidade constante de apresentar e manter documentos, como um lembrete da convivência e existência em sociedade.

Ao analisar o arquivo de Noboru Oda, a pesquisa busca contribuir para os debates em torno dos documentos identitários como parte dos arquivos pessoais, sobretudo do ponto de vista do cidadão que os acumulou em decorrência de dispositivos normativos e de sua relação com o Estado. Tratando-se de um imigrante, esses documentos também dizem respeito a sua inserção na sociedade brasileira, pois, conforme Artières (1998, p. 13), é preciso inscrever-se através de diferentes tipos de documentos “para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é punida”. DaMatta (2000, p. 46) argumenta que:

Num nível geral, a identidade formal, concretizada pela carteira de motorista ou pela carteira de identidade, é um veículo que materializa o lugar que ocupamos e o que somos no sistema, estabelecendo os nossos direitos e deveres, os nossos limites e, obviamente, o nosso poder, autoridade e prestígio.

No caso da documentação identitária de Noboru Oda, é possível perceber que alguns documentos foram produzidos em período marcado pela imposição de barreiras políticas e sociais, permeadas pela proliferação de discursos preconceituosos e pelo aumento de órgãos de

vigilância e repressão. Assim, ainda que tais documentos demonstrem o poder de controle estatal ao qual todos deveriam estar submetidos, apresentam também um aspecto de conquista para o imigrante que obtinha um documento de pertencimento. Dessa forma, é compreensível que esses documentos possam ser mantidos em decorrência de uma dimensão emocional ou subjetiva, ou seja, preservados por questões ligadas à memória e a um status simbólico (Cox, 2017; Silva, 2021). Esse comportamento pode ser observado também após o falecimento do titular, quando seus familiares guardam seus documentos para servir de lembrança e não para comprovar a identidade ou sua habilitação para dirigir ou votar. Dessa forma, para além

[...] da motivação de suas origens (controle, disciplina, vigilância, repressão) e de enumerar e compartimentar os dados de cada um, ou seja, reduzir a individualidade dos cidadãos, esses documentos são também instrumentos para reivindicação de privilégios, direitos individuais e coletivos: saúde, educação, voto, mobilidade, trabalho, previdência. Na análise da literatura sobre o tema, observamos que eles podem representar para seu portador o lugar ou seu *status* na sociedade, isto é, eles podem ter uma dimensão emocional ou subjetiva dando outras perspectivas sobre como o indivíduo define a si próprio (Silva, 2021, p. 149, grifo do autor).

Ademais, percebe-se que o rastro de documentos textuais de Noboru, tanto do seu arquivo pessoal quanto de outros arquivos, segue uma lógica em decorrência do período que viveu e dos espaços que transitou. Ao desembarcar no país, foi inscrito em uma lista de passageiros; ao longo da sua vida no Estado de São Paulo, teve documentos produzidos por delegacias específicas, em período marcado pela proliferação de órgãos de segurança pública; ao se mudar para o Estado do Rio de Janeiro, ingressou com pedido de naturalização e retirou sua carteira de identidade e; ao chegar em Santa Catarina, teve acesso a outros documentos, como sua carteira de habilitação e seu título de eleitor. Nesse aspecto, não só os documentos do seu arquivo pessoal, como também de outros arquivos, ajudam a contar partes da sua história no país e são potencializados pelo cruzamento com outras fontes de pesquisa que permitem sua contextualização. De acordo com Cox (2017, p. 231-232),

Na sua constante documentação sobre cada um de nós, talvez o governo nos tenha feito um serviço. Nós preservamos muitos documentos estatais antigos [...] É divertido voltar e olhar as velhas fotografias dos passaportes e das carteiras de motorista, muitas vezes porque elas costumam ser pouco generosas em seu trabalho de captar com exatidão nossos traços faciais e também porque em parte elas nos ajudam a lembrar por onde estivemos e o que estávamos fazendo em momentos específicos do passado. Se o governo não tivesse assumido a tarefa de documentar tantas de nossas atividades, mesmo diante de todos os riscos de invasão de privacidade e mau uso de dados

pessoais que deveriam nos preocupar, será que nós mesmos teríamos o cuidado de realizar nossa autodocumentação? A relação entre a organização arquivística estatal e a institucional, de um lado, e de outro, o impulso individual de produzir arquivos pessoais é complexa, mas muito real e útil.

Além dos documentos identitários, também foi encontrado em seu arquivo um santinho. Embora esse tipo de documento seja mencionado em pesquisas sobre arquivos pessoais, observa-se ainda uma carência de produções que discutam essa tipologia documental específica. Conforme Mattos e Schmidt (2017, p. 1417), no que tange às dificuldades encontradas no tratamento de documentos não resultantes de atividades jurídico-administrativas, fica evidente a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, que busquem ampliar as discussões acerca dos chamados documentos discricionários, tão comuns nos arquivos pessoais. A seguir, na Figura 21, apresenta-se o documento em questão.

Figura 21 — Santinho religioso de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

O aspecto mais interessante acerca do documento é que a parte escrita está em japonês. Cox (2017, p. 217) afirma que: “mesmo que não sejamos capazes de compreender o idioma do documento, normalmente conseguimos deduzir sua função (ainda que isso não inclua os dados

mais específicos) através do seu tipo documental e da estrutura da informação”. O documento, em papel, com dimensões de 6 centímetros de largura e 10,20 de altura, não contém data e pode ser resultante dos processos de catequização de imigrantes realizados no Brasil durante o século XX. No entanto, é impossível afirmar a origem do documento sem informações complementares. Por isso, através de entrevista com a Entrevistada D, foi possível descobrir que recebeu o documento de sua prima Mukai, durante uma visita a sua casa em São Paulo na década de 1970.

Sobre esse ponto, é necessário destacar que a preocupação com o arquivo de determinada pessoa em vida e a efetivação de boas práticas de organização e preservação do acervo podem apoiar o seu posterior tratamento. Esses são alguns dos aspectos em que a Arquivologia pode contribuir para a sociedade. Sobre a presença de documentos religiosos nos arquivos pessoais, os motivos para sua manutenção podem ser diversos. Em síntese, nos arquivos pessoais encontramos documentos que são resultados de atividades formais ou das relações com o Estado, mas também:

[...] nos depararemos com tantos outros documentos e objetos que escapam ao universo da obrigação, os quais conservamos por razões de fato ligadas à intimidade, seja porque materializam os laços de afeto, as relações familiares ou porque refletem nossos posicionamentos políticos, ideológicos, religiosos e preferências intelectuais (Campos, 2015, p. 106).

Campos (2013) evidencia que, ao ingressar no universo da intimidade dos arquivos pessoais, é necessário também considerar os documentos que são mantidos em decorrência das crenças e das práticas religiosas de seu titular. Entre os instrumentos que tratam desse tipo de documento, está o Glossário de documentos da Fundação Fernando Henrique Cardoso, que traz duas definições para santinho, sendo elas: “pequena imagem que representa a figura de um santo qualquer” e “pequeno prospecto de propaganda eleitoral, com retrato e número de candidato a cargo público. O prospecto pode assumir diferentes formatos (de marcador de livro, por exemplo) [...]” (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2020, p. 40).

Em relação à sua prática religiosa, a Entrevistada A contou que Noboru não tinha o hábito de ir à missa, mas “costumava era tomar uma caninha no bar. No boteco ele gostava. Todo dia tomar uma cana” e só comparecia à missa quando tinha festa. Disse ainda que, em relação à religião, ele “não era de nada. Só mesmo quando tinha a festa que ele ia, uma procissão, uma coisa assim”. Ao ser perguntado se Noboru ia à missa, o Entrevistado B relatou que: “oh, nunca vi [riso], [inaudível] porque eu não vou na missa, [...] mas ele ia, ia, às vezes

ele ia para festa ali, ia, ia”. O Entrevistado C também afirmou que Noboru não tinha o hábito de ir à igreja. E a Entrevistada D também informou que dificilmente ia à missa e deu detalhes sobre sua prática religiosa.

Ele rezava em casa. Aqui em casa nós tínhamos um... como que chama em português? Otera¹⁵⁸. Que o brasileiro não tem. É uma casinha. Que tem... ele era... tinha Buda, mas para ele assim oh, Deus era um só. Deus em japonês é Kamisama. E então ele rezava... ele chegava da rua, ele rezava nessa... ah, oratório, que chama em português. Ali a minha avó, tudo que ela fazia, a primeira coisa a servir era no oratório. Um bolo, um sashimi. Primeiro ela levava para lá, rezava, tocava o sino, não é. E no final do ano, então, era feita a comida especial para essa oratória, não é. Lá eles rezavam. Então, meu avô não era muito de missa, mas em casa, sim, em casa, ele não saía sem fazer os cumprimentos do oratório, que era o Kamisama (Entrevistada D).

Alves Júnior (2009) também noticiou que Noboru seguia a religião budista e mantinha um oratório onde rezava com frequência. Nesse sentido, mantinha símbolos de duas religiões diferentes: uma relacionada à sua terra natal e outra a sua vida no Brasil. Esse aspecto pode ser discutido mais a fundo em pesquisas futuras, que levem em conta sua inserção no território nacional e as ideias de assimilação discutidas ao longo do século XX.

Os relatos obtidos sugerem que, diferente de outros arquivos, o santinho no arquivo pessoal de Noboru Oda foi mantido mais em decorrência do seu relacionamento familiar com sua prima do que com atividades elencadas em estudos arquivísticos, como “culto religioso” e “práticas religiosas” (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2018; Silva; Trancoso, 2014).

Embora esse tipo documental possua uma parte imagética — como alguns dos documentos identitários anteriormente discutidos —, é classificado como um documento textual. Nesse sentido, apesar da teoria arquivística admitir gêneros diversos, percebe-se que o texto se sobrepõe à imagem. Camargo (2011, p. 157) evidencia que: “os documentos de arquivo são, por excelência, textuais”, sendo que a predominância do sistema de signos utilizado é o que os caracteriza. De acordo com a pesquisadora:

Pode-se afirmar que em relação aos textuais os documentos de outros gêneros têm funcionado como coadjuvantes ou complementares. É o que ocorre com a iconografia, utilizada como recurso enfático em determinados escritos. E também com documentos que, de natureza icônica, como plantas e mapas, não prescindem de legendas e outras inscrições que lhes confirmam sentido. O caso da fotografia, hoje largamente empregada na cobertura de eventos diversos, é exemplar; as reportagens produzidas só sobrevivem como documentos de

¹⁵⁸ “Templo” em japonês.

arquivo se munidas das informações que as atrelem às circunstâncias de origem (Camargo, 2011, p. 160).

Por isso, na visão da autora, quando desprovidos de metadados, esses documentos sequer devem ser considerados arquivísticos (Camargo, 2011). Essa é uma das questões que colocam em xeque o caráter arquivístico de documentos de outros gêneros documentais, como o iconográfico — que são discutidos a seguir.

4.2.2 Os documentos iconográficos

Conforme o Arquivo Nacional (2005, p. 76), documento iconográfico é o “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras”. Em síntese, são documentos que possuem imagem, independentemente da técnica de registro utilizada. De acordo com Gonçalves e Albuquerque (2015, p. 51),

O registro imagético do mundo visível tem sua origem com as representações gráficas das pinturas rupestres, por meio dos traçados registrados em rochas, desde os fragmentos do cotidiano fixados pelos homens de Neandertal, utilizando como instrumentos as próprias mãos, gravetos e pigmentos.

Desde então, outras técnicas e formas de registro surgiram para atender às necessidades humanas, entre elas a fotografia. Desenvolvida na primeira metade do século XIX, a fotografia aparece nesse período como uma nova alternativa para o mercado de imagens — em alta em decorrência da Revolução Industrial (Fabris, 2009). Segundo Fabris (2009, p. 13, grifo do autor), nessa época “há uma demanda crescente de imagens fidedignas, exatas, baratas, de execução rápida e capazes de superar aquele *unicum* representado pela obra de arte tradicional [...]”. Assim, outras técnicas de produção de imagens, que antes eram suficientes, passaram a não suprir mais as necessidades da sociedade. Sobre esse cenário, Rouillé (2009, p. 29-30) afirma que:

A modernidade da fotografia e a legitimidade de suas funções documentais apoiam-se nas ligações estreitas que ela mantém com os mais emblemáticos fenômenos da sociedade industrial: o crescimento das metrópoles e o desenvolvimento da economia monetária; a industrialização; as grandes mudanças nos conceitos de espaço e de tempo e a revolução das comunicações; mas, também, a democracia. Essas ligações, associadas ao

caráter mecânico da fotografia, vão apontá-la como a imagem da sociedade industrial: aquela que a documenta com o máximo de pertinência e de eficácia, que lhe serve de ferramenta, e que atualiza seus valores essenciais.

Kossoy (2012, p. 28) evidencia que: “a enorme aceitação que a fotografia teve, notadamente a partir da década de 1860, propiciou o surgimento de verdadeiros impérios industriais e comerciais”. Foi nesse cenário que a fotografia se desenvolveu e passou a ganhar espaço, sendo absorvida por instituições e adentrando nas residências, seja como fontes de informação ou como objetos simbólicos (Sontag, 2004). Diversos aspectos da vida das pessoas começaram a ser documentados por meio das câmeras, o mundo se tornou mais familiar e passou-se a ter conhecimento de outras realidades que antes eram relatadas através da escrita, da oralidade e de registros pictóricos (Kossoy, 2012). Esse cenário também propiciou o uso de fotografias na propagação de notícias e no desenvolvimento científico. Nesse contexto,

A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e portanto de ampliação dos horizontes da arte), de documentação e denúncia graças à sua natureza testemunhal (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). [...] A história, contudo, ganhava um novo documento: uma verdadeira revolução estava a caminho (Kossoy, 2012, p. 29).

Por isso, inicialmente, tratou-se as fotografias como cópias da realidade e não como representações de processos socioculturais específicos (Madio, 2021). Posteriormente, o caráter de neutralidade que foi atribuído inicialmente a fotografia se tornou alvo de discussões, passando a ser vista como um registro passível de manipulações e de interpretações (Kossoy, 2012). Segundo Madio (2021, p. 57), “[...] existe uma intencionalidade ou função que determinou a iniciativa para esse registro”, por isso, é preciso compreender o documento fotográfico como resultado de uma ação ou propósito — sendo necessária a correta contextualização, ou seja, a identificação dos aspectos ligados à sua produção. Conforme Kossoy (2012, p. 127),

A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar.

A fotografia, enquanto uma construção humana e parte de uma rede de significados, possui potencial informativo e pode indicar práticas e comportamentos de diferentes grupos sociais e pessoas, de épocas e lugares distintos. Pode servir também para fins diversos, inclusive no registro de acontecimentos cotidianos, ligados diretamente à noção de memória. Para Barros (1989, p. 39), no âmbito pessoal, existe uma intenção de deixar a fotografia como um documento que seja fragmento de espaço e de tempo, seja pela “[...] necessidade ou o desejo de amanhã relembrar um rosto, um gesto peculiar e um instante. A imagem traz ali presente uma pista para o caminho da memória”. Dessa forma, conforme a pesquisadora, a imagem deixada passa a servir como prova ou testemunho da ocorrência de eventos passados e da existência de pessoas, de lugares e de momentos. A fotografia permite, então, que seja traçado um trajeto de volta ao passado e que ele seja reconstruído no presente, confirmando as histórias da família e de seus membros (Barros, 1989). Assim,

Em algumas fotografias encontra-se sintetizado o sentimento de pertencimento à família ou a emoção da recordação de uma vivência passada. Algumas fotografias, mais que outras, trazem a síntese do que se pretende captar da imagem impressa no papel fotográfico. São estas as boas fotos. Na fotografia antiga do grupo de família, visualiza-se um modelo de família: a grande família cujas relações estão estabelecidas anteriormente à existência dos indivíduos particulares que a compõem (Barros, 1989, p. 39).

Barros (1989) destaca, ainda, que a imagem é o ponto de partida para despertar uma memória de sentimentos e emoções, sendo fator determinante na seleção das fotografias. Gonçalves e Albuquerque (2015, p. 56) afirmam que: “[...] a fotografia possui uma mensagem, ela enuncia um vestígio do passado, sendo, portanto, uma fonte de informação”. E acrescentam que as fotografias podem ser utilizadas para narrar histórias de vida e constituir biografias, aspectos que dizem respeito ao que as pesquisadoras chamam de “fotoautobiografia”, ou seja, a “[...] narração da vida de uma pessoa por meio de suas fotografias e álbuns” (Gonçalves; Albuquerque, 2015, p. 54). Em consonância, Takeuchi (2016) afirma que as fotografias, ao registrarem partes de cenários, personagens e fatos, contribuem para a memória — individual ou coletiva —, e, conseqüentemente, para a reconstituição histórica.

Essa visão recorre aos documentos imagéticos como fontes de informação para estudos de vários aspectos da vida do titular e dialoga diretamente com questões anteriormente discutidas, como: a produção autobiográfica, a escrita de si e os egodocumentos. Assim, as

imagens transmitem informações e, como toda linguagem, precisam ser interpretadas. Segundo Mariz, Silva e Cordeiro (2020, p. 87),

A fotografia existe há mais de cem anos e seu uso foi crescendo desde a sua invenção, democratizou-se e tornou-se popular. Ainda no meio analógico, o acesso à produção de fotografias já permitia que os arquivos pessoais tivessem esse gênero entre os seus documentos. A partir da transição para o meio digital e a convergência entre os aparelhos fotográficos e outros aparelhos, principalmente os telefones móveis, a facilidade de produzir registros fotográficos aumentou exponencialmente. Com essa crescente facilidade em produzir fotografias, passou-se a encontrar entre os documentos dos arquivos pessoais as fotografias em número cada vez maior.

Apesar disso, assim como os arquivos pessoais, as fotografias não receberam a devida atenção e o tratamento arquivístico adequado, porque, por muito tempo, não foram consideradas documentos, sendo relegadas a segundo plano dentro da teoria arquivística (Mariz; Silva; Cordeiro, 2020). Um dos fatores que contribuíram para essa falta de preocupação com os registros fotográficos foi o fato de não serem uma categoria de documento que era comumente encontrada em arquivos públicos — espaço em que a Arquivologia nasceu e se desenvolveu. Conforme Graziano e Bizello (2022, p. 119),

[...] desde os manuais teóricos e trabalhos científicos a respeito da Arquivística à prática realizada nessas instituições, enfocam, única e especialmente, os chamados documentos tradicionais ou convencionais de arquivo. Isto é, os documentos do gênero textual, preferencialmente de natureza administrativa, cuja produção foi baseada em procedimentos controlados e padronizados, para que possam exercer e responder efetivamente as prerrogativas jurídicas e legais.

A diferença de linguagem em relação aos documentos textuais, bem como a falta de vinculação de sua origem com os procedimentos administrativos, dificultou a aplicação da metodologia arquivística a esses documentos. Por isso, dentro da Arquivologia, os arquivos fotográficos passaram a ser objeto de reflexão somente a partir da década de 1980, sendo essa valorização decorrente do reconhecimento das imagens como fonte para os estudos históricos e culturais (Lacerda, 2012).

Nessa perspectiva, as fotografias passaram a ser consideradas documentos. Como pontua Bellotto (2006, p. 36), um documento é: “[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. [...] enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade

humana”. O caráter arquivístico de um documento iconográfico, assim como dos demais, advém do fato de ele ter sido produzido, recebido ou acumulado em decorrência de algum objetivo atrelado às funções e atividades de uma instituição ou pessoa, além de possuir uma relação com os demais documentos, conforme discutido na fundamentação teórica desta pesquisa. Segundo Lacerda (2012, p. 285),

Qualquer imagem pode ser considerada um documento uma vez que o conceito amplo de documento diz respeito a qualquer informação registrada num suporte. Imagens como documentos de arquivo são aquelas que, além de veicular conteúdos os mais diversos, são antes e sobretudo produto das ações e transações de ordem burocrática e/ou sociocultural responsáveis pela sua produção. Relacioná-las ao seu universo ‘gerador’ deveria ser atribuição do tratamento arquivístico, a partir de uma abordagem menos naturalizada com relação a esses registros. Mas não é o que ocorre.

Os registros imagéticos são costumeiramente vistos como autorreferentes, tendo sua conexão com o restante do arquivo sido obscurecida por causa disso (Lacerda, 2012). Assim, conforme Graziano e Bizello (2022, p. 118), “o entendimento de fotografia como documento e, até mesmo, como documento de arquivo não é consensual na área da Arquivologia”. Segundo Lacerda (2013, p. 57), “ainda hoje se discute se as fotografias deveriam ser consideradas documentos de arquivo, considerando que sua forma de constituição estaria mais próxima dos itens de coleção”, sendo ainda vistas como “especiais”.

Alguns profissionais da área, a partir de um enfoque tradicional, não reconhecem os documentos fotográficos como arquivísticos. A carência de reflexões sobre esses documentos os levaram, assim como os arquivos pessoais, a serem tratados com base em métodos de outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia e a História, com o valor informativo do conteúdo da imagem se sobrepondo ao valor de prova e de registro em relação à sua atividade geradora (Lacerda, 2012). Esse ainda é um terreno fértil para debates, e as discussões têm o potencial de contribuir para o desenvolvimento de uma base teórica sobre o assunto dentro do universo arquivístico.

Além de ser mencionada na definição de gênero iconográfico pelo Arquivo Nacional (2005, p. 76), a fotografia também é citada no Dicionário de Terminologia Arquivística como uma espécie documental: “são exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório” (Arquivo Nacional, 2005, p. 85). Para a Universidade de São Paulo (1997, p. 19), foto ou fotografia é a “imagem obtida por processo de fixação fotossensível”, sendo considerada pelo órgão como uma espécie ou formato

documental. Por outro lado, diferente dessas instituições, a Fundação Fernando Henrique Cardoso (2020) reconhece a fotografia como técnica de registro e não como espécie documental. Portanto, observa-se ainda uma falta de consenso sobre os documentos fotográficos nas produções e instrumentos arquivísticos nacionais.

A partir do desenvolvimento da fotografia, passou a ocorrer a superação de uma visão positivista dentro da arquivística, que privilegiava apenas os documentos de caráter oficial, ou seja, aqueles textuais produzidos por instituições públicas. De acordo com Lacerda (2013, p. 55), “se, por um lado, esses registros são aquisições ‘recentes’ no universo arquivístico, por outro, sua existência representa uma transformação notável na área, modificando profundamente a própria forma de produzir e acumular arquivos [...]”. É possível observar uma ampliação dos debates para os documentos imagéticos, sonoros e eletrônicos e as questões relacionadas a eles na atualidade (Gonçalves; Albuquerque. 2015).

Ainda assim, os documentos iconográficos enfrentam problemas metodológicos dentro da arquivística, tendo em vista que o foco sobre eles começou a ganhar força apenas nas últimas décadas. Enquanto um campo de estudo em desenvolvimento e não mais restrito aos arquivos institucionais, a Arquivologia passou a ampliar seu interesse em direção a outras categorias de arquivos, como os pessoais, familiares e comunitários, bem como os gêneros, espécies e tipos documentais que compõem esses arquivos. Segundo Lacerda (2009, p. 117-118),

A discussão sobre organização de documentos fotográficos é importante e atual, uma vez que constitui, nas instituições de guarda do patrimônio histórico, um dos assuntos menos discutidos e mais naturalizados no que diz respeito ao cumprimento de metodologias arquivísticas. Na maioria desses ambientes predomina a regra metodológica de separar os documentos iconográficos do restante do acervo do qual fazem parte, para fins de tratamento técnico específico. Essa regra, que tem justificativa a aplicação de procedimentos de conservação diferenciados, estende-se à própria organização do material iconográfico, que recebe arranjo e descrição distintos dos aplicados ao restante do arquivo, ocasionando uma perda dos significados daquelas imagens no contexto da produção arquivística do conjunto.

No âmbito arquivístico, Lopez (2003, p. 77-78) afirma que: “nos arquivos pessoais, com o império da informalidade e com a inclusão de inúmeros documentos recolhidos das mais diversas origens, a distinção entre o contexto de produção e o conteúdo informativo do documento revela-se mais importante”. Nesse caso, é fundamental a identificação da razão pela qual foi produzido, pois, caso não seja feita, estará aberta a múltiplas interpretações. Para o

autor, é a teoria e os princípios arquivísticos que viabilizam essa atividade, e ele chama atenção para o fato de que o verdadeiro desafio consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos que produziu, recebeu e/ou acumulou, sendo que outros documentos podem ajudar nesse trabalho (Lopez, 2003). Por isso, defende-se que os documentos fotográficos precisam ser tratados à luz do método arquivístico, ou seja, de maneira similar a outros documentos de arquivo, com exceção apenas em relação a sua preservação (Lopez; Carvalho, 2013). Para Lacerda (2012, p. 285),

[...] apesar das peculiaridades, a produção e a acumulação de documentos fotográficos com finalidades instrumentais — provenientes de atividades institucionais e mesmo aquelas relativas à trajetória de vida de um indivíduo — possuem sua própria ‘economia’, sua racionalidade de produção, devendo ser investigadas, nesse contexto de origem, as razões de sua gênese.

Na abordagem contextual, faz-se necessário identificar as razões que levaram à produção da fotografia, tendo em vista possibilitar seu tratamento arquivístico consoante aos demais documentos do conjunto. De maneira geral, trata-se de investigar a natureza do documento fotográfico e não sua potencialidade como fonte de informação (Lacerda, 2012). Conforme Lacerda (2012, p. 290),

Defender a busca de significados dos documentos nos arquivos não significa entender os documentos como possuidores do poder de atestar de forma neutra o que se passou ‘realmente’ no momento de produção. Pelo contrário, buscar esse momento é procurar entender o documento como resultado de procedimentos tomados em sua gênese, única forma de restituir à massa documental acumulada durante anos, e já divorciada de suas atribuições originais, contornos mais consistentes sobre a sua existência.

Pensando na questão de acesso, Machado e Madio (2019, p. 5) afirmam que: “[...] o contexto de produção dos documentos fotográficos é essencial para propiciar aos pesquisadores a compreensão dos motivos que levaram à criação do documento, sendo impossível serem percebidos somente através do conteúdo da imagem”. Dessa forma, verifica-se

[...] a necessidade, cada vez maior, de estudos que enfoquem a forma de tratar as fotografias nos arquivos, considerando, principalmente, suas características de natureza arquivística, isto é, considerando sua produção, origem, contexto funcional e seus diferentes usos. Tal necessidade justifica-se para a consolidação desses documentos enquanto documentos de arquivo e a desmistificação de serem documentos ‘especiais’, bem como ampliar os horizontes dos profissionais arquivistas para seu tratamento visando além da

conservação e preservação, a recuperação e o acesso à informação (Graziano; Bizello, 2022, p. 129).

Se inicialmente esses documentos nos arquivos foram tratados como “especiais” diante de suas características distintas dos costumeiros documentos textuais, observa-se, recentemente, uma necessária mudança de rumo das discussões na área (Machado; Madio, 2019; Madio, 2021). Segundo Lacerda (2012, p. 286), a preocupação com o valor documentário da fotografia e o foco no seu contexto de produção — e não mais nos conteúdos da imagem¹⁵⁹ — vem se desenvolvendo em decorrência da presença da fotografia em arquivos e das discussões geradas em relação a ter ou não caráter arquivístico e das diferenças em relação a outros documentos considerados “típicos” de arquivos. Nessa medida, esses estudos buscam, na análise diplomática, subsídios para seu desenvolvimento (Lacerda, 2012).

Apesar do destaque que esse método vem ganhando dentro da teoria arquivística, na prática ainda não é adotado na organização de acervos fotográficos de forma constante (Mariz; Cordeiro, 2019). Conforme Lacerda (2009, p. 118-119), “[...] a questão é ainda bastante desafiadora, entre outras razões pela dificuldade de se estender um mesmo método ou abordagem a arquivos de naturezas absolutamente diversas e a tipos documentais bastante heterogêneos entre si”.

Uma das situações observadas é a adoção do termo “fotografia” de forma genérica em planos de classificação e quadros de arranjo, nos quais todos os documentos fotográficos do arquivo são colocados em uma mesma categoria, sem a devida preocupação quanto aos tipos documentais (Machado; Madio, 2019). Conforme identificado por Graziano e Bizello (2022, p. 119), “na maioria das instituições arquivísticas, é possível verificar que as fotografias, geralmente, são organizadas e arquivadas sob uma lógica técnica específica e exclusiva, fundamentada nos critérios, principalmente, de conservação e preservação do seu suporte material”, ocasionando sua descontextualização e isolamento em relação aos demais documentos, bem como em certa desconexão em relação ao seu produtor (Graziano; Bizello, 2022; Lacerda, 2009).

Portanto, defende-se que o caminho mais seguro para a preservação lógica dos conjuntos documentais que possuem fotografias é a busca pelo contexto de produção desses documentos. Madio (2021, p. 61) afirma que:

¹⁵⁹ Conforme Lacerda (2012, p. 300), “a leitura da imagem diretamente pelo seu valor factual, apenas pelo seu conteúdo informativo, começa a ser considerada incapaz de dotar a imagem de seu valor de prova dos fatos e atos que lhe deram origem, de seu vínculo arquivístico”.

Se no tratamento arquivístico do documento, for feita apenas uma análise dos elementos icônicos presentes nas fotografias, teremos a descrição de acordo com a bagagem cultural do arquivista e a compreensão que tem daquele momento histórico registrado, assim como as referências imagéticas passíveis de pesquisa. Entretanto, como se sabe, é fundamental, para uma identificação documental adequada, saber quem são seus produtores e os motivos que os levaram a realizá-las; do contrário a guarda dependerá sempre do conhecimento e formação do profissional responsável pelo processamento e não pela função original do documento.

A pesquisa de Mariz, Silva e Cordeiro (2020) buscou verificar se a literatura publicada em língua portuguesa tem acompanhado esse cenário. Os pesquisadores constataram que: “[...] apesar das fotografias estarem presentes em grande parte dos arquivos pessoais, a literatura da área não reflete essa realidade” (Mariz; Silva; Cordeiro, 2020, p. 74). Sobre essa conjuntura, destacam que:

Não são muitos os textos que fazem referências às fotografias nos arquivos pessoais, e entre os que os fazem, a abordagem é muito diferenciada entre eles, em alguns com mais detalhes em outros apenas mencionando. Ou seja, ainda não há consenso na literatura sobre as diretrizes a serem aplicadas na organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares, e muitos arquivos recolhidos aguardam tratamento técnico que os torne possíveis de pesquisar e acessíveis (Mariz; Silva; Cordeiro, 2020, p. 84-85).

Em pesquisa subsequente, Mariz e Cordeiro (2021) identificaram que, dentro de uma amostra de 65 artigos sobre arquivos pessoais, apenas 15 deles citaram a fotografia em algum grau de profundidade. Com isso, as autoras constataram que a grande maioria dos textos não menciona essa categoria de documento, existindo uma grande lacuna na literatura da área e a necessidade de discussões sobre o assunto. Essa escassez de estudos não se limita apenas ao recorte dos documentos fotográficos em arquivos pessoais, mas também em arquivos de forma geral, como identificado por diversos autores, como: Lacerda (2009, 2012, 2013), Lopez e Carvalho (2013), Machado e Madio (2019) e Madio (2021).

Lacerda (2009) evidencia que, de modo geral, poucos trabalhos têm dado enfoque na natureza e constituição dos arquivos fotográficos, sendo que a maioria aborda os métodos de tratamento técnico e a preservação desses documentos imagéticos. Assim, “são raros os trabalhos que apresentam reflexão sobre a natureza arquivística desses materiais a partir de uma perspectiva teórica” (Lacerda, 2009, p. 118). Em outra publicação, a pesquisadora evidencia que, apesar de estarem presentes nos arquivos, as fotografias têm sido “[...] pouco

problematizadas, tanto no que diz respeito às suas características de registro visual quanto em relação aos papéis que lhe são conferidos no processo de constituição dos próprios arquivos” (Lacerda, 2013, p. 55). Dessa forma, existe uma demanda pelo aprofundamento das reflexões sobre documentos fotográficos e por produções sobre o processamento técnico dessa categoria documental, tendo as pesquisas relacionadas ao tema potencial para contribuir para esse avanço.

Na arquivística, de maneira geral, as fotografias acabam tendo seu contexto de produção atrelado a documentos textuais presentes no arquivo. Contudo, pela carência de documentos textuais que tragam informações mais específicas sobre sua atividade geradora, é possível recorrer a outras fontes que possam revelar informações-chave sobre esses documentos. Quando essas informações não são obtidas, as fotografias acabam ocupando um plano secundário dentro dos instrumentos de pesquisa, sendo necessária a explicação dos motivos desse enquadramento. Lacerda (2012, p. 293) evidencia que:

Para que sejam articulados imagem e significado, ancorados na função do documento a partir do conhecimento do seu contexto de criação, há que estabelecer a data e o local de produção documental (que podem diferenciar-se da data e do local da cena retratada), as razões da produção, além dos conteúdos de assunto da imagem (local, data e assunto da cena retratada). Esses elementos podem ou não estar presentes nos registros fotográficos devendo, se necessário, ser buscados fora do documento. Alguns deles podem vir inscritos no verso da fotografia, na emulsão fotográfica ou em outras fontes de informação anexas, mas outros certamente só poderão ser determinados mediante pesquisa.

Esse é um dos aspectos que diferencia os documentos fotográficos dos textuais: os elementos externos e internos de uma fotografia, muitas vezes, não apontam para a sua função, ou seja, as circunstâncias que levaram a sua criação (Lacerda, 2012). Por isso, na arquivística “[...] os documentos textuais são os que mais claramente apresentam elementos constitutivos — ou seja, presentes na própria espécie e tipo documentais — responsáveis pela atribuição de sua natureza e função”, os quais também devem ser observados a partir do seu contexto de produção (Lacerda, 2012, p. 294).

Entendendo que a escassez de informações estruturadas sobre a história e o arquivo pessoal de Noboru Oda tende, a longo prazo, a favorecer sua perda — seja ela física, pela falta de uma preservação adequada, ou lógica, pela carência de informações sobre seus registros —, é que essa pesquisa foi realizada. Nesse aspecto, questões como preservação e acesso à informação estão diretamente ligadas à capacidade informativa desses documentos.

As fotografias presentes no arquivo pessoal de Noboru Oda indicam que foram produzidas e acumuladas como registros de momentos, de fatos cotidianos e de eventos marcantes, em um período em que tirar uma foto não era acessível como no século XXI. Parece existir, em seu arquivo, uma demanda pelo registro da memória, para que, mais tarde, a foto possa ser utilizada para lembrar de acontecimentos ou de situações relacionadas com o instante retratado. Sobre esse aspecto,

Na sociedade ocidental atual, o ritmo acelerado do trabalho urbano somado à facilidade e rapidez dos meios de comunicação (criados pelos constantes avanços tecnológicos) colocam o homem comum frente a uma quantidade avassaladora de informações. Tais fatos criam para o homem de hoje quase a obrigação de consumir a informação de forma acrítica, sem maior cuidado seletivo, perdendo-se, portanto, uma das mais importantes funções da memória humana — a capacidade seletiva — que é o Poder de escolher aquilo que deve ser preservado, como lembrança importante e aqueles fatos e vivências que podem e devem ser descartados (Von Simson, 2004, p. 12).

Sobre o comportamento de Noboru em relação à fotografia, a Entrevistada A disse que ele tirava fotos — entre elas, fotos da família — e que acha que o fazia porque gostava, mas que, naquela época, as fotos que produzia eram em preto e branco. Outro entrevistado também relatou que as fotos que ele tirava eram em preto e branco, e que: “tirava dos peixes quando matava, quando vinha bastante peixe, tirava. Do cerco, ele tirava do cerco, tipo, ia para casa, ia ver” (Entrevistado C). O Entrevistado B contou também que Noboru costumava fotografar,

É tudo que ele via ali era mar ruim, era quando o mar ficava ruim, quando a lancha vinha carregada, quando... é, ele tirava sempre essas coisas. Mas era muito difícil, cara, nunca tinha tempo, ele não andava assim, era difícil ele ir lá na praia a fim de tirar foto, ele ia para trabalhar, para isso, para aquilo. Ele coitado não parava não, cara. Arrebatava um cerco lá e ele tinha que ir lá para mandar fazer isso, isso.

A Entrevistada D afirmou que ele costumava fotografar “muito, muito, muito, muito. Adorava foto, registrar, escrever”. Conforme o relato dela, ele costumava fotografar:

Pessoas. É, mas ele procurava, assim, uma paisagem bonita e dizia: ‘oh, fica ali, senta ali, vira aqui, faz isso, faz aquilo’. Na igreja que aqui na Armação tinha a festa da coroação de Nossa Senhora, aquilo ali todo ano, não escapava um, ele fotografava. Casamento, que ele ia lá olhar também, ele fotografava. Escola, festa junina na escola, fotografou bastante. Os pequenos quando nasciam, ele fotografava. Ele gostava de dar o nome em japonês.

Questionada sobre o porquê de ele fotografar, informou que: “para registrar, ele gostava de deixar tudo registrado, guardado, essa aí é as lembranças, não é”, e que tinha o hábito de dar as fotografias para as pessoas retratadas¹⁶⁰ (Entrevistada D).

Por meio do contato com um arquivo pessoal formado antes do advento de algumas das tecnologias hoje conhecidas — como, por exemplo, os *smartphones* —, percebe-se que existia uma seletividade em relação aos momentos que seriam “eternizados” nas fotografias, nas quais se priorizavam certos acontecimentos em detrimento de outros. Esse fato é menos comum atualmente, dada a possibilidade de se produzir registros fotográficos com facilidade e em uma escala muito maior.

Recorrendo à Fundação Fernando Henrique Cardoso (2020), responsável pelo arranjo dos documentos do arquivo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e pela organização das fotografias dele conforme características específicas, utilizou-se o Glossário de documentos da instituição como apoio para a identificação das fotografias do arquivo pesquisado.

Entre os tipos documentais presentes no arquivo pessoal de Noboru Oda — tendo como base o material supracitado — encontram-se: fotografias de identidade (3), retratos (82), retratos de família (62) e vistas (3). A seguir, no Quadro 4, apresenta-se uma síntese desses documentos, conforme o Glossário de documentos da Fundação Fernando Henrique Cardoso (2020).

Quadro 4 — Documentos fotográficos no Glossário da Fundação Fernando Henrique Cardoso

DOCUMENTO	DEFINIÇÃO
Fotografia de identidade	Retrato utilizado em documentos pessoais emitidos por órgãos públicos, como a cédula de identidade e o passaporte, ou privados, como a carteira funcional (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2020, p. 25).
Retrato	Imagem de determinada pessoa, produzida a partir de desenho, pintura, gravura, escultura ou fotografia. O termo pode ser aplicado, no caso de fotografia, a imagem em que aparece mais de uma pessoa (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2020, p. 39).
Retrato de família	Fotografia de grupo familiar (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2020, p. 40). Utiliza-se essa definição apenas para os documentos que tenham exclusivamente familiares.
Vista	Imagem de logradouro, panorama, paisagem ou monumento produzida a partir de desenho, pintura, gravura, escultura ou fotografia. No caso de se usar este termo, cartão-postal, por exemplo, passa a ser formato indicado entre parênteses (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2020, p. 42-43).

Fonte: adaptado de Fundação Fernando Henrique Cardoso (2020).

¹⁶⁰ Informação contada após a entrevista.

Na sequência, apresentam-se individualmente os documentos fotográficos conforme aparecem no arquivo pessoal de Noboru Oda, buscando compreendê-los a partir de suas características específicas. Inicialmente, foram localizadas três fotografias de identidade: duas de suas primas de segundo grau, Akiko e Sadako, e uma do próprio Noboru, conforme ilustrado na Figura 22 a seguir.

Figura 22 — Fotografia de identidade de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

A produção desse tipo de fotografia está vinculada à produção de documentos de identificação, como carteira de identidade e carteira de habilitação, refletindo a relação entre o cidadão e o Estado. Na última década, observou-se uma mudança nesse processo, uma vez que essas fotografias passaram a ser produzidas diretamente pelos órgãos responsáveis, em vez de em locais específicos, como estúdios fotográficos. Essa transformação tem resultado na diminuição da produção de fotografias de identidade avulsas, bem como na prática de colar a fotografia no documento, que agora costuma ser impressa diretamente no próprio documento identitário, e não mais levada pelo cidadão no momento da emissão.

Produzidos para atender a requisitos específicos para a expedição de documentos identitários, podem ainda ser mantidos em um arquivo pessoal em decorrência de um vínculo afetivo, adquirindo uma utilidade diferente da razão pela qual foram produzidos. Essa conduta é observada, inclusive, no arquivo pesquisado, pois as fotografias de identidade foram guardadas junto com outras fotografias, sugerindo que foram colocadas em um mesmo patamar de afetividade que esses outros documentos. Além disso, alguns cidadãos acumulam e mantêm fotografias de identidade de entes queridos na carteira devido ao sentimentalismo. Em

determinados períodos da história, em que a produção de fotografias não era tão acessível como no século XXI, essa era uma das formas de se ter um registro iconográfico de si mesmo ou de familiares e amigos. Nesse sentido, entram em discussão questões como a democratização do acesso à tecnologia.

No arquivo pessoal pesquisado, encontrou-se também retratos de pessoas conhecidas e que fizeram parte de sua vida, bem como retratos de membros da sua família, abrangendo o período entre as décadas de 1930 e 1970, e totalizando 144 fotografias. A diferença central entre eles é que o termo “retrato de família” é utilizado para as fotografias em que aparecem exclusivamente dois ou mais familiares. Por outro lado, adota-se o termo “retrato” para fotografias em que aparece apenas um membro da família, podendo, inclusive, ser o próprio titular. O termo “retrato” também é utilizado para as fotografias em que aparecem pessoas que não são do núcleo familiar do titular. De forma mais expressiva, encontrou-se, no arquivo pesquisado, fotografias de Noboru (74), de sua companheira Sakie (36) e de sua neta Nereide (30) — que morou com o casal durante a infância. A seguir, na Figura 23, apresentam-se exemplos de retratos encontrados em seu arquivo pessoal.

Figura 23 — Retratos e retratos de família de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Em relação às atividades que deram origem a esses documentos, os registros sugerem que são resultantes da sua relação com pessoas nos espaços por onde transitou e com membros de sua família. O Glossário de atividades e eventos da Fundação Fernando Henrique Cardoso (2018, p. 9) elenca, entre as atividades, o “relacionamento familiar” como “conjunto de relações pautadas por laços de parentesco” e o “relacionamento social” como “conjunto de relações

pautadas por laços de amizade, profissão e/ou convivência”. Silva e Trancoso (2014, p. 40) também elencam atividades semelhantes, sendo que a atividade “relações familiares” abrange os “documentos produzidos no âmbito das relações com familiares”, enquanto a atividade “relações sociais” abarca os “documentos produzidos no âmbito das relações com amigos e a vida em sociedade”. Seguindo caminho semelhante, o inventário do fundo Carlos Chagas, da Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz e Departamento de Arquivo e Documentação (2009), elenca atividades como “relações familiares e produção de retratos do titular” e “relações de sociabilidade”, para justificar o agrupamento de determinados documentos.

Essas são atividades que parecem comportar as motivações pelas quais os documentos fotográficos de Noboru foram produzidos, tendo em vista que parte significativa de suas fotografias são registros de pessoas com as quais manteve relações familiares e sociais ao longo de sua vida, bem como de retratos de si próprio. Situação que vai de encontro ao que Oliveira (2012, p. 34, grifo nosso) afirma: “os documentos arquivísticos são produzidos para fins de registro, seja da intimidade, das atividades profissionais e de negócios, ou das **relações familiares e sociais**”.

Em relação às atividades, identificou-se que 84 documentos foram produzidos, recebidos ou acumulados em decorrência de relacionamento familiar, enquanto 52 o foram por causa de relacionamento social. Além disso, identificaram-se 11 retratos do próprio titular. Conforme Campos (2015, p. 106-107, grifo nosso),

[...] mesmo no caso dos chamados arquivos pessoais, os documentos são acumulados em razão de sua funcionalidade, ou seja, viabilizam ações rotineiras ligadas à vida social, ao exercício profissional, **à vivência familiar, conferem espessura aos laços de afeto e aos relacionamentos interpessoais**, e atuam na mediação da relação entre os indivíduos e o Estado. Se, nos arquivos institucionais, a acumulação se dá, do ponto de vista legal, sempre em função do critério da obrigatoriedade, nos arquivos de pessoas ela é fruto de um jogo de forças em que concorre também a vontade individual, o que em nada impede reconhecer nos documentos que os compõem aquela relação indissociável com as atividades e os papéis sociais exercidos pelo titular do arquivo e com os eventos por ele vivenciados.

Algumas das fotografias tinham informações no verso que auxiliaram na obtenção de metadados quanto à sua data de produção e das pessoas retratadas. Outras fotografias também possuíam marcas de papel, sugerindo que estiveram em algum momento coladas em um álbum fotográfico e demonstrando que ao longo da trajetória de uma pessoa seus documentos podem passar por mudanças conforme interesses. Sobre esse aspecto, observou-se que suas fotografias

sofreram também sucessivas reordenações a partir do uso por familiares, impedindo que a organização e a ordenação deixadas por ele fossem mantidas. Por isso, dentro da literatura, passou-se a discutir a noção de arquivo pessoal como um projeto coletivo, resultante de diversas interferências de atores distintos (Heymann, 2005b).

Em algumas das pesquisas analisadas por Mariz, Silva e Cordeiro (2020), foram verificadas imagens em álbuns antigos que não eram passíveis de identificação, ou seja, herdeiros, amigos e parentes do titular não eram capazes de oferecer informações sobre aqueles documentos. Essa não é uma situação exclusiva da pesquisa citada: a carência de documentos desprovidos de metadados e a ocorrência de fotografias sem legenda são alguns dos casos comumente encontrados nos arquivos pessoais, sendo observada, inclusive, no arquivo pesquisado (Camargo; Goulart, 2007; Mariz; Silva; Cordeiro, 2020). Conforme Lacerda (2012, p. 292),

[...] há que considerar as referências que o documento possa trazer em sua materialidade e buscar as origens de sua produção a partir do entendimento do contexto funcional no qual surgiu, e contar, na maior parte das vezes, com outros documentos que dividem com as fotografias o espaço do arquivo e que tenham participado da mesma atividade. Fotografias arquivadas, separadas de sua utilização original, precisam ser recontextualizadas.

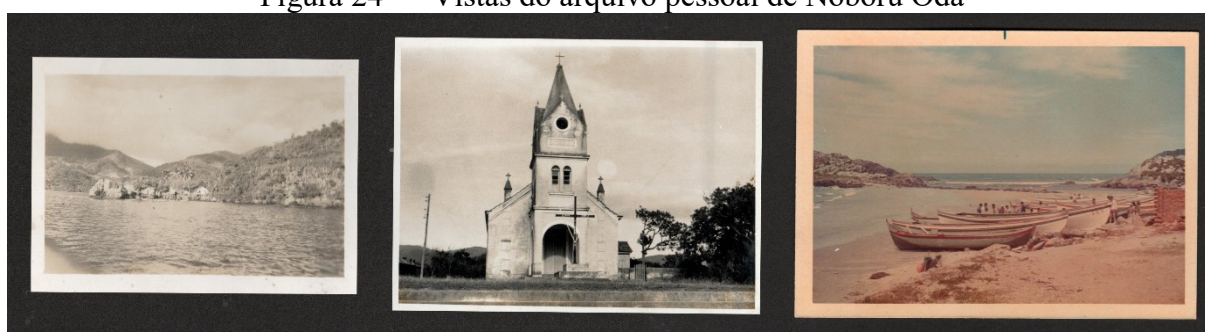
A possibilidade de obter informações com familiares e outras pessoas que participaram da vida do titular é uma alternativa, mas para isso é preciso que o documento possua algum significado ou tenha alguma informação reconhecível por elas (Fabem; Silva, 2016). Para Cox (2017), as pessoas responsáveis por arquivos pessoais e familiares têm a possibilidade de oferecer informações significativas sobre a documentação relacionada aos seus passados pessoais. A utilização de outros documentos também pode ser uma opção viável, como em um dos casos descritos por Mariz, Silva e Cordeiro (2020), no qual um artigo analisado propõe o cruzamento de informações com outros álbuns fotográficos, tendo em vista identificar quem eram as pessoas retratadas. Situação semelhante é destacada por Oliveira (2012, p. 74),

Vejamos rapidamente o caso da produção e acumulação das fotografias por parte de uma pessoa. Enquanto numa organização regulada por um programa de gestão de documentos as fotografias estão classificadas e identificadas, na vida privada muitas se encontram em caixas ou pequenos álbuns sem qualquer identificação ou, nos dias atuais num HD, ou CD que apenas indica o dia ou o lugar como forma de identificação da pasta virtual. Para o produtor daquele arquivo não há necessidade de identificação criteriosa, visto que conhece todos os que estão retratados e os fatos que foram registrados.

Em síntese, para muitos titulares, era comum não colocar no verso das fotografias informações sobre pessoas, lugares e datas retratadas, visto que, para eles, essas eram informações conhecidas. Contudo, após algumas décadas, a carência de informações nas fotografias tende a ser fator decisivo para sua identificação, fazendo com que as gerações mais recentes sejam incapazes de reconhecer seus antepassados, assim desligando-se afetivamente deles (Mariz; Silva; Cordeiro, 2020). Por isso, “o tempo decorrido, a perda da ordem original, a falta de pessoas que conheçam as informações, o antigo costume de separar documentos fotográficos dos documentos textuais sem fazer a referência entre eles, são alguns dos motivos da falta de identificação dos registros” (Mariz; Silva; Cordeiro, 2020, p. 87). Assim, as informações obtidas por meio da consulta a familiares e do cruzamento das fotografias foram essenciais para a obtenção de informações contextuais. Apesar de não ter sido possível recuperar datas precisas, foi possível precisar as décadas devido às idades das pessoas retratadas, bem como, a partir do conhecimento da sua rede de relações, identificar lugares e pessoas.

Em quantidade limitada, localizaram-se também três vistas, sendo uma delas de Ilha Grande, bem como da igreja e da praia da Armação do Pântano do Sul. Essas foram as únicas fotografias que focaram exclusivamente em paisagens. Sendo assim, apesar de que nos retratos também aparecem paisagens ao fundo — fato que auxilia na identificação dos locais onde foram tiradas —, as paisagens não foram o foco principal, mas sim a presença daquelas pessoas no local. Na Figura 24, a seguir, apresentam-se as vistas.

Figura 24 — Vistas do arquivo pessoal de Noboru Oda



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda.

Essas vistas parecem ter sido produzidas com o intuito de recordar esses locais através da fotografia. Contudo, essa é uma interpretação que demonstra a dificuldade de recompor as motivações ligadas à produção dos documentos fotográficos — que não são objetos de

padronização e imposições jurídicas e que dão espaço à criatividade e à vontade do produtor em fotografar, podendo, inclusive, escolher o ângulo, enquadramento, momento do clique etc. Levando em consideração as características dessas vistas e as atividades anteriormente citadas, sugere-se que esses documentos são resultantes da atividade “relacionamento homem-natureza” ou “relacionamento socioambiental”, ou seja, resultantes da relação entre o ser humano, nesse caso, Noboru Oda, e os espaços geográficos que transitou.

Conforme Campos (2015, p. 107), “[...] compreender minuciosamente as atividades da instituição ou do indivíduo que responde pela titularidade do arquivo é fundamental para a adequada descrição dos documentos [...]”. Para Heymann (2009b, p. 48), a identificação das atividades que geram documentos de arquivos pessoais pode ser complexa, pois não parece simples “[...] a tarefa de identificar os contextos em que são criados e utilizados todos os documentos passíveis de integrar os arquivos pessoais [...]”, afinal, são criados, recebidos e acumulados diante das necessidades, desejos, emoções e vontades do seu titular (Heymann, 2009b). Por isso, as críticas realizadas pela autora em relação a algumas pesquisas e instrumentos que, por terem sido produzidos a partir do arquivo de uma pessoa que desempenhou cargo público, acabam se aproximando de um arquivo institucional e, assim, tendo a identificação da atividade que lhe deu origem facilitada (Heymann, 2009b). Em consonância, Lacerda (2009, p. 121) afirma que:

Um dos principais problemas é a dificuldade em perceber a ‘função original’ para as quais esses documentos foram produzidos. Se, de um lado, para a maioria dos documentos tradicionais dos arquivos — geralmente os do gênero textual — é possível realizar a associação documento-função, de outro as fotografias não são documentos auto-explicativos de suas funções, pois não foram produzidas com base em procedimentos controlados e de acordo com regulamentação oficial ou preocupação jurídico/legal. Como não têm essa força elocutória — ao contrário, como registros são bastante irregulares e inconstantes —, apenas mostram uma cena repleta de possibilidades de interpretações.

Nesse cenário, caberá ao responsável pela organização da documentação buscar informações que auxiliem na compreensão do contexto de produção, aspecto que, tratando-se dos arquivos fotográficos, pode se distanciar bastante dos documentos considerados tradicionais (Lacerda, 2009). Ainda segundo a pesquisadora, “do ponto de vista metodológico, cabe indagar acerca dos comportamentos doméstico e, portanto, rotineiros de produção e acumulação de diversas formas documentais”, devendo buscar informações junto aos titulares, custodiadores ou informantes sobre a produção e o uso da documentação (Lacerda, 2013, p.

63). Assim, por quase sempre receberem tratamento após o falecimento do seu titular e contarem com inúmeras lacunas, a contextualização de um arquivo pessoal está sempre aberta a problematizações. Todavia, dentro das discussões recentes, a abordagem contextual segue sendo considerada um bom caminho para a organização de qualquer acervo (Lacerda, 2009). Conforme Campos (2017, p. 44),

O enfrentamento do desafio de decifrar o sentido de documentos sujeitos a descontextualização nos leva a operar em outro patamar de entendimento, calcado naquilo que não está dito ou não está posto. As informações não verbais, a disposição dos documentos dentro do conjunto, entre outros aspectos observáveis, podem oferecer pistas valiosas para a compreensão da utilidade que certos documentos tiveram para quem os acumulou.

O arquivo de Noboru Oda apresenta uma gama de documentos que, até então, não haviam sido explorados e estavam carentes de informações contextuais. Dessa forma, é inegável o potencial de seus documentos como fontes de pesquisa e produções de outras naturezas, como, por exemplo, o documentário em curta-metragem e o livro ilustrado confeccionados sobre sua história. Em ambos os casos, esta pesquisa prestou auxílio, buscando informações sobre seus documentos, tendo em vista preservá-los e potencializá-los para estes e para usos futuros. Nesse aspecto, a Arquivologia e a Ciência da Informação podem auxiliar na compreensão dos arquivos pessoais, sejam eles de personalidades ou de pessoas comuns, a partir dos seus métodos e técnicas e da sua preocupação com o social.

O contexto arquivístico identificado é aberto a problematizações futuras, visto que os estudos sobre essas categorias de arquivo, tanto pessoal quanto iconográfico, podem sofrer mudanças com a incorporação de novas contribuições e discussões de pesquisadores da Arquivologia e de áreas correlatas. Também porque “[...] quando se trata de arquivos acumulados na intimidade, resta sempre uma margem considerável de indeterminação quanto ao que ficou guardado por apego, propósito ou acaso” (Nedel, 2013, p. 140).

A partir da identificação de características dos documentos do seu arquivo pessoal, é possível perceber como, mesmo um arquivo relativamente pequeno, possui tipos documentais diferentes, que são produzidos, recebidos e acumulados por diversas razões, inclusive, como discutido por Oliveira (2012, p. 78), para atender necessidades momentâneas de comprovação e de memória, e que, em sua totalidade, relacionam-se com seu titular.

Ademais, os documentos e os relatos coletados sugerem que Noboru mantinha seus documentos também como forma de lembrar. O comportamento de consultar as fotos,

destacado pelo Entrevistado C, bem como o fato de que gostava de registrar tudo, mencionado pela Entrevista D, contribuem para esse entendimento. Por isso, na subseção seguinte, discute-se a relação entre arquivo pessoal e memória, tendo em vista apresentar como a literatura vem tratando o tema.

4.2.3 A relação entre arquivo pessoal e memória

Heymann (2005a, p. 1) evidencia que: “a memória tem sido um campo de forte investimento intelectual das ciências sociais devido, fundamentalmente, à sua centralidade na produção de identidades”. Arquivologia, Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento vêm debatendo a questão da memória no escopo da sua produção. Segundo Hedstrom (2016), as discussões sobre memória e arquivo tiveram início na década de 1980, justamente quando ocorreu o desenvolvimento de pesquisas e publicações sobre memória nas ciências sociais e nas humanidades. No âmbito arquivístico, Campos (2015, p. 100) salienta que: “entre os arquivistas, a associação entre arquivos e memória é recorrente para justificar a natureza de seu trabalho e sua função social, mas nem sempre fundamentada em bases suficientemente sólidas, que levem ao incremento da prática profissional”. Araújo (2018) afirma que, dentro da Ciência da Informação, a memória passou a ganhar destaque nas discussões com o surgimento de grupos de trabalho em associações científicas e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação. Nessa perspectiva,

[...] os fundamentos dessa nova aproximação entre os conceitos de informação e memória se encontram nos trabalhos de Nora (1993), que entende a memória como fenômeno vivido individualmente, mas articulado a suportes externos materiais (o conhecimento registrado) e Halbwachs (1990), para quem a memória individual está situada na encruzilhada das redes de solidariedade diversas nas quais todos estamos envolvidos (Araújo, 2018, p. 75).

A situação não é diferente dentro do campo multidisciplinar de investigação dos arquivos pessoais, sendo evidente a preocupação dos autores em estabelecerem uma relação entre esses conjuntos documentais e as discussões sobre memória. Sobre essa associação, Iumatti e Nicodemo (2018, p. 109) destacam que: “um dos pontos de interseção mais frutíferos entre história da historiografia e arquivos pessoais é o da reflexão sobre a constituição do acervo pessoal como um ato de memória [...]”. Nessa mesma linha de raciocínio, Tognoli e Barros (2011, p. 75) acrescentam que: “[...] para compreender como são constituídos esses fundos e

sua especificidade é preciso entender, também, a noção de memória e como ela é construída, uma vez que ela é a base para a construção histórica, mas não a construção histórica em si mesma”.

Por isso, ao adentrar no universo dos arquivos pessoais, é necessário ter em vista o que é memória. Von Simson (2004, p. 11) afirma que: “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.)”. Ela acrescenta que existem tipos de memória,

Existe uma *memória individual* que é aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo é socializado.

Há também aquilo que denominamos de *memória coletiva* que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de *lugares da memória* que são os memoriais, monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade (Von Simson, 2004, p. 11, grifo do autor).

Segundo Hedstrom (2016, p. 238), no campo dos estudos sobre a memória é comum fazer essa distinção, sendo que as pesquisas “[...] sobre a memória individual concentram-se nos processos de codificação, rememoração e reconstrução da memória”. Sobre esse aspecto, Araújo e Lima (2020) destacam que o ser humano sempre buscou preservar sua memória, seja através da oralidade, dos registros em cavernas ou pela escrita. Para McKemmish (2013), a produção e preservação de registros servem também para atestar nossas vidas, memorializar nossas interações e relações e nos situar no mundo. Conforme Assmann (2011, p. 23-24), “indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais”, entre eles os documentos. Tanus (2014) evidencia que o interesse pela manutenção da memória a partir dos conjuntos documentais passou a ser um dos objetivos de Estados, instituições e figuras de poder, sendo que a noção de perda em decorrência da morte levou ao registro e à reprodução de documentos, com o intuito de registrar seus feitos e sua passagem pelo mundo. Contudo, nem tudo pode ser preservado. Sobre essa questão, Araújo (2018, p. 75) apresenta que:

[...] a maneira como os distintos indivíduos e grupos participam desse processo conduziu a uma compreensão da memória como ‘um campo de batalha’, no qual os atores lutam pelo estabelecimento dos critérios a partir dos quais será decidido o que será, coletivamente, lembrado e esquecido, valorizado e desprezado (Araújo, 2018, p. 75).

Nesse contexto, os arquivos pessoais se constituem como registros capazes de expressar vislumbres da trajetória da vida de uma pessoa ou de um grupo. No caso do arquivo pesquisado, observou-se que seus registros dão indícios tanto das relações de Noboru com o Estado quanto de suas redes de sociabilidade. Fernandes, Córdula e Silva Junior (2018, p. 57) afirmam que: “a disseminação da informação vinculada à perpetuação da memória na sociedade contemporânea tem um forte elo com os registros físicos deixados pelas pessoas em um determinado período da vida”.

Por isso, os arquivos pessoais “[...] funcionam como uma extensão da memória, as lembranças da vida cotidiana, costumes, datas comemorativas, reuniões familiares e as memórias das conquistas no decorrer da caminhada profissional [...]” são registradas em documentos — considerados repositórios de informações para a geração de conhecimento e para a compreensão de aspectos da vida de uma pessoa (Fernandes; Córdula; Silva Junior, 2018, p. 63-64).

Para Thomassen (2006), tanto as pessoas quanto as instituições mantêm registros para lembrar ou para serem lembradas, buscando documentar suas próprias histórias para serem compreendidas. Cox (2017, p. 14-15) segue caminho semelhante e destaca que o interesse em marcar um lugar no mundo através da lembrança é exercido também por meio de arquivos e artefatos, pois, conforme o pesquisador, “os documentos à nossa volta dão conforto, segurança e testemunho de nossas vidas”. O pesquisador ainda compara a perda de documentos à perda de memória e identidade, à qual se refere como uma espécie de “mal de Alzheimer coletivo”, pois, sem as provas e as informações desses documentos, perdemos ancoradouros, autoconfiança e conexão com a sociedade e as pessoas (Cox, 2017). Ao analisar a relação entre arquivos e memória individual, a arquivista Laura Millar (2006, p. 125, tradução nossa) destaca que:

Memória individual é criada quando as sensações se tornam informações e as informações se tornam lembranças. Memória sensorial leva à memória de curto prazo, que leva à memória de longo prazo: nossos cérebros criam engramas, nós os exercitamos por meio da lembrança, e descartamos aqueles de que não precisamos mais. Nós então ensaiamos e relembremos aqueles mais significativos para nós, deixando-nos com uma coleção mental de

impressões e reminiscências, de memórias semânticas, episódicas e autobiográficas. Os registros físicos e tangíveis que criamos e os arquivos que mantemos — intencionalmente, para memorizar uma ocasião, ou incidentalmente, como um subproduto dos eventos da vida — podem se tornar ferramentas que usamos para nos ajudar a lembrar e a compartilhar essas memórias com os outros.¹⁶¹

Em sua pesquisa, a autora argumenta ainda que os registros que produzimos, recebemos ou acumulamos são como gatilhos ou pedras de toque que podem ser utilizados para evocar lembranças. Utilizando como exemplo uma fotografia, a pesquisadora destaca que o documento é uma sugestão para a memória, que pode desencadear uma série de recordações (Millar, 2006). Sobre esse aspecto, Cox (2017, p. 189) afirma que:

Nós também ficamos emocionados e sentimentais em relação as nossas famílias quando lemos velhas cartas ou vemos fotografias de nossos antepassados. Uma carta com descrições da morte de um parente pode trazer à tona uma torrente de lembranças de nossa juventude e de alguém que amamos. Até mesmo um cheque compensado, documentando a compra de um aparelho eletrodoméstico ou o depósito para uma viagem importante, pode ser o estopim de memórias de fatos há muito esquecidos, talvez pelas mesmas razões que agora causam sofrimento recordá-los. [...] É possível ter também outros sentimentos, como culpa, vergonha ou medo, quando pensamos nas pilhas de documentos que nos seguem. Os documentos trazem provas de nossa existência e, a depender da natureza de nossas atividades, isso pode ser bom ou ruim para nós como pessoas.

Ainda assim, um registro pode não despertar lembrança alguma ou ainda uma que não esteja relacionada ao conteúdo registrado. Por isso, Millar (2006, p. 115, tradução nossa) defende que: “arquivos não são memórias, mas frequentemente criamos ou capturamos registros para garantir um pedaço de evidência que nos permita relembrar um evento”¹⁶². São costumeiramente produzidos e mantidos em decorrência de cerimônias específicas ou para memorizar eventos importantes e, por isso, os arquivistas, ao analisar essa documentação, precisam levar em conta não apenas o documento e o seu contexto administrativo, como também o ímpeto emocional ou político do processo de documentação (Millar, 2006).

¹⁶¹ “Individual memory is created as sensations become information and information becomes recollection. Sensory memory leads to short-term memory, which leads to long-term memory: our brains create engrams, we exercise them through remembrance, and we dispose of those we no longer need. We then rehearse and recall those most significant to us, leaving us with a mental collection of impressions and reminiscences, of semantic, and episodic, and autobiographical memories. The physical, tangible records we create and archives we keep — intentionally, to memorialize an occasion, or incidentally, as a byproduct of life’s events — can become tools we use to help us remember and to help us share those memories with others.”

¹⁶² “Records are not memories, but we often create or capture records in order to secure a piece of evidence that allows us to recall an event.”

Assim, a compreensão da constituição dos arquivos pessoais está diretamente ligada às questões relacionadas à memória. No âmbito da memória individual e, portanto, subjetiva, estão aquelas lembranças de uma determinada pessoa, resultantes de suas vivências e experiências, bem como das suas relações com determinados grupos, entre eles o familiar e o comunitário. Nesse contexto, ao trabalhar com arquivos de uma determinada pessoa ou família, é preciso considerar que os avós ou o guardião da memória familiar — podendo este ser o responsável pelo arquivo após a morte do titular — são figuras importantes para a análise dessa documentação (Barros, 1989). Na presente pesquisa, o contato com pessoas próximas do titular foi fundamental para compreender a história e o arquivo pessoal de Noboru Oda, sendo possível observar o potencial do método da história oral para projetos arquivísticos.

Segundo Von Simson (2004), o papel dos idosos em transmitir às gerações seguintes relatos sobre fatos passados foi sendo perdido com o surgimento de novos suportes para o registro e a preservação da memória, tais como documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, entre outros. Na lógica familiar, está presente também a vontade de deixar um documento como registro de determinado espaço-tempo, para que posteriormente seja possível rememorar certo acontecimento, “[...] uma pista para o caminho da memória. Não se limitando à memória de ‘vivências passadas’, mas aquelas que ilustram as histórias familiares que são repassadas entre gerações” (Barros, 1989, p. 39). De acordo com Cunha (2016, p. 2),

Uma realidade passada torna-se acessível, uma vez que documentos pessoais, ordinários, podem ser considerados vestígios de sensibilidades circunscritas num tempo e espaço. Ao contemplá-los e percebê-los como objetos de memória o exercício da reflexão propicia a elaboração de perguntas sobre as circunstâncias históricas de produção e de consumo desses, em geral, suportes da cultura escrita, como a produção de significados pelos sujeitos que os produziram.

Para Millar (2006), documentos e arquivos são alguns dos dispositivos utilizados no processo de compartilhamento das memórias individuais. Conforme a pesquisadora, cartas, diários, fotografias e outros documentos que mantemos podem ser usados quando desejamos evocar ou transmitir nossas memórias — fato que não apenas molda nossa identidade como indivíduos, mas também nos posiciona dentro de determinados grupos, como o familiar e o comunitário. Portanto, “[...] a memória de um acontecimento do qual não participamos depende da possibilidade de termos acesso a este acontecimento”, o que torna necessário o acesso a

fontes escritas, orais, monumentais ou arqueológicas para a compreensão dos eventos passados (Vidal, 2007, p. 5). Nesse sentido, uma fotografia, por exemplo, caracteriza-se como:

[...] a prova ou o testemunho da existência de pessoas, de lugares e de paisagens. Se se pode traçar pela foto um trajeto de volta ao passado e reconstruí-lo no presente é porque se acredita que a foto traz a veracidade desta memória. Histórias de vida ou trajetórias de famílias são construídas porque está disponível a documentação que as confirma (Barros, 1989, p. 39).

A partir da exploração do arquivo pessoal de Coriolano Benício, Silveira (2013, p. 151) afirma que: “cada indivíduo organiza e armazena as memórias de sua forma, em relação a isto, são individuais, contudo, toda memória é advinda de uma experiência coletiva”. Portanto, as narrativas de Coriolano refletem suas memórias individuais e suas vivências em diferentes grupos sociais. O arquivo pessoal de Noboru Oda parece seguir uma lógica similar a essa, pois seus documentos parecem refletir suas vivências em diferentes grupos pelos quais transitou, sendo predominantemente registros seus na comunidade da Armação do Pântano do Sul.

Os significados presentes em um documento podem não ser facilmente identificáveis, sendo necessária a decodificação, análise e interpretação do seu conteúdo informacional (Cunha, 2016). Nessa conjuntura, aqueles que presenciaram determinado acontecimento podem contribuir para a decifração do documento por meio das lembranças despertadas por ele. Assim, “[...] para aqueles que herdaram de seus antepassados as imagens impressas em papel, resta-lhes a curiosidade e o esforço de buscar um sentido para rostos, casas e paisagens” (Barros, 1989, p. 39). Conforme Silveira (2013, p. 148-149),

[...] é necessário que haja pontos em que possamos apoiar nossas lembranças, para assim poderem ser recuperadas em um futuro, caso deseje, haja necessidade ou de forma involuntária. Em muitos casos não conseguimos nos lembrar de um acontecimento que vivenciamos, mesmo que os testemunhos (pessoas ou objetos) se esforcem para nos ajudar a recordar depois de transcorrido certo tempo. Isso acontece porque para nós o acontecimento não foi significativo e/ou não foi tão rotineiro que não nos marcou, passaram despercebidos, ou ainda, pode ter havido um bloqueio dessa lembrança em nosso cérebro, por motivo de doença [...]

A partir dessas discussões, é possível observar tanto a relação entre arquivo pessoal e memória individual quanto a necessidade de continuar discutindo o tema — principalmente em decorrência das transformações da sociedade e da emergência de novos suportes de registro. Além disso, a vinculação com a memória coletiva também é recorrente na produção científica

sobre arquivos pessoais, visto que os arquivos de personalidades, institucionalizados e/ou “patrimonializados”, são aqueles que têm recebido mais atenção dentro das discussões sobre o tema. Por isso, quando considerados relevantes para a sociedade, passam a ser tratados e preservados por instituições em razão da sua importância para a memória social. Nessa perspectiva, Oliveira, Macêdo e Sobral (2017, p. 2) afirmam que:

Arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados ‘oficiais’ e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades.

Para Sobral e Macêdo (2017), é justamente nesse aspecto que os arquivos pessoais possuem uma relevância especial para a memória coletiva, pois, enquanto produzidos, recebidos ou acumulados no cotidiano da vida de uma pessoa inserida em determinada época, ao serem institucionalizados passam a ser reconhecidos como patrimônio social, possibilitando um olhar diferente daqueles documentos produzidos por instituições. Por isso, Tognoli e Barros (2011, p. 77) afirmam que:

O arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época.

A noção de memória coletiva foi desenvolvida por Maurice Halbwachs¹⁶³. Halbwachs, influenciado pela escola sociológica francesa e pelas contribuições de Durkheim, buscou relacionar a presença do social nas discussões sobre memória. Nos debates realizados por Halbwachs (2006), ocorre a ampliação da noção de memória para um plano coletivo e como um fenômeno social, sendo cada memória individual um ponto de vista da memória coletiva. Esse ponto de vista é variável, pois depende do lugar social que a pessoa ocupa e das relações

¹⁶³ Para Ricoeur (2007, p. 130), “deve-se a Maurice Halbwachs a audaciosa decisão de pensamento que consiste em atribuir a memória diretamente a uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade”. A memória coletiva diz respeito à memória de um grupo, comunidade ou nação, sendo o resultado de uma reconstrução racional do passado (Vidal, 2007).

que estabelece. Esse lugar também não está inócuo socialmente, sendo influenciado e transformado pelas relações que estabelece com outros grupos e espaços de sociabilidade. Conforme Hedstrom (2016, p. 240),

A memória coletiva é normalmente definida como a representação que um grupo cria de seu passado em termos de origens, valores e experiências compartilhadas. Esta se distingue da memória individual devido à ênfase sobre representações comuns de eventos e experiências passadas, alguns dos quais acontecidos muito antes do nascimento de qualquer indivíduo vivo.

Assim, uma memória individual só passa a compor a memória coletiva a partir do seu reconhecimento, ou seja, quando sua relevância é fixada por determinado grupo. Tognoli e Barros (2011, p. 77) destacam que: “a partir do momento em que a sua memória é tomada como exemplo, ela é entendida como fundadora de uma estética artística ou de um projeto político, saindo do campo da memória individual, entrando no campo da memória coletiva [...]”.

A partir do exposto, percebe-se que, ao tratar sobre memória coletiva, Halbwachs (2006) evidencia também o aspecto individual da memória. As lembranças — variáveis de acordo com a posição espacial e temporal que cada pessoa ocupa — estariam no inconsciente, sendo necessários os outros para serem reconstruídas, seguindo linhas delimitadas. De acordo com Cunha (2016, p. 16),

Por outro lado, a questão consiste em saber que uma memória ainda que produzida individualmente, é uma representação e está repleta do pensamento social que envolve o sujeito. A própria afirmação recorrente de que a trajetória individual se transforma ao longo do tempo, remete ao fato de que estamos muito bem afinados com o universo social que nos cerca. Os atrativos ou elementos das lembranças pessoais, que parecem pertencer exclusivamente àquele que as produziu, podem perfeitamente estar contidos nos meios sociais como parte de uma construção coletiva [...]

Ainda segundo a pesquisadora, a combinação entre memória individual e coletiva “[...] definem as múltiplas experiências do tempo” (Cunha, 2016, p. 17). Na concepção de Nora (1993), a memória é um processo de reconstrução permanente, é presente, múltipla, desacelerada, coletiva, plural e, também individual. Para o pesquisador, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]” (Nora, 1993, p. 9).

Por outro lado, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...] uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9). Halbwachs também tece

discussões quanto a diferença entre memória coletiva e história. Na concepção do autor, a história é uma visão externa e de cima dos grupos, enquanto a memória coletiva é interna e pertencente a eles, ou ainda, “a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (Halbwachs, 2006, p. 100). Tognoli e Barros (2011, p. 75) descrevem a história “[...] como a memória racionalizada, classificada e estruturada, a partir do estudo minucioso de todos os vestígios deixados pela memória em obras literárias, documentos de arquivo, obras científicas e toda a gama de registros produzidos pela humanidade”, por se tratarem de acontecimentos que foram selecionados, comparados e classificados, passam também a integrar livros e conteúdos didáticos (Halbwachs, 2006).

Para Benthien (2014, p. 57), são essas múltiplas demandas relacionadas à memória que tornam o trabalho com arquivos pessoais complexo, afinal, nesses arquivos existem as demandas do titular, de quem herda, de quem o institucionaliza, de quem o trata e também de quem o utiliza. Conforme Barros (2009, p. 37),

A memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um ‘espaço inerte’, no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como ‘território’, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o ser social a cada instante.

Nos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, os estudos relativos à memória possuem a noção de responsabilidade que abrange o acesso à informação e a difusão do conhecimento. Nessa perspectiva, alguns documentos arquivísticos podem ser compreendidos como bens culturais, o que significa dizer que esses arquivos estão relacionados à categoria de patrimônio e, portanto, passam a ser vistos como objetos passíveis de preservação em prol do coletivo. Sobre esse processo, Oliveira, Macêdo e Sobral (2017, p. 4) destacam que:

O reconhecimento posterior e a passagem dos documentos pessoais para o campo da memória coletiva se dá pelo reconhecimento da existência de um valor histórico-cultural, algo externo ao processo privado de produção e acumulação. Esses documentos, então socialmente reconhecidos como pertencentes à memória coletiva, são adquiridos por instituições e ganham uma perspectiva de uso e acesso pela sociedade.

A partir da noção de legado, Britto e Corradi (2017, p. 166) afirmam que:

O legado dos arquivos pessoais não se restringe a perpetuação da memória do titular do acervo. Esse, por estar inserido dentro de um espaço e tempo, conterá documentos que associam e responde por uma sociedade e época, ou seja, está imbuída também, em consonância a memória individual, a memória coletiva, aumentando, consequentemente, os motivos para a sua preservação.

Assim, quando sua relevância é reconhecida, os documentos pessoais são então institucionalizados para que se possa garantir seu tratamento e sua preservação. De acordo com Heymann (2005a, p. 9), as “instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro”.

Conforme Oliveira (2014, p. 46), “a necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o arquivo pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente”. Nesse aspecto, a pesquisadora afirma que o arquivo pessoal é um “lugar de memória”, no qual as recordações do passado estão presentes quando se é possível acessá-las. Portanto, percebe-se que a noção de lugares de memória é também destacada nas discussões sobre o tema. Segundo Nora (1993, p. 13), os lugares de memória são “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade”. De acordo com Hedstrom (2016, p. 237),

Não chega a ser surpresa o número crescente de referências à memória social, pública e coletiva na literatura arquivística. Afinal de contas, os arquivos costumam ser tratados como ‘instituições da memória’ com uma missão que inclui preservar e fornecer acesso às provas de ações e decisões passadas.

Do ponto de vista arquivístico, o acesso à informação é viabilizado através da organização e da representação da informação, como discutido anteriormente. Nessa conjuntura, emergem as discussões sobre a institucionalização como forma de garantir o acesso, contudo, esse processo não se dá somente pelo reconhecimento da relevância de determinada personalidade, mas também pelo desejo dos sucessores em preservar seu conjunto de documentos e, assim, imortalizar uma imagem do seu titular. Entretanto, a veiculação dos debates sobre memória apenas aos arquivos institucionalizados tende a ser perigosa, frente à possibilidade de marginalizar ou excluir determinados grupos das instituições arquivísticas.

Assim, ainda que arquivos, bibliotecas e museus se preocupem com a preservação de registros relevantes para a sociedade, nem tudo fica registrado e nem tudo faz parte dessas unidades de informação. Dessa forma, os arquivos pessoais são um convite para pesquisadores se atentarem a outros aspectos da sociedade, possibilitando a realização de interpretações diferenciadas e interdisciplinares sobre os processos políticos e sociais conhecidos, ou ainda a exploração de assuntos pouco discutidos (Heymann, 2008; Vidal, 2007). Os arquivos pessoais representam fontes de pesquisa capazes, inclusive, de oferecer informações sobre pessoas e grupos que historicamente foram silenciados.

Os avanços recentes da área possibilitaram o desenvolvimento de estudos voltados para esses conjuntos documentais, que, sob influência da História, se tornaram preciosos repositórios de informação para pesquisadores. Todavia, esses acervos, por não serem objeto de regras ou critérios rígidos, ainda são alvos de críticas e representam um desafio para arquivistas, historiadores e pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. Segundo Hedstrom (2016, p. 237),

Argumento aqui que o atual estado da área reconhece uma relação entre o arquivo e a memória, mas os termos e condições dessa relação não são bem compreendidos. Embora a literatura arquivística recente esteja repleta de referências à memória social e coletiva, a apropriação de conceitos de memória sofre de simplificação e hipergeneralização.

Em consonância, de acordo com Campos (2015), alguns estudos traçam a relação entre arquivo e memória sem a real noção do que representa, apenas como forma de atribuir importância à pesquisa. Bastian (2019, p. 263) afirma que: “embora os aspectos da memória sejam frequentemente parte da pesquisa, o envolvimento acadêmico direto dos arquivistas com a memória tendeu a ser teórico, especulativo e descritivo ao invés de empírico”. Assim, percebe-se que, enquanto um campo de pesquisa em desenvolvimento, os arquivos pessoais e os arquivos de forma geral, demandam por uma continuidade das discussões que vêm sendo realizadas. Apesar desta pesquisa não ter como foco o estudo da memória, optou-se por abordar brevemente o assunto em decorrência da sua relação com os arquivos pessoais e, em específico, com o arquivo pesquisado.

Observou-se, ainda, que as pesquisas sobre a temática vêm realizando a associação entre arquivo e memória coletiva — reflexo de que esses estudos têm como foco arquivos pessoais de personalidades institucionalizados e/ou “patrimonializados”. Porém, é necessário levar em conta também os arquivos pessoais de pessoas comuns, que ainda são pouco

explorados, mas que vêm sendo utilizados como fontes para diversos tipos de produções e estão atrelados à noção de memória individual — a qual ocupa um plano secundário dentro das discussões de arquivos pessoais.

O arquivo pessoal de Noboru Oda é um desses exemplos. A preocupação da pesquisa com seus registros permitiu evidenciar facetas da sua trajetória e ilustrar momentos da sua vida, como apresentado nos resultados anteriores deste trabalho. Outrossim, essa atenção contribuiu para que outras produções fossem desenvolvidas com a utilização de seus documentos e das informações levantadas, conforme discutido na subseção a seguir.

4.2.4 A relevância do arquivo pessoal da pessoa comum

Na literatura arquivística, ocorre por parte de alguns autores a imposição de barreiras na tentativa de desconsiderar o conjunto documental de uma pessoa comum como arquivo pessoal. É evidente que o afastamento de outras categorias de documentos é necessário, entre eles os bibliográficos e os museológicos, contudo, observa-se um esforço para impedir que os arquivos pessoais de pessoas comuns recebam essa nomenclatura. Entre essas barreiras está a que considera apenas arquivo pessoal os documentos que passaram por tratamento arquivístico, desconsiderando aspectos importantes na produção, recepção e acumulação desses registros (Pené *et al.*, 2021; Britto; Corradi, 2017).

Nesse sentido, é preciso refletir sobre as problemáticas dessas acepções, visto que, tratando-se da realização de um tratamento adequado, essa só será realizada por um profissional ou uma instituição especializada, de modo a impedir que pessoas comuns tenham arquivos pessoais e, assim, acesso às diversas discussões atreladas a esses conjuntos documentais. Para Campos (2013, p. 151-152, grifo nosso),

Ao longo de suas trajetórias, pessoas e instituições acumulam materiais de suportes e gêneros variados que lhes servem de instrumento à consecução de suas atividades e funções. **Todos nós — independentemente do papel que desempenhamos na sociedade ou do nível de projeção que alcançamos — constituímos arquivos**, compostos de documentos dos quais lançamos mão como elementos de prova ou testemunho ao cumprimento de nossas obrigações fiscais, sociais, profissionais ou financeiras, por serem eles os dispositivos que regulam nossa existência formal no mundo do Direito. Quando se adentra o universo da intimidade, é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a manter seus arquivos: neles também se encontram os documentos e objetos atrelados às afetividades, às

obsessões, aos *hobbies*, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas.

Cunha (2007, p. 58, grifo do autor) afirma que analisar os documentos ordinários guardados por pessoas comuns ou anônimas “[...] permite apreender saberes, crenças, valores e práticas os quais são considerados como partícipes de uma *história da linguagem e da cultura escrita* [...]”. Para a autora, esses documentos “[...] contêm o acontecer de vidas comuns e, ao transcender a fragilidade do presente, materializam uma memória” (Cunha, 2007, p. 58). Essas discussões contribuem para o entendimento de que a formação dos arquivos pessoais ocorre independentemente da projeção recebida por uma pessoa e do papel que desempenha na sociedade — muitas vezes atrelado à sua profissão, se considerarmos as terminologias adotadas para se referir a esses arquivos.

Sobre esse aspecto, tem sido usual o foco em arquivos pessoais de personalidades que tiveram projeção em atividades profissionais específicas. Conforme Camargo (2009, p. 29), “[...] o prestígio do titular é que determina, muitas vezes, a possibilidade de estendê-lo de modo a abarcar livros, objetos, móveis e, no limite, até mesmo espaços edificadas”. Extensão essa que provavelmente seria limitada se tratando de “[...] vidas que nada têm de extraordinário”, nas quais as instituições tendem a priorizar determinadas espécies e tipos documentais ou relatos obtidos através da história oral (Camargo, 2009, p. 29). Segundo Oliveira (2012, p. 39),

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade, mas são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade.

Tognoli e Barros (2011, p. 74) corroboram com essa ideia, afirmando que: “[...] pessoas ilustres em seu tempo e que pela sua obra/vida foram imortalizados em seus documentos pessoais [...]”, sendo o valor dessa importância atribuído a *posteriori*. Na verdade, no caso de pessoas cujo “valor” para a sociedade é reconhecido em vida, sua produção pode até contar com certa intencionalidade, tendo em vista sua futura disponibilização, como discutido mais a fundo na fundamentação desta pesquisa. Mas esse comportamento não é inédito. Conforme Cox (2017, p. 38), as sociedades históricas estadunidenses buscaram preservar os conjuntos documentais de pessoas e famílias de destaque “[...] na esperança de trazer a ordem e a estabilidade diante de supostas comoções sociais causadas, segundo seus idealizadores, pela

ausência de uma documentação representativa ou abrangente da sociedade americana que sustentasse pesquisas sérias visando entendê-la”. Essas organizações demonstravam pouco interesse pelos arquivos de pessoas e famílias consideradas socialmente inferiores ou que não ofereciam valor para os objetivos traçados por essas instituições — situação que passou a mudar no final do século XX, frente às tendências historiográficas preocupadas com uma história social mais inclusiva (Cox, 2017). Assis (2009, p. 46) tece críticas a essas abordagens, afirmando que:

Essa é, a *priori*, a perspectiva das instituições — arquivos, centros de documentação e universidades — que recolhem e guardam arquivos de origem privada. Reconhecem-se aqui ainda resquícios de um elitismo no tratamento dos arquivos privados. Sim, os arquivos de escritores, políticos e cientistas devem ser preservados. Mas, e a memória das ‘pessoas comuns’, reveladora de percepções de mundo, da vida cotidiana? Essa memória ainda pouco chega aos arquivos, e talvez isso aconteça mais sob a forma de documentos orais, gravações de som e imagens depositadas em alguma ou outra instituição.

Nessa mesma direção, Heymann (2009b, p. 56) enfatiza que:

É importante notar, no entanto, que o interesse crescente pelos arquivos pessoais, tributário do trabalho de estudiosos que exploraram as fontes pessoais como espaços de articulação e de negociação entre o privado e o público, o pessoal e o social, contribuiu não apenas para disseminar a sua utilização, mas também para valorizar arquivos produzidos por personagens anônimos [...] Constituídos, em geral, de registros relativos a pequenas rotinas, condições de trabalho, consumo, relações pessoais e práticas narrativas — umas tantas dimensões que, em muitos casos, também estão presentes nos arquivos de personagens notórios, mas que nesses últimos ocupam, em geral, um espaço residual —, esses arquivos colocam em xeque, de forma aguda, a primazia da dimensão ‘profissional’ na análise da documentação.

Assim, por muito tempo, grupos de imigrantes e de classes mais baixas foram ignorados por instituições arquivísticas, como os arquivos públicos. Esse comportamento levou esses grupos a descobrir o poder da documentação e, especificamente, dos arquivos pessoais, familiares e comunitários, contribuindo para a criação dos seus próprios sistemas de arquivamento, principalmente diante de situações de opressão e exclusão (Cox, 2017).

Sobre esse assunto, Santana (2018) ressalta que a acumulação de documentos pessoais pode ser realizada por qualquer pessoa, não sendo um privilégio de intelectuais do campo artístico e científico. Assim, independentemente de quem foi seu titular, um arquivo possui relação com as noções de memória, não sendo exclusividade daqueles que, diante de sua

atuação profissional, tornaram-se personalidades de relevância reconhecida (Britto; Corradi, 2017). Portanto, evidencia-se que os arquivos de pessoas comuns, ainda que não sejam institucionalizados, podem ser preservados no espaço familiar, se assim for do interesse de quem o custodia. De acordo com Cunha e Almeida (2021, p. 5),

Considerados tanto polissêmicos (portadores de muitos significados) como polifônicos (com multiplicidade de vozes), os arquivos pessoais guardam rastros documentais de passados e podem ser concebidos como resultado do empenho de determinada personalidade ou mesmo pessoa comum [...]

Seguindo a mesma lógica, Fernandes, Córdula e Silva Junior (2018, p. 60) destacam que os arquivos pessoais possuem variadas potencialidades informacionais e podem “[...] alcançar um campo infinitamente mais vasto que a vida e a obra do produtor ou detentor do arquivo”. Assim, quando contextualizados, esses conjuntos documentais podem contribuir para a compreensão de determinados períodos da história e revelar aspectos pouco conhecidos ou inexplorados, sobretudo a partir dos registros de pessoas que foram silenciadas ou excluídas socialmente e podem não se sentir representadas pelos documentos oficiais contidos nos arquivos públicos. De acordo com Lau (2014, p. 82, tradução nossa)¹⁶⁴,

Arquivos nacionais, museus e bibliotecas funcionam como bancos de memória social para a identidade nacional. O que uma nação preserva, onde uma nação preserva e quão acessível é, não apenas revela o que uma nação valoriza e como ela se vê, mas também como uma nação deseja ser vista. O processo de construção de uma identidade nacional, ou do que se poderia chamar também de uma história nacional, permanece problemático, pois tende a ocultar o privilégio de certos registros da memória sobre outros, num esforço de formar uma narrativa linearmente concisa e coesa. A ideia de uma história nacional singular é, por definição, história hegemônica; é uma história que privilegia, reflete e justifica os valores sociais de quem está no poder por meio de documentos de arquivo.¹⁶⁵

¹⁶⁴ O artigo “Making space for silenced histories: national history, personal archives, and the WWII japanese american internment”, de Amy Lau, relata como os documentos públicos e, portanto, oficiais, falharam em relatar as situações sofridas por imigrantes japoneses e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, sendo que os relatos orais e os arquivos de pessoas desse grupo se tornaram fontes confrontantes aos documentos oficiais. Destaca também como a filmagem realizada por Dave Tatsuno e parte do seu arquivo pessoal se tornou o filme “Topaz”. A gravação, feita ilegalmente, relata o período que ele passou durante a guerra encarcerado no campo de internamento de Utah (Estados Unidos). Segundo Lau (2014), essa filmagem é um ato de empoderamento não apenas para ele, mas também para todos os nipo-estadunidenses que aparecem na gravação, e enfatiza a importância dos documentos pessoais para a divulgação de histórias silenciadas e que não foram contempladas pelos arquivos institucionalizados. Ver mais sobre a situação dos japoneses nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra em Takeuchi (2008c).

¹⁶⁵ “National archives, museums, and libraries function as social memory banks for national identity. What a nation preserves, where a nation preserves it, and how accessible it is, not only reveals what a nation values and how it sees itself, but it also reflects how a nation desires to be seen. The process of constructing a national identity, or

Schwartz e Cook (2002, p. 12, tradução nossa) fazem a relação entre arquivos, documentos e poder, afirmando que: “[...] os arquivos têm suas origens nas necessidades de informação e valores sociais dos governantes, governos, empresas e indivíduos que os estabelecem e os mantêm”¹⁶⁶, logo refletem os anseios e as necessidades de determinados grupos e pessoas. Conforme Millar (2006), os arquivos estão entre as ferramentas que as sociedades utilizam para criar, sustentar e compartilhar memórias. Por isso, documentos de arquivo podem ser utilizados como base para entender como a “[...] história é escrita, revisada e mantida, a história nacional se baseia em registros que não apenas constituem o arquivo nacional, mas também que estão acessíveis aos pesquisadores e ao público”¹⁶⁷ (Lau, 2014, p. 82, tradução nossa).

McKemmish e Piggott (2013) advertem que, do ponto de vista da perspectiva da teoria crítica, a arquivística moderna ampara configurações de poder particulares em nossa sociedade através de determinadas práticas, entre elas o enaltecimento de determinados registros. Assim, “[...] em sociedades pós-coloniais, pós-trauma e pós-conflito, os arquivos institucionais podem perpetuar a vitimização de pessoas anteriormente oprimidas e abusadas, e desempenhar um papel em continuar a silenciar suas vozes”¹⁶⁸ (McKemmish; Piggott, 2013, p. 134, tradução nossa). Em seu estudo sobre memória, Hedstrom (2016, p. 242) destaca que:

Diversos estudos examinaram o uso da invenção da tradição e da construção social do passado a fim de criar identidades nacionais, perpetuar legados pessoais e valorizar a resistência à dominação. Pesquisas sobre a imposição da tradição por poderes hegemônicos costumam apontar para documentos de arquivo na forma de jornais, grades curriculares, biografias e autobiografias, mapas, censos, imagens e documentos oficiais, além de instituições culturais como museus e monumentos, como fontes que são mobilizadas ou manipuladas para oferecer suporte e interpretações particulares do passado ou ilustrações metanarrativas.

what could also be called a national history, remains problematic, because it tends to conceal the privileging of certain records of memory over others in an effort to form a concise and cohesive linear narrative. The idea of a singular national history is by definition hegemonic history; it is a history that privileges, reflects, and justifies the social values of those in power through archival records.”

¹⁶⁶ “[...] archives have their origins in the information needs and social values of the rulers, governments, businesses, and individuals who establish and maintain them.”

¹⁶⁷ “[...] history is written, revised, and maintained, national history rests on records that not only constitute the national archive, but also are accessible to researchers and the public.”

¹⁶⁸ “[...] in post-colonial, post-trauma and post-conflict societies, institutional archives can thereby perpetuate the victimization of formerly oppressed and abused people, and can play a role in continuing to silence their voices.”

Bastian (2019, p. 273) faz uma afirmação semelhante ao salientar que a definição de arquivos evidencia que: “[...] os arquivos facilitam a transmissão da memória dos eventos que eles documentam. Como substitutos das atividades reais, os arquivos podem emprestar integridade à memória e funcionar como bases da memória”. Além disso, Lau (2014) destaca que o acesso e a composição de um arquivo são questões que permeiam a forma como a história nacional é estruturada e ensinada, além de revelar como esses arquivos são construídos pelas influências da sociedade e do tempo. Dessa forma, os arquivos precisam ser entendidos como instituições socialmente construídas e que podem influenciar nas noções sobre memória, identidade e história (Schwartz; Cook, 2002, p. 8). Em síntese, não são imparciais e inócuos, mas parte de projetos ideológicos, culturais e políticos (Cox, 2017). Para Lau (2014, p. 83, tradução nossa) há espaço para mudança:

A faceta de construção dos arquivos permite que essas instituições se adaptem às mudanças das dinâmicas de poder ao longo do tempo. Essa adaptabilidade permite que o arquivo ajude a revisar, ou possivelmente expandir, a história nacional, coletando e preservando registros de grupos marginalizados. Uma história nacional singular, então, é de fato falsa e porosa, porque é sempre vulnerável ao tempo, à relação dos grupos marginalizados com o poder político e às histórias sociais desses grupos.¹⁶⁹

Contudo, “ainda que o arquivo desempenhe um papel na construção e persistência da memória coletiva, ela o faz em conjunção com vários outros meios de transmissão de informações” (Hedstrom, 2016, p. 242). Em muitas sociedades, as memórias coletivas são perpetuadas também “[...] por meio de narrativas, práticas tradicionais, rituais, rememorações e outras formas de encenação do que através dos meios de criação de provas físicas e documentais” (Hedstrom, 2016, p. 254).

Ainda assim, considerando o quadro geral, é relevante compreender como as fontes arquivísticas podem contribuir para a construção da memória social e, consequentemente, para a criação de um senso de identidade e comunidade (Hedstrom, 2016, p. 240-241). Para ilustrar essa questão, a pesquisadora destaca que o arquivo é utilizado por historiadores e que, dessa forma, os documentos de arquivo acabam influenciando indiretamente a percepção sobre o

¹⁶⁹ “The construction facet of the archives enables that institution to adapt to shifts in power dynamics over time. This adaptability over time enables the archive to help revise, or possibly to expand, national history by collecting and preserving records from marginalized groups. A singular national history, then, is in effect false and porous, because it is always vulnerable to time, the relation of marginalized groups to political power over time, and the social histories of those marginalized groups.”

passado de uma comunidade ou nação por meio da mediação desses profissionais (Hedstrom, 2016).

Portanto, de acordo com a pesquisadora, em vez de tratar “arquivo” e “memória coletiva” como análogos, os arquivistas poderiam se beneficiar do entendimento dos arquivos como “[...] fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas”, buscando defender o valor social dos arquivos por meio da investigação das circunstâncias em que os conjuntos documentais são importantes na construção, manutenção e transmissão de uma memória, mas não os únicos (Hedstrom, 2016, p. 255). Conforme Bastian (2019), essa é uma oportunidade para esses profissionais expandirem a visão sobre a importância dos registros sob seus cuidados e descobrirem contextos mais amplos para sua missão.

Nessa direção, Rosa (2012) evidencia a importância dos arquivos familiares como meios para o conhecimento da sociedade, semelhante aos aspectos destacados anteriormente acerca dos arquivos pessoais. A pesquisadora afirma que a renovação do interesse por essa categoria de arquivo advém da valorização dos suportes de memória não estatais ou não oficiais, como uma tentativa de dar voz aos marginalizados. Essa valorização é resultado de uma transformação mundial, marcada por uma redefinição de identidades e por questões anteriormente discutidas nesta pesquisa, como, por exemplo, a revalorização do indivíduo e o interesse por outras fontes de pesquisa, para além daquelas produzidas pelo Estado (Hedstrom, 2016; Rosa, 2012). Apesar dos múltiplos avanços, esse campo ainda se encontra em desenvolvimento e necessita de contribuições de diferentes áreas do conhecimento.

Portanto, os documentos que compõem os arquivos pessoais também podem contribuir com um ponto de vista diferenciado ao serem conhecidos e acessados pelos cidadãos e por pesquisadores. O reconhecimento desses arquivos como de relevância para a sociedade e o surgimento de pesquisas sobre o assunto são um passo nessa direção. Svicero (2013, p. 227) destaca que vem ocorrendo uma mudança comportamental, com um esforço de procedimentos para a guarda de uma memória do “homem comum”, não mais se restringindo apenas àqueles considerados “grandes homens”. Heymann (2008, p. 5) contribui para essa discussão, afirmando que existe uma proliferação de memórias:

[...] no qual disputas memoriais estão na base de lutas por afirmação identitária e por direitos, em um mundo marcado pela diversidade dentro das fronteiras nacionais, mas também pelas comunidades transnacionais, no qual têm lugar demanda por revisões e novas interpretações do passado.

A partir de pesquisas sobre arquivos pessoais, Schmidt (2014, p. 454) destaca que: “[...] como demonstram alguns dos textos, esses conjuntos documentais são também vias privilegiadas para esquadrihar silêncios, esquecimentos, omissões e pontos obscuros, dificilmente visualizáveis em outros tipos de acervo”. Hedstrom (2016, p. 249) também vai ao encontro desses pontos e evidencia que, ao decidirem quais documentos são relevantes preservar, “[...] os arquivistas influenciam intensamente na seleção de quais estarão disponíveis para o estudo do passado”. Assim, a ideia de que os arquivistas são guardiões neutros e objetivos passa, aos poucos, a ser superada. Somado a isso, Bastian (2019, p. 263) pontua que:

Os arquivistas não apenas coletam, gerenciam e preservam o ‘material’ da memória, mas, através de sua avaliação, também participam na determinação de sua continuidade e perpetuação. O que é lembrado e o que é esquecido pode não estar completamente nas mãos dos arquivistas, mas certamente eles — por meio da confiança da sociedade em evidências e fontes — têm um papel proeminente a desempenhar nessas decisões.

Millar (2006) afirma que os arquivistas precisam estar sempre atentos na busca pela inclusão e honestidade na preservação da memória documental da sociedade, devem tomar precauções contra imprudências e negligências e buscar entender os fundamentos sociopolíticos da mudança arquivística. Ducrot (1998, p. 167) defende que: “é preciso, ainda, que o arquivista se dedique a coletar, não mais os arquivos da elite somente, mas também aqueles dos humildes, das minorias, da vida quotidiana, quer dizer, aqueles arquivos que refletem o conjunto da sociedade” e afirma que esse profissional precisa também criar arquivos por meio de entrevistas, pois os arquivos orais esclarecem e enriquecem os fundos de arquivo — como discutido anteriormente. Nessa conjuntura, entram em discussão questões sociais em relação aos arquivos.

Para McKemmish e Piggott (2013), existem ricas possibilidades de pesquisas sobre documentos pessoais, inclusive com potencial de transformar a prática. Nas últimas décadas, diferentes disciplinas, como a Antropologia, Literatura e História, passaram a explorar os arquivos como construção social e em associação com diferentes temas, como poder, grandes narrativas, nacionalismo, opressão, vigilância, silenciamento etc., resultando em discussões sobre assuntos como direitos humanos, verdade e justiça social; práticas de arquivamento menos tradicionais, como os registros orais e performáticos; e utilização de métodos como o etnográfico e a pesquisa-ação participativa.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pené *et al.* (2021, p. 145, tradução nossa) destacam que um arquivo pessoal “amplia o olhar não apenas para seu criador ou sua obra, mas também para a época em que viveu, tornando-se uma valiosa fonte de informação para pesquisa, cujo conteúdo pode preencher as lacunas documentais existentes em outros arquivos”¹⁷⁰. Para isso, cabe ao arquivista, por meio de um comportamento ético e regido pela justiça social, dar visibilidade a esses conjuntos documentais, seja através do seu tratamento e disponibilização ou no desenvolvimento de discussões sobre o assunto (Lau, 2014).

Dessa forma, os arquivos de pessoas comuns ou de determinados grupos ganham relevância com as novas abordagens das ciências humanas e sociais, podendo ser utilizados, inclusive, para mitigar silêncios, opressões e esquecimentos. Em alguns casos, os arquivos públicos e os arquivos pessoais institucionalizados acabam por não representar os múltiplos coletivos que compõem a sociedade brasileira e, por isso, os arquivos pessoais que ainda integram os espaços familiares podem revelar outros aspectos sociais, além de servir de subsídio para diferentes tipos de produção, trazendo benefícios para a sociedade.

Se, por um lado, a sociedade moderna passou a dar protagonismo às pessoas e seus registros, por outro, dentro da Arquivologia, ainda existe uma carência de estudos sobre os registros de pessoas comuns. Iumatti e Nicodemo (2018, p. 113) destacam que um dos pontos fundamentais para refletir sobre arquivos pessoais e a escrita da história é:

[...] a necessidade de aprofundamento de uma agenda progressista, combativa e enredada nos problemas do presente: seja em direção a recortes socialmente engajados e democráticos, tais como o problema do autoritarismo e da repressão, ou da história das mulheres e de outras ‘minorias’ (como sugerimos ao final do item sobre a historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública), seja criando subsídios para entendermos melhor as mudanças tão significativas pelas quais a produção, a seleção e a conservação de documentos pessoais vêm passando pelo mundo, o que inclui os problemas das humanidades na era digital.

Contudo, identifica-se ainda a escassez de debates que se centram nos arquivos pessoais de pessoas comuns. Afinal, se por muito tempo existiu uma carência de discussões sobre arquivos pessoais institucionalizados — frente a complexidade desses acervos e a

¹⁷⁰ “Amplía la mirada no sólo sobre su creador o su obra, sino también de la época en que le tocó vivir, convirtiéndose en una valiosa fuente de información para la investigación, cuyo contenido puede cubrir los vacíos documentales que existen en otros archivos.”

carência de profissionais capacitados para sua investigação —, a situação em relação aos que são encontrados nas casas das pessoas é ainda pior.

Em contrapartida, esses documentos vêm sendo amplamente utilizados em pesquisas científicas. A título de curiosidade, citam-se algumas: Moura e Baldi (2019) utilizaram fotografias dos arquivos de moradoras para tratar sobre o Bairro Herculano, na cidade do Porto (Portugal); Pinto (2021) usou como fonte de pesquisa documentos dos arquivos de imigrantes chineses e seus descendentes que vivem na cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais (Brasil); e Schwartzenberg (2005) utilizou fotografias dos arquivos de famílias de crianças com deficiência no período de 1940-1980, na cidade de Seattle (Estados Unidos). Nesse contexto, observa-se que, em diferentes países, pesquisadores vêm utilizando documentos pessoais de pessoas comuns como fonte principal ou complementar para a realização de pesquisas, não se limitando às unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e museus.

Dessa forma, apesar de ser impossível propor intervenções como a desta pesquisa para todos os arquivos pessoais existentes, a Arquivologia e a Ciência da Informação podem contribuir com pesquisas que auxiliem na preservação desses conjuntos documentais, frente às contribuições das pessoas e de suas histórias para um quadro mais amplo e complexo da sociedade, extrapolando, assim, o espaço familiar. Especialmente, tendo em vista o desafio de “[...] dar conta da paisagem arquivística atual, cada vez mais diversificada pela ‘febre de registro’, que incita à especificação dos acervos e à multiplicação dos fundos de pessoas comuns” (Nedel, 2013, p. 138). Cox (2017, p. 448) enfatiza que a quantidade de arquivos pessoais e familiares é grande demais para ser levada a público em sua totalidade e afirma que os arquivistas precisam trabalhar junto à sociedade para garantir a preservação desses conjuntos documentais. Segundo Cox (2017, p. 15-16),

A fim de lidarem eficazmente com arquivos pessoais e familiares, os arquivistas precisam explorar novas maneiras de se conectar com o público. Em lugar de proteger e policiar seu campo de ação, eles precisam trabalhar para criar um grupo melhor de arquivistas amadores bem-informados. Eles precisam transformar sua própria cultura, passando do recolhimento e do arquivamento para a colaboração e a assistência. Isso poderia abrir novas possibilidades de popularização, de uma forma mais acessível, da missão arquivística. Em termos específicos, os arquivistas precisam aprender com novas áreas de pesquisa, como a gestão de informação pessoal e a pesquisa especializada a respeito da história do arquivo pessoal e do comunitário, além de expandir seus próprios horizontes de atividade e de cooperação. Existem grandes oportunidades e possibilidades tanto no presente quanto no futuro.

O pesquisador defende que os arquivistas precisam desenvolver um novo tipo de parceria com o público, afinal, o atual interesse pelos arquivos pessoais representa uma oportunidade para os profissionais da área comunicarem melhor sua missão à sociedade — questão que, há várias décadas, vem tendo resultados conflitantes. Para ele, estamos próximos de um novo tipo de futuro arquivístico e o aspecto positivo ou negativo desse futuro dependerá de como os profissionais atuarão com os cidadãos arquivistas. Nesse aspecto, os arquivistas profissionais:

[...] precisam modificar o foco de sua atuação, voltada tradicionalmente para as necessidades dos pesquisadores acadêmicos ou com muita experiência e envolvidos principalmente em projetos de longa duração, e voltá-la para o trabalho com amadores interessados em preservar seus arquivos pessoais e familiares (Cox, 2017, p. 288).

Parcerias com outras disciplinas precisam ser incentivadas para desenvolver soluções para a gestão de arquivos pessoais e identificar os motivos que levam à criação e manutenção desses conjuntos documentais. Entre as ações destacadas pelo autor, está a necessidade de que os arquivistas criem publicações, sites e outros materiais de treinamento que auxiliem o público a desenvolver seus próprios projetos arquivísticos pessoais (Cox, 2017). Em síntese, para Cox (2017), os arquivistas precisam atuar também como professores, ensinando pessoas e famílias a cuidarem de seus arquivos. Nesse cenário, as instituições arquivísticas sempre terão um papel a desempenhar, no entanto, em primeiro lugar, os arquivistas deveriam auxiliar o cidadão comum e, em segundo, quando não houvesse outra forma de garantir sua preservação, recolher sua documentação (Cox, 2017).

Entre as iniciativas realizadas nessa direção estão: a campanha “Arquivo nosso de cada dia”, realizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo a partir de 2020; o curso “Arquivo Pessoal: como conservar?”, da USP, coordenado pela Prof.^a Dra. Verena Kewitz e ministrado pela Ma. Kathlin Carla de Moraes e Maria Luiza Emi Nagai; bem como a oficina “Como preservar documentos de família”, realizada pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo — esses dois últimos de 2021.

Pesquisas sobre outros aspectos relacionados a esses conjuntos documentais também podem gerar discussões novas sobre o tema — entre eles, como o tamanho de um arquivo pessoal pode ser um reflexo das condições socioeconômicas de seu titular. Todavia, ainda são escassos outros tipos de discussões, tendo em vista que a literatura sobre arquivos pessoais foca quase exclusivamente na preservação de acervos de personalidades renomadas e pouco se

debruça sobre os aspectos relacionados à produção desses conjuntos documentais por pessoas comuns. Nesse sentido, é relevante pensar o acesso às tecnologias também como uma forma de empoderamento, de representatividade e de preservação da memória individual.

No campo dos arquivos, enquanto parte de uma estrutura permeada por relações de poder, ocorrem exclusões, privilégios e marginalizações, não só na formação dos conjuntos documentais, como também na sua institucionalização, na qual são priorizados determinados personagens históricos e tipos específicos de documentos. Nessa estrutura, o arquivista assume um papel de cumplicidade dentro da instituição, sendo cada vez mais urgente o desenvolvimento de um senso crítico por parte desse profissional em relação às estruturas de poder que o permeiam. Dentro desse cenário, os arquivos pessoais podem oferecer uma percepção diferenciada de certos acontecimentos quando passam a integrar instituições arquivísticas, contudo, dependem também das escolhas dessas instituições e dos profissionais responsáveis pelo seu tratamento e difusão.

A partir do exposto, observa-se que, apesar do tema atualmente ser amplamente debatido e ter recebido contribuições de várias áreas do conhecimento, ainda existem diversas lacunas a serem preenchidas. Em países como o Brasil — em desenvolvimento e com evidentes desigualdades sociais —, as discussões e produções científicas sobre a formação de arquivos pessoais são fundamentais, pois a constituição desses conjuntos documentais, muitas vezes, vincula-se às condições de alfabetização, acesso à tecnologia e competência em informação. Nesse aspecto, é preciso levar em consideração que o potencial de um arquivo pessoal não se limita ao seu uso para pesquisas científicas. Conforme Bellotto (1998, p. 202),

Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa [...]

Consoante a isso, em pesquisa sobre o arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, Vogas (2012, p. 336) afirma que:

Os arquivos estão cada vez mais presentes — como fornecedores de insumos — em algumas cadeias produtivas da cultura como produção de livros, CDs, videodocumentários e exposições fotográficas e tem deixado de servir apenas

aos seus produtores, no caso dos arquivos correntes, bem como à pesquisa acadêmica, como no caso dos arquivos permanentes. Os arquivos são bens culturais de importância crucial para o desenvolvimento das artes e do entretenimento, especialmente em tempos onde a memória está tão em voga.

Para Cox (2017, p. 186), “mesmo que não cheguemos a escrever peças sobre nossas vidas e as de nossas famílias, muitos de nós se encontram de posse de documentos pessoais com o poder, a emoção e o drama capazes de serem transformados numa peça, num romance ou num conto”. No caso do arquivo de Noboru, seus documentos foram utilizados para ilustrar matérias jornalísticas — como as citadas anteriormente — e, mais recentemente, em outras produções. A Figura 25 apresenta um exemplo da utilização de uma fotografia de seu arquivo pessoal em uma reportagem de 2021.

Figura 25 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em matéria jornalística



Fonte: Schmitz (2021).

Seu arquivo pessoal também foi utilizado no documentário em curta-metragem “Noboru Oda: uma história de amor ao sul da ilha”, produzido pelo portal Comida com História como parte do Guia Cultural Gastronômico de Florianópolis¹⁷¹, e realizado por meio da Lei de Incentivo à Cultura nº 3.659/91, com patrocínio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. A presente pesquisa contribuiu ainda com informações para o curta, que foram compartilhadas através de entrevista. A seguir, na Figura 26, apresenta-se uma das fotografias utilizadas no documentário, lançado em 2024.

¹⁷¹ O guia está disponível em: <https://comidacomhistoria.com.br/wp-content/uploads/2024/10/Guia-Florianopolis-SC.pdf>. O conteúdo sobre Noboru Oda encontra-se na página 72 do material.

Figura 26 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em documentário



Fonte: Noboru (2024).

Além disso, é possível observar como um retrato do seu arquivo pessoal serviu de inspiração para a capa do livro “Ditian Noboru Oda — Vovô Dinho”, conforme a Figura 27 a seguir. O livro, escrito por Mary Cunha, ilustrado por Ana Tuyama e publicado pela Nipocultura¹⁷², foi resultado de um projeto beneficiado pelo Edital de Apoio às Culturas nº 623/SMA/DSLC/2021 do Fundo Municipal de Cultura, vinculado à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. O projeto tinha como objetivo levar a história de Noboru para crianças e adolescentes, grupo que não seria contemplado diretamente por esta tese. Todavia, a pesquisa colaborou também com informações para a produção do material.

Figura 27 — Utilização de fotografia do arquivo pessoal em livro ilustrado



Fonte: adaptado do arquivo pessoal de Noboru Oda e de Nipocultura (2023).

¹⁷² A instituição tem como objetivo a divulgação da cultura japonesa. Desde 2008, atua dando visibilidade a produções e eventos, além de prestar consultoria e suporte em eventos, atendendo associações, escolas, instituições municipais, estaduais e empresas.

O lançamento do livro aconteceu no dia 14 de novembro de 2023, no Museu Histórico de Santa Catarina, situado no Palácio Cruz e Sousa, Centro de Florianópolis, durante a exposição temática “Um Olhar sobre a Cultura Japonesa”. Na ocasião, ocorreu a contação da história para estudantes de colégios que visitaram o local, como é possível observar na Figura 28 a seguir.

Figura 28 — Contação de história no lançamento do livro



Fonte: Museu Histórico de Santa Catarina (2023).

Noboru também foi homenageado pelo Bloco União da Ilha de Santa Catarina no Carnaval de 2025, que utilizou uma fotografia do seu arquivo pessoal — disponibilizada através de uma ação conjunta entre a família do pescador e o pesquisador — na confecção do abadá e no material de divulgação. O bloco carnavalesco contou ainda com um samba-enredo¹⁷³ inspirado em sua história, que é apresentado na Figura 29 a seguir.

¹⁷³ O samba-enredo está disponível para ouvir em: <https://www.instagram.com/reel/DF8fccPvTPV/>.

Figura 29 — Samba-enredo sobre Noboru Oda

BLOCO UNIÃO DA ILHA DE SC
SAMBA ENREDO 2025

PRESIDENTE: TINHO
ENREDO: "A PESCA JAPONESA INTRODUZIDA NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA PELO JAPONÊS NOBORU ODA"
AUTOR DO ENREDO: ADEMARIO MATTOS FILHO

O vem ver a história que eu vou contar
 Um homem de bom coração
 Que veio pra ficar
 Noboru, sua trajetória tem valor
 E o seu legado se eternizou

Em 1908
 Chegaram imigrantes japoneses ao Brasil
 Um marco na história rompendo barreiras
 O dom de pescar, as duas bandeiras
 Um esperança em cada olhar se transformou
 No porto de Santos a saudade ficou
 Floripa seu novo lar
 A técnica do cerco flutuante, ele ensinou
 E a comunidade unida, abraçou

O joga a rede no mar, pescador
 O joga a rede no mar
 Vamos cantar em seu louvor
 Salve a rainha das águas
 Yemanjá me inspirou

O alimento a quem tem fome
 O amor a quem precisar
 A solidariedade em cada gesto
 Um exemplo a seguir
 Um caminhão de esperança
 Um brilho em cada olhar
 Sentimento e alegria
 A União da Ilha Hoje é só folia
 Vem brincar até o amanhecer
 Noboru Oda ouça o que eu vou lhe dizer
 Se recordar é viver
 Meu Carnaval é você

COMPOSITORES:
PAULINO CARIOCA MESTRE MARINHO
JACSON DO CAVACO WILSON BIZZAR

小田昇




Fonte: Bloco União da Ilha Santa Catarina (2025).

A valorização dos arquivos pessoais como fonte histórica, reflexo da renovação da historiografia — conforme anteriormente discutido — ressaltou a utilidade social dos documentos pessoais e contribuiu para que pessoas e seus arquivos recebessem destaque em pesquisas no campo científico (Tanus, 2014). Entretanto, como é possível perceber a partir dos

exemplos apresentados, a utilização dos arquivos pessoais não fica restrita ao espaço acadêmico. Segundo Millar (2006, p. 126, tradução nossa),

Deveríamos também perceber que os itens que coletamos e gerenciamos não são memórias, mas ferramentas usadas para apoiar a criação, preservação e ressurreição de memórias individuais e, mais importante, sua articulação como parte de uma identidade compartilhada. Deveríamos olhar para os criadores dessas ferramentas — os detentores dessas memórias — para orientação em sua interpretação, mediação e articulação, para que possamos trazer essas memórias individuais para a luz e compartilhá-las para o benefício de todos os membros da sociedade.¹⁷⁴

Dessa forma, os arquivos pessoais possuem um potencial informativo para além do caráter acadêmico. Em um arquivo pessoal repousa uma gama de possibilidades para artistas, pesquisadores e outros tipos de profissionais, permitindo novas reflexões e interpretações acerca do mundo e da sociedade, bem como a oportunidade de reconhecer diferentes grupos sociais, seja em decorrência da sua raça, religião, profissão etc.

Distante de esgotar todas as possibilidades de utilização do arquivo pessoal de Noboru Oda, esta pesquisa buscou, por meio de seus documentos, apresentar sua trajetória e o papel social que desempenhou na cidade de Florianópolis, tendo percorrido um longo caminho até se estabelecer na Armação do Pântano do Sul e sendo seus feitos reconhecidos até os dias atuais. O estudo procurou também viabilizar a preservação do seu conjunto documental através da identificação de características que permitam seu posterior tratamento, afinal, é fonte de informações sobre sua história e, em certo ponto, sua identidade.

¹⁷⁴ “We should also realize that the items that we collect and manage are not memories but are tools used to support the creation, preservation, and resurrection of individual memories and, more importantly, their articulation as part of a shared identity. We should look to the creators of those tools — the holders of those memories — for guidance in their interpretation, mediation, and articulation, so that we may bring those individual memories into the light and share them for the benefit of all members of society.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração japonesa foi um fluxo migratório que ocorreu no Brasil durante o século XX e que ganhou destaque na literatura devido à quantidade de japoneses que chegaram ao país e às suas contribuições para a sociedade brasileira. Ao longo das últimas décadas, o tema passou a ser estudado a partir de novas abordagens e fontes, entre elas a utilização da história oral e o uso de documentos variados, incluindo aqueles que compõem arquivos pessoais. Dessa forma, a presente pesquisa buscou evidenciar a história e o arquivo pessoal do primeiro imigrante japonês a se fixar em Florianópolis.

Em 1955, migrando internamente do Rio de Janeiro, Noboru Oda chegou à cidade trazendo consigo uma técnica de pesca que faria sucesso na Ilha de Santa Catarina e ajudaria no desenvolvimento local. A proposta desta tese surgiu diante de Noboru nunca ter sido objeto de uma pesquisa de caráter científico, apesar de ser reconhecido por meio de matérias jornalísticas e de homenagem póstuma da ALESC por suas contribuições para a cidade. Assim, esta pesquisa apresenta sua trajetória, descreve sua inserção na comunidade de Armação do Pântano do Sul e identifica características dos seus documentos, tendo em vista atingir o objetivo central de analisar o contexto arquivístico da sua documentação.

Os resultados foram obtidos a partir do cruzamento do seu arquivo pessoal com fontes bibliográficas, documentais e orais, sendo que seu conjunto documental nunca tinha sido explorado do ponto de vista acadêmico. Através da pesquisa notou-se que poucos arquivos de pessoas comuns têm sido investigados dentro do universo arquivístico, apesar de outras áreas do conhecimento estarem se apropriando desses conjuntos documentais como valiosas fontes de pesquisa.

Observou-se também que os arquivos pessoais têm o potencial de subsidiar diversos tipos de produções que não se limitam ao âmbito acadêmico, justificando a crescente preocupação com o desenvolvimento de pesquisas sobre esses acervos. Além disso, diante da complexidade desses conjuntos documentais, ocorre a necessidade de que o tema seja estudado e discutido a partir de um enfoque interdisciplinar. Nesse cenário, a pesquisa busca contribuir não só para os estudos sobre imigração japonesa, mas também para as discussões e reflexões sobre arquivos pessoais.

O estudo contou também com algumas limitações, sendo a principal delas a perda de informações de certos períodos da vida de Noboru, em decorrência da falta de informantes e documentos capazes de esclarecer detalhes da sua vida, principalmente dos primeiros anos de

sua chegada ao país. A carência de metadados de seus documentos pessoais, também impactou na reconstituição do contexto arquivístico do seu arquivo pessoal, existindo lacunas que não foram possíveis preencher com as fontes disponíveis.

De maneira semelhante à discutida pela literatura, constatou-se que existem documentos que não estão relacionados a atividades profissionais do titular. Neste caso em específico, sua atividade profissional sequer era consubstanciada através de documentos durante o período de atuação, pois habitava um espaço de informalidade. Também foi observada a existência de documentos que careciam de metadados, que sofreram influência de terceiros após sua morte e que dizem respeito a aspectos ligados à memória do seu titular — aspectos que colocam em questionamento alguns preceitos básicos da Arquivologia e, por isso, pesquisadores vêm defendendo a necessidade da realização de deslocamentos em relação aos cânones tradicionais. Considerando que a teoria clássica não responde a tudo, é preciso buscar conhecimento em outras áreas, um cenário que vem exigindo a adaptação de arquivistas e profissionais da informação que atuam com esses conjuntos documentais.

Em síntese, enquanto um campo em constante transformação, a Arquivologia precisa dar um passo importante em direção às pessoas, aproximar-se ainda mais da sociedade e buscar, nessas relações, o seu fortalecimento. O impasse teórico e o caráter elitista de alguns debates podem ocasionar um afastamento de pesquisadores e cidadãos da área, dando brecha para que outras disciplinas ganhem protagonismo sobre o tema e afetem de forma negativa o tratamento desses acervos. Como observado nesta pesquisa, a aplicação de métodos como os da Biblioteconomia aos arquivos pessoais pode ser prejudicial aos documentos. Por meio de iniciativas que auxiliem as pessoas em seus próprios projetos arquivísticos, os arquivos pessoais são uma oportunidade para arquivistas comunicarem melhor sua missão à sociedade e fomentarem a criação de novos espaços de atuação.

Identificou-se também que pesquisadores não se limitam mais às instituições arquivísticas para a obtenção de fontes documentais para suas pesquisas, recorrendo também a arquivos pessoais de pessoas comuns. Assim, faz-se necessário que o tema continue sendo discutido e leve em consideração questões como os cuidados no manuseio desses conjuntos documentais e as questões éticas relacionadas a eles.

A pesquisa identificou ainda a história oral como um método de pesquisa que vem sendo utilizado por historiadores, antropólogos, cientistas políticos e profissionais de outras áreas do conhecimento — inclusive por arquivistas com foco na formação e complementação de arquivos, podendo ser utilizada também no estudo de arquivos pessoais. Do ponto de vista

desta tese, observou-se que a utilização da história oral para a pesquisa em arquivos pessoais pode trazer diversas contribuições, entre elas: auxiliar na estruturação da biografia do titular — atividade imprescindível no tratamento de um arquivo pessoal —, bem como fornecer informações comportamentais ligadas ao processo de produção, recebimento, acumulação, arquivamento e utilização de documentos pessoais, que ajudam na identificação dos tipos documentais do acervo. Nesse aspecto, destaca-se a relevância da presença da história oral em cursos de Arquivologia, como é o caso do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina, estando presente por meio de disciplina própria intitulada: “História Oral, Documentos e Arquivos”.

Assim, a preocupação com esses arquivos, ainda durante a vida do seu titular, poderia oferecer informações através da história de sua vida. Entretanto, com base nos trabalhos recuperados sobre arquivos pessoais, constata-se que ainda são escassas as pesquisas que tratem da relação entre esses dois temas. Dentro do terreno fértil dos debates sobre arquivos pessoais, a relação com a história oral tem o potencial de ser um ramo frutífero, conforme identificado nesta pesquisa.

Ainda sobre os arquivos pessoais, no Brasil, existe um atraso em relação à institucionalização e “patrimonialização” desses acervos. Em outros países, como o Canadá, ocorre a entrada de arquivos pessoais de pessoas que ainda estão vivas em unidades de informação. Apesar das problemáticas encontradas no processo de aquisição, esse cenário demonstra que o Brasil ainda precisa avançar em políticas relacionadas a esses conjuntos documentais.

Sendo assim, observou-se que muitos arquivistas ainda se encontram fechados às discussões interdisciplinares propostas por outras áreas do conhecimento, no que tange aos arquivos pessoais. Por consequência, a Arquivologia ainda tem dificuldades em rever preceitos e propor mudanças, o que pode ser prejudicial à preservação desses arquivos e, a longo prazo, à própria área e à sociedade de forma geral. O reconhecimento da importância da vida e dos registros das pessoas comuns pela Arquivologia ultrapassa a relevância do coletivo familiar para se assentar no coletivo enquanto comunidade e sociedade. Somente com o declínio da visão elitista de que somente os grandes cidadãos que devem ter seus arquivos preservados é que realmente será possível compreender a fundo as nossas histórias.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto, tcc, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALMEIDA, R. G. C. de; MATTOS, R. de. À margem do interesse público: a preservação dos arquivos de empresários. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3045-3062. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124748>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- ALVARENGA, F. S.; BECKER, J. H.; GIFFONI, B. B.; MACEDO, S.; ALMEIDA, B. A. D. L.; WERNECK, M. R.; BRONDÍZIO, L. S.; OTTONI, G. F.; TAVARES, R. I. S.; BRITTO, M. de K.; DAMÁSIO, L. de M. A.; GALLO, B. M. G. Caracterização dos cercos flutuantes em Ubatuba — litoral norte de São Paulo. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, 5., 2011, Santos. **Anais [...]**. Santos: USP, 2011. p. 1-6. Disponível em: http://www.tamar.org/publicacoes_html/pdf/2011/2011_Caracterizacao_dos_cercos_flutuantes_em_Ubatuba.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.
- ALVES JÚNIOR, O. A história da 1ª família japonesa de Florianópolis. **Blog Ozias Jornalismo**, Biguaçu, 9 fev. 2009. Disponível em: <https://oziasjornalismo.blogspot.com/2009/02/historia-da-1-familia-japonesa-de.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, L. O. de; LIMA, G. L. de Q. Uma proposta de arranjo documental para o acervo pessoal de Pedro Moacir Maia: “retratos” a partir de uma memória individual. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 178-200, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/60816>. Acesso em: 18 abr. 2024.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ASSIS, A. **Um lampião dentro da mala**: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco — memória e autobiografia. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2009. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/um_lampiao_dentro_da_mala.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSOCIAÇÃO NIPO-CATARINENSE. Sobre a Associação Nipo-Catarinense. **Associação Nipo-Catarinense**, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://nipocatarinense.org.br/sobre-a-anc/>. Acesso em: 12 maio 2022.

BARROS, J. D. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BARROS, M. M. L. de. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BASS, J. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. **Archivaria**, Ottawa, v. 75, p. 49-76, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13433>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BASTIAN, J. A. Pesquisa de memória/pesquisa arquivística. In: GILLIAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019. p. 261-280.

BEGOSSI, A. O cerco flutuante e os caiçaras do litoral norte de São Paulo, com ênfase à pesca de Trindade, RJ. **Interciencia**, Caracas, v. 36, n. 11, p. 803-807, nov. 2011. Disponível em: <https://www.interciencia.net/wp-content/uploads/2018/01/803-BEGOSSI-5.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BENTHIEN, R. F. O que há de impessoal em arquivos pessoais: considerações a partir de uma experiência de pesquisa na França. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, v. 3, n. 1, p. 42-57, 2014. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/50>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BLANK, A. G.; CARNEIRO, M. H.; SECKENDORFF, R. W. von; OSTINI, S. A pesca de cerco-flutuante na Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. **Série Relatórios Técnicos**, São Paulo, n. 34, p. 1-18, abr. 2009.

BLOCO UNIÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA. **Vamos sortear brinde para quem souber cantar o samba no carnaval dia 02/03/25**. Florianópolis, 11 fev. 2025. Instagram: @blocouniaodailha. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DF8fccPvTPV/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2008, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2008. p. 1-14. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/176536>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938**. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d3010.htm. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.994, de 28 de janeiro de 1941**. Código Nacional de Trânsito. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2994-28-janeiro-1941-412976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968**. Altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0401.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965**. Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4862.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.** Institui o Código Nacional de Trânsito. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5108.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.** Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17116.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decretos de 14 de outubro de 1953. O Presidente da República resolve conceder a naturalização que pediram a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 46, 16 out. 1953.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Departamento do Interior e da Justiça. Divisão de Assuntos Políticos. Seção de Nacionalidade. Expediente de 13 de fevereiro de 1952. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 91, n. 107, p. 13, 10 maio 1952.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em julgamento coletivo de anistia, Silvio Almeida enaltece preservação da memória e da verdade no país. **Governo Federal**, Brasília, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/em-julgamento-coletivo-de-anistia-silvio-almeida-enaltece-preservacao-da-memoria-e-da-verdade-no-pais>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Receita Federal. 1968: Instituição do Cadastro de Pessoas Físicas. **Ministério da Fazenda**, Brasília, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/memoria/sitios-antigos-da-receita-federal/oitenta-anos-do-imposto-de-renda-no-brasil-2013-1922-a-2002/1968-instituicao-do-cadastro-de-pessoas-fisicas>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. Carteira de identidade. **Serviços Estaduais**, Brasília, 20 abr. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/carteira-de-identidade-1>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Glossário — Termos iniciados com a letra A. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 2024c. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-a>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Glossário — Termos iniciados com a letra T. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 2024d. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-t>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Títulos eleitorais: 1881-2008**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148-169, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, Analaura. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 98-129, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7968>. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. O valor narrativo em arquivos pessoais compreendido como “escrita de si”. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 14, n. 2/3, p. 104-131, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/30446>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BÚRIGO, B. D. As técnicas de pesca de cerco fixo flutuante e cerco de arrasto de praia: reflexões sobre a sazonalidade da paisagem na Praia do Pântano do Sul, Florianópolis/SC. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 45., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2021. p. 1-28.

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais: questões para um debate. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 22., 1998, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1998. p. 1-3.

CAMARGO, A. M. de A. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 157-165.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 2008.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Revista Escrita da História**, v. 2, n. 4, p. 110-119, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.escritadahistoria.com/2024/01/arquivos-e-memoria-elementos-para-o.html>. Acesso em: 14 maio 2024.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150-167, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33735>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos pessoais: facetas de um dilema. In: ANDRADE, A. C. de (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade, volume 2**: trabalhos apresentados nas sessões de comunicações livres e os eventos paralelos do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. p. 39-49.

CARNEIRO, M. L. T. A biotipia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 63-96.

CARTER, R. G. S.; FISHER, R.; HARRIS, C.; HOBBS, C. Perspectives on personal archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 76, p. 1-5, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13455>. Acesso em: 22 jul. 2022.

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2 ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CASTELO BRANCO, S. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 8, n. 13, p. 8-27, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/18488>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CASTRO, A. G. S. de. **O uso dos recursos naturais e os desafios para a conservação da biodiversidade marinha**: mudanças e conflitos em uma comunidade pesqueira na Ilha de Santa Catarina, Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Ciências) — Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17332>. Acesso em: 30 out. 2022.

CAVALHEIRO, M. U. Os limiares do arquivo pessoal na Arquivologia: da diplomática clássica à identificação arquivística. **Páginas a&b**, Porto, v. 3, n. 7, p. 134-146, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/2842>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **O que é história oral**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220116122448/http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CIACCHI, A. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 181-223, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27260>. Acesso em: 20 out. 2022.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum na formação da memória de um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, T. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. **Archives and Manuscripts**, Crows Nest, v. 22, n. 2, p. 300-328, nov. 1994.

CORRÊA, N. de S.; MELLO, A. D. de. **E vem do mar**: breve história dos alimentos e da culinária da Ilha de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Lilás, 2021.

COSTA, C. L. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.

COTRIM, L. Casarão de José Mário Junqueira Netto e o mangalarga 53. **Série Avenida Paulista**, São Paulo, 26 dez. 2021. Disponível em: <https://serieavenidapaulista.com.br/2021/12/26/casarao-de-jose-mario-junqueira-netto-e-o-mangalarga-53/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

COX, R. J. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative inquiry & research design**: choosing among five approaches. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

CRUVINEL, C. M.; VAZ-DOS-SANTOS, A. M. Caracterização do cerco fixo flutuante na praia de Toque-Toque Pequeno, litoral norte do Estado de São Paulo, Brasil. **UNISANTA BioScience**, Santos, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/bio/article/viewFile/115/107>. Acesso em: 20 out. 2022.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.

CUNHA, M. T. S.; ALMEIDA, D. B. Arquivos pessoais no radar do tempo presente: dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 20, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/63328>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CUNHA, M. T. S. **(Des)arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

CUNHA, M. T. S. Acervos pessoais de educadores: do traçado manual ao registro digital. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPED, 2016. p. 1-20. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1-Hist%C3%B3ria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CUNHA, M. T. S. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 1, p. 45-62, 2007. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/8>. Acesso em: 1 abr. 2024.

CUNHA, M. T. S. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/3wN8zHkwwWXGGVZyPwcLhkp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CUNNINGHAM, A. Beyond the pale? the ‘flinty’ relationship between archivists who collect the private records of individuals and the rest of the archival profession. **Archives and Manuscripts**, Crows Nest, v. 24, n. 1, p. 20-26, maio 1996.

DAMATTA, R. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 37-64, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7423812>. Acesso em: 12 maio 2024.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Ficha de Noboru Oda**. São Paulo, 17 out. 1945. 1 ficha. Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPN003368.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS. **Registro de Estrangeiros de Noboru Oda**. São Paulo, 16 jun. 1948. 1 ficha. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKM3-XHV3>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS. **Registro de Estrangeiros de Sakie Oda**. São Paulo, 20 jul. 1951. 1 ficha. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QKM3-X2WT>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEMARTINI, Z. de B. F. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 145-180, 2004. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/80>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO; CASA DE OSWALDO CRUZ; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz; COC, 2015.

DEZEM, R. Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. **Revista de Estudos Orientais**, São Paulo, n. 6, p. 51-64, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reo/article/view/90731>. Acesso em: 10 set. 2022.

DEZEM, R. Hi-no-maru manchado de sangue: a Shindo Renmei e o DEOPS/SP. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 243-272.

DEZEM, R. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1879-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DEZEM, R. O início da imigração japonesa para a América Latina: um breve histórico. **Revista de Estudos Brasileiros**, Osaka, v. 10, p. 1-25, 2014.

DEZEM, R. **Shindô-Renmei**: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, R. Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930). **Proin: Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 1-16, 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/publicacoes/artigos.php>. Acesso em: 1 set. 2022.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DOUGLAS, J.; MACNEIL, H. Arranging the self: literary and archival perspectives on writers' archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 67, p. 25-39, jul. 2009. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13206>. Acesso em: 26 fev. 2024.

DOUGLAS, J.; MILLS, A. From the sidelines to the center: reconsidering the potential of the personal in archives. **Archival Science**, Dordrecht, v. 18, p. 257-277, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-018-9295-6>. Acesso em: 24 fev. 2024.

DOUGLAS, J. A call to rethink archival creation: exploring types of creation in personal archives. **Archival Science**, Heidelberg, v. 18, p. 29-49, jan. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-018-9285-8>. Acesso em: 26 fev. 2024.

DOUGLAS, J. The archiving “I”: a closer look in the archives of writers. **Archivaria**, Ottawa, v. 79, p. 53-89, 2015. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13527>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DOUGLAS, J. Toward more honest description. **The American Archivist**, Chicago, v. 79, n. 1, p. 26-55, 2016. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/79/1/26/72/Toward-More-Honest-Description1>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DOUGLAS, J. What we talk about when we talk about original order in writers' archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 76, p. 7-25, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13456>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DUARTE, A. L. A criação do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no Estado Novo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/259>. Acesso em: 20 set. 2022.

DUBEY, U. K. B.; KOTHARI, D. P. **Research methodology**: techniques and trends. Nova Iorque: Chapman and Hall/CRC, 2022.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

FABEN, A.; SILVA, M. C. S. de M. Instrumento científico como documento de arquivo pessoal institucionalizado: organicidade e identificação tipológica no arquivo Helmut Sick. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DE C&T, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. p. 586-600. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_03/33%20%2034%20IVSPCT%20_FABEN&SILVA_%20-%20Texto%20completo%20_2_.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

FABRIS, A. **Fotografia e arredores**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

FERNANDES, T. M.; CÓRDULA, A. C. C.; SILVA JUNIOR, J. E. da. Informação e memória: na trilha do arquivo pessoal. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 57-66, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/37462/20688>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FLORIANÓPOLIS. 18 de junho dia da imigração japonesa no Brasil. **Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes**. Florianópolis, 2020a. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=noti=22472>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 1.838, de 18 de março de 1982**. Denomina via pública de Rua Noboru Oda. Florianópolis: Câmara Municipal, 1982. Disponível em: <https://leggicomunali.it/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1982/184/1838/lei-ordinaria-n-1838-1982-denomina-via-publica-de-rua-noboru-oda?q=1838>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Lei nº 18.031, de 11 de março de 2020**. Denomina via pública. Florianópolis: Câmara Municipal, 2020b. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/tramitacoes/80/61984/1000>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M.; MOTTA, M. B. da (org.). **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 144-162.

FRANCESCO, A. A. de. Remendar a rede, visitar o cerco, matar o peixe: técnicas e território entre os caiçaras da Cajaíba (Paraty, RJ). In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, 2012. p. 1-10.

FREITAS, J. L.; BUFREM, L. S.; BREDAS, S. M. Methodological choices for research in Information Science: contributions to domain analysis. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/PBgJwdSD5phK5xxywng3jQq/abstract/?lang=en>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Glossário de atividades e eventos**. São Paulo, ago. 2018. 1 glossário. Disponível em: http://acervo.ifhc.org.br:8081/doctos_apoio/gloss%C3%A1rio_ativ._eventos.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Glossário de documentos**. São Paulo, 1 dez. 2020. 1 glossário. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/Documento/RedirecionarParaGlossario/19>. Acesso em: 20 maio 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; CASA DE OSWALDO CRUZ; DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. **Fundo Carlos Chagas**: inventário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. (org.). **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GAUDIOSO, T. K. A presença dos primeiros japoneses no Brasil. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito — PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. especial, p. 9-18, nov. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/47949>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GOMES, A. de C. Arquivos pessoais, desafios e encantos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 22-25, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A01.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de C. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p. 7-26.

GOMES, A. de C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GONÇALVES, E. F.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Arquivo pessoal e fotografias: lugar de construção fotoaubiográfica. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 51-57, 2015.

GRAZIANO, M. E. T.; BIZELLO, M. L. Os documentos fotográficos na perspectiva teórico-metodológica da diplomática: um estudo da Fundação Fernando Henrique Cardoso. **Páginas a&b**, Porto, v. 3, n. 17, p. 116-130, 2022. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/11464>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARO, M. A. P. de (org.). **Ilha de Santa Catarina**: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 1. ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1979.

HARRIS, V. On the back of a tiger: deconstructive possibilities in ‘evidence of me’. **Archives and Manuscripts**, Crows Nest, v. 29, n. 1, p. 8-21, maio 2001.

HAYASHI, B. N. Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do “perigo amarelo” à “democracia racial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rwcjGxPCjyMvdTxyPbdrRxG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2022.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-260.

HEYMANN, L. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO CPDOC 35 ANOS, 1., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. p. 1-10.

HEYMANN, L. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 67-76.

HEYMANN, L. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. In: SEMINÁRIO PRONEX Direitos e Cidadania, 1., 2005a, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005a. p. 1-10.

HEYMANN, L. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: RAM, 2009a. p. 1-19.

HEYMANN, L. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>. Acesso em: 3 ago. 2022.

HEYMANN, L. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 261-282, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/HQwqFxFkF3sPZ56hjjjXCFWM/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HEYMANN, L. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009b. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

HEYMANN, L. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jul./dez. 2005b.

HIBARINO, D. A.; KAWACHI, G. J. Trânsitos, afirmações e negações sobre a identidade japonesa no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 53, n. 2, p. 299-319, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/88KNpGYCtgfmwZtL5VsT7pp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

HOBBS, C. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 261-274.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, Ottawa, v. 52, p. 126-135, 2001. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HOBBS, C. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 303-341.

IUMATTI, P. T.; NICODEMO, T. L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/hwRrkRQXPDs9JbD9YYX3Cts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2022.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 135-154.

KAPLAN, E. 'Many paths to partial truths': archives, anthropology, and the power of representation. **Archival Science**, Dordrecht, n. 2, p. 209-220, set. 2002.

KETELAAR, E. As viradas e as voltas arquivísticas. In: GILLIAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019. p. 219-260.

KILANI, M. A.; KOBZIEV, V. An overview of research methodology in Information System (IS). **Open Access Library Journal**, v. 3, n. 11, p. 1-9, nov. 2016. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=71775>. Acesso em: 26 mar. 2022.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, B. Retratos e auto-retratos: imigrantes japoneses no Estado de São Paulo. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 369-406.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BENOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA*, 4., 2015, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: CIAIQ, 2015. p. 243-247. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 10 mar. 2022.

KRUSENSTERN, A. J. von. Reise um die welt: in den Jahren 1803, 1804, 1805 und 1806 — erster theil. *In: HARO, M. A. P. de (org.). Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. p. 129-146.

KRUSENSTERN, A. J. von. **Voyage round the world: in the years 1803, 1804, 1805, & 1806** — vol. I. Londres: C. Roworth/Bell-yard/Temple-bar, 1813.

KUBOHIRA, R. Rupturas e continuidades no pensamento de Arthur Neiva acerca da imigração japonesa no Brasil entre 1920 e 1937. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 34, p. 89-105, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/25124/24189>. Acesso em: 1 set. 2022.

KUMAR, R. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. 3. ed. Padstow: SAGE Publications, 2011.

LACERDA, A. L. de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LACERDA, A. L. de. A imagem nos arquivos. *In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 55-66.

LACERDA, A. L. de. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 115-138, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RbT9GZV8J5LVtVjGp4hwC6H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LANG, A. B. da S. G.; DEMARTINI, Z. de B. F. Imigrantes portugueses em São Paulo: história oral. *In: MATOS, M. I. S. de; SOUSA, F. de; HECKER, A. (org.). Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008. p. 211-223.

LANG, A. B. da S. G. Imigração portuguesa e história oral: trajetórias. *In: GATTAZ, A.; FERNANDEZ, V. P. R. (org.). Imigração e imigrantes: reflexões e experiências*. Salvador: Editora Pontocom, 2015. p. 227-263.

LAU, A. Making space for silenced histories: national history, personal archives, and the WWII japanese american internment. **Progressive Librarian**, Lawrenceville, v. 42, p. 82-94,

2014. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL42/082.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LE GOFF, J. **A História nova**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990a.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990b.

LEÃO NETO, V. C. **A crise da imigração japonesa no Brasil: (1930-1932) contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEAVY, P. **Research design**: quantitative, qualitative, mixed methods, arts-based, and community-based participatory research approaches. Nova Iorque: The Guilford Press, 2017.

LEHMKUHL, C. S. **Registros civis no Brasil frente às funções arquivísticas**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227256>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LESSER, J. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LESSER, J. Um Brasil melhor. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/YB3VDhPmKK6Dv9Rn7F7G7cS/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

LESSER, J. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LISANSKY, U. A voyage round the world: in the years 1803, 4, 5, & 6. In: HARO, M. A. P. de (org.). **Ilha de Santa Catarina**: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4. ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. p. 147-156.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 87-95, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p87>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LOPEZ, A. P. A.; CARVALHO, P. D. S. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 271-279, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4800979>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33404>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MACHADO, B. H.; MADIO, T. C. de C. Classificação arquivística de fotografia: desafios de evidenciar os tipos documentais. **Revista Photo & Documento**, Brasília, n. 7, p. 1-11, dez. 2019. Disponível em: <https://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=view&path%5B%5D=235>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MACHADO, I. J. de R. Japonesidades multiplicadas: sobre a presença japonesa no Brasil. In: MACHADO, I. J. de R. (org.). **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 13-26.

MADIO, T. C. de C. Uma discussão dos documentos fotográficos em ambiente de arquivo. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 55-68.

MAGALHÃES, T. Legislativo sedia abertura da III Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão. **Agência AL**, Florianópolis, 16 dez. 2013. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/legislativo-sedia-abertura-da-iii-semana-estadual-da-amizade-brasil-japao. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAGALHÃES, V. B. de. Introdução. In: MAGALHÃES, V. B. de (org.). **História oral e migrações: método, memória, experiências**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 7-24.

MAKINO, R. **As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7842/1/2010_RogérioMakino.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. de N. Fotografias nos arquivos pessoais: o contexto de produção para organização dos acervos nas instituições. In: BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. (org.). **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: Editora da UFPA, 2019. p. 298-308.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. de N. O contexto de produção e as fotografias nos arquivos pessoais: um estudo nos artigos de periódicos da Ciência da Informação e Arquivologia. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 194-217, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/181428>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARIZ, A. C. A.; SILVA, A. M. da; CORDEIRO, R. I. As fotografias nos arquivos pessoais e familiares: para uma revisão teórica. **Páginas a&b**, Porto, v. 3, n. 14, p. 74-90, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/6839>. Acesso em: 21 maio 2024.

MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. de. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 453-465, set./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.13>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. de. Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 97-122.

MARTINELLO, A. S.; MONTYSUMA, M. F. F. Experiências e percepções ambientais de migrantes japoneses no sul do Brasil, anos 1950-1970. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, Chapecó, n. 24, p. 135-159, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8092>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARTINS, A. L. Revistas ilustradas: fonte para revisão sobre o preconceito e imaginário social na imigração japonesa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 359-366, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/137904>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MARTINS, I. de L.; INOUE, M. F. M.; MIZUBUTI, S.; PAGANELLI, T. I. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 149-183.

MARTINS, R. S.; PEREZ, J. A. A. Artisanal fish-trap fishery around Santa Catarina island during spring/summer: characteristics, species interactions and the influence of the winds on the catches. **Instituto da Pesca**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 413-423, 2008. Disponível em: <https://institutodepesca.org/index.php/bip/article/view/810>. Acesso em: 30 out. 2022.

MATTOS, R. de; SCHMIDT, C. M. dos S. Tipologia de documentos “discricionários”: a análise dos glossários de espécies e tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 1415-1424. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6599087>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MCKEMMISH, S.; PIGGOTT, M. Toward the archival multiverse: challenging the binary opposition of the personal and corporate archive in modern archival theory and practice. **Archivaria**, Ottawa, v. 76, p. 111-144, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13461>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MCKEMMISH, S. Evidence of me. **The Australian Library Journal**, Camberra, v. 45, p. 174-187, ago. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MCKEMMISH, S. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 17-44.

MEEHAN, J. Rethinking original order and personal records. **Archivaria**, Ottawa, v. 70, p. 27-44, 2010. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13294>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MENDO CARMONA, C. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: RUIZ RODRÍGUEZ, A. Á. (org.). **Manual de archivística**. Madrid: Síntesis, 1995. p. 19-38.

MILLAR, L. A. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/62/52>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MILLAR, L. A. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 105-126, 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537>. Acesso em: 20 set. 2024.

MOTOYAMA, S. O Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 133-138, set./dez. 2008.

MOURA, I. S.; BALDI, V. Fotografia ‘falada’: histórias e memórias do Bairro Herculanense a partir das fotografias do arquivo pessoal das suas moradoras. **Revelar**, Porto, v. 4, p. 35-52, dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/RL/article/view/8525>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lista geral de passageiros**. Santos, 14 out. 1931. 1 lista. Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/listas/BR_APESP_MI_LP_005543.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Recebemos na manhã desta terça-feira (14) o lançamento do livro “Ditian Noboru Oda — Vovô Dinho”**. Florianópolis, 14 nov. 2023. Facebook: @museuhistoricodesantacatarina. Disponível em: <https://t.ly/EkcsH>. Acesso em: 10 out. 2024.

MUSSOLINI, G. O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil. In: MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 275-289.

NEDEL, L. B. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 131-164.

NIPOCULTURA. **Dia 10/11 e 14/04 tem lançamento do livro!**. Florianópolis, 9 nov. 2023. Instagram: @nipocultura. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzbAtQ7AShL/>. Acesso em: 10 out. 2024.

NOBORU Oda: uma história de amor ao sul da ilha. [s. n.]. Florianópolis: Comida com História, 2024. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Comida com História. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Skbh2hLjNWA>. Acesso em: 20 out. 2024.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NUNES, L. F.; BARROSO, E. Plantios, “tempestades” e colheitas: a imigração em Monte Alto. **Revista Pirapora**, Monte Alto, ano 3, n. 13, p. 8-20, nov. 2018. Disponível em: https://fliphtml5.com/cqcsu/azub/Revista_Pirapora_Ed._13_-_novembro_de_2018/. Acesso em: 10 mar. 2024.

ODA, E. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 103-117, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HywVGk8pJ76RwPCRmV4JpSS/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OLIVEIRA, I. C. B. de. Arquivo pessoal: a representação e as escolhas de um passado. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, p. 33-52, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/49981>. Acesso em: 3 ago. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. de; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, mar. 2017. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php. Acesso em: 23 jul. 2023.

OLIVEIRA, L. M. V. de; OLIVEIRA, I. C. B. de. Representação arquivística e a conceituação dos tipos documentais nos arquivos pessoais. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 1573-1578. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6599106>. Acesso em: 23 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. de; SOBRAL, C. C. de. Arquivos pessoais e seus tipos documentais: a perspectiva da representação. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 3., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 1011-1018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6580774>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/51434>. Acesso em: 3 ago. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PAJEÚ, H. M.; MOURA, R. R.; CARVALHO, D. O. de. Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 3, p. 58-70, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/6345>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PENÉ, M. G.; BOSSIÉ, F.; CALVENTE, V.; GIMÉNEZ, F. Los archivos personales conservados en bibliotecas universitarias argentinas y su importancia para la investigación y la cultura. **Investigación Bibliotecológica**, Cidade do México, v. 35, n. 86, p. 143-160, 2021. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58272>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PEREIRA, D. V.; COSTA, M. V. da S. de B.; NEVES, M. H. de C. Arquivos pessoais e suas potencialidades para pesquisa: o caso do Arquivo Guilherme Figueiredo. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 171-192, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/27540>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PEREIRA, R. **Os japoneses na Armação do Pântano do Sul**. Florianópolis, 20 abr. 2020. Facebook: @RoseliPereiraSC. Disponível em: <https://www.facebook.com/RoseliPereiraSC/posts/pfbid0XeNc6MdrB6MJW4cuRUngN4nnTRQm71vcJU9jNuQGKRvCxg8kuHt5WbwmkcpaEUshl>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PERES, E. P. “Proverbial hospitalidade”?: a Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/254>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PINTO, F. D. A. e. **Yídòng de Xīngxīng**: experiências e trajetórias de imigrantes chineses em Governador Valadares-MG, um território de cultura emigratória. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230965>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PIRES, I. de O.; MONGE, R. P. M. A pesca “tradicional” de uma comunidade caiçara. **Confluências**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 212-224, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34381>. Acesso em: 20 out. 2022.

PROCHASSON, C. “Atenção: verdade!”: arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAYCHAUDHURI, A. Quantitative methods for qualitative variables in social science: an introduction. In: ACHARYYA, R.; BHATTACHARYA, N. (org.). **Research methodology for social sciences**. Oxford: Routledge, 2020. p. 253-268.

RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. **Introdução à Arquivologia**. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

RICOUER, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 197-216.

ROSA, E. Demarcação de áreas para maricultura no Matadeiro causa impasse com pescadores de redes de cerco. **ND Mais**, Florianópolis, 7 mar. 2016. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/demarcacao-de-areas-para-maricultura-no-matadeiro-causa-impasse-com-pescadores-de-redes-de-cerco/>. Acesso em: 10 out. 2022.

ROSA, M. de L. Apresentação: arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. *In*: ROSA, M. de L. (org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?**. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais; Centro de História de Além-Mar; Porto: Caminhos Romanos, 2012. p. 15-30.

ROSELL LEÓN, Y. La descripción como parte del tratamiento de los archivos personales en el siglo XXI: en busca de nuevas alternativas. **ACIMED**, Havana, v. 14, n. 5, p. 1-5, set./out. 2006. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352006000500018. Acesso em: 8 maio 2024.

ROUILLÉ, A. **A fotografia: entre documento e a arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SAITO, C. N. I. O imigrante e a imigração japonesa no Brasil e no Estado de Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 10, p. 57-61, jul. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48358>. Acesso em: 27 set. 2021.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). *In*: FAUSTO, B. (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 201-238.

SAKURAI, C. Mais estrangeiros que os outros? Os japoneses no Brasil. **Travessia — Revista do Migrante**, Brasília, n. 44, p. 5-10, 2002. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/851>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SAKURAI, C. Primeiros polos da imigração japonesa no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 27, p. 32-45, set./nov. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28168>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SAKURAI, C. Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004. p. 1-23. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1328/1292>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SANTA CATARINA. Ata da 019ª Sessão Especial. **Diário da Assembleia**, Florianópolis, ano 62, n. 6.571, 17 jul. 2013. Plenário, p. 2-4.

SANTA CATARINA. **Registro Civil do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 16 set. 1966. 1 livro. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6LKC-2NLC>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SANTANA, R. L. de. O arquivo pessoal de José Simeão Leal como fonte de informação e memória. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13512>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público de SP recebe mais de 12 mil pedidos de certidão de imigração em 2022: maior parte da procura pelo serviço tem como finalidade dar entrada no processo de dupla cidadania. **Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/arquivo-publico-de-sp-recebe-mais-de-12-mil-pedidos-de-certidao-de-imigracao-em-2022/>. Acesso em: 1 maio 2024.

SÃO PAULO (Estado). Departamento da Receita. Circular n. 37. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 50, n. 65, p. 24, 20 mar. 1940.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura. Edital: imposição de multa ao Sr. Eizo Oda. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: São Paulo, ano 49, n. 254, p. 18, 7 nov. 1939.

SASAKI, E. M. Nihonjinron — teorias da japonicidade. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 31, p. 11-25, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/143039>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SASAKI, E. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99-117, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SR7JB55btD6H5x8x8t3QqND/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SCHMIDT, B. B. Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 453-459, 2014.

SCHMITZ, P. C. Conheça seu Oda, o japonês que mudou a pesca na Armação, em Florianópolis. **ND Mais**, Florianópolis, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/conheca-seu-oda-o-japones-que-mudou-a-pesca-na-armacao-em-florianopolis/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, Dordrecht, v. 2, p. 1-19, 2002.

SCHWARTZENBERG, S. The personal archive as historical record. **Visual Studies**, Oxfordshire, v. 20, n. 1, p. 70-82, abr. 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14725860500064920>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SCORSATO, S. M. Hospitalidade: o desafio das populações de pescadores que se transformam em fornecedores de serviços turísticos. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 77-89, 2006. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/194>. Acesso em: 20 out. 2022.

SECKENDORFF, R. W. von; AZEVEDO, V. G. de; MARTINS, J. K. Sobre a técnica construtiva da arte de pesca de cerco-flutuante no litoral norte de São Paulo, Brasil. **Série Relatórios Técnicos**, São Paulo, n. 40, p. 1-16, maio 2009.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SHIZUNO, E. C. **Bandeirantes do oriente ou perigo amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SHIZUNO, E. C. Bandeirantes do oriente ou perigo amarelo: os imigrantes japoneses e o DOPS. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 123-148.

SHIZUNO, E. C. Imigração japonesa no Brasil: os indesejáveis necessários. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 69-94, 2008. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/244>. Acesso em: 28 set. 2021.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.; RAMOS, J.; REAL, M. L. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, L. dos S.; SCHMIDT, C. M. dos S. O processo de elaboração do arranjo dos arquivos de Machado de Assis e Rui Barbosa: análise crítica e comparativa. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 24, n. 2, p. 35-44, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4581>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVA, M. V. T. da. **“Documentos, por favor!”: documentos identitários nos arquivos pessoais institucionalizados**. 2021. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) — Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24665?locale-attribute=en>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, M. C. S. de M. e; TRANCOSO, M. C. D. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: SILVA, M. C. de M. e; ABELLÁS, J. B. Y.; FRADE, E. P. F.

(org.). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. p. 33-53.

SILVA, M. C. S. de M. e; TRANCOSO, M. C. D. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 849-861, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4xh7JMMdwYksdjtmNhHjGh/>. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, M. C. S. M. e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/hbx3C9CvQBnSYhGTNRHrcNC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVA, V. H. M. K. da. **Um jornal entre Brasil e Japão: a construção de uma identidade para “japoneses no Brasil” e “brasileiros no Japão”**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1466>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVEIRA, J. P. B. da. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **Revista ÁGORA**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/458>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVEIRA, J. P. B. da. Patrimônio cultural documental: os manuscritos de Coriolano Benício e as suas escritas de si. **Historiæ**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 213-232, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5593>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SOBRAL, C. C. de; MACÊDO, P. L. P. Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 101-121, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/120>. Acesso em: 10 maio 2024.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, R. A. S. de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24001>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, K. I. M. de. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p. 129-159.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 39, p. 57-65, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72056>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SVICERO, T. J. Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 2, n. 1, p. 221-237, 2013. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/869>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TAKEUCHI, M. Y. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924): quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante. **Storicamente**, v. 5, n. 9, p. 1-14, 2009a. Disponível em: <https://storicamente.org/migrazioni-takeuchi>. Acesso em: 1 jul. 2022.

TAKEUCHI, M. Y. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. **Revista USP**, São Paulo, n. 79, p. 173-182, set./nov. 2008a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13703>. Acesso em: 1 jul. 2022.

TAKEUCHI, M. Y. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 28, p. 99-112, 2008b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142955>. Acesso em: 27 set. 2021.

TAKEUCHI, M. Y. **Entre gueixas e samurais**: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945). 2009. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009b. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-132805/pt-br.php>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TAKEUCHI, M. Y. **Imigração japonesa nas revistas ilustradas**: preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2016.

TAKEUCHI, M. Y. O império do sol nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 25-62.

TAKEUCHI, M. Y. O perigo amarelo no Brasil dos anos 40: construindo a imagem do japonês indesejável. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_f645546be081dd883ec4307115311116.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

TAKEUCHI, M. Y. **O perigo amarelo**: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Humanitas, 2008c.

TANUS, G. F. de S. C. O lugar do arquivo pessoal nos cursos de Arquivologia do Brasil. **Revista ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 5-25, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/465>. Acesso em: 9 maio 2024.

TAVARES, R. R. Japoneses em Santos (1908-1943). In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil**: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, 2010. p. 205-242.

THOMAS, C. G. **Research methodology and scientific writing**. 2. ed. Cham: Springer, 2021.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jul. 2006.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-28, 2002. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 14 abr. 2022.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dfngGLvSg59gjjdkV6RdTVw/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 5 jul. 2022.

TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. de M. e. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 52-75, jul./dez. 2013.

UCHIGASAKI, M. Metodologia da história oral e sua utilidade no estudo da imigração japonesa. **Hon no Mushi — Estudos Multidisciplinares Japoneses**, Manaus, v. 3, n. 5, p. 151-160, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/5180>. Acesso em: 20 abr. 2022.

UENO, L. M. M.; LUIZ, L. H. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11702>. Acesso em: 26 set. 2022.

UENO, L. M. M. A narrativa sobre a imigração japonesa em autobiografias (1980-1988). **Hon no Mushi — Estudos Multidisciplinares Japoneses**, Manaus, v. 5, n. 9, p. 13-34, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/8284>. Acesso em: 1 jul. 2022.

UENO, L. M. M. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/170435>. Acesso em: 1 jul. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. São Paulo, out. 1997. 1 glossário. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4177763/mod_resource/content/1/glossario1.pdf; Acesso em: 20 maio 2024.

VAM DE BERG, T. V. As relações entre a memória e os seus suportes materiais na configuração dos arquivos pessoais. **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 109-130, 2023. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/78>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIANNA, A.; LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, jul./dez. 1986.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Terra Redonda, 2019.

VIANNA, O. **Raça e assimilação**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIDAL, L. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 1, p. 3-13, 2007. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1>. Acesso em: 23 jul. 2022

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VITAL, L.; BRÄSCHER, M. Representação de assunto em documentos arquivísticos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-7. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2833/1008>. Acesso em: 22 nov. 2022.

VOGAS, E. C. M. Possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos da memória: o caso de Darcy Ribeiro. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 321-339.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Margens**, Belém, n. 1, v. 1, p. 11-16, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2831>. Acesso em: 10 ago. 2024.

WAWZYNIAK, S. M. dos S. **Histórias de estrangeiro**: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970). 2004. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/19142>. Acesso em: 22 jul. 2022.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, Dordrecht, v. 3, p. 1-25, 2003.

APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O arquivo pessoal de Noboru Oda: uma proposta de contextualização

Prezado/a senhor/a,

Por se enquadrar no perfil necessário para que o presente estudo seja desenvolvido, gostaríamos de convidá-lo/a, como voluntário/a, a participar da pesquisa intitulada: “O arquivo pessoal de Noboru Oda: uma proposta de contextualização”. Sua participação é essencial para que possamos obter informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. Para atingir o objetivo proposto, uma das metodologias utilizadas neste estudo será a realização de entrevistas de história oral, que serão gravadas, transcritas e utilizadas na pesquisa. Por favor, leia com calma e atenção, aproveitando para esclarecer suas dúvidas com o pesquisador. Se você não quiser participar ou quiser retirar sua autorização, isso poderá ser feito a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalização.

Este documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), busca assegurar seus direitos e deveres como participante e é elaborado em duas vias assinadas, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador. Guarde cuidadosamente, pois esse documento traz informações importantes sobre a pesquisa. Você também terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, você poderá solicitar indenização conforme a legislação vigente.

A pesquisa está pautada nas seguintes resoluções do Ministério da Saúde: na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012

e na Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. Assim, todas as pesquisas conduzidas com seres humanos necessitam de um termo como este, devendo o/a participante estar ciente dos objetivos e dos aspectos do estudo, tendo em vista preservar sua segurança e garantir os seus direitos.

O presente estudo consiste em uma pesquisa de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo realizado pelo doutorando Rafael Oda e orientado pela professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho.

O objetivo deste estudo é analisar o contexto arquivístico do arquivo pessoal de Noboru Oda. A história de Noboru e de seu acervo nunca foram contemplados com nenhuma pesquisa ou investigação arquivística — fatores que podem contribuir para a perda física ou lógica do acervo. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo preencher essa lacuna e fornecer informações necessárias para sua organização. A tese busca, também, contribuir para os estudos sobre arquivos pessoais e migrações, uma vez que são temas correntes na sociedade contemporânea — existindo ainda uma ausência de pesquisas na área da Ciência da Informação que contribuam para essa segunda temática. Esperamos ainda que os resultados deste estudo ofereçam informações acerca da história da Armação do Pântano do Sul e de Florianópolis, bem como da imigração japonesa no Brasil.

A entrevista de história oral será previamente agendada, de acordo com a disponibilidade física e temporal do/a entrevistado/a. A previsão de duração da entrevista deverá ser em torno de 90 minutos, caso exceda este tempo ou você esteja se sentindo cansado/a, podemos interrompê-la e marcar um novo dia para finalizá-la.

Esta pesquisa não acarreta riscos de natureza física aos participantes, exceto a possibilidade de cansaço em decorrência do tempo da entrevista. Diante da possibilidade de mobilização emocional, você poderá sentir algum desconforto, constrangimento ou aborrecimento relacionado ao fato de apontar, refletir e rememorar situações ou vivências sobre alguns fatos do passado. De qualquer forma, se acontecer qualquer tipo de desconforto você poderá contar com o acolhimento do pesquisador e optar por interromper ou desistir de participar do estudo a qualquer momento.

Caso esteja de acordo em participar desta pesquisa, para o registro das entrevistas serão utilizados um gravador e uma câmera, e o pesquisador fará, posteriormente, a transcrição da gravação e o uso dela na pesquisa. A entrevista só será gravada em áudio e em vídeo mediante o seu aceite. O pesquisador ainda buscará agir da forma mais empática e solícita possível.

As informações que serão utilizadas para os fins desta pesquisa serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Portanto, garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Contudo, acrescentamos que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores, existe a remota possibilidade da quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional, algo que é contra o interesse ético da pesquisa, visto que o pesquisador responsável e sua orientadora serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todos os cuidados necessários para manter o sigilo. Assim, nos resultados deste trabalho o seu nome não será revelado, ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Caso após o encerramento ou interrupção da pesquisa, seja percebida a mobilização de emoções que necessitem intervenção, você poderá contar com o acompanhamento do pesquisador para ouvi-lo/a.

Sua participação é voluntária e você não terá nenhuma despesa nem remuneração advinda da sua participação na pesquisa. A legislação brasileira não permite que ocorra a compensação financeira pela sua participação na pesquisa, mas você será ressarcido caso ocorra alguma despesa extraordinária associada à pesquisa, como, por exemplo, alimentação ou transporte. O pesquisador se compromete das despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas. Da mesma forma, garantimos a você o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa.

Esclarecemos que não é obrigatório responder a todas as perguntas e, se desejar, é possível desistir de participar da pesquisa a qualquer momento (antes, durante ou depois de ter aceitado participar dela ou de ter feito a entrevista). A participação é voluntária e a recusa em participar do estudo não acarretará qualquer penalidade ou perda de bens, pois todos os procedimentos da entrevista serão fornecidos gratuitamente. A gravação da entrevista também poderá ser recusada, se assim for necessário.

A qualquer momento, poderão ser solicitadas informações sobre a pesquisa, sendo assegurado o direito de acesso às informações coletadas e aos resultados obtidos, bem como o acesso integral ao registro do consentimento, sempre que solicitado. Esse pedido pode ser feito antes, durante ou depois da entrevista, a partir dos contatos do pesquisador que constam a seguir.

Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Rafael Oda, pelo telefone: () ____ - ____, e-mail: _____@outlook.com.br ou _____@gmail.com ou ainda pessoalmente em: _____, nº

____, _____, Florianópolis. Ou ainda com a orientadora do pesquisador, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, através do telefone: (____) _____-_____, e-mail: _____@ufsc.br, ou ainda pessoalmente na Sala ____, do Bloco B, do Centro de Ciências da Educação (CED), localizado na Rua Engenheiro Agrônomo Andrey Cristian Ferreira, Carvoeira, Florianópolis.

Em caso de denúncias, reclamações ou demais esclarecimentos, você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, pelo telefone: (48) 3237-6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou pessoalmente, no Prédio da Reitoria II, 7º andar, sala 701, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina — CEP: 88040-400. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Assinado o consentimento, você estará de acordo que o material e as informações relacionadas à sua pessoa poderão ser utilizados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, periódicos científicos ou capítulos de livros, não sendo identificado/a por nome ou qualquer outra forma.

() Aceito participar da pesquisa.

() Autorizo a gravação da minha entrevista em áudio e em vídeo.

Nome do Participante

Rafael Oda

Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho

Florianópolis, dia ____ de _____ de ____.